

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

KÁTIA SOUZA SANTOS RAMIRO

VIOLÊNCIA:MEDIADORES PSICOSSOCIAIS

**CAMPO GRANDE-MS
Dezembro/2019**

KÁTIA SOUZA SANTOS RAMIRO

VIOLÊNCIA: MEDIADORES PSICOSSOCIAIS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

Orientadora: Profa. Dra. Inara Barbosa Leão

CAMPO GRANDE-MS
Dezembro/ 2019

TERMO DE APROVAÇÃO

KÁTIA SOUZA SANTOS RAMIRO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Aprovado em ____/____/____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Inara Barbosa Leão
Orientadora
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Prof. Dr. Isael José Santana
Membro Titular
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Prof. Dr. Lucas Córdoba
Membro Titular
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Profa. Dra. Alexandra Ayach Anache
Membro Suplente
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

DEDICATÓRIA

Dedico inicialmente a Deus, por ter me dado a vida, e condições para chegar até esse momento.

Dedico este trabalho aos meus pais amados, que fizeram tudo o que estava ao seu alcance para que eu realizasse essa conquista; a toda a minha família, meu esposo querido e minhas filhas.

Minha amável orientadora, amigos, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul e a toda Comunidade Acadêmica do Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela vida, por mais esta conquista e por tudo que fez e faz por mim.

Aos meus pais Euclides e Náide, que sempre me apoiaram, ajudaram a conquistar cada vitória, por não medirem esforços para que eu fosse feliz e conseguisse alcançar meus objetivos. Vocês são dois anjos que Deus me deu de presente ao nascer.

Agradeço ao meu esposo o Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Ramiro por todo amor, cuidado, apoio que me dá todos os dias e por me incentivar a lutar, cada vez mais, para alcançar objetivos na vida. Com certeza as suas orientações e conselhos foram fundamentais para a conclusão deste curso, bem como deste trabalho.

Agradeço as minhas filhas Tháymilly, Hadassa e Nicolle, que de forma especial e carinhosa me deram força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldade com expressões de amor.

Agradeço à minha secretária Ivone, que com tanto carinho cuida de nós, mesmo nos momentos mais difíceis e com palavras doces me incentivou neste sonho.

Agradeço a todos os meus colegas de turma, que conviveram comigo e ajudaram nessa caminhada. Sou grata também a todos os amigos que fiz durante o período do curso, por ajudarem nessa jornada tornando-a mais feliz e compensadora.

À minha admirável orientadora, pela paciência e generosidade desde o primeiro contato que fizemos ainda na graduação, quando sempre tão atenciosa, dedicada, me conduziu ao conhecimento de um mundo melhor. Pelas conversas e orientações. Pelo respeito, admiração, e carinho que desperta nos que estão a sua volta.

À banca examinadora, pelas sugestões, incentivo e trocas na etapa de Qualificação, e a todos os professores e funcionários da Universidade que me ensinaram e compartilharam seus conhecimentos durante esse curso.

Sou grata a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse concluir esse curso.

A todos vocês o meu muito obrigado e que Deus os abençoe sempre.

Lista de quadros

Quadro com núcleos do discurso do Sujeito A.....148

Lista de gráficos

Gráfico da Análise Gráfica do Discurso do Sujeito A.....	151
Gráfico da taxa de violência da pré-história aos dias atuais.....	31

RESUMO

Este trabalho objetiva apreender, conceituar e explicar como se dá a mediação para que a violência social se manifeste como característica psicológica individual. Partimos da hipótese que tal interiorização decorre das mediações a que está exposto cada indivíduo, pois os mediadores interferem na síntese das relações entre a consciência psicológica individual e a social. Teoricamente apoiamos nas teorias psicológicas elaboradas por Lev S. Vigotsky e nas proposições da Psicologia da Libertação, elaborada por Martín-Baró. Metodologicamente, tivemos como fundamento a epistemologia materialista histórico dialético, elaborados por Marx e Engels. Em consonância com a base teórico-filosófica, a técnica necessária para a análise dos dados é a decorrente da teoria Laneana: a Análise Gráfica do Discurso, ou seja, aplicamos a Análise Gráfica do Discurso Simplificada, como estruturada por Leão; que permite localizar os núcleos do pensamento usados para a elaboração do discurso, transformando-os em um *corpus* para análise, a ser interpretado no intuito de conhecer a consciência do indivíduo, identificando os processos psicológicos utilizados no discurso desdobrado. Destarte, compreender a fala do entrevistado como a manifestação possível sobre a violência devido aos conteúdos e mediadores em atividade na sua consciência. A técnica de coleta de dados foi à entrevista semiestruturada. Tomamos como dado para a análise, o discurso verbal elaborado por um sujeito inserido em um contexto social, reconhecido atualmente como violento. Neste contexto, entendemos que a constituição do homem se dá nas relações sociais estabelecidas em consonância com o modo de produção da vida em cada momento histórico. Por isso buscamos o conhecimento das funções psicológicas que possibilitam a constituição da consciência, inconsciente, linguagem, atividade e afetividade neste processo mediado, bem como os mediadores psicossociais que determinam esta estruturação psíquica como um todo. Para analisarmos como a mediação da violência social ganha sentidos diferentes promovendo comportamentos contrários às leis que regem a sociedade por meio dos mediadores psicossociais da violência internalizados que interferem na constituição psíquica dos sujeitos, recompusemos a História da violência, analisando as principais teorias que tentam explicá-la, como as inatista, comportamental, sociológica e histórica. Devido a sua função fundamental no processo de interiorização psíquica, buscamos entender o desenvolvimento histórico do processo de mediação e a sua participação no funcionamento psicológico. Nesta argumentação, concebemos a violência estrutural como processo psicossocial, desenvolvido na vida em sociedade. Compreendemos a origem e o desenvolvimento dos processos sociais entendendo a cultura como parte da natureza social humana que molda o funcionamento psicológico ao longo do processo histórico, ressaltando o caráter socialmente construído da subjetividade dos homens. Assim, o ato violento é efetivado pelo ser humano, cuja natureza é social e, portanto, aberta a diversas e contraditórias possibilidades. Logo, a violência é um produto das relações sociais de uma dada sociedade que expressa e canaliza forças e interesses sociais concretos em um marco estrutural que é determinado por conflitos de classes. Assim sendo, cada pessoa interioriza e expressa às características inerentes a sua sociedade concreta. A sua atividade é parte e expressão de forças sociais que mediarão à expressão e a configuração da violência.

Palavras-chave: Violência. Mediadores. Psicossociais.

ABSTRACT

This paper aims to apprehend, conceptualize and explain how mediation takes place so that social violence manifests itself as an individual psychological characteristic. We start from the hypothesis that such internalization derives from the mediations to which each individual is exposed, because the mediators interfere in the synthesis of the relations between individual and social psychological consciousness. Theoretically we rely on the psychological theories elaborated by Lev S. Vigotsky and the propositions of the Psychology of Liberation, elaborated by Martín-Baró. Methodologically, we had as foundation the dialectical historical materialist epistemology, elaborated by Marx and Engels. In line with the theoretical and philosophical basis, the technique required for data analysis is the one derived from the Lanean theory: the Graphic Discourse Analysis, that is, we apply the Simplified Discourse Graphic Analysis, as structured by Leão; which allows us to locate the nuclei of thought used for the elaboration of discourse, transforming them into a corpus for analysis, to be interpreted in order to know the individual's consciousness, identifying the psychological processes used in unfolded discourse. Thus, understand the interviewee's speech as the possible manifestation of violence due to the contents and mediators at work in their consciousness. The data collection technique was the semi-structured interview. We take as given for the analysis, the verbal discourse elaborated by a subject inserted in a social context, currently recognized as violent. In this context, we understand that the constitution of man occurs in social relations established in line with the mode of production of life in each historical moment. Therefore, we seek knowledge of the psychological functions that enable the constitution of consciousness, the unconscious, language, activity and affectivity in this mediated process, as well as the psychosocial mediators that determine this psychic structure as a whole. To analyze how the mediation of social violence gains different meanings by promoting behaviors contrary to the laws governing society through internalized psychosocial mediators of violence that interfere with the subjects' psychic constitution, we recomposed the History of violence, analyzing the main theories that try to explain them. There, as the innate, behavioral, sociological and historical ones. Due to its fundamental role in the process of psychic internalization, we seek to understand the historical development of the mediation process and its participation in psychological functioning. In this argument, we conceive of structural violence as a psychosocial process developed in life in society. We understand the origin and development of social processes by understanding culture as part of the human social nature that shapes psychological functioning throughout the historical process, highlighting the socially constructed character of men's subjectivity. Thus, the violent act is effected by the human being, whose nature is social and therefore open to various and contradictory possibilities. Thus, violence is a product of the social relations of a given society that expresses and channels concrete social forces and interests within a structural framework that is determined by class conflicts. Thus, each person internalizes and expresses the characteristics inherent in their concrete society. Its activity is part and expression of social forces that mediated the expression and configuration of violence.

Key words: Violence. Mediators. Psychosocial.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA	29
2.1 Violência: das sociedades primitivas à antiguidade clássica	30
2.2 Violência na Idade Média	41
2.3 Violência na Modernidade.....	50
2.4. Violência na Contemporaneidade	55
3 PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA: ENFOQUES TEÓRICOS.....	69
3.1 Violência Inata ou Instintiva	69
3.1.1. Do pensamento hobbesiano ao etológico	70
3.2 Violência Comportamental	81
3.2.1 Modelo frustração-agressão	85
3.2.2 Aprendizagem social.....	89
3.3 Violência Sociológica Positivista e Histórica.....	92
3.3.1. História psicossocial da violência.	95
3.3.2 A abertura humana à violência e agressão	95
3.3.3 O contexto social: a luta de classes	97
3.3.4. A elaboração social da violência.....	99
3.3.5 As causas imediatas da violência.	101
3.3.6 A institucionalização da violência.....	103
4 MÉTODO E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO DA VERDADE: TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE MEDIAÇÃO	106
4.1 Mediação para a Psicologia Sócio Histórica	122
5 MEDIADORES PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA	135
5.1 Análise Gráfica do discurso simplificada: técnica para o desvelamento do movimento intrapicológico para o interpsicológico.....	145
5.2 A Interpretação sócio histórica do movimento intrapicológico para interpsicológico.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GUIA DE CONCLUSÃO	176
REFERÊNCIAS	190
ANEXOS	199
ANEXO I – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	200
ANEXO II – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS – CEP/UFMS	203

ANEXO III- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	208
ANEXO IV- ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA-SUJEITO A	209
ANEXO V – DISCURSO NORMALIZADO- CORPUS PARA A ANÁLISE	211

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o relatório da pesquisa desenvolvida durante o Curso de Mestrado em Psicologia. Ela teve a intenção de apreender, analisar e conceituar os mediadores que promovem a violência como síntese das relações entre a consciência psicológica individual e a social.

Isto é, a relação do homem com a história da coletividade à qual pertence e, a relação da sua própria singularidade dentro dela. De modo que a consciência não é coisa, não é instância, nem tem a vida própria, não existe aparte da materialidade do ser, numa perspectiva marxiana: a consciência é o ser humano consciente, e a consciência social é a capacidade de um sujeito reconhecer-se enquanto membro pertencente a uma classe social que mantenha relações antagônicas com outras classes. A consciência social manifesta-se através da ideologia, política, da religião, da arte, da filosofia, da ciência, e, inclusive, da estrutura jurídica de uma sociedade, como asseveram Marx e Engels (1982) em a Ideologia Alemã:

Em contraste direto com a filosofia alemã, descendo do céu à terra, aqui nos elevamos da terra ao céu. Quer isso dizer, não partimos do que os homens dizem, imaginam, concebem, nem dos homens como descritos, pensados, imaginados, concebidos, a fim de chegar aos homens de carne e osso. Princípios com homens reais, ativos, e baseados em seu verdadeiro processo vital demonstramos a evolução dos reflexos e ecos ideológicos desse processo vital. Os fantasmas formados no cérebro humano são também forçosamente sublimados de seu processo vital, empiricamente verificável e ligados a premissas materiais. Moral, religião, metafísica e todo o restante da ideologia e suas formas correspondentes de consciência, pois, não mais conservam o aspecto de sua independência. Elas não têm história nem evolução; mas os homens, desenvolvendo sua produção material e seu intercâmbio material, alteram, a par disso, sua existência real, seu pensamento e os produtos deste. A vida não é determinada pela consciência, mas esta pela vida. No primeiro método de abordagem, o ponto de partida é a consciência tomada como o indivíduo vivo; no segundo, são os próprios indivíduos vivos reais, tal como são na vida concreta, e a consciência é considerada unicamente como consciência deles (p. 172).

Por outro lado, para Vigostki (1996a) a consciência não é um movimento que surge individualmente, mas que só se realiza no indivíduo à medida que ele se relaciona consigo do mesmo modo que se relaciona com os outros no contexto de uma dada cultura. A consciência é sempre consciência socialmente mediada de alguma coisa (VIGOTSKI, 1928-1933/1996): é a própria relação da criança com o meio e, de modo mais tardio da pessoa consigo mesma (LURIA, 1988). A consciência não é um sistema estático mecanicista: relaciona-se ao desenvolvimento da conduta voluntária. A consciência que não existe senão como consciência de determinados seres humanos vivos, não pode surgir para eles senão mediante uma relação social.

Além disso, o caráter desta mesma relação social, no humano, é histórico e cultural, pois os seres humanos não se unem em grupos tais como aquelas presentes em outras espécies animais que vivem em grupos e/ou se organizam coletivamente (DELARI JÚNIOR, 2013).

Assim, a relação social humana é constituída historicamente, mediante lutas sociais e relações de poder e, de modo indissociável, culturalmente mediante diversas tradições e contradições constituídas como diferentes arranjos de linguagem e/ou processos de significação.

As relações sociais propriamente humanas são mediadas pela linguagem, até mesmo o uso de instrumentos propriamente humano também o é. Logo, a consciência, como processo que não pode se dar fora de um ser humano individual singular, não é possível senão como função de relações sociais, as quais, por sua vez, também não são possíveis senão como práticas coletivas mediadas pela linguagem.

Desse modo, a opção por realizar uma pesquisa que focalizasse a violência como síntese das relações entre consciências psicológicas social e individual deve-se a condição histórica e cultural dessas relações sociais humanas, já que o fenômeno em estudo manifesta-se diferentemente conforme cada período histórico, quando para atender o modo de produção vigente determinadas condições sociais são estabelecidas, e nestas se produzem a violência como produto em consonância com cada época.

Isto porque essas relações sociais humanas são mediadas por aspectos concretos que se tornam mediadores psicossociais como: caráter multifacetado da violência, disposição humana, condição histórica, incerteza dos limites, estrutura formal, aspecto pessoal, contexto possibilitador e fundo ideológico, porque constituem o conteúdo e as próprias funções psicológicas ao longo do processo histórico de uma sociedade e da ontogênese e sociogênese da vida de um sujeito, ressaltando o caráter socialmente construído da subjetividade dos homens. Logo, a violência é hipoteticamente, expressa individualmente após a interiorização da violência social e suas formas de expressão.

Sendo assim, a fim de explicar como se dá a mediação para que a violência social/estrutural se manifeste como característica psicológica individual, a partir da hipótese de que tal transformação decorre da potência dos mediadores a que está exposto cada indivíduo, pois os mediadores interferem na síntese das relações entre a consciência psicológica individual e as características sociais. Isso porque, pressupomos que um dos aspectos sociais que exercem a função mediadora são os significados, as explicações que cada sociedade constrói sobre a sua realidade, e que integram os conteúdos da linguagem: sistema

de signos reversíveis, organizado segundo os princípios de multifuncionalidade, comunicação e generalização.

E como aponta Pino (1991), o caráter generalizante do significado das palavras permite as duas funções principais da linguagem que a articulam com o pensamento: a comunicativa e a representativa. Ambas interligadas. Logo, a mediação da violência social ganha sentidos diferentes promovendo comportamentos contrários às leis que regem a sociedade por meio dos mediadores psicossociais da violência internalizados que interferem na constituição psíquica dos sujeitos.

Por isso, o presente trabalho teve seus alicerces em dois interesses principais da autora. O primeiro deles, datado de longo tempo, refere-se à violência expressa individualmente que ocorre em larga escala na sociedade, especialmente nas grandes cidades e que passou a ser encarada com um desafio da nossa vida cotidiana. O que vamos ilustrar com os dados apresentados por Cerqueira *et al* (2019). Violência com a qual trabalho em toda a minha trajetória como profissional da segurança pública, mesmo quando desenvolvia ações preventivas de segurança comunitária ou de aproximação, em regiões periféricas de Campo Grande-MS, e que dentre os problemas identificados, o apontado como principal, nos bairros de populações pobres, era a violência. O segundo, mais recente, são as possibilidades que se apresentaram para a realização do meu trabalho pela abordagem psicossocial das relações entre os membros de um grupo social, bem como do comportamento do homem nestas interações sociais na sociedade em que está inserido.

Assim, esta pesquisa foi planejada visando possibilitar novas aprendizagens referentes aos dois aspectos de interesse supracitados. Além disso, surgiu nesse ínterim a expectativa de produzir dados que subsidiem a adoção de práticas mais efetivas na prevenção e combate à violência, realizadas nos bairros de populações pobres. A partir da compreensão do seu conceito, como elaborado por Martín-Baró que define a violência como:

Processo histórico, pois o ato violento é efetivado pelo ser humano, cuja natureza é histórica e, portanto, aberta a diversas e contraditórias possibilidades. Cada pessoa expressa os marcos e as possibilidades de uma sociedade concreta. A sua atividade é parte e expressão de forças sociais que facilitam ou não a expressão e a configuração da violência. Assim, a violência é um produto das relações sociais de uma dada sociedade que expressa e canaliza forças e interesses sociais concretos em um marco estrutural que é determinado por conflitos de classes (1985/2012, p. 365-366).

Nesta perspectiva, todo ato ao que se aplique uma dose de força excessiva, contra algo ou alguém, pode ser considerado como violento. Ou seja, o conceito de violência é mais amplo que o de agressão. Esta é “uma forma de violência: aquela que aplica a força contra alguém de maneira intencional, isto é, aquela ação pela qual se pretende causar dano em outra

pessoa”(MARTIN-BARÓ, 1985-2012, p. 365-366). Portanto, para uma ação ser violenta não é necessário existir intencionalidade e, por isso, é possível falar, por exemplo, de uma estrutura social que é violenta, isto é, que cria condições sociais que forçam as pessoas a agirem de uma dada maneira (MARTIN-BARÓ, 1988a).

Então, a violência é caracterizada pela multiplicidade de formas e manifestações. Além das diversas possibilidades, como destaca Martín-Baró (1985/2012; 1988a; 1988b) ao falar das formas de violência que interferem e produzem outras formas de violência, como a violência estrutural, que para este autor é, a causa primeira de qualquer outra modalidade de violência nas sociedades capitalistas. Para ele, a cisão da sociedade em grupos com interesses objetivos irreconciliáveis cria uma situação constante de luta que só pode resultar na manutenção de uma ordem social sustentada pelo recurso permanente à violência. A violência estrutural então: é, precisamente, a configuração de uma ordem social em que uma minoria comanda uma maioria por meio de um estado de violência dominadora.

No entanto, mesmo as diferenças conceituais nos respectivos momentos históricos e contextos sociais não são suficientes quando se trata de analisar casos concretos, pois nos deparamos com a complexa tarefa de análise da cultura, quando consideramos os antecedentes culturais, crenças e desenvolvimento dos processos mentais dos seres humanos, quando na relação entre a consciência psicológica individual e social.

Diante disso, será com uma abordagem Sócio Histórica das relações entre os indivíduos de uma sociedade, mediadas pelas características da sociedade capitalista, que buscaremos entender se há determinações da classe social e quais seriam as que podem ser consideradas promotoras de consciências, nas quais os significados e sentidos representam a violência normal. Visto que uma vasta bibliografia como Cerqueira (2013, 2014, 2016), Glaeser; Sacerdote e Scheinkman (1996) relacionam às classes sociais os indicadores multidimensionais da violência cuja ideologia da classe dominante é a hegemônica e que aparece a todos como a verdade, buscaremos apreender como as representações das classes sociais, seus princípios ideológicos sobre a sociedade capitalista medeiam às consciências dos membros da classe trabalhadora e como seus membros os interiorizam e os expressam nos sentidos que constroem. Pretendemos, assim, explicar quais são os processos sócio históricos que contribuem para que a violência social se manifeste como característica psicológica individual.

Compreendido o processo da violência como social, tomaremos a Teoria Psicologia Sócio Histórica como referencial teórico para explicarmos a origem e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores que influenciam nas manifestações

individuais de violência. Isso porque, segundo Vigotski (2002), essas funções psicológicas têm gênese social, porque a cultura inerente a cada sociedade é construída ao longo do processo histórico, torna-se a natureza humana constituindo o funcionamento psicológico dos sujeitos.

Como entendemos que o objeto da nossa pesquisa, ainda que seja manifesto constantemente, tem características inerentes ao período histórico da sociedade em que se mostra. E que nos indivíduos as suas formas de manifestações são diferentes das suas características tal como é proposto por Martín-Baró (1985/2012) ao tratar dos processos psicossociais da defesa de uma concepção dialética e crítica da sociedade, concebendo a violência como produto das relações sociais. Logo, concebemos que a violência expressa individualmente se realiza após a interiorização da violência social e suas formas de expressão.

Por isso no primeiro capítulo, buscando uma visão mais ampla sobre o fenômeno, abordamos os aspectos históricos da violência. É uma análise temporal e espacial das manifestações da violência nos diversos momentos históricos: da pré-história, antiguidade clássica, idade média, modernidade e contemporaneidade.

No segundo capítulo tratamos do fenômeno da violência sob uma perspectiva psicossocial dos enfoques teóricos que explicam sua origem sob um entendimento: inatista, comportamental, sociológico positivista e histórico. Cujas apreciações não direcionam apenas a críticas, mas pelo contrário ampliou nossos conhecimentos e conduziu-nos a certeza da base epistemológica e teórica escolhida para os resultados que pretendíamos com o desenvolvimento desta pesquisa.

Nesta discussão, tais concepções ganham particularidades e suscitam outros questionamentos sobre as ocorrências e a continuidade dos atos violentos diante da ausência de exigibilidade de necessidade na ação violenta. Pois, se por um lado sob o argumento que só é possível falar em estrutura social violenta quando esta cria condições sociais que conduzem as pessoas a agirem de uma dada maneira, por outro não explica o porquê da sua manifestação e continuidade se os indivíduos não têm essa necessidade.

Assim, a partir da hipótese de que a violência sócio estrutural se manifesta como característica psicológica individual, considerando os processos sociais em curso e as circunstâncias históricas específicas da sociedade capitalista que permitem uma visão integral-sistêmica da violência, tal como Martín-Baró (2003), tomamos os pressupostos da violência e os aspectos comuns constitutivos do ato violento, respectivamente e ressignificamos como mediadores psicossociais, que são: a) caráter multifacetado da

violência: apresenta-se de várias formas e tipos, generalizando significados; b) Disposição humana para a violência: conforme as condições histórico-sociais o homem encontra-se aberto para executá-la; c) Caráter Histórico da violência: não se pode entender a violência fora do contexto e tempo em que se produz; d) Incerteza dos limites da violência: um ato violento leva a outro como efeito constituindo um ciclo violento mediado socialmente o que é chamado de espiral da violência; e) Estrutura formal: que pode ser instrumental ou final a sua operacionalização; f) aspecto pessoal: que são marcas pessoais ou grupais em determinados comportamentos violentos; g) contexto possibilitador: que pode ser mediado (social) ou imediato (situacional); h) fundo ideológico: justificação da violência, por também exercerem função mediadora nas relações sociais.

Frente a tais considerações é que entendemos a violência para além das concepções psicologizantes, que explicam o ato violento a partir da psique do indivíduo ou que naturalizam os processos violentos de forma biológica. Tal como abordado por Martín-Baró (1985/2012), concebemos que a violência está presente na própria estrutura da sociedade, ou seja, é parte constitutiva das instituições sociais, originando assim, todas as outras formas de violência, inclusive a do oprimido, que tem sempre suas raízes nas condições estruturais de injustiça e desigualdade.

Deste modo, no quarto capítulo, consignamos a ideia de que a mediação é fundamento essencial para o entendimento do psiquismo humano, pois é a partir dela que compreendemos o movimento de constituição da consciência humana. Nestas, as funções psicológicas superiores, transformam-se numa relação dialética estabelecida entre si e com o meio, consubstancialmente mediada pela atividade, pela linguagem e pela afetividade. Assim, as funções psicológicas elementares se desenvolvem a partir da mediação semiótica e transformam-se em funções psicológicas superiores. A mente forma conceitos pela mediação dos signos, e a linguagem passa a ser o meio mais importante para a comunicação social.

No quinto capítulo a fim de explicar como se dá a mediação para que a violência social se manifeste como característica psicológica individual, e como a hipótese já mencionada realiza-se, apoiamo-nos teoricamente nas teorias psicológicas elaboradas por Lev S. Vigotsky e nas proposições da Psicologia da Libertação, elaborada por Martín-Baró. Metodologicamente, tivemos como fundamento a epistemologia materialista histórica dialético, elaborados por Marx e Engels. Em consonância com a base teórico-filosófica, a técnica necessária para a análise dos dados é a decorrente da teoria Laneana: a Análise Gráfica do Discurso, ou seja, aplicamos a Análise Gráfica do Discurso Simplificada, como

organizada por Leão; considerando os discursos verbais elaborados pelos sujeitos quando das intervenções empíricas.

Neste contexto, entendemos que a constituição do homem se dá nas relações sociais que este estabelece de acordo com o modo de produção da vida no momento histórico em que vive. Por isso fez-se necessário o entendimento das funções psicológicas que vão possibilitar a constituição da consciência, inconsciente, linguagem, atividade e afetividade neste processo mediado, bem como os mediadores psicossociais determinam esta estruturação psíquica como um todo. Para analisarmos como a mediação da violência social ganha sentidos diferentes devidos aos mediadores psicossociais que promovem comportamentos contrários às leis que regem a sociedade, tal como a violência. Essa ao ser internalizada interfere na constituição psíquica dos sujeitos.

Para entendermos o processo psicossocial que cria e acata a violência, recompusemos a História da violência, analisamos as principais teorias que tentam explicá-la, como as inatista, comportamental, sociológica e histórica sobre os sujeitos violentos a partir da *Psicologia social desde a Centroamérica* de Ignacio Martin-Baró.

E, devido a sua função fundamental no processo de interiorização psíquica, buscamos entender o desenvolvimento histórico do processo de mediação e a sua participação no funcionamento psicológico. Entendido como se estabelecem as relações entre os aspectos interpsicológicos, sociais, e os intrapsicológicos, individuais e como explicitá-las, tomamos como dado para a análise, o discurso verbal elaborado por um sujeito inserido em um contexto social, um bairro com moradores pobres, reconhecido atualmente como violento. A técnica para a coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada.

A entrevistada, identificada como Sujeito A, trata-se de uma mulher de 42 anos, que possui Ensino Médio Completo, empregada doméstica, participante ativa das reuniões do Conselho Comunitário de Segurança Pública, que reside em um bairro situado na região do Anhaduzinho, região periférica de Campo Grande-MS. E, foi em uma dessas reuniões comunitárias, que conhecemos o Sujeito A, e convidamo-lo para participar de nossa pesquisa. Assim que aceitei o convite, marcamos a data da entrevista e iniciamos os trabalhos relativos à coleta e tratamento dos dados e interpretação de acordo com a técnica eleita: Análise Gráfica Simplificada.

O procedimento para o exame dos dados, a Análise Gráfica Simplificada do discurso, exige que organizem os dados recolhidos transformando-os em um corpus para a análise a ser interpretado, no intuito de conhecer a consciência dos indivíduos, permitindo o estudo de processos subjetivos, analisando os fenômenos conscientes, cuja análise assim nos permitiu

identificar os processos psicológicos utilizados no discurso desdobrado e, portanto, compreendermos a fala do entrevistado como a manifestação possível sobre a violência devido aos conteúdos e mediadores em atividade na sua consciência.

Nesta argumentação, entendemos a violência como processo psicossocial, cujo espaço de desenvolvimento é a vida em sociedade, compreendendo a origem e o desenvolvimento dos processos sociais e entendendo a cultura como parte da natureza humana moldando o funcionamento psicológico ao longo do processo histórico, ressaltando o caráter socialmente construído da subjetividade dos homens, que a nosso entender direcionará toda sua conduta como ser social, e, portanto, considerados critérios significativos para nossa análise.

Nesta análise buscamos investigar os aspectos psicológicos dos indivíduos que se encontram sob a condição de violento, ou seja, que em algum momento manifestou esta característica psicológica individual. Buscamos explicar as consequências para a consciência e o inconsciente devido à exposição em que está submetido durante a formação dos processos psíquicos.

Para tanto, nos orientamos na hipótese que isto se dá de forma mediada por aspectos psicossociais inerentes ao contexto de violência social, mais precisamente estrutural, cíclica e multifacetada. E, que na construção de conceitos cotidianos, as emoções corroboram para as mudanças de sentidos e significados sobre cada indivíduo.

A história, parte dinâmica deste trabalho, como processo explicativo de qualquer fenômeno exige que se oportunize como se deu todo o desenvolvimento do fenômeno em questão. E, tecnicamente isso se torna possível quando nos situamos na realidade histórica e circunstâncias em que se promoveu o fenômeno, assim como os pensamentos pessoais decorrentes que poderão ser rerepresentados em uma determinada sociedade.

E como assevera Leão (1994), a importância de considerarmos o contexto histórico de um evento é esquivar-se de análises e conclusões futuras limitadas. Isso porque, a análise histórica permite-nos superar a aparência e atingir a essência do fenômeno estudado a partir da delimitação do contexto histórico, apropriando da sua gênese e abordá-lo em sua totalidade. E, assim conhecer a verdade sobre os diferentes aspectos do evento, em virtude das diferentes sínteses das condições diferentes em cada período histórico.

As condições materiais, produzidas pela atividade humana, e que se mostram na situação ou estado das pessoas ou coisas em certo período: seria a conjuntura do fenômeno violência, e foram abordadas neste trabalho por meio da dialética marxista, em que tais condições materiais de existência são determinantes de como os homens se organizam, criam leis e costumes estabelecendo relações sociais em torno da noção de trabalho.

Relações sociais essas que na perspectiva sócio Histórica possibilitarão a constituição da consciência, objeto de nossa análise gráfica do discurso simplificada - técnica para o desvelamento do movimento intrapsicológico para o interpsicológico - que nos permitirá a análise da consciência do sujeito sobre tais condições materiais a partir das representações, sentidos, significados e funções usadas para lidar com as condições materiais.

Devido às características e exigências desta técnica, torna-se viável a realização deste estudo com apenas um participante. Ainda subsidiaram a nossa escolha de buscarmos os dados com uma pessoa apenas os estudos da Estatística e da Psicologia Social, que fundamentam tal possibilidade desde que abordemos com um mediano, ou seja, aquele que carrega as características psicossociais da média do grupo social que participa e pode representar. Portanto, nos preocupamos que ele seja um Sujeito Representativo do grupo submetido às condições que tomamos como prováveis promotoras da violência individual. Embora consideramos a totalidade marxista de realidade concreta, não concebemos uma generalização, e por isso estudamos as partes do todo, considerando os critérios significativos para o momento.

Esta análise permite-nos que tomemos os homens como constituídos pelas suas relações sociais e pelo caráter histórico dessas relações. Trata-se de um sujeito constituído pelos aspectos sociais e psicológicos de um determinado grupo, porque assim o é: resultado da relação entre o indivíduo e a sociedade, portanto capaz de representar um grupo como ente deste.

Para Cordioli (2009) *apud* Caramalac (2015), devemos nos basear na relação universal com o singular, pois é no segundo que o primeiro se materializa. Assim, o singular guarda uma parte ou aspecto do universal, isto é, a relação entre os singulares faz que possuam características comuns, portanto universais.

Então, iniciamos nossa trajetória primeiramente submetendo o nosso projeto de pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul, a fim de obter parecer consubstanciado aprovado (anexo II), para o procedimento da pesquisa, inclusive da entrevista semiestruturada. Tão logo aprovado, marcamos a data da entrevista para o dia 02/05/2019, no endereço descrito no Termo de Consentimento Livre Esclarecido TCLE (anexo I), e cujo roteiro da respectiva entrevista não consiste apenas na coleta de dados, mas também localiza o indivíduo no contexto histórico e social em que se produziu como: idade, sexo, educação e profissão.

O roteiro da entrevista propriamente dita (anexo III) foi realizado buscando alcançar as informações com uma pergunta geradora: 1) O que você entende por violência? Essa

indagação, técnica e teoricamente deve ser apreendida pelo entrevistado como um afeto, que o desequilibre para que entre em atividade psíquica e construa o discurso que nos apresentou. Como é o próprio da entrevista semiestruturada, pudemos apresentar outros questionamentos, mesmo que não contassem no roteiro previamente elaborado, a fim de esclarecer dúvidas.

Conforme previsto, não houve nenhuma dificuldade para a realização da entrevista, que foi iniciada após a leitura e a assinatura voluntária do TCLE. Foram assinadas duas vias por mim e pelo entrevistado, ficando cada um com uma cópia para arquivamento. Ato contínuo a esta realização, dediquei-me aos procedimentos de aplicação da técnica: entrevista do sujeito A (anexo IV), Corpus da análise normalizado (anexo V).

Todavia, antes de explicarmos como chegamos aos resultados, falaremos das funções da linguagem e a sua importância para a constituição da consciência humana, detalhe imprescindível para utilizarmos a Análise Gráfica do Discurso Simplificada como proposta por Leão (2007).

A linguagem exerce suma importância na passagem para a atividade consciente do homem. Em sua estrutura, a palavra é o elemento fundamental, pois, ela “designa coisas, individualiza suas características” (LURIA, 1986, p. 27), em outras palavras, codifica nossa experiência. Paulatinamente a palavra vai se desprendendo dessa relação direta com o objeto e adquirindo um caráter semiótico, que é a estrutura psicológica da palavra. Esse é o campo que mais nos interessa.

Como afirma Mattos (2018) às palavras carregam diferentes significados, se constituem como plurissignificadas e, portanto o que determinará o real significado delas é o contexto onde elas são usadas, a situação e também o tom em que são pronunciadas. Ou seja:

Portanto, tanto o processo de denominação quanto o processo de percepção da palavra na realidade deve ser examinado com um complexo processo de escolha necessária do “significado imediato” da palavra, entre todo o “campo semântico” por ela evocado (LURIA, 1986, p. 35, destaques no original).

Dessa forma entendemos que à palavra não se atribui apenas a função designativa, mas também a de comunicação e, para tal, é necessário abstrair e também generalizar os objetos; o que faz com que a palavra seja um instrumento do pensamento. Todavia, uma palavra sozinha não expressa uma ideia integral, para tanto, temos as frases que, por mais simples que sejam, são capazes de comunicar algo, de expressar pensamento.

Para Mattos (2018) no discurso verbal, a fala, é possível apreender a ideia expressa, ou seja, o pensamento que foi desdobrado em palavras e exposto exteriormente para o meio social. Esta possibilidade decorre da estrutura do pensamento ser a mesma da língua usada pelo falante e, então, o ouvinte, que conhecer esta mesma estrutura vai apreender que:

[...] nos casos mais simples, limitam-se apenas ao sujeito e predicado (“a casa arde”); nos casos mais complexo, incluem o sujeito, o predicado e o objeto (“a criança bateu no cachorro”, “a menina toma chá”); sobre esta base formam-se enunciações que podem expressar praticamente qualquer ideia ou pensamento (LURIA, 1986, p. 123, destaques no original).

Para que ocorra a alocação verbal, ela tem que ser necessária; decorrer de uma necessidade do falante de expressar um determinado conteúdo. Essa necessidade pode ser provocada por um afeto externo, como foi o caso da pergunta desencadeadora que utilizamos na entrevista, que foi: O que você entende por violência? Com ela produzimos uma afetação no sujeito, que o levou a entrar em atividade e elaborar o pensamento que apresentou como o seu discurso.

Ao ser desencadeado esse processo, a elaboração do pensamento que visa a responder à pergunta inicia-se. Primeiramente, ele pode ser um diálogo do sujeito consigo mesmo ou já ter início como um monólogo. Mas, à medida que o sujeito domina a linguagem conceitual e outros aspectos da cultura envolvidos na elaboração do pensamento, como o significado social e os sentidos que se atribui às palavras ele realiza o seu pensamento baseado em operações semânticas e sintáticas como um monólogo condensado. Essa atividade constrói a ideia que elaborará o afeto.

Portanto, trata-se de processos subjetivos, de processos e funções que são próprios do sujeito por pertencer ao domínio de sua consciência. Mas, cabe ressaltar que as subjetividades, como condição radical para a constituição dos sujeitos psicológicos, para a teoria psicológica Sócio Histórica está intimamente relacionado ao sujeito político. Aquele capaz de ter consciência da realidade da sociedade, suas consequências para os indivíduos, por essas ser afetado e, tal como transforma a natureza para atender às suas necessidades, também entre em atividade para transformar a sociedade para torná-la mais favorável à sua existência a ponto de causar mudanças. O sujeito cuja subjetividade se constitui integrada à consciência é um sujeito político, e, portanto, um sujeito ativo.

Para Luria (1986) o sujeito, se for consciente do mundo e de si, conhece o que pretende formular para enunciar, porém a dificuldade está justamente em transformar o sentido subjetivo em significações que podem ser compreendidas pelos outros sujeitos. Além de que a ideia formulada é desconhecida para o sujeito, pois ela é elaborada sob a forma condensada: não é mais um processo dialógico nem monológico, porque temos a ciência de que somos quem está pensando e sobre o que estamos pensando. Mas, a ideia terá que ser desdobrada para a comunicação e, é neste processo preparatório para o discurso que a ideia deve ser tornar consciente para o falante. Porque agora ele terá que considerar o ouvinte e as determinações sociais que regem a comunicação a cada situação específica. Ou seja, para

comunicarmos os nossos pensamentos temos que agir como sujeitos políticos: considerar o outro como sujeito social, que tem as suas especificidades devidas a sua inserção social. Para tanto, é necessário termos consciência da realidade e das suas implicações para nós e para o outro.

Posteriormente o sujeito prepara a exteriorização do pensamento ao transformá-lo de uma linguagem interior, condensada para a forma desdobrada, conhecida como fala ou linguagem verbal oral ou discurso. Aqui, o sentido traduzido em um sistema de significados verbais desdobrados, sintaticamente organizados (LURIA, 1986). É um processo complexo e diferencia-se da linguagem interna, na medida em que esta possui característica puramente funcional, sendo marcada por abreviações e palavras isoladas. Já a linguagem falada exige a transformação da representação ideativa, a vocalização dos significados e o controle do contexto social: não se usa qualquer palavra, nem qualquer entonação em diferentes ambientes nem para diferentes interlocutores.

Foram as características da língua que permitiram a criação da Análise Gráfica do Discurso, de cujos resultados que alcançamos nessa pesquisa apresentaremos, posteriormente, a interpretação. Em síntese, podemos afirmar que “pensamos com a língua que falamos e, por isso, nosso pensamento pode desvelar as falas”. (LEÃO, 2007, s/p). Também, devemos ressaltar que a linguagem interior é o que permite a elaboração das ideias, seus desdobramentos e organizações até os enunciados comunicativos. Portanto, ela é fundamental no processo de pensamento porque ele é realizado com os recursos linguísticos; desde a representação da realidade pelas palavras até o ordenamento metódico oferecido pela sintática e a semântica.

A linguagem é, portanto uma ferramenta simbólica. Assim como a atividade é um sistema mediador para os homens promoverem a transformação do meio e da consciência, quando as utilizam como instrumentos. Estas duas categorias de mediação, de forma dialética, mantêm as relações sociais e o desenvolvimento da consciência.

A mediação para a teoria psicológica Sócio Histórica, base teórica de nossa pesquisa, se caracteriza, por analogia com as ferramentas materiais, pela inserção de meios simbólicos, entre sujeito e objeto para possibilitar as relações sociais, tendo como fim a realização de uma atividade, tanto para a modificação da natureza como para a apropriação da cultura.

Assim,

[...] Da mesma forma como o primeiro uso de instrumentos refuta a noção de que o desenvolvimento representa um mero desdobrar de um sistema de atividade organicamente predeterminado da criança, o primeiro uso de signos demonstra que não pode existir, para cada função psicológica, um único sistema interno de atividade organicamente predeterminado. O uso de meios artificiais – a transição

para a atividade mediada – muda fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar. Nesse contexto, podemos usar o termo função psicológica *superior*, ou *comportamento superior* com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica (VIGOTSKI, 1991, p. 63, destaques no original).

A importância da mediação para o psiquismo é que ela possibilita o que Vigotski (1991) denominou de internalização, que consiste na reconstrução interna da operação externa mediada por ferramentas e signos. Assim o indivíduo utiliza mediadores para a execução dos atos voluntários e essas atividades encontram no tónus volitivo-afetivo já interiorizado, a força para o sujeito a autodeterminar suas ações.

Isto porque, uma operação que representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente. Assim, “Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (*interpsicológica*), e, depois, no *interior da criança (intrapsicológica)*.” (Vygotsky, 1991, p. 64, destaques do original). “Para nós, falar sobre processo *externo* significa falar social. Qualquer função psicológica superior foi externa - significa que ela foi social; antes de se tornar função, ela foi uma relação social entre duas pessoas.” (VIGOTSKI, 2000, p. 24).

Portanto,

O desenvolvimento psíquico é o resultado da ação da sociedade sobre os indivíduos para integrá-los na complexa rede de relações sociais e culturais que constituem uma formação social. As funções psicológicas são efeito/causa da atividade social dos homens, resultado de um processo histórico de organização da atividade social. Para tornar-se um ser ‘humano’, a criança terá de ‘reconstituir’ nela (não simplesmente reproduzir) o que já é aquisição da espécie. Isso supõe processos de interação e intercomunicação sociais que só são possíveis graças a sistemas de mediação altamente complexos, produzidos socialmente (PINO, 1991, p. 34-35, destaques no original).

E isto só é possível por meio da linguagem, cujo desenvolvimento sistemático permite que os indivíduos formem conceitos, por meio do significado da palavra, uma vez que este permite a generalização.

No entanto, a formação de conceitos não se inicia com a educação institucionalizada, pois o indivíduo os forma em sua atividade prática e experiências quando se estabelece a comunicação mediada com os outros indivíduos ao seu redor, ou seja, nas situações informais de aprendizagem, que se aprendem os conceitos cotidianos. No entanto, para formarem aos conceitos científicos ou generalizações de segunda ordem, os indivíduos dependem da mediação de outros conceitos. Pois, como demonstrou Vigostki (2004), para se entender o conceito tem que se considerar o significado da palavra e o seu movimento no pensamento discursivo.

Como ele (2009) explicou o pensamento não se expressa, mas se realiza na palavra.

A função psicossocial das palavras não se reduz à expressão e compreensão do pensado e das emoções, pois é com elas que o pensamento e as emoções representam o mundo e quando estão assim materializados, se pode operar os seus processos. Por isso, pensamento e linguagem só se apresentam como dois processos independentes no início do desenvolvimento. Ou seja, existe uma fase pré-verbal do pensamento, nela antes de dominarmos a linguagem, já temos um pensamento prático: a capacidade de resolvermos problemas práticos, de utilizarmos instrumentos e meios para atingirmos nossos objetivos.

Já a fase pré-intelectual da linguagem é apreensível ao observamos que mesmo sem o domínio da linguagem como um sistema simbólico, é possível às manifestações verbais, tais como o choro e o riso que têm a função de alívio emocional e meios para o contato social e de comunicação.

Quando o pensamento e a linguagem se fundem a fala passa desempenhar uma função simbólica, generalizante e torna-se intelectual, enquanto o pensamento passa a ser mediado por conceitos relacionados à linguagem e assim, torna-se verbal.

As transformações que criam o pensamento verbal são promovidas pelo Significado Social das palavras. É por ele que o pensamento e a linguagem se unem, uma vez que os significados carregam em si dois componentes: a capacidade de fornecer os conceitos e suas formas de organização básicas, já o sentido, é aquilo que a palavra representa para cada indivíduo e é dado pela vivência pessoal. O sentido também depende do intercâmbio social, pois, a transformação do significado não se dá apenas pela experiência vivida, mas por definições, ordenações e referências já consolidadas em sua cultura.

Portanto, é o pensamento verbal que nos permite ter consciência da realidade, e tanto que, no conceito cotidiano o último estágio é a definição verbal. Ou seja, mesmo que haja o conhecimento, mas não se pode dizer o que ele representa, ao contrário do conceito científico que se inicia na definição verbal, por meio da conscientização da palavra. Por isso, o processo de formação do pensamento através da linguagem é descrito por Vigotsky por meio do conceito de mediação:

Não apenas o pensamento é mediatizado externamente pelos signos, mas ele o é interiormente pelas significações (...). Não se pode conseguir fazê-lo, a não ser por uma via indireta, mediada, ou seja, graças a mediatização interna de pensamento, primeiramente pelas significações, em seguida pelas palavras. É por isso que o pensamento nunca equivale à significação literal das palavras. A significação serve de mediação entre o pensamento e a expressão verbal, ou seja, a via que vai do pensamento a palavra é indireta, interiormente mediada (VYGOTSKY, (1934/1973), p. 493).

Neste sentido, os significados nos permitem conhecer melhor as determinações sociais sofridas pelo homem, já nos sentidos mostram seus aspectos subjetivos. Tecnicamente, para

apropriação dos significados e sentidos que permitem compreender melhor o fenômeno social tido como violência, assim como se dá a mediação para que a violência social se manifeste como característica psicológica individual, recorreremos à coleta de dados empíricos. Os quais ainda nos permitirão conhecer o modo como os mediadores psicossociais interferem na síntese das relações entre a consciência psicológica individual e social, e na relação dialética que a consciência estabelece com o inconsciente.

Por isso, até então apresentamos a filosofia, a Psicologia Social proposta por Martin-Baró e a teoria psicológica que orientam nossa pesquisa, mas para que possa chegar a essência do fenômeno psicológico em estudo é necessário obtermos dados empíricos que concretizem a subjetividade e permitam a análise. Assim, desconsideramos a ideia da neutralidade do dado e do pesquisador, e os reconhecemos como produtos históricos (LEÃO, 2007). Para tanto, tomamos a epistemologia histórico-dialética se propõe a alcançar o concreto por meio da superação da divisão entre teoria e empiria, uma vez que os indivíduos devem ser vistos pela ciência como manifestação de uma totalidade (LANE, 1989).

Cabe frisar que neste estudo, compreendemos a violência como um fenômeno psicossocial, que é determinado pela história das sociedades que praticam e estabelecem os seus elementos e processos constituintes. Para tanto, devemos destacar a importância dos mediadores psicossociais, que possibilitam que a violência social/ estrutural se manifeste como característica psicológica individual.

Por isso, a nossa hipótese é que tal transformação decorre da potência dos mediadores a que está exposto cada indivíduo, por esses mediadores interferirem na síntese das relações entre consciência psicológica social e individual.

Além disso, entendemos que nessas inter-relações constituem-se, simultaneamente um conjunto de processos e funções, como emoção, afetividade e voluntariedade, que motiva e direciona os comportamentos humanos. Essas situações promovem mudanças não só no psiquismo, como no sentido da realidade, e assim em sucessivas mediações, se dão sucessivas transformações. O que se pode afirmar é que há uma correlação entre todos os processos, instituições sociais com as quais o sujeito interage que se dão tanto no nível externo, numa realidade objetiva, e se tornam sistemas internos, psíquicos.

Tais fenômenos sociais são internalizados, mas permanecem inconscientes ao menos até que ocorra à elaboração emocional capaz de proporcionar-lhe um entendimento. Deste modo depende da cultura, que o torna aceito socialmente, perpetuando estruturas e comportamentos justificados pela forma que o coletivo foi ensinado compreender os significados.

Assim,

O desenvolvimento segue não para a socialização, mas para a *individualização* de funções sociais (transformação das relações sociais em funções psicológicas [...]). Toda a psicologia do coletivo no desenvolvimento infantil está sob nova luz: geralmente perguntam, como esta ou aquela criança se comporta no coletivo. Nós perguntamos: como o coletivo cria nesta ou aquela criança as funções superiores? Antes era pressuposto: a função existe no indivíduo em forma pronta, semi-pronta, ou embrionária - no coletivo ela exercita-se, desenvolve-se, torna-se mais complexa, eleva-se, enriquece-se, freia-se, oprime-se, etc. Agora: função primeiro constrói-se no coletivo em forma de relação entre as crianças, - depois constitui-se como função psicológica da personalidade. (VIGOTSKI, 2000, p. 28-29, destaques no original).

Neste entendimento, a violência pode, ao contrário, ser censurada e controlada.

Portanto, buscamos a compreensão do movimento da consciência individual, buscando as motivações dos sujeitos considerados violentos, em uma sociedade sustentada na violência. Buscamos, então, desvelar os principais conteúdos psíquicos pertinentes aos tipos de atividades consideradas violentas dentre aquelas que, apesar de o serem, não são assim categorizadas na sociedade contemporânea, para então, reconhecermos como se manifestam os mediadores que as tornaram categorias fundamentais do psiquismo.

Além dos mediadores psicossociais já mencionados e das instituições, os demais mediadores considerados são a linguagem, as atividades e as emoções, que constituem a consciência e o inconsciente, os quais podem ser concretizados pelo discurso individual, quando são detectados os significados sociais e os sentidos individuais com os quais o pensamento foi elaborado, até gerar uma ideia que mostra a forma como cada sujeito é afetado devido aos respectivos, mediadores psicossociais constitutivos da consciência em um contexto de violência estrutural, cíclica e multifacetada a que está exposto na vida cotidiana.

Sobre este desvelamento de conteúdos, Lane destaca que não se trata apenas de simples coleta e descrição de dados, mas requer identificar “[...] o indivíduo no contexto histórico e social que o produziu: idade, sexo, educação, profissão, etc. Dessa forma podemos inserir o nosso empírico na histórica individual, que por sua vez insere na história social [...]” (LANE, 1989, p. 151). Daí a necessidade de coleta de dados por meio de uma entrevista semiestruturada, por entender tal como (Luria, 1991, p.82) que a importância do estudo da linguagem aduz ao propósito de que por ela:

[...] penetra em todos os campos da atividade consciente do homem [...] por isto a análise da linguagem e do discurso (da forma de transmissão da informação que emprega meios de linguagem) não pode ser vista apenas como capítulo especial da Psicologia, mas deve ser considerada também como jatos de construção de todo o conjunto da vida consciente do homem [...] A linguagem reorganiza substancialmente os processos de percepção do mundo exterior e cria novas leis dessa percepção.

Isto corrobora com a ideia de que ao analisarmos cientificamente um discurso identificamos os mediadores psicossociais que participam da constituição da consciência, pois

está na fala a materialização dos conteúdos subjetivos de correntes de suas atividades. Isto é, o pensamento não se expressa na palavra, mas se realiza nela.

Assim, para localizarmos os conteúdos e os processos interiorizados da violência social, temos que nos valer das categorias manifestadas no próprio discurso, esgotando todos os significados possíveis, considerando como diz Lane (1989, p. 46): “o que foi dito e o não dito”.

Neste processo de conceituação da realidade, o homem produz as representações para a compreensão de sua relação com o mundo, a partir de sua percepção e da respectiva denominação abstrata da realidade. Nesta relação homem e o mundo, expressam-se as contradições entre os significados, que implicam em um movimento dialético, gerando novos significados que contém novas contradições, que propiciam o desenvolvimento da humanidade. Neste raciocínio, ao falar das influências do materialismo histórico-dialético, Lane (1989) afirma que:

É dentro do materialismo histórico e da lógica dialética que vamos encontrar os pressupostos epistemológicos para a construção do conhecimento que atenda a realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo e que permita uma intervenção efetiva na rede de relações sociais que define cada indivíduo-objeto da psicologia social (p. 15-16).

Dessa forma, concebemos que nas relações sociais evidenciam-se as contradições nas interações entre os sujeitos dentro de um grupo. A partir desse encontro, percebem-se o sistema cultural compartilhado e como ele influencia a constituição das funções psicológicas superiores - FPS e, conseqüentemente, as formas de conduta do indivíduo.

Assim, entendemos a violência como processo psicossocial, cujo espaço de desenvolvimento é a vida em sociedade, compreendendo a origem e o desenvolvimento dos processos sociais e entendendo a cultura como parte da natureza humana moldando o funcionamento psicológico ao longo do processo histórico, ressaltando o caráter socialmente construído da subjetividade dos homens, que a nosso entender direcionará toda sua conduta como ser social, e, portanto, considerados critérios significativos para nossa análise.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA

E, é sob os fundamentos do materialismo histórico dialético que concebemos o estudo da violência e analisaremos historicamente as suas formas de manifestações e de transformações.

Neste capítulo vamos tratar a violência como um processo social, pois essa nossa pesquisa exige o seu conhecimento mais aprofundado e para tal foi necessário, como recurso, para analisarmos como o contexto social vem lhe atribuindo as suas funções e seus significados. Buscamos, assim, obtermos informações para identificar a sua manifestação na realidade objetiva, ou seja, como ela se manifesta em um bairro de moradores pobres, periférico ao centro urbano de Campo Grande - MS, que, como vários outros com essas características passaram a ser nomeado de comunidade. Posteriormente, esses mesmos significados serão usados como base para o entendimento do sentido atribuído à violência e seus mediadores psicossociais nas consciências individuais.

As origens psicológicas e sociológicas da violência coespecífica em humanos são debatidaspor intelectuais há mais de dois milênios. Aqui nos propomos auma abordagem histórica para entendermos asua origem, a partir de uma análise orientada por cada contexto histórico onde a sua forma de manifestação e ou função social tenha mudado e se tornado uma nova síntese das relações entre as exigências sociais e as características individuais.

E, como relata Luria (1990), Vigotsky (1981) em seu trabalho sobre a ontogenia, quando buscou nas entrevistas com crianças as respostas espontâneas, e não influenciadas ou conduzidas por um adulto, buscava exatamente entender os processos humanos que para ele têm gênese nas relações com os outros indivíduos e com a cultura, e são essas relações que analisaremos ao examinarmos o curso da ação do sujeito.

Neste contexto, Vigosky (1981) percebeu que o desenvolvimeno humano, inclusive da sua consciência sobas visões genéticassempre se limitaram à ontogenia e, passou a considerar no seu enfoque psicogenético, as influências em cada sujeito das condições filogenéticas e sociogenéticas, o que marca a análise de microeventos na visão vigotskyana. Visão esta cuja noção de desenvolvimento humano está ligada a uma transformaçãode características ao longo do ciclo vital, ou seja, o desenvolvimento e a transformação dos indivíduos acontecem a partir dos planos genéticos do desenvolvimento humano (filogênese, ontogênese, sociogênese e microgênese). Em suma, o desenvolvimento é sempre a construção de sínteses provisórias da relação dialética entre o indivíduo biológico e as condições sociais.

A filogênese é o processo de modificação das espécies por meio da adaptação progressiva desde os primórdios, abordando tanto as predisposições biológicas quanto as

características gerais do comportamento humano. A ontogênese é o desenvolvimento das características hereditárias dos indivíduos, herdadas da filogênese da espécie. A sociogênese é a história da apropriação da cultura no meio social no qual o indivíduo está inserido, ou seja, trata-se das interações sociais como sendo as raízes das funções mentais superiores, que só passam a existir no indivíduo na relação mediada com o mundo externo. A microgênese é a caracterizada pela emergência do psiquismo individual no cruzamento dos fatores biológico, histórico e cultural, sendo relevante na questão da afetividade e no conceito personalidade, ou seja, é o aspecto mais microcópico do desenvolvimento. É a história de um evento particular como o aprecimento e desenvolvimento de uma função psíquica.

Por isso, dispomo-nos à contextualização histórica desde as sociedades primitivas à atualidade, contextualizando historicamente as organizações sociais estabelecidas, modo de produção, forças dialeticamente em oposição e ideologia dominante. Então, neste contexto, delimitamos a violência como um processo social manifesto nos sujeitos como síntese ds relações entre consciências psicológicas social e individual em cada condição histórica, já que o fenômeno em estudo manifesta-se diferentemente conforme cada período histórico, quando para atender ao modo de produção vigente, sob determinadas condições sociais estabelecidas, e nestas se produzem a violência como produto em consonância com a época.

Assim, à busca da contextualização histórica da humanidade, buscamos os sentidos e significados da violência em cada período histórico, bem como a internalização dos signos mediados pelas relações intersíquicas e intrapsíquicas, expressas por meio da linguagem no decorrer do processo histórico, igualmente o papel fundamental que essa linguagem exerce na constituição do psiquismo humano, em especial na consciência e de sua vinculação com a atividade. E como afirmado por Lane e Sawaia (1995), a linguagem medeia o processo histórico, pois ela é aquilo através do que se generaliza a experiência sócia histórica da humanidade.

2.1 Violência: das sociedades primitivas à antiguidade clássica

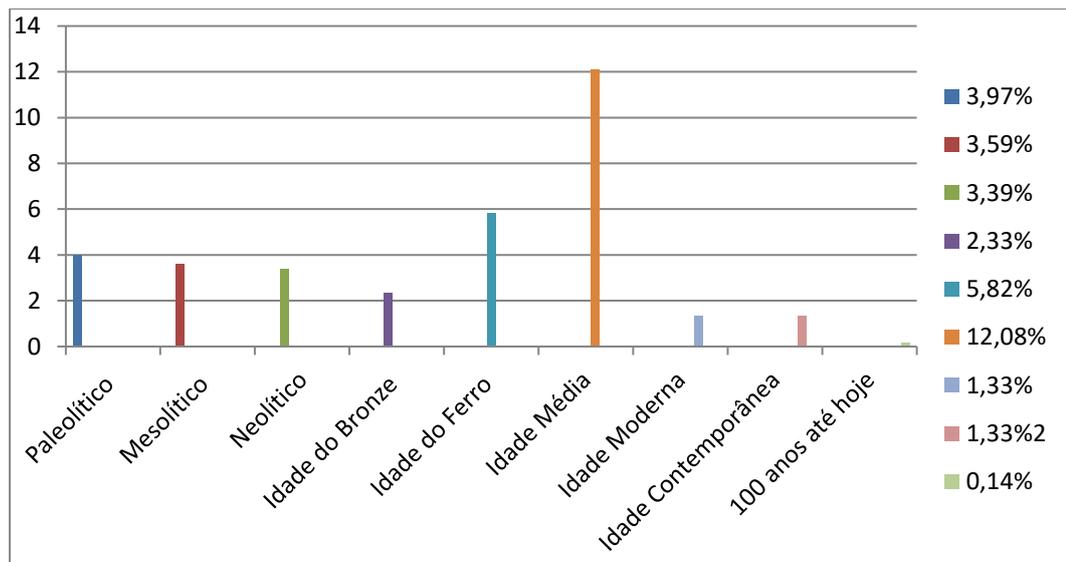
Quando Thomas Hobbes, em 1651, em *O leviatã* publicou a célebre frase de Plauto (254-184 a. C.): o homem é o lobo do próprio homem, ele vivia em uma época do início de domesticação da violência, mas nem sempre foi assim.

Tal expressão se refere ao nível de violência letal que os membros de uma espécie exercem sobre seus congêneres, violência intraespecífica excluindo, por exemplo, os casos de predação de uma espécie por outra violência interespecífica, cujos exemplos no reino animal são inúmeros. Darwin (1850) considerou a eliminação de outros como um mecanismo para a evolução da espécie, sendo por ele considerada benéfica para enfrentar as condições do

ambiente e assim ter maiores chances de gerar descendentes e manter a espécie por seleção natural. (GÓMEZ *et al*, 2016).

Diferentemente deste sentido dado por Darwin (1850), a equipe de Gómez (2016), pesquisador na Estação Experimental de Áridas (EEZA-CSIC), recolheu e analisou dados de 4 milhões de mortos na natureza e quantificou o nível de violência letal entre 1.024 espécies de mamíferos compreendendo 137 famílias, incluindo 600 populações humanas no período de 50.000 anos atrás até o presente. Ao publicarem na revista *Nature* o artigo *As raízes filogenéticas da violência letal humana*, relataram que no registro pré-histórico da nossa espécie encontraram o nível de violência intraespecífica de 2%. Nesse mesmo artigo, Gómez *et al* (2016) defendem ainda que a violência interpessoal letal é uma característica específica dos primatas e da espécie humana durante o curso da evolução. Portanto, as guerras, assassinatos e outras formas de agressões letais ou não, seriam um legado evolutivo da espécie humana, numa proporção bem superior ao que ocorre com outros animais.

Para ele (2016), a violência se manifesta em seres humanos, como ocorre em outras espécies de mamíferos, é parcialmente determinada pela violência expressa por ancestrais, cuja estimativa está representada na árvore filogenética dos mamíferos, em que o ser humano ocupa a posição do eixo, com uma ressalva: a expressão violenta humana não se encerra na filogenia, mas varia de acordo com as condições sócio culturais e em diferentes momentos históricos, como dispõe no gráfico da taxa de violência da espécie humana em porcentagem de mortes violentas de nossa pré-história aos dias atuais:



Fonte: GÓMEZ *et al* (2016).

A pesquisa de Gómez *et al* (2016) buscou investigar como e quanto a filogenia do *Homo Sapiens* influenciou o padrão de interações violentas da espécie humana. E o resultado

demonstrou que quanto mais próximo o parentesco com os primatas, o subgrupo que inclui os macacos e o ser humano, a média aritmética de violência letal é seis vezes maior à dos outros mamíferos como um todo. Dessa forma, a maioria das espécies com parentesco próximo, apresenta comportamentos semelhantes, o que para os cientistas cooperam para o entendimento de que há um componente evolutivo influenciando tal fator. E, neste caso específico dos primatas, outros fatores colaboram com o aumento num primeiro momento, e uma redução posteriormente dessa violência: a vida em sociedade e a territorialidade.

Esta organização em grupos da espécie humana desde o Paleolítico de 50 mil à 12 mil anos atrás, passando pelo Mesolítico de 12 mil à 10 mil anos atrás e pelo Neolítico de 10 mil à 5.500 anos atrás, facilitou a formação de bandos e a violência grupal contra inimigos, quase sempre para defender território.

Nessas sociedades primitivas a relação entre o homem e o território que ocupa interfere como fator primário no nascimento dos grupos sociais primitivos, ou seja, as atividades do grupo para satisfazer suas necessidades básicas inerentes à sobrevivência derivam das relações com o ambiente, e estas dão lugar à formação das primeiras estruturas sócio econômicas, e a formação de bandos, de forma que a violência entre esses grupos, quase sempre era para defender território.

Para Quintero (1963), essa relação homem-ambiente que influencia o crescimento ou a redução dos componentes do grupo humano, provoca modificações na organização social e reflete os níveis de cultura. E, este fator interno que estimula as mudanças sociais e culturais agrega o caráter ideológico e econômico desses agregados humanos primitivos cujas atividades econômicas eram basicamente coleta e caça compondo uma estrutura de economia natural, de subsistência.

Com o surgimento da agricultura e criação de animais surge um novo conceito de trabalho, permitindo que o produto produzido por ele seja consumido por outras pessoas, e que a estrutura de economia natural se transforme em estrutura mercantil.

Assim, se em uma estrutura econômica natural nas formações sociais primitivas, as forças dialeticamente opostas expressas na violência buscavam essencialmente a sobrevivência imposta a estes homínídeos diante da hostilidade natural do ambiente a ser explorado, na nova estrutura mercantil além das disputas por territórios, os derrotados são escravizados e transformados em instrumentos de produção.

Essas mudanças provocadas na estrutura social e econômica e nas finalidades do trabalho impulsionaram o progresso da cultura, juntamente com o desenvolvimento da medicina, arquitetura, poesia e invenção da escrita, evidenciando importantes mudanças

culturais realizadas nas organizações primitivas, onde os homens não só exploravam o ambiente, mas controlavam a produção, sendo esta propriedade de um grupo que se impunha pela força.

Na Idade do Bronze (de 5.500 a 3200 anos atrás) como assegura Silva (2014) praticavam a agricultura intensiva durante todo o ano, criou um governo centralizado, códigos de leis e impérios, e introduziram a estratificação social, a escravidão e a guerra organizada. Sua sociedade estabeleceu as bases para astronomia e matemática, marcada pelo desenvolvimento do comércio e da metalurgia do bronze propiciando considerável avanço tecnológico, invenção e difusão da escrita e da roda, aumentando a produção, qualidade, durabilidade, rentabilidade e domínio bélico pelos povos como da Grécia Antiga, Mesopotâmia, China e Egito Antigo. Por esse avanço cultural e comercial, houve uma sensível redução da violência interpessoal interna, pois agora os esforços são envidados para os inimigos externos, na disputa para além das fronteiras.

Na Idade do Ferro (de 3.200 a 1300 anos atrás),segundo Andrade (2019),a história da humanidade conta com o surgimento de Estados e Impérios que desenvolveram exércitos para conquistas, cuja missão consistia em matar os fortes e escravizar os conquistados.

Neste contexto, contata-se que sejam por alimentos, territórios, motivos afetivos ou reprodutivos, dos nômades aos hegemônicos impérios da Antiguidade Clássica, os litígios entre homens integraram a formação social humana e nesta representaram e descreveram a violência por milênios, cíclica e racionalizada a qual se dirigiu e se dirige até os dias de hoje todo o capital do ódio e desconfiança que se movimenta no tecido social.

Conflitos esses que em um primeiro momento buscavam essencialmente a sobrevivência, e que impunham ao homem condições básicas diante da hostilidade do ambiente: capacidade de praticar violência intraespecífica, ato desconhecido pelos outros animais. E, certamente como em algum momento a terra esgotava-se, algumas medidas garantidoras de sobrevivência faziam-se necessárias: migrações e disputas por espaços tornam-se causas dos recorrentes conflitos. E, diante da evolução, a construção de instrumentos que viabilizem a exploração natural da terra, assim como da autodefesa dos indivíduos, integra o indispensável à sobrevivência, como afirma Odália em seu livro *O que é violência* (2004):

O viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente [...] Mas mesmo recuando ainda mais no tempo, vemos que os nossos ancestrais, os hominídeos, sobreviveram porque souberam suprir suas debilidades naturais, sua pequena força física, pela inteligência na construção de artefatos de defesa e ataque (ODÁLIA, 2004, p. 6).

E, se atualmente compreendemos a violência expressa por meio de instrumentos letais sofisticados que parece individualizar nosso tempo, não se pode deixar de reconhecer que um dos requisitos básicos de sobrevivência humana, em um mundo hostil, foi a sua capacidade de produzir violência de forma diversa dos outros animais, cujo ato violento em si exibe múltiplas faces e contornos diferentes. Ou seja, ela deixa de ser simplesmente um comportamento de defesa e sobrevivência e se delineaia diferentemente, assumindo formas sutis segundo cada momento histórico.

Isto porque, como ser social, o homem passa a organizar sua vida em comum com outros homens e surge em seu processo civilizatório a busca por respostas ao desconhecido que trazem outros significados a violência. Ela deixa de ser física e semanticamente de subsistência, perpassando por civilizações diferenciando-se em outros temores que decorre da vida em sociedade e molda o comportamento das primeiras civilizações. Tomamos por exemplo o período da Idade Média em que Odália (2004) citando o livro *Declínio da Idade Média* do Historiador holandês Huizinga que em seu primeiro capítulo fala exatamente que teor violento de vida naquela época, não se limitava à violência física, mas também à outras crenças e temores medievais relacionados com a vida em sociedade que moldavam o comportamento dos homens.

Nesta sociedade medieval, o homem teme a noite e os mistérios dela que não se pode ver com os olhos do corpo devido as limitadas velas, dando portanto lugar aos vazios da imaginação. Isto porque as trevas favorecem o nascimento do que não se pode ver, mas permite-se sentir exacerbadamente uma rigidez que demarcam dia e noite. E, como não havia recursos necessários para viver o dia e significar os mistérios da noite, imaginação favoreceu o nascimento do assustador, do que se ignorava e o obscuro atormentava a mente e o corpo. E, embora não visto, era sentido e alimentado pela rigidez das punições medievais da época representadas em espetáculos como fogueiras e enforcamentos públicos com finalidade intimidativa, não apenas de criminosos, mas também hereges e apóstatas do Cristianismo.

Como se observa, todo esse contraste entre bondade religiosa e mortes violentas aos homens por ordem da Igreja Católica no período medieval não fez da violência o apanágio de uma época, tal como a razão e a descoberta não o são de outras. Pois se na época medieval houve uma carga excessiva de obscurantismo, subsidiada pela ideologia dominante, a religião cristã, não se pode ignorar que na época clássica cuja civilização greco-romana outrora tão enaltecida no Renascimento Cultural, foi tão violenta quanto o período medieval, ou seja:

Um espírito tão superior como o de Aristóteles é tão presa de sua época como o mais humilde dos artesãos e é por isso que não titubeia em justificar a escravidão

como um instrumento necessário para que os verdadeiros cidadãos atenienses pudessem usufruir do ócio e do lazer, para se dedicarem às coisas mais sublimes do espírito (ODÁLIA, 2004, p. 9).

Isto nos permite observar já nestas primeiras civilizações um fenômeno noutra perspectiva, uma violência social, cuja face está assentada na estrutura da sociedade. Os homens separados pelo nascimento, cujos *status* sociais perpassam por gerações, determinando e perpetuando as desigualdades. Por esta violência, não se sujeitam apenas os corpos dos homens como em espetáculos públicos medievais, mas distingue uns dos outros, já que uns tem corpos e espíritos e outros apenas os corpos, a força física e neste sentido obtém-se o endossamento necessário para a escravidão e subjugação de raças e etnias para empregos em atividade consideradas indignas e determinada sociedade.

Neste sentido, se por um lado, faz-se necessário a identificação da alma para ser considerado humano, cujos fundamentos estão assentados nos papíros dos evangelhos bíblicos, por outros, os mesmos evangelhos contam com uma tipologia completa da violência, que vai desde a violência física à mais sutil e mais camuflada como a violência estrutural de difícil identificação, que justifica qualquer dominação do homem pelo homem.

Recordemos as histórias narradas nos textos bíblicos iniciadas no Gênesis, o primeiro livro da Bíblia Sagrada, conhecido como a Lei de Moisés, e recepcionado pelos teóricos Girard (1972) e Dadoun (1998), um fratricídio narrado nesta passagem bíblica aparece como figura original da violência representada na disputa pelo prestígio divino entre dois irmãos. Trata-se de Caim e Abel, que resolvem oferecer um sacrifício agradável a Deus. Abel, um pastor, sacrifica as primeiras crias do seu rebanho. Caim por sua vez, agricultor, oferece os frutos de sua colheita. Mas Deus aceita Abel e a sua oferta e recusa a Caim e a sua oferta, sem que o texto bíblico apresente uma justificativa para tal recusa. Caim preterido enfureceu-se e matou seu irmão, inaugurando a violência entre os homens.

Este ato violento, a princípio considerado a matriz de tantos outros atos violentos que surgem no decorrer do processo histórico, permite a compreensão da dimensão cíclica da violência, ou seja, de que esta resulta sempre de outra violência. Desde então prevalece o entendimento do uso da violência para liquidar a violência, e que o antídoto para cura está no uso do próprio veneno.

É nesta máxima gradativa de coerção e controle psicológico que se assenta o sistema social, e embora o pensamento científico moderno identifique o fenômeno religioso a um imaginário passivo, dominado por partes invisíveis e obscuras, sem perceber sua intromissão direta nos negócios da sociedade, não há como ignorar tal como posto por Girard (1972) quando afirma que Levi-Strauss (1908 - 2009) reconhece nos mitos dos elementos fundadores

da violência e processos de vitimização incessantes, as bases do método estrutural, que se centram na prioridade da sincronia e no jogo das oposições binárias entre pensamentos, o pensamento selvagem e domesticado que envolvem a produção de sentido em qualquer sociedade, acabam por dissimular o cenário da violência na lógica formal que se esconde sob as significações vivas.

A violência original, pedra angular do pensamento girardiano (1972), torna explícito o jogo que exige a intermediação de heróis míticos, deuses e ancestrais divinizados a quem é atribuída a encarnação imaginária da violência, de forma tal que tudo leva a crer que os humanos acabam sempre organizando crises sacrificiais suplementares que justifiquem novas vítimas expiatórias para as quais se dirigem todo o discurso de ódio que uma sociedade determinada consegue pôr em movimento.

É neste sentido que o fratricídio original pode ser considerado como violência matriz de tantas outras que surgem no desenvolvimento da história da humanidade, em que a violência torna-se cíclica, ou seja, sempre derivada de outra desde então.

No entanto, se retornando ao texto bíblico, consignamos que ainda no céu, antes mesmo do fenômeno da criação acontece um motim organizado por Lúcifer o mentor do Litígio, no qual, como músico regente da banda celestial, envaideceu-se e pretendeu ocupar o lugar de Deus, para tanto conseguiu convencer a terça parte dos anjos a apoiá-lo. Todos foram expulsos do céu e arremessados nas trevas exteriores. E em decorrência disso, os anjos caídos, agora demônios, passam a vagar pelas trevas do espaço promovendo e incentivando a violência na humanidade, desde a criação do Éden. Essa seria a primeira notícia de ato violento que se conhece, neste caso, Deus é o autor.

Neste seguimento, a história narrada no Velho Testamento da Bíblia como sustentação do primeiro momento histórico da antiguidade clássica, verificaremos que neste contexto, toda a história do homem se resume em violência, até mesmo durante a criação da humanidade e a experiência e convivência entre criador e criatura traz em seu bojo atos violentos, até mesmo antes do primeiro homicídio, quando no Éden Adão e Eva são expulsos do paraíso, por desobediência à Deus em relação ao discernimento do bem e do mal, quando comem do fruto proibido. Ao que consta no texto bíblico, tanto a expulsão do paraíso como as sanções impostas à humanidade neste ato justificado como resposta à desobediência às regras divinas, orientam as primeiras formações sociais e endossa subjetivamente o ordenamento da humanidade no decorrer do processo histórico, como encontramos ainda no Gênesis procedimentos similares que externam a ira de Deus para com os homens que ensejam outros atos violentos como o dilúvio, um extermínio expressivo com exceção dos escolhidos para a

Arca de Noé e em momento posterior em Babel na Babilônia, quando os descendentes de Noé almejam por meio de uma torre chegar a Deus e assim eternizar seus nomes, despertando a ira de Deus, que decide puni-los confundindo-lhes as línguas e espalhando-os por toda a terra, mediante a acusação de soberba.

Seguindo o processo histórico, deparamo-nos com outro fato violento, desta vez a disputa pelo direito de primogenitura. Direito este que garantia ao filho mais velho à herança do pai e a liderança do clã a quem caberia todas as decisões extensivas a todos os seus dependentes na sociedade patriarcal. Como se sabe, tal direito era sinônimo de poder.

Neste litígio estão novamente dois irmãos: Jacó e Esaú, filhos gêmeos de Isaque e Rebeca, e embora tenham nascido gêmeos, Esaú nascera primeiro. Mas, Jacó negocia com seu irmão o seu direito por um prato de lentilhas aproveitando-se do momento em que seu irmão estava com fome, e em seguida engana seu pai vestindo-se com roupas de peles a fim de passar-se por Esaú para o pai, que devido a idade já estava cego. Consegue sucesso no seu engodo e recebe a benção do direito, tendo em seguida que fugir para Harã onde morava seu tio Labão, para não ser morto por seu irmão preterido.

Em Harã Jacó vive uma vida de enganos, onde engana o seu tio e por ele é enganado, em que uma sequência de *estelionatos* termina com a fuga de Jacó com sua família e seus bens frutos de suas trapaças para a cidade de Sicot, onde se prepara para reencontrar com seu irmão e por fim retorna a sua cidade de origem.

Seguindo a história, Jacó teve doze filhos e uma filha. E esta filha, Diná, foi estuprada por um filho de um príncipe local, que mesmo após ter proposto casar-se com Diná, não conseguiu evitar a vingança dos seus irmãos que provocaram uma matança desenfreada da família do criminoso como resposta ao crime contra a honra.

Neste mesmo contexto familiar, os filhos de Jacó com Lia, primeira esposa, com inveja de José, filho de Raquel, por quem Jacó expressava preferência, decidiram matá-lo, mas durante a preparação do crime, mudaram de ideia e venderam-no para Potifar, Ministro chefe da guarda do Faraó. E, já como escravo na casa de Potifar, a sua esposa apaixonou-se por José, mas este a rejeitou, e como forma de vingança a mulher acusou-o de tentativa de estupro, sendo José preso e condenado pelo crime. Na prisão José ficou conhecido por interpretar os sonhos dos outros presos e sua interpretação ser concretizada. Por isso foi convidado a interpretar um sonho do Faraó e por este escolhido para governar do Egito, para administrar a região durante o período que sucederia. E foi nesta época que José levou sua família para o Egito, onde permaneceram por muitos anos.

Esta migração da família de Jacó, também chamado de Israel para o Egito, após a morte de José, o povo ficou sem proteção e foi feito escravo por 400 anos. Período este em que se encontra um histórico composto essencialmente por violência. Desde a matança dos primogênitos judeus, as pragas. O povo hebreu conseguirá a liberdade quando o exército egípcio que os perseguia termina afogado no mar vermelho, conforme narrativa no livro de Êxodo.

Neste momento da busca pela Terra prometida, a violência se amplia e as guerras tornam-se rotineiras por onde o povo judeu passa, subjugando e matando populações inteiras desenhando um cenário de muitos atos violentos para fins de manutenção da terra conquistada. Em suma, trata-se de uma sociedade composta por um histórico de violência sem fim, seja internamente pela conquista e manutenção do poder dentro dos clãs, ou externamente nas guerras entre povos da época. Porém, sabe-se que estes fatos são históricos e retratam a formação da sociedade judaica.

Na Grécia, no contexto da formação da sociedade, os primeiros históricos sobre violência estão assentados na mitologia grega, em que os deuses humanizados expuseram as intrigas que primeiro fizeram parte da vida dos deuses, tendo como primeiro ato violento a castração de Urano realizada por seu filho Cronos, que junto com seus irmãos havia sido expulso para Tártaro. Após o feito, os irmãos dão a Cronos a soberania da terra, mas, ele com medo de ter o mesmo fim, passa a devorar os próprios filhos, mas Zeus é escondido por sua mãe Réia e já adulto envenena seu pai e assume o trono. Após uma sucessão de batalhas Zeus permanece soberano no Olimpo, mas sem poupar sangue e violência entre os deuses. Percepção esta registrada nas epopéias clássicas de Homero (1982).

De igual modo entre os homens percebe-se neste momento histórico, o que vários relatos e estudos revelam a violência sempre presente. Não apenas para mudança de *status quo*, mas também pelo poder e reconhecimento.

Nessa civilização o indivíduo está organizado em uma estrutura social cujo sistema de diferenciação social consoante às regras de convivência e responsabilidades: entre seus cidadãos propiciaram a institucionalização da violência social. Em *Ilíada* e *Odisséia*, ambas de Homero, encontramos registros dessa violência institucional sem precedentes, tais como cenas de lutas descritas no canto V de Homero 1982 p. 76 a 78:

“Tendo se aproximado, o filho de Fileu [Meges], célebre por sua lança, acutilara-o [Pedeu] na nuca com o dardo agudo: passando através dos dentes, cortou-lhe o bronze a base da língua. Pedeu caiu no pó e mordeu o bronze frio com os dentes” (HOMERO, 1982, p. 76);

Ou ainda, ao descrever as façanhas de Diomedes, a epopéia deixa clara a violência de uma batalha feita corpo a corpo quando este degola seus inimigos:

“Aí venceu Astíno e Híperon, pastores de tropas; atingiu o primeiro acima do seio com a lança de ponta de bronze, golpeou o outro com a grande espada na clavícula, e estacou-lhe o ombro do pescoço e das costas” (HOMERO, 1982, p. 77);

Ou:

“Lá ainda, Diomedes surpreendeu dois filhos do dardânio Príamo, montados no mesmo carro, Equemon e Crônio. Assim como um leão, que entre reses se atira e quebra de um golpe o pescoço de um bezerro ou de uma vaca que pascem, assim, a ambos, fê-los descer duramente do carro o filho de Tideu” (HOMERO, 1982, p. 78).

E, tal qual entre os deuses, na sociedade grega, poder e violência aparecem intimamente ligados na antiguidade clássica e permite-nos em um primeiro momento, uma interpretação histórica da época narrada pelo apóstolo Paulo, no livro de Gálatas: capítulo 5 e versículo 17, citado por Brizotti (2018) que assevera tratar do dualismo entre a carne e o espírito, ou seja, uma guerra entre duas forças opostas era o terrível dilema da condição humana. Doutrina essa que para os judeus resumia em *yetserhatobh* (natureza boa) e *yetserhara* (natureza má). O que indicava a existência no homem de duas naturezas que o deixavam na condição de um ser sempre atraído para as duas direções ao mesmo tempo. Como também é descrito em Gênesis: capítulo 4, versículos 6 e 7.

Semelhantemente, coincidência ou não a mesma ideia seria expressa em séculos posteriores cujo cerne diz respeito ao entendimento da constituição humana sob o significado próximo de um juízo sobre o predomínio do biológico sobre o cultural, exatamente como externado por Platão e citado então por Freud (1969) em seu texto: Por que a guerra? Quando o psicanalista explica que existem dois tipos em de instinto: um de preservação e outro de destruição. Freud (1969), explicará que os interesses humanos são resolvidos da mesma maneira que se resolvem os conflitos no mundo animal, isto é, pela violência. Segundo ele, há nos humanos um instinto de ódio e de destruição que coopera com os esforços dos mercadores da guerra:

De acordo com nossa hipótese, os instintos humanos são de apenas dois tipos: aqueles que tendem a preservar e a unir que denominamos “eróticos”, exatamente no mesmo sentido em que Platão usa a palavra “Eros” em seu Symposium, ou “sexuais”, com uma deliberada ampliação da concepção popular de “sexualidade”, e aqueles que tendem a destruir e matar, os quais agrupamos como instinto agressivo ou destrutivo. Como o senhor vê, isto não é senão uma formulação teórica da universalmente conhecida oposição entre amor e ódio [...] (FREUD, 1969, p. 202-203, destaques no original).

Entretanto, é importante observar neste momento que o mesmo psicanalista, sugere a Einstein (1981), a substituição da palavra poder por violência, e embora defenda a existências de instintos de preservação e de destruição, assim como a resolução de conflitos e disputas

pelo poder mediante o uso da violência, o próprio afirma sobre os instintos que eles se situam mais perto da Natureza do que a nossa resistência, para a qual também é necessário encontrar uma explicação, ou seja, resistimos a ela, a medida que nos tornamos seres sociais, cuja cultura domina o biológico, não servindo dessa forma de justificativa para os impulsos violentos, contra os quais lutamos.

Naquela mesma antiguidade clássica, gregos e romanos se distinguem em face dos grandes impérios antigos por inventarem a política para lidarem com o poder, conflitos e divisões sociais, que surgiu segundo Chauí, (2018), com a figura do poder público por meio da invenção da lei e do direito (instituição dos tribunais) e da criação de instituições públicas de deliberação e decisão (assembléias, na Grécia, e o senado, em Roma).

Para Chauí (2018), esse surgimento da política só foi possível porque o poder político foi separado de três autoridades que detinham o poder: 1) Chefe de família: poder privado ou economia, de cuja vontade dependia a vida e a morte dos membros da família; 2) Chefe militar: senhor do exército e único a decidir sobre guerra e paz; 3) Chefe religioso: único dotado de saber e por isso mediador entre os homens e deuses. Essas três formas de autoridade, nos impérios antigos estavam concentradas no rei. Mas, com a política essas esferas foram separadas e o poder político não mais se identificou nestas figuras tradicionais.

Em Roma, para o Historiador Odália (2004), numa organização similar a organização grega, as diferenciações sociais e a vida política eram também reguladas pela legitimação da violência social, e as leis ordinárias desenvolvidas como instrumentos asseguradores de privilégios de minorias em detrimento de uma maioria marginalizada.

A sociedade romana traz em sua estrutura os ideais do setor aristocrático dos proprietários de escravos, que além de considerarem os escravos objetos, concebiam como indecorosos os trabalhos físicos, ou seja, um desprestígio social, além da imobilidade. Assim, os conflitos sociais envolvem escravos e escravistas, pobres e ricos, marginalizados e privilegiados. Em suma, a ideia de Estado perfeito dominante sustentava a conservação da escravidão e desigualdade entre os homens.

Diante dessa estrutura social, surgiram as primeiras insurreições de escravos no ano 135, na Sicília, um dos principais centros escravistas de Roma, cuja rebelião foi um golpe considerável na economia. Igualmente, em Espartaco a economia perdeu em torno de 100 mil escravos, cultivos foram arruinados e cidades destruídas, como relata Quintero, 1963.

Neste sentido, a sociedade romana com modos de produção baseados na hostilidade mútua, abundaram os conflitos provocados por oposições sociais, os ódios e as lutas de classes, insurreições, as guerras civis e o desejo ilimitado dos setores majoritários de uma vida

diferente e melhor. Mas, neste ambiente de ansiedade coletiva, os processos de mudanças sociais e culturais eram obstaculizados com frequência e complicados, porque nenhuma das classes sociais em modificar as relações de trabalho e transformar a estrutura da sociedade possuía conhecimento e força suficientes para exercer pressão efetiva na direção de um novo modo de produção.

No entanto, a ausência de uma classe verdadeiramente revolucionária capacitada para assumir as mudanças sociais pleiteadas, não impediram as lutas de classes entre os séculos III e IV, onde não houve vencedores, mas tais lutas de caráter destrutivo oportunizaram a invasão dos bárbaros, proporcionando a destruição do estado escravista e estabelecimento de um novo modo de produção.

Com a queda do Império Romano, o respectivo sistema de regulação social não se extinguiu, mas foi reestruturado como sistema feudal, em que os descendentes legítimos passam a impor sua soberania como Suseranos em tempos medievais. Para Odália (2004), a mesma violência que esteve presente na primeira organização social teve prática aperfeiçoada em múltiplas faces, onde os indivíduos que antes buscavam sobrevivência por meio de exploração do meio natural e da autodefesa, em um curto espaço de tempo buscam não só a eliminação e subordinação do outro, ou mudança de *status quo*, mas, sobretudo poder e reconhecimento.

2.2 Violência na Idade Média

Na Idade Média a violência se apresenta numa nova versão: objetiva punir transgressões, educar e intimidar ameaças à alteração do sistema social de privilegiados e marginalizados. Isto porque a palavra violência neste âmbito social representa força, cólera e brutalidade, visando constranger e submeter àqueles que ameaçam a manutenção do *status quo* que rege a vassalagem.

Desde então, a civilização ocidental, reserva-se ao uso da violência conforme oportunidade, denominando-a legítima e ilegítima conforme a necessidade do referido sistema social. Assim, seus excessos condenados pela igreja obedecendo ao mandamento não matarás que dentro do contexto em questão abrange qualquer tipo de ato violento e o ilegítima, por outro lado, a inquisição e as cruzadas legitimam tanto o cavaleiro sanguinário quanto as execuções cruéis na luta contra os infiéis.

Para Muchembled (2012), tal cultura da guerra pode ser entendida como o adubo para outras violências, pois está assentada sobre o significado maior de domínio e masculinidade conduzidos por uma ética viril, que exige a força bruta como modelo comportamento, particularmente na sociedade desigual da Idade Média e do Antigo Regime. E neste contexto,

nobres ou plebeus, poderosos ou fracos, uma vez educados numa cultura de violência tal qual se expressa neste momento histórico, repousa sobre a necessidade de defender sua honra masculina contra seus competidores. Brutalidade esta das relações humanas da época que compõe uma linguagem social universal, considerada normal e necessária no ocidente, até pelo menos o século XVII.

Neste período a violência era expressa como espetáculos como demonstração das duas principais instituições: o Estado e a Igreja. Uma sequência de torturas enforcamentos e guilhotinamentos além das fogueiras em praças públicas foram fielmente documentados nos arquivos da Santa Inquisição da Igreja Católica. Instituição essa que em nome do sagrado foi o maior instrumento e suporte da política de violência em conjunto com o Estado endossando a continuidade de um sistema de segregação social, um potencial gerador de atos violentos.

Nestes registros, observa-se o predomínio de um entendimento de uma violência inata, ou seja, de uma natureza humana originada na violência, isto não apenas no aspecto irracional, impulsivo e instintual, mas também racional no sentido de intelecto a partir de determinado momento histórico quando o homem começa a calcular, elaborar e projetar suas atividades, mas ainda movido principalmente pelo aspecto instintivo, como se desprovido das funções psicológicas superiores, que leva o homem em determinadas situações, a realizar atos de extrema crueldade contra seu igual, em que mesmo sendo racional, não detém o controle de suas emoções, remetendo-o a expressão das vontades mais primitivas como se dotado fosse de suas funções psicológicas elementares, cuja violência se explicaria como uma explosão incontrolada, o que contradiz aos instrumentos e planejamentos de execução da época que na verdade é a mais real expressão de racionalização da violência.

Para Muchembled (2012) citando Muchielli (2001), o nítido declínio da violência sanguinária, a partir do século XVII, parece, ao mesmo tempo, ligado à pacificação geral do espaço público e ao abandono pelos filhos de família mais abastadas em tais enfrentamentos, em proveito do duelo entre pares, até mesmo antes da criminalização deste, que ocorreu numa etapa ulterior. Ficando os principais autores de violências mortais, aqueles pouco diplomados e principalmente de origens populares ou pobres. Isso revela não somente uma clivagem econômica e social, mas também uma grande diferença cultural, porque os comportamentos violentos forma ais rápida e facilmente erradicados pela educação, a moral e a pressão ambiente entre herdeiros das camadas superiores.

Tais observações nos conduzem a uma compreensão sobre a violência diferente daquela que a postula como inata. Isto porque entendemos que o homem como um ser social, e um indivíduo que possui consciência, não tem no instinto o centro mobilizador de suas

atividades tal como um animal, mas pratica o uso semântico da violência conforme sua construção histórico-cultural e social, ou seja, a prática dos seus atos pode ser inibida ou não pelas civilizações conforme as obrigações morais e éticas são mediadas nas instâncias de socialização. E isto é bem perceptível quando observamos no desenvolvimento da história da humanidade as mudanças de significados da violência e conseqüentemente a mudança de comportamentos dos homens, inclusive nas motivações, causas e efeitos dos respectivos comportamentos.

No final da Idade Média evidencia-se a expressão da razão, numa visão humanista e esclarecida pela filosofia, momento em que a atividade humana é marcada pelo planejamento, raciocínio e controle, e entre tantos avanços culturais, a violência desde a forma mais primitiva ao planejamento de guerras, não se trata apenas de forma incontrolada do instinto humano, como afirma Roger Dadoun (1998), em *A violência: Ensaio acerca do homo violens*, que a violência é essencial do homem, inata e constitutiva do ser, estando associada a qual a ser realidade humana, pois é autodestruição por vocação, mas pelo contrário, expressa não só o autocontrole do indivíduo racional tanto quanto o planejamento a justificação, o cálculo e o projeto da atividade humana.

Para Dadoun (1998), diferentemente do primeiro significado da violência apresentado e cuja definição está no centro da vida em que todos os seres vivos são movidos por comportamentos predatórios e de defesa quando ameaçados, na Idade Média ainda predomina uma visão humanista herdada do cristianismo e recebe uma influência iluminista, o homem é identificado com uma agressividade específica diferentemente dos animais, não de ordem instintiva, mas segundo Dadoun, tal como sustentado pelo neurologista, psiquiatra e etólogo Boris Cyrulnick, o homem pode criar um mundo imaginário, ou seja, em nosso entendimento consiste em atos conscientes, cuja atividade consciente está assentada numa estrutura constituída segundo significados mediados no meio social, sendo, portanto a violência ativada segundo Berkoulitz diante de outras formas de violência como frustrações, que por sua vez são dependentes do amor próprio e estima de si, e cuja intensidade do ato está diretamente proporcional ao sentido da violência sofrida como depende de quem parte a violência a ser revidada.

Neste sentido histórico da violência, percebemos não só a mudança de significado do fenômeno de um período histórico para outro, de uma civilização para outra, dentro de uma mesma civilização especialmente em função de grupos sócias, das idades e sexos. Como assevera Michaud (1986), as verdadeiras culturas da violência prosperam, até duravelmente quando as condições de existência são rudes, e a lei, difícil de aplicar, como entre os pioneiros

da fronteira do oeste americano no século XIX. Singularmente pacificado a partir dessa mesma época, nosso próprio universo ocidental conhece, no entanto: bandos de jovens dos subúrbios, unidades militares de elite, adeptos de alguns esportes, universo das prisões, mundos populares confrontados com a rudeza das condições de existência.

Neste contexto, toda sociedade começa a controlar e questionar o ambiente público, e de acordo com cada cultura estabelecem o próprio limiar de tolerância à violência, de forma que, há no final da Idade Média um considerável declínio no índice criminal, proporcionando à época uma falsa sensação de declínio da violência, quando na verdade, houve uma institucionalização do fenômeno legitimando-a quando praticada institucionalmente com respaldo legal, moral e social, o que Michel Foucault (1975) chamou de explosão de suplícios constituído numa cadeia de sentidos, mais geralmente, ao fato de derramar o sangue humano.

Tratava-se de impor um novo sistema do Estado, que objetivava pacificar as ruas protegendo os sujeitos dos perigos da violência individual vivida, em períodos anteriores consideravelmente conturbados. Assim, os regramentos foram surgindo inicialmente à sombra da Lei de Talião e do Direito Romano, procedendo a adequações aos poucos aos costumes de cada momento histórico, e neste momento segundo Muchembled (2012) o desarmamento das populações e os enquadramentos dos criminosos mais perigosos foram umas dessas adequações. O espetáculo dos sofrimentos de um regicida era excepcional, já o suplício dos homossexuais ou a fogueira das bruxas, relativamente raros, salvo nos territórios germânicos, principalmente as bruxas, foram os autores de homicídios e infanticídios os que mais se destacaram no século XVII.

Assim, se por um lado, na primeira metade do século XVII, há uma queda no índice de criminalidade, mais precisamente nos números de homicídios na Europa Ocidental, por outro lado, se multiplicam as penas capitais, inclusive crimes anteriormente considerados banais como o infanticídio, neste período juntamente com outros crimes contra a vida, vão aos poucos adquirindo status de crimes absolutos e se aproximam do conceito de parricida ou lesa-majestade.

Mas como lidar com esta nova realidade de proibição da defesa individual ou do grupo, abandonando os costumes sociais até então aceitos dentro de um limiar de tolerância da violência, agora diante do regramento jurídico e da institucionalização da violência, considerando inclusive uma violência estrutural ignorada e marcada pela desigualdade social e uma constituição de consciência numa sociedade segregada cuja mediação dos significados ocorre intersubjetivamente em massas diferentes, embora num mesmo período de tempo e espaço territorial?

Estariam todos os homens inseridos numa determinada sociedade sob as mesmas condições parentais e sociais que produzem o meio e que por sua vez promovem sua constituição como sujeito consciente segundo o que lhe edita sua cultura? E se considerássemos a ideia desenvolvida por Freud (1969) sobre a pulsão de morte (destruição) e a pulsão de vida (conservação da espécie), assim como as características essenciais da espécie como cooperação e solidariedade, entenderemos que o homem tal como um animal movido pelo instinto ou, como indivíduo social e consciente? Seria de origem biológica, mas culturalmente modificado pelos tempos, lugares e os valores dominantes de uma sociedade que são relevantes em suas interações e representações sociais, e assim internalizados e transmitidos para as próximas gerações?

Dai as tentativas de explicação do fenômeno violência à época dependente de posições teóricas distintas. Thomas Hobbes (1588-1679), em sua visão como sugere a máxima: o homem como o lobo do homem (HOBBS, 1983), o estado de natureza no qual o homem vive é essencialmente composto por guerras e disputas, uma vez que a para ele o homem tem o direito fundamental à vida e para isso a de se valer de qualquer coisa para garanti-la, sendo mal por natureza. Em outras palavras, o indivíduo vive em constante estado preventivo, o que leva o mesmo a contínuas disputas e segundo ele “[...] a vida do homem é solitária, miserável, sórdida, brutal e curta.” (HOBBS, 1983, p. 46).

O estado de natureza, conforme exposto, é marcado pela constante insegurança e não é dotado da ideia de justiça ou propriedade privada, uma vez que você só esta na posse de algo na medida em que tem a capacidade mantê-lo. Dessa forma, em segundo momento, o principal motivo para que os indivíduos pactuem para a formação do Estado seria sua função básica de segurança, embora cite outras funções do estado, este é o meio necessário para que se crie uma unidade soberana, indivisível e irredutível.

O contrato para Hobbes consistia nos indivíduos abrirem mão de sua liberdade por um princípio de precaução de sua própria conservação, como forma de sair do ambiente caótico que vivia. Isto é, a causa final, finalidade e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos como viver em repúblicas, é a precaução com a sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita.

Em outras palavras, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra, que é a consequência necessária, conforme se mostrou das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de mantê-los em respeito e os forçar, por medo do castigo, ao cumprimento dos seus pactos e à observância das leis de natureza(HOBBS, 1983).

Assim, pressupõe-se que o indivíduo transmitiria seus direitos a alguém que iria personificar o Estado, o Leviatã, o soberano, sendo instituído de diversas formas (instituição, aquisição, etc.) que iria manter sua ordem por meios coercitivos se necessário, pois o Estado para o autor não poderia em qualquer momento ser questionado, sob pena de não mais ser soberano e retornar ao estado de natureza (guerras), instaurando dessa forma o Estado de Sociedade.

O Estado de natureza para John Locke (1632-1704), diferente de Hobbes, já tem certos reconhecimentos, dentre eles o direito à vida, a propriedade privada que dá subsistência ao direito à vida, reconhecida ante seus membros e a figura do poder punitivo proporcional a ser exercido contra aquele que usurpar a propriedade privada, direito natural de punir, sendo que o mesmo introduz a ideia de Lei, Leis da Natureza e Leis de Deus.

Para ele, o homem não é mal por natureza, mas se encontra em uma neutralidade, que pressupõe que ele é bom (não necessariamente todos os homens). Isso nos leva a crer que levaram determinados indivíduos à fazerem o pacto para a formação de um Estado são absolutamente diversos dos de Hobbes, uma vez que o homem, no contexto daquele, não vivem em constante conflito e não tem a necessidade de sobreviver a qualquer custo, pois sua propriedade privada é, em tese, reconhecida e respeitada pelos outros.

Seguindo esse raciocínio, tem-se que o homem busca o pacto de um contrato pois no estado de natureza ele não é livre de fato, na medida em que as Leis da Natureza e as Leis de Deus são submetidas a eles sem qualquer influência ou consentimento. Assim, para que o homem seja livre e faça a manutenção dessa liberdade por algum meio, no caso o Estado, este deve participar da criação de suas próprias leis, sendo elas estabelecidas, reconhecidas e aprovadas por meio do consentimento, em resumo, participar da criação das leis as quais se submete.

Podemos notar também, que ao contrário de Hobbes, para Locke o consentimento é algo primordial para que se instaure o Estado, não havendo espaço para um exercício total por meio de uma figura estatal personificada como o Leviatã, mas no consenso geral, pressupondo a ideia de eleições e separação dos poderes: executivo, legislativo e federativo.

No mesmo sentido, embora no estado de natureza exista a legitimidade de um poder punitivo, faltam juízes imparciais que balizam e proporcionam tal poder punitivo e a criação do Estado poderia garantir o exercício de tal jurisdição. Dessa forma o Estado só tem o papel de garantir a boa vida que o indivíduo já tinha no estado de natureza, quando necessário, tendo um viés bem menos intervencionista no âmbito privado que o proposto por Hobbes (1983), sendo ele criador do Estado Liberal Clássico.

Assim, para Locke, com um estado limitado a garantir o exercício da liberdade individual, que seria alcançado na medida em que o homem participasse da criação de um novo conjunto de leis que regessem suas relações se instauraria pra ele o Estado de Sociedade com viés oposto à Hobbes.

Para Rousseau (1712-1778) o desenvolvimento do estado para se tornar algo bom se dá com uma etapa a mais, que seria o chamado Contrato Social. Tal fase se apresenta após o Estado de Sociedade, tendo assim o Estado de Natureza, Estado de Sociedade e o Contrato Social como algo que viria a ser bom ante a impossibilidade de o indivíduo retornar ao estado de natureza, que seria algo bom, pois o mesmo, diferente dos autores anteriores, considera o homem bom em sua essência.

Em sua visão, o homem no seu estado de natureza é bom e não é um ser sociável, pois viveria em tese isoladamente, entretanto, na medida em que houve um crescimento populacional e uma consequente inserção do homem na sociedade, havendo o acréscimo em suas relações sociais, a sociedade o corrompe e este passa a vislumbrar necessidades maiores, ambição. Na medida em que essas necessidades artificiais surgem advém dela a ideia de propriedade privada, o que considera ser o cerne da desigualdade, pois a partir desse momento o indivíduo passaria a olhar para o caso concreto e deixar seus princípios de lado, cobiçando o alheio.

Ante o exposto, é possível entender que o Estado de Sociedade é instaurado como forma de pacificar esse problema, todavia adquire um viés supostamente igualitário, que na verdade estaria apenas perpetuando as diferenças entre as pessoas, pois prega uma espécie de igualdade absoluta de direitos. Para Rousseau (1712-1778) a sociedade não é igual e seus indivíduos são gritantemente desiguais no tocante econômico, fato esse que apenas criaria uma falsa ideia de liberdade e igualdade entre os indivíduos, uma vez que os mesmo sempre estariam limitados pelo viés econômico, não só no exercício participativo da política.

É justamente dessa falta de igualdade material que nasce a necessidade de se fazer o chamado Contrato Social, como forma de proporcionar uma igualdade material para os indivíduos e ele se pauta em quatro preceitos que são eles: o indivíduo precisa se dar conta que não é livre; instaurar uma democracia direta e não representativa, participando diretamente da criação das leis; seguir a vontade geral, o que não é a vontade da maioria, mas aquilo que é certo; ter a figura do legislador, que para Rousseau é aquele indivíduo excepcional, que teria a capacidade de esclarecer a terceiros o que seria essa vontade geral baseada no que é certo.

Baseado nesses conceitos Rousseau cria o conceito de soberania popular de forma o povo não mais irá transmitir ou ceder seus direitos a alguém que os represente, mas irá exercer seus direitos naturais de forma direta e participar sem que haja terceiros que os represente, desconstruindo também a ideia de Locke de separação dos poderes.

Entre estes posicionamentos teóricos encontramos uma teologia pessimista da natureza humana, em que Girard (1972), postula uma agressividade humana inata e veem somente na fé uma forma de impedir a ativação dessa agressividade e assim a prática de atos destruidores e perturbação da ordem.

Tais abordagens não encerraram as tentativas de explicar a violência humana, mas direcionou todo um regramento social no propósito de definir não apenas o fenômeno em virtude do seu amplo significado e sua mudança conforme a época histórica, mas em um primeiro passo desmitificar o crime como instintual e intangível absoluto tal como em animais, e sim que seja visto como uma transgressão às normas sociais estabelecidas, sem desconsiderar é claro, os estados patológicos.

Neste sentido, como pontua Oliveira, 2008, p. 101:

Não se pode perder de vista que o crime é fenômeno social, sempre ligado às regras da convivência humana, do que resulta a exigência de um Direito Penal de intervenção mínima, como *ultima ratio*, legitimando-se a criminalização somente diante de ofensas, efetiva ou potencial, a bens jurídicos indispensáveis à sobrevivência do corpo social.

No entendimento de Nucci, 2007, p.159:

Em verdade, é a sociedade a criadora inaugural do *crime*, qualificativo que reserva às condutas ilícitas mais gravosas e merecedoras de maior rigor punitivo. Após, cabe ao legislador transformar esse intento em figura típica, criando a lei que permitirá a aplicação do anseio social aos casos concretos. Nas palavras de Michel Foucault: É verdade que é a sociedade que define, em função de seus interesses próprios, o que deve ser considerado como crime: este, portanto, não é natural (*Vigiar e punir*, p. 87).

No entanto, mesmo diante de um regramento jurídico, a agressividade não deixou de representar um valor positivo no ambiente hostil e desigual da época, e a sua domesticação proporcionou ao Estado o monopólio da força ao passo que ilegitimou as relações internas sociais, marginalizando aqueles em confronto com a nova ordem social, a fim de controlar o potencial explosivo e propagar assim um novo modelo de um homem honesto para as gerações futuras.

Para Muchembled (2012), o declínio acelerado das taxas de homicídio a partir do século XVII testemunha o sucesso crescente do controle social da violência. Isto porque outros tipos violentos escapavam aos registros. Para ele, o homicídio tornou-se um fenômeno residual em nossas sociedades. A brutalidade física menos extrema se encontra também codificada como anormal, definida como um obstáculo para o sucesso social ulterior dos

jovens homens. Por isso, a agressividade tem a reputação de ligarem-se principalmente, aos marginais ou aos perdedores do sistema, estigmatizados, ao mesmo tempo, pelas autoridades a polícia, a justiça, e pelas mídias modernas que contribuem em conjunto para reforçar a angústia das pessoas de bem sobressaltadas diante de incompreensíveis atos de selvageria.

Desde então, a valentia e a ética guerreira de outrora não encontra mais espaço individual na sociedade da metade do século XVII, proporcionando uma queda vertiginosa no índice de homicídios, quando no século XIII foram 100 assassinatos para 100 mil habitantes (D'CRUZE *et al*, 2006).

O que se vê nitidamente neste período é um sinal de recuo da cultura da violência, diante de uma nova ordem de tolerância, ou seja, um novo limiar social canalizado por múltiplos caminhos além do justiceiro. Seja pelo receio de marginalização e isolamento, ou por temer as sanções da época que causava horrores públicos, no final da idade média, há uma transmissão de significado de menos conflitos conduzindo a sociedade a um pacto social e cultural implícito na busca pela pacificação dos costumes e conseqüentemente do ambiente público, excluindo inclusive da linha sucessória os indisciplinados.

Tal pacificação das condutas cotidianas, não repousa somente sobre a força das ideias, mas, também nos modos de controle coletivo adaptados a tais necessidades. E, o processo de civilização dos costumes definido por Nobert Elias (1974), permite compreender o posicionamento autoritário do Estado no monopólio da violência, em que modela o sujeito levando-o a integrar-se a autocontroles e limita, assim, as expressões de agressividade no espaço público.

Polidos e ricos, os membros das camadas superiores, para pacificar as relações ordinárias não poupam energia aos combates vitais lícitos. Para esta elite, os mundos populares são objeto de outras técnicas de gestão de brutalidade, sob a forma de práticas disciplinares apresentadas por Foucault (1975), quando aborda em seu livro *Vigiar e Punir*, que a prisão uma dessas formas disciplinares, mais precisamente o carcerário como chamou, não visava somente punir nem tornar dóceis os eventuais transgressores das leis. Tal sanção fazia parte de uma tática geral de submissões que conduzia o olhar policial ao encarceramento, depois, à delinquência, porque a vigilância de alvos pré-definidos envia, regularmente alguns destes para a cela.

Uma vez vigiados a partir de um modelo de comportamento, a referência estabelece-se em função de critérios sociais bastante contraditórios em que se constata uma distância enorme entre teoria e prática quando da educação e da aplicação das normas do pacto social, resultando em divergências de comportamentos em classes diferentes de uma mesma

sociedade ainda que diante de uma mesma circunstância. O uso do poder como sinônimo de violência permitiu aos aristocratas que reclamavam o pudor legal, moral e social não exercê-los. E similarmente, adolescentes e jovens de classes populares, ainda tomados pelo sentimento de defesa viril, ainda marcante nas aldeias, em sua maioria diante de determinadas circunstâncias neste ambiente hostil e estruturalmente violento, muitas vezes ignoravam as regras sociais em busca de sobrevivência constituindo a massa marginalizada.

E mesmo diante de ampla difusão e enquadramento das normas referentes aos tipos penais, princípios, sanções e interditos relativos à violência ordinária, a violência estrutural e as desigualdades sociais foram ignoradas neste ajustamento de conduta, e aqueles que ignoravam direta ou indiretamente são fortes candidatos a tornarem-se réus em algum processo e na maioria dos casos um condenado. Além disso, uma vez nestas circunstâncias de processado, o indivíduo em questão não era avaliado apenas pelo delito, mas pelas condições de viver em sociedade, o que garantia ao sistema não apenas a repressão à violência e o restabelecimento da paz nas ruas, mas coercitivamente modela comportamentos para a posteridade.

Sobre isso Muchemleb (2012) considera:

[...] Esse mecanismo de autocontrole ligado ao interesse bem temperado do ator face a uma ameaça precisa de sanção redobra o da civilidade que cimenta as relações das pessoas honestas. Ele não chega a uma queda absoluta do potencial destrutivo do ser humano, mas a uma forma eficaz de enquadramento cultural deste pela civilização ocidental. O Universo dos adultos soube muito limitar a brutalidade juvenil, desviando-a para a conquista externa ou a guerra legítima e criminalizando o resíduo. Conjugado ao desaparecimento dos grandes conflitos militares em solo europeu, depois de 1945, o fim da era colonial destruiu esse equilíbrio, deixando um campo livre, há algumas décadas, para um aumento da criminalidade de sangue e dos excessos físicos [...] (p. 197).

Assim, o final da Idade Média é caracterizado por uma violência domesticada, adentrando a modernidade não só com o recuo dos índices de homicídios, mas também com a transformação cultural no sentido de regressão da violência, moldando incansavelmente a sociedade para a pacificação pública interna. E essa mutação das relações traduz-se pelo abandono progressivo da defesa da honra, por meio das armas, ou do poder físico, em proveito de uma percepção nova do valor, simbólico, mas igualmente monetário, da existência humana.

2.3 Violência na Modernidade

Em um processo social tal como da Idade Média, há uma mudança no significado do fenômeno violência, e desta vez, no momento de grande impulso econômico, e avanço do capitalismo competitivo em que o acúmulo de capitais direciona a nova ordem mundial, as prioridades que regem a contenção da violência mudam significativamente para proteção

contra crimes contra os bens, destacando-se o crime de roubo como o crime mais grave e inaceitável, com a multiplicação de penas capitais aos culpados tanto na França quanto na Inglaterra os principais competidores no cenário capitalista emergente.

O homem racional é entendido como referência dos indivíduos sociais direcionando os demais comportamentos e afastando a influência religiosa da vida mercantilista e junto destas o investimento em sistemas de defesa de interesses baseados na estrutura capitalista de mercado, que carrega em sua bagagem desigualdades e em sistema discriminatório gerador de atos violentos como forma de protecionismo individual, social e nacional.

Na idade Moderna a violência já está domesticada e não só os índices de homicídios que eram considerados relevantes são registrados seguem uma tendência de redução, mas também se constata neste momento histórico um direcionamento de condutas sociais que reprovam o uso da força por motivo fútil, e isto engloba tanto no ambiente familiar como nas ruas, de forma que diante de tal mudança cultural, os enfrentamentos interpessoais verbais e de mãos livres, pouco a pouco substituem os combates com arma branca.

Neste contexto, o surgimento das cidades foi significativamente importante para a domesticação da violência, pois a convivência social e interpessoal mais frequente e próxima permitida pelas mudanças de hábitos nos encontros nos espaços públicos como tabernas e praças, e cuja pacificação indispensável modela e vigia os indivíduos a partir de um raio menor de vigilância social, focando principalmente nos imigrantes trazidos para as fábricas emergentes.

O ambiente rural por sua vez, vai aos poucos perdendo sua importância em razão do êxodo rural para as cidades e conseqüentemente vai também modificando as respectivas relações interpessoais, ainda que em um ritmo mais lento quando comparado ao desenvolvimento urbano. Dessa forma progressivamente o comportamento bruto e selvagem dá lugar a um comportamento menos agressivo, ainda que mais pela pressão da civilização à adaptação voluntária e mudança de consciência, até porque ainda predomina nos campos a brutalidade notável à justiça baseada em crimes de sangue.

Essa mutação progressiva sociocultural da idade moderna não encerra a violência, mas pelo contrário banaliza-a de geração em geração, e a vigilância da polícia e o terror das execuções não bastam para explicar uma redução nos índices de violência ou em seu ciclo multifacetado em formas distintas. Mas o principal motor propulsor da evolução dos significados da violência está no controle diário por cada membro da sociedade pela coletividade, encontrando espaço à medida que a mudança progressiva no pensamento humano desde o final da Idade Média orienta a virilidade e a honra masculina para o conceito

simbólico monetário e intelectual estabelecido pelo sistema capitalista em ascensão, em depreciação de uma honra viril representada por meio do poder físico ou da força e armas letais.

A civilização dos costumes se instala aos poucos nas áreas urbanas. E isto não ocorre apenas mediante a imposição de normas civilizatórias e de educação, mas, sobretudo forjam efetivamente os modelos de homens e mulheres ideais, sensíveis, caridosos, capazes de dominar suas pulsões e de expurgar seu vocabulário, para evitar os insultos e os confrontos em público.

Neste sentido, para além dos números dos índices de violência, que embora considerados não representem fielmente a realidade da época em virtude de muitos eventos violentos não serem registrados por motivos diversos, inclusive de ordem individual ou econômica, observa-se que a queda da violência não foi absoluta, já que registros históricos atestam a presença de novas tendências ou formas de violência, em virtude da internacionalização diversa dos significados das normas estabelecidas e conseqüentemente há uma dificuldade por uma fração da juventude masculina e feminina de integrarem-se socialmente, por não assimilarem às novas normas sociais.

Sobre isso Muchambled (2012) consigna:

Para os dois gêneros, o percurso começa habitualmente pelo roubo. Acrescenta-se a isso, em seguida, ataques sexuais a meninas pequenas e confrontos brutais, viris ou com fim alimentar, para os machos, enquanto as moças vulneráveis recorrem ao infanticídio para se livrar de um apuro. Dentre os rapazes, os que se casam ou se estabelecem passam a formas de transgressão mais frequentemente centradas na fraude, o abuso de confiança, as manobras ilegais e os abusos carnavais visando as meninas. Estes fornecem 29.369 casos denunciados de 1871 a 1940, ou seja, mais de 14% do total, o que os coloca em segunda posição depois do roubo (p. 200).

Momento este em que se contata o avanço de outras formas de violência, demonstrando um deslocamento desta do espaço público para o seio familiar, já que o fenômeno do estupro, entre outros problemas, está o do incesto, ainda que condenado pelo pacto social. Isto desconfigurou a ideia de que a referida prática se limitava apenas aos representantes das classes superiores ou médias, frustrados pelo casamento arranjado ou de conveniência, que perseguiram despididamente, primeiro as escravas, servas e agora as proletárias indefesas.

No entanto, este tipo de violência não interessava as autoridades da época, já que em sua maioria eram partícipes ou praticantes dos mesmos comportamentos, e, portanto preferiam mantê-la no foro privado repudiando qualquer tentativa de denúncia ou exposição, receando o aumento dos números dos conflitos aparentes que teoricamente haviam sido reduzidos e a tão sonhada paz pública alcançada.

Contudo, mesmo diante da indulgência das autoridades, o aumento das queixas por parte das mulheres ainda que um tanto restrito a uma pequena minoria, externou a necessidade feminina de encontrar uma solução para o problema e demonstrou uma forma de resistência aos abusos sexuais e a tirania machista da época. Ainda que a lei do silêncio e o medo de retaliações sociais impediram muitas mães e parentes próximos das vítimas de procederem com as denúncias, seja por vergonha ou medo da marginalização e rotulação social, além da marcante indiferença da justiça nos casos que envolviam matéria relacionada a infância, principalmente quando as vítimas eram camadas inferiores.

Neste contexto, evidencia uma cultura masculina que entende exercer um direito de exigir benefícios sexuais daquelas que integram o ambiente do seu senhorio, estende-se durante toda a Idade Moderna, período de transição do feudalismo para o capitalismo que apesar do avanço econômico ainda apresenta resquícios do sistema de servidão.

E somente nas últimas décadas com uma nova concepção romântica surgida no Iluminismo, o problema dos abusos sexuais finalmente é exposto socialmente e inicia-se um movimento sócio cultural em defesa da infância e da inocência juvenil. E, neste momento, é oportuno destacar que esta proteção foi direcionada apenas para as meninas, pois elas são, portanto neste momento, o objeto de atenção, o que explica o aumento nos registros de queixas e o surgimento das instituições próprias para o acolhimento no Reino Unido, conforme relata Muchembled (2012).

Para este autor, trata-se de um momento em que feminidade e a infância se encontram repensadas pelos britânicos, a fim de desenvolver no conjunto da nação um modelo masculino de vigoroso colonizador imperial e um modelo feminino completamente devotado a uma maternidade sagrada, em que as pequenas violentadas que não se integram nesse esquema casam, pelo menos, tanto espanto quanto piedade. Além disso, os contemporâneos se recusam a enfrentar abertamente o problema do incesto, no entanto, bastante frequente na origem de sua queda. E embora considerado pecado aos olhos da igreja, o fato não é processado antes de 1908, no Reino Unido, caindo simplesmente diante da legislação que rege a lei do consentimento.

E mesmo diante da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), bem como diante das importantes diferenças sociais, religiosas e culturais, a Europa conhece uma evolução paralela em matéria de delitos contra pessoas. Delitos estes que embora sigam com o declínio de práticas no espaço público, a violência está longe de ser erradicada, mas pelo contrário se amplia em formas e faces deslocando-se para outros ambientes prevalecendo às

distâncias morais, ainda que diante dos esforços das autoridades que pregam a necessidade de domesticá-la no ambiente público.

Assim se desenha o final da Idade Moderna, marcado pela sustentação de uma opinião que reprova cada vez mais as expressões de crueldade. A criminalização da selvageria dá lugar à busca pela pacificação completa do espaço coletivo, tendo como principal alvo as classes populares que sob pena de morte e de outras sanções penais cruéis são coagidas a abandonarem instrumentos de violência, as rixas públicas, o enfrentamento as autoridades, o latrocínio, o roubo, o estupro e outros crimes contra a honra e bens das pessoas sob promessa de melhora de vida em sociedade.

Para tanto, as conquistas comerciais contribuíram sobremaneira, redefinindo o significado da violência para adaptá-la aos novos valores sociais sob o viés capitalista, ou seja, direciona as normas para a proteção monetária em um primeiro plano, ao passo que a vida e a liberdade são afastadas das prioridades neste sistema, modificando assim o entendimento da justiça sobre os tipos de sanções impostas aos condenados.

Dessa forma, os novos jovens desenraizados que chegam as cidades emergentes e engrossam as massas marginalizadas oferecendo ameaça à ordem pública, em virtude de suas condições de vida precárias e cuja mão de obra pouco adaptadas as novas formas da indústria provocam ondas irreprimíveis de roubos para fim do próprio sustento, seguidos de miséria e outros crimes inerentes a nova realidade social, são, portanto condenados ao serviço militar de guerras e a instalação compulsória nas colônias, afastando o problema definitivamente.

Diante desta realidade, as camadas superiores buscam proteção do Estado incentivando as autoridades medidas extremas aos crimes de roubo e de ociosidade, produzindo a institucionalização de um código de sangue e penas capitais para crimes contra os bens a fim de proteger os bem-providos. O que nos permite atestar a continuidade do mesmo paradoxo herdado da Idade Média, uma vez que ao mesmo tempo em que a violência se torna profundamente inaceitável para a civilização, temíveis carnificinas humanas são realizadas tanto em guerras, quanto em punições desproporcionais daqueles menos protegidos por solidariedade, família ou Estado, perpetuando assim o ciclo da violência, já que esta é apenas deslocada de um ambiente ao outro, legítima ou ilegítima conforme a ordenação oportuna do momento.

A prisão, conforme descreve Michel Foucault (1975), representa um elo e um modelo reduzido de sociedade, pois sob a coação educa-se e modela o comportamento conduzindo as instâncias de civilização representada no controle de si e da polidez, por ocasião da repartição

do espaço comum, enquanto a agressividade juvenil encontra-se desviada para outras maneiras, como uma aventura colonial ou proteção da pátria em perigo.

Neste plano simbólico, enquanto se desenha a Revolução Francesa, onde os valores de mérito se opõem aos valores do nascimento, em relação aos significados e representações sociais sobre o termo violência embora se perceba um recuo nos chamados crimes de sangue, outras formas de violência são identificadas atestando um deslocamento e não uma erradicação.

E mesmo diante da evocação motivadora da Revolução Francesa de liberdade, igualdade, fraternidade não há evidências de um entendimento do significado de violência diversa do crime, ou seja, neste período predomina o entendimento de violência como sinônimo de crime e, portanto o direcionamento das medidas e adequações para redução e contenção que adentram a idade contemporânea.

2.4. Violência na Contemporaneidade

Em matéria de contexto social as Idades Moderna e Contemporânea se adensam, e a sociedade experiência um mundo cada vez mais violento desde o início da contemporaneidade. Visão esta corroborada pelos índices criminais que se avolumam nas cidades desde as revoluções e guerras, mesmo diante do crescente policiamento e sistema de segurança pelo mundo afora.

Paradoxalmente a constante vigilância, os homens usufruem de uma liberdade de pensamento e locomoção sem precedentes, não havendo restrição dessa liberdade em face das regras de comportamentos e da institucionalização da violência pelo Estado, que embora tenha conduzido a mudança de comportamento por um processo civilizador na Idade Média reduzindo a brutalidade e os crimes de sangue, não a erradicou da vida cotidiana.

Isto porque o processo civilizador teria acontecido em atenção a uma dinâmica autônoma numa teia de relacionamentos e mudanças conforme a conveniência e adaptação social a partir do período medieval, não sendo concluído no que tange a condição humana em seu padrão de pensamento, e da respectiva representação social internalizada de mundo cuja construção pelo homem demanda outros fatores históricos e sociais que se prolonga no tempo e no espaço.

Dessa forma sob os vários aspectos, a violência é um evento heurístico de excepcional significação, modificando suas formas e técnicas, razões e convicções em conformidade com as configurações e os movimentos socioculturais da sociedade, revelando, portanto o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e cultural,

compreendendo o indivíduo e a coletividade dentro de todo o processo histórico da humanidade.

E foi neste sentido, que a violência perpassou gerações, desenhando um vasto cenário seja por formas antigas ou recentes, conhecidas e desconhecidas, ela se manifesta nas sociedades de todas as épocas, tal como entendido por Marx (1818-1883) a violência é a parteira de toda velha sociedade prenhe de uma nova, ou como assevera Arendt (2001), a violência é a parteira da história.

História esta que na contemporaneidade está assentada sob o sentido de uma violência legítima quando entre nações, que segundo Arendt citando Marx “o estado é o instrumento da classe dominante por meio do qual ela oprime e explora, e toda a esfera da ação política é caracterizada por meio da violência” (ARENDR, 2001). E foi por meio desta argumentação que a violência das guerras encontrou uma justificativa para suas práticas sob o controle do Estado.

Controle que iniciou ainda na Idade Média quando no processo de individualização e ordenação do cotidiano, desenvolveu a sociedade. Os mesmo processos, estruturas, hierarquias e instituições com os quais ela se constitui e se transforma, constituindo o progresso, o retrocesso, a alienação, a riqueza e a pobreza e a marginalização que fomentam a violência. E que como nos mostra Rousseau, 1985:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: isto é me, e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não se poupariam ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado a seus semelhantes: “Livrai-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes de que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!” (p.91, destaques no original).

Esse processo de burocratização do Estado mais tarde é direcionado aos indivíduos com a emissão de certidões de nascimento e casamento, função anteriormente desempenhada pela Igreja Católica e agora delegada ao Estado caracterizando neste a centralização do poder sobre o controle estatal.

E ainda que numa mudança lenta da estrutura social, a sociedade se torna mais complexa com uma maior divisão de funções entre os indivíduos, e sob vários aspectos o princípio e a prática da propriedade privada mudam as formas das relações sociais, desenvolvendo uma dependência recíproca entre os homens, cuja força de trabalho vendida e comprada no novo sistema econômico envolvia diversas desigualdades, hierarquias e dominação centralizando o capital da mão de poucos em detrimento de muitos subjugados.

Tais transformações nas relações sociais programadas pelo capitalismo trazem consigo as regras de polidez tanto nos comportamentos como nas linguagens, reprimindo cada vez mais atitudes violentas em público, confinando-as aos ambientes íntimos e institucionais, outorgando ao Estado definitivamente o monopólio da força física. Assim, uma das principais funções do Estado é garantir a paz social, por isso ele impõe a sociedade uma série de normas e sanções aos que as descumprem. A norma jurídica torna-se uma realidade com a previsão legal de tipos penais e as respectivas sanções, impondo limites ao homem e ao Estado como ente capaz de execução da lei.

Para executar tal controle sob os indivíduos, Foucault (1975) descreve sobre o surgimento da sociedade disciplinar. A disciplina que fabrica corpos dóceis organiza o espaço com o objetivo de conhecer, dominar e utilizar. É a lógica utilizada nas fábricas, escolas e prisões, a lógica de impor um poder disciplinar, uma vigilância constante para o controle dos corpos.

Para este autor, o enclausuramento consiste na operação essencial da sociedade disciplinar, com a divisão dos compartimentos fechados e a respectiva ordenação de tempo e trabalho, garantindo o adestramento de indivíduos uma necessidade de ordem capitalista e exercido pelo Estado sob o monopólio da força, como entende Mereu (2005), se organizando e proclamando-se tutor e garantidor da salvação da república, mediante uma violência preestabelecida, formalizada, solene, exemplar e inexorável.

Assim a justificativa para o uso da violência pelo Estado torna-se um bem comum. Sendo esta adotada num primeiro momento em defesa do trono e do altar, e em seguida para defender a revolução burguesa, a restauração, as unidades nacionais, até as ditaduras proletárias.

E como entende Arendt (1999), o bem comum é o grande trunfo que todos os grupos dominantes usarão sem receio para justificar a repressão e a necessidade da violência legal. Para esta autora (1999), em assuntos internos, a violência funciona como o último recurso do poder contra criminosos e rebeldes, ou seja, contra indivíduos sozinhos que de certo modo, se recusam a ser esmagados pelo consenso da maioria.

E apesar de uma organização de um sistema jurídico apoiado em punições diversas que forcem os indivíduos direta ou indiretamente a uma mudança de comportamentos mediante o cumprimento das leis do Estado, essa organização monopolista da violência física não controla o indivíduo apenas por esta medida, mas há também todo um controle social exercida pela pressão da sociedade como forma de um autocontrole.

Os indivíduos desde a infância vivenciam tais controles, mediante confinamentos e regramentos que envolvem toda sua conduta como ser social, deslocando o ambiente de batalha do espaço público para sua consciência. Ou seja, diante das novas formas de comportamentos da civilização, suas emoções não mais devem ser entendidas como intuituais como outrora, mas sim como racionalizada e controlada. E isto, não é imposto pelo Estado, mas internalizado mediante as mediações sociais das regras de condutas que estão dispostas no convívio social.

No entanto, se por um lado há um controle social que molda o comportamento humano e que regula as malhas sociais, por outro, as desigualdades e violência estrutural promovida pelo sistema capitalista cujo processo de destruição criativa tende a ser criativo para os detentores do poder político-econômico, com repercussões muito diferenciadas e desiguais nos setores da sociedade, compreendendo classes sociais, grupos sociais, nações centrais e mercados emergentes.

Que desde os primórdios dos tempos modernos, seja o regime de trabalho escravo vigente sob os diversos colonialismos, seja o regime de trabalho livre, seja na época da máquina a vapor, seja na época das tecnologias eletrônicas, a história social revela a produção e a reprodução contínuas e crescentes de marginalização, exclusão, pobreza, miséria ou pauperismo e lumpenização. O desemprego e o subemprego, ou desemprego disfarçado, tem sido algo inerente e essencial à dinâmica do capitalismo.

Dinâmica esta que compõe um novo ciclo de globalização devido à intensa e generalizada incorporação de tecnologias, e conseqüentemente do desemprego estrutural, visto como um produto político-econômico e sociocultural do processo de destruição criativa, que vitima milhões de pessoas que não têm além de limitadíssimo acesso aos bens indispensáveis à vida social e à própria vida. A quem se destina migalhas e povoam as grandes cidades, migram em diferentes direções, vagam perdidos por campos e construções, atravessam territórios e fronteiras, continentes.

Nesse sentido é que a violência institucionalizada, traduzida por mecanismos de oferta e demanda de trabalho, vigilância rigorosa, a brutalidade policial relativa ao trabalhador negro, nativo, branco, árabe, asiático e outro, conforme o país, nesse sentido é que a violência revela-se uma poderosa força produtiva. E ao lado do capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social, mercado e planejamento, o Estado representa a violência organizada e concentrada da sociedade.

E apesar dos significativos avanços tecnológicos, conhecimentos científicos, da promulgação dos Direitos Humanos, a competitividade por mercados consumidores influenciou

a corrida armamentista das nações que buscavam garantia de soberania e segurança nacional, com idealização de patriotismo e segregações raciais, que apesar da expressividade da razão e valorização humana, não impediu as disputas de interesses capitalistas das nações, que desencadearam em duas grandes guerras mundiais com destruição em massa da humanidade já registrada na história da humanidade.

O resultado foi uma expressiva violência de proporções devastadoras, em virtude dos avanços tecnológicos e científicos que proporcionaram aos blocos litigantes a expressão máxima da crueldade humana no quesito de destruição e terrorismo, e em 1945 os ataques norte-americanos às cidades japonesas Hiroshima e Nagasaki pode representar com clareza à evolução do sentido e do significado da violência humana expressa na bomba atômica a amplitude da criação humana para sua autodestruição.

Período este marcado por danos causados a liberdade humana justificada pela razão do Estado soberano que sob métodos modernos de inquisição convencia a população sobre a eminência de perigos e ameaças internacionais, fortalecendo entre os homens de nações diferentes o sentimento de pertencimento a determinada raça e comunidade direcionando a massa para disputas individuais que se tornavam coletivas, constituindo a consciência da massa, cuja responsabilidade apoia, equilibra e legitima o poder do Estado.

E, como o comportamento moral do homem se fundamenta eficazmente sobre a simpatia ou os compromissos sociais, a constituição de sua consciência para Einstein (1981) está nas relações sociais à apreensão e compreensão das motivações humanas, suas quimeras e suas angústias para determinar com exatidão seu lugar exato em relação a seus próximos e a comunidade.

Sendo assim, a resposta à institucionalização da violência na Idade Contemporânea é uma crise de autoridade e de poder, cuja confusão entre poder e violência permite a desintegração da autoridade nas relações sociais, seja nas escolas, em casa ou na relação entre os Estados, em que a violência aparece como legítima, no contexto cotidiano o entendimento diverso provoca desrespeito e conseqüentemente a desintegração da figura da autoridade, desencadeando respostas violentas como forma de resistência. Os bandos e os índices de violência retornam aos espaços públicos.

Assim o indivíduo se constitui como sujeito. Internaliza significados mediados no seu contexto social. Significados estes que perpassam por gerações e gerações e cuja mutação depende de novos significados inseridos no contexto de vivência. Em que as diversas expressões da violência não é estranha ao homem. Trata-se de um balanço assustador que proporciona insegurança e desesperança social.

Como se vê por séculos o homem conviveu com atos violentos, e embora com sentidos e significados diferentes ao longo da história, a violência sempre esteve presente, e conforme predissera Lênin, o século de guerras e resoluções. Portanto, século da violência que atualmente se acredita seja seu dominador comum. (ARENDDT, 1994)

E assim ela passa e repassa por gerações, e hoje não mais retratada como cenas de caça, mas como uma atividade constitutiva da realidade humana. Atividade essa que tem vitimado milhares de pessoas, de maneira multifacetada engendrando um ciclo que se perpetua na estrutura social desenhando um cenário de horror que se sacia da carne e da alma da humanidade.

Para Arendt (1994), ninguém que se dedique a meditação sobre a história e a política consegue permanecer ignorante quanto ao papel significativo que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas, e é bastante surpreendente que apesar disto um assunto tão importante raramente tenha sido objeto de consideração. O que fez da violência algo corriqueiro e, portanto, negligenciado por todos.

Nesta análise materialista histórica e dialética, certamente, Marx tinha consciência do papel desempenhado pela violência na história. Para ele a emergência de uma nova sociedade foi precedida de manifestações violentas, reprimidas pelo Estado usado como instrumento de violência sob controle das classes dominantes. Em suma, consistia numa luta de classes.

Neste entendimento, e em concordância com Leão (2007), compreendemos que a banalização da violência está orientada nas relações mediadas entre social e a subjetividade de modo que aqueles que nada mais viram do que atos violentos nas atividades humanas, inseridos em uma sociedade convencida de que o ciclo violento é acidental ou fenômeno marginal, certamente como assevera Lane e Codo (1987), produzirá um discurso equivalente, ou seja, que transmita a representação que ele tem do mundo em que vive, em outras palavras, de sua realidade subjetiva, determinada e determinante de seus comportamentos e atividades.

E por isso, estamos acostumados a identificar violência à criminalidade, embora o seu sentido seja bem amplo e dinâmico, encontrando não só dimensão física, mas também psíquica e simbólica como conceitua Chauí (2018):

Etimologicamente, “violência” vem do latim *vis*, força, e significa: 1. Tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar e brutalizar); 3. Todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. Todo ato de transgressão contra aquelas coisas e aos que alguém ou uma sociedade definem em como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, servícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência é a presença da

ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro, sua manifestação mais evidente se encontra na prática do genocídio e a do apartheid. É o oposto da coragem e da valentia porque é o exercício da crueldade (p. 35, destaques no original).

E se isso é violência, tratar seres humanos como se fossem coisas, objetos ou instrumentos também o é. Assim como tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade, praticam-se os cinco sentidos dados por Chauí (2018) ao fenômeno violência.

Neste entendimento, digno do período contemporâneo, que aprofundamos no entendimento semiótico do fenômeno violência indo além da incultura crassa e da ferocidade, e fazemos uma releitura do fenômeno violência identificando sua forma originária: a violência estrutural, cujas marcas encontram-se inscritas na origem da civilização e mais evidente com o avanço do capitalismo, tal como entende Chauí (2018), e exemplifica com o Brasil a sociedade polarizada entre um Alto que faz prevalecer sua vontade particular e um Baixo que se relaciona com o arbítrio através da transgressão. De forma que as relações não chegam a ser políticas porque se reduzem as relações de força, expressa, sobretudo nas desigualdades sociais.

Sobre isso, Martin-Baró (1985/2012), define a violência como processo histórico, em que ato violento é efetivado pelo ser humano, cuja natureza é histórica e, portanto aberta a diversas e contraditórias possibilidades. Cada pessoa expressa os marcos e a possibilidade de uma sociedade concreta. A sua atividade é parte expressão das forças sociais que facilitam ou não a expressão e a configuração da violência. Assim a violência é um produto das relações sociais de uma dada sociedade que expressa e canaliza forças e interesses sociais concretos em um marco estrutural que é determinado por conflitos de classes.

Para este autor a violência como uma dose de força excessiva contra algo ou alguém não deve ser sinônimo de criminalidade. Pois se trata de um fenômeno diferente da agressão. Esta é “uma forma de violência: aquela que aplica a força contra alguém de maneira intencional, isto é, aquela ação pela qual se pretende causar dano em outra pessoa” (MARTIN-BARÓ, 1985/2012, p.365-366).

Nesta discussão, tais concepções ganham particularidades e suscitam outros questionamentos sobre as ocorrências e a continuidade dos atos violentos diante da ausência de exigibilidade de intencionalidade na ação violenta, pois se por um lado sob o argumento que só é possível falar em estrutura social violenta, quando esta cria condições sociais que conduzem as pessoas a agirem de uma dada maneira, por outro não explica o porquê da sua manifestação e continuidade se os indivíduos não tem essa intencionalidade.

E, embora durante na Idade Contemporânea o diálogo social em torno do tema se estabelece a partir da identificação criminal adaptando todas as mudanças de comportamentos para este entendimento. E assim dão continuidade ao propósito de manutenção da pacificação urbana, e modelando comportamentos e corrigindo atitudes que fujam dos padrões ideais sociais e para tanto crianças e jovens são direcionadas a frequentar escolas, as oficinas de manufatura e fábricas, assim como o serviço militar obrigatório, a fim de não só educar e vigiar, mas desenvolver para estas idades a revolução dos sentimentos ensinando-lhes os bons costumes e afeição pelo próximo.

A família então passa a desenvolver seu papel essencial e importante, de quem era obrigação de garantir a formação do caráter e a socialização inicial afastando-os dos vícios e de convivências reprováveis aos olhos da sociedade, confiando-lhes posteriormente a instituições capazes de dar continuidade à formação do cidadão honesto e de conduta inibida.

Desde então, a cultura juvenil vai sendo modificada aos poucos, e a intolerância a toda forma de violência é a cada dia mais notável no meio social e o espaço público se torna muito mais policiado, diante dos novos desafios já deslocados para os bens, o motivo simbólico dos conflitos entre as gerações ascendentes e os adultos, que reage, multiplicando os exemplos de punição suprema para aqueles subvertem a ordem comum das coisas.

Agora a respeitabilidade, o caráter digno, o exemplo de cidadão, pai e filho se expressa muito mais numa conduta tranquila que não põe em perigo a ordem a uma honra viril ferozmente proclamada por uma agressividade estúpida e desordeira. No entanto, a respectiva domesticação da violência no espaço público como já evidenciado na Idade moderna, deslocou-a para outros ambientes não policiados e um deles neste caso foi o ambiente familiar, contra aqueles não protegidos pelo Estado.

Tal deslocamento da violência para o ambiente familiar, segundo Muchembled (2012) marcou sobremaneira a Idade Contemporânea, pelo aumento considerável de violência doméstica, inclusive psicológica e social. E esse aumento se deve ao fato desta forma de violência ser habilmente contornada pela justiça criminal que absorvera aproximadamente 80% dos casos denunciados na época, e entre estes casos estão os dos crimes de estupro e agressões físicas diversas em prejuízo das agredidas que viam seus relatos distantes do magistrado que geralmente não entendia como violência este ato em questão.

Igualmente os insultos e as injúrias destacam-se como tipos penais nesta época, mas estereotipados e moduláveis conforme a posição social do ofendido, ou seja, uma honra que seja susceptível de ofensa e nestes casos se habitua desde então as compensações financeira se

simbólicas em razão do prejuízo moral, substituindo assim o combate dos séculos anteriores por uma queixa formal.

Sobre isso Muchembled (2012) afirma que os homens da época confrontados com uma justiça que reforça sua presença no seio do seu universo para fazer respeitar normas religiosas e morais cada vez mais estritas, aceitam o fenômeno da busca do lucro e aprendem a se tornar demandantes astutos e a multiplicar as queixas com o intuito de obter vantagens substanciais.

Este comportamento contribui para redução das queixas e conseqüentemente dos processos, já que a noção monetária e de riqueza assumem uma importância significativa na época, e em parte, as queixas estariam ligadas ao enriquecimento ilícito. Desta forma, a própria sociedade entende a pacificação urbana como sinônimo de lucro, de sucesso somado ao medo a ruína financeira.

Há uma profunda transformação social. A linguagem da vingança obrigatória do lugar aos mecanismos de integração como escola ou o exército e até mesmo o culto as divulgações das mídias que direcionam os comportamentos do seu tempo. Há uma redução de importância do coletivo e uma exaltação pessoal cujo modelo está constituído pela firmeza astuciosa em detrimento das pulsões destruidoras. Então seguem o discurso aceitando disciplinar as ruas, reorientar os costumes abandonando armas e o uso da força em confrontos físicos, deslocando tais atos para a intimidade do lar.

E apesar da queda dos índices de homicídios em espaços públicos, segundo Muchembled (2012), cresce consideravelmente no ambiente familiar os crimes contra os pais, contra irmãos e cônjuges relativos à ordem de sucessão de patrimônio, o parricídio se destaca nos anos 1880 ligados na maioria dos casos a fatores econômicos.

Concomitantemente em 1880 há um aumento significativo das denúncias de estupro de meninas pequenas, o incesto, as sevícias contra menores como afirma Chauvaud (1991), mas para Muchembled (2012) as autoridades estão mais preocupadas em reprimir os crimes de roubo, assimilados como uma verdadeira praga, no início do século XX, mas o movimento se inicia com uma preocupação crescente da sociedade em matéria da violência dirigida contra crianças, direcionando o entendimento ulterior dos crimes sexuais como o mais abjeto das monstruosidades

O que é alvo de muitos debates entre estudiosos, já que mesmo diante de tantas iniciativas no intuito do controle do avanço da violência, o seu impacto real e cotidiano persiste. O Estado mostra-se insipiente no controle. Chacina, massacre, vandalismo, guerra civil tácita, indistinção entre polícia e crime e desordem pretendem ser o lugar onde a violência se situa e se realiza; fraqueza da sociedade civil e debilidade das instituições

políticas são apresentadas como impotentes para coibir a violência, que, portanto, estaria localizada noutro lugar e não nas próprias instituições sociais e políticas. Trata-se de mecanismos ideológicos que afirmam e negam a violência social conforme a conveniência.

Segundo Chauí (2018), tais mecanismos ideológicos são: 1) exclusão: atribui à violência aos outros (vândalos, desordeiros, bandidos); 2) distinção: distingue essencial e acidental, ou seja, a violência não está na essência humana, mas é um acidente, uma epidemia; 3) jurídico: violência fica circunscrita à delinquência, a criminalidade; 4) sociológico: violência é atribuída a transição da modernidade, uma anomia temporária; 5) inversão do real: dissimulação de comportamentos violentos como se não o fossem; 6) de ordem passional: crimes da paixão e da honra que diante da inércia da justiça precisam ser realizados, como por exemplo linchamento de estupradores e assassinos.

Em suma, a percepção da violência propriamente dita não acontece onde de fato se origina, já que como toda prática e toda ideia que reduza o indivíduo à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural, isto é ausência de direitos. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações dadas são carregadas de violência, porque está cega para o lugar efetivo da produção da violência: a estrutura da sociedade.

Para Chauí (2018), as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade em si não é vista como violenta, e a violência, neste sentido, são interpretados como um fato esporádico de superfície.

Tal negação retrata sem dúvida uma herança da sociedade colonial despótica e fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: repetindo a forma da família patriarcal, na sociedade em que as relações sócias e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um que manda e outro que obedece. Uma assimetria que se transforma com o tempo em desigualdades que reforçam tal relação de privilégios, e o fascínio pelos signos de prestígio e poder.

E é dessa maneira de distribuição de micropoderes despóticos que segundo Chauí (2018), a violência é capilarizada na sociedade, partindo da família, se estendendo para a escola, o hospital, as relações de trabalho, os meios de comunicação, o comportamento social nas ruas, o tratamento dados aos cidadãos pela burocracia estatal e vem cristalizar-se nas instituições públicas e no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor. A violência

policial é apenas mais um caso do despotismo que estrutura toda a sociedade, ou seja, não é uma exceção escandalosa e sim faz parte da regra da sociabilidade contemporânea.

Noutra perspectiva, para Dadoun (1998), aquilo que era expresso apenas como violência é, na verdade, perpetrado sem que possa designar-lhe uma razão clara e eficiente. Isto porque, para este autor, o percurso da violência no desenrolar da história da humanidade esclarece-a como essência e até mesmo como parte constitutiva do ser. Ou seja, neste entendimento, em qualquer tempo o *Homo violens* estará definido e estruturado pela violência, cuja tal característica intrínseca do indivíduo não pode ser modificada, e sim intangível.

Neste entendimento, tanto Dadoun (1998) como Girard (1972), atribui à violência a natureza intrínseca e instintiva como parte das características do ser humano, como comum de todos. E embora seja uma ideia majorante sobre a violência na obra de Freud em: “Além do princípio do Prazer”, quanto no desenvolvimento da Teoria dos instintos, Freud divide a natureza do homem em instinto sexual e de vida e em instinto destrutivo ou de morte, inferindo ao homem uma violência natural, não apenas no sentido da autopreservação, mas também no sentido de rechaçar ameaças a sua vida, o que traz a violência um sentido de resposta a outra violência, divergindo do entendimento majoritário de violência humana.

Ao passo que para Durkheim (2007), o homem em seu "estado natural", quer dizer, livre do controle social, seria um ser egoísta, impulsivo, movido por desejos e paixões imediatas, numa analogia bastante conhecida, comportar-se-ia como um lobo, constituindo-se mesmo até numa ameaça aos outros homens.

Além disso, o homem não teria em si mesmo mecanismos próprios de autocontrole, de autolimitação e de regramento. Conforme Durkheim: "As paixões humanas só se detém diante de uma força moral que elas respeitam. Se qualquer autoridade desse gênero inexistir, é a lei do mais forte que reina e, latente ou agudo, o estado de guerra é necessariamente crônico" (2007, p. 07).

Neste entendimento, a possibilidade do homem, marcado naturalmente por estes traços de personalidade, chegar a viver em grupos, em comunidades, passaria pela necessidade de sujeição de seus apetites egoístas a uma força moral externa e coercitiva a eles, capaz de controlar, regular e oferecer certa solução aos conflitos que constrangeriam a natureza humana submetida à vida coletiva. Conflitos originados por sua vez, das dualidades às quais seriam submetidas à natureza humana: instinto/razão, egoísmo/altruísmo, ser individual/ser social.

Concordando com a solução já clássica que Hobbes havia dado à dificuldade da constituição do homem em ser social, Durkheim (2007) dirá que o homem aceita, portanto deliberadamente, subordinar-se a uma força moral externa a si, mas que lhe dará garantias para sua nova forma de sobrevivência, agora em comunidades.

Essa força moral externa, essa autoridade a qual se sujeitará, será a própria sociedade, colocada como melhor antídoto ao egoísmo individualista. A sociedade é aqui reconhecida na condição de autoridade moral e legal. À sociedade caberá, dessa forma, o papel moderador dos conflitos da natureza humana. O objetivo de toda sociedade é segundo Durkheim "(...) suprimir ou, pelo menos, moderar a guerra entre os homens, subordinando a lei física do mais forte a uma mais alta" (DURKHEIM, 2007, p. 07).

Dirá ele, que uma norma moral não é apenas uma maneira habitual de agir; é, antes de qualquer coisa, uma maneira de agir obrigatória, isto é, que escapa, em certa medida, do arbítrio individual. Ora, somente uma sociedade constituída desfruta da supremacia moral e material que é indispensável para impor a lei aos indivíduos; pois a única personalidade moral que está acima das personalidades particulares é a formada pela coletividade. Além disso, apenas ela tem a continuidade e, mesmo, a perenidade necessárias para manter a regra além das relações efêmeras que a encarnam cotidianamente (DURKHEIM, 2007, p.10).

Além disso, Durkheim insistirá no fato de que uma "regulamentação moral ou jurídica exprime, pois essencialmente, necessidades sociais que só a sociedade pode conhecer; ela repousa num estado de opinião, e toda opinião é coisa coletiva, produto de uma elaboração coletiva" (Durkheim, 1997, p. 10). Mas, anote-se, Durkheim lembra que tal regulação não exclui, por parte do homem, certa dose de sacrifício e sofrimento, ao se sujeitar ao controle e limitar suas paixões.

Mas como que a sociedade, esta entidade abstrata, poderá promover tal tarefa? Durkheim observa que a integração social derivará principalmente da comunhão de ideais coletivos que penetram nas consciências individuais, organizando-se aí de modo duradouro, e fixando-se também nas instituições sociais - família, direito, sistema educacional- e em outros fenômenos de base social como símbolos nacionais, costumes, etc. Serão esses ideais coletivos - valores, princípios, juízos, prescrições- que, se consensuais e efetivamente respeitados, garantirão uma adequada normatização à vida social. Ou seja, uma situação de vida coletiva onde seus membros comungam, aceitam consensualmente, um importante conjunto de valores, de normas regras de conduta e prescrições, na qual, portanto, o quadro seria de ordem, estabilidade, harmonia e coesão social.

Como a sociologia positivista preocupa-se, principalmente, com os fatores ligados à

ordem moral, com o consenso moral, analisa com destaque a tarefa reservada ao Estado de intervir diretamente na promoção e indicação aos indivíduos de propostas de conduta moral. Por várias vezes Durkheim (2007) anotou que tais tarefas deveriam ser realizadas através: a) da educação moral, intervindo no sistema educacional, aonde o ensino chega a adquirir "o papel de cimento que solda a diversidade das partes e até eliminará os conflitos sociais" (Ortiz, 1989, p.7). Esta intervenção deve ser atenta ao papel da educação como socializadora das gerações mais novas por onde elas terão contato com os valores e juízos de sua coletividade, norteadores básicos para seu futuro de adulto ligado organicamente à vida coletiva. E, b) do cuidado na formulação, reformulação e ajustamento permanente das leis, corrigindo os casos patológicos da sociedade, evitando as situações de anomia.

A lei nesta perspectiva é vista quase que como um bálsamo milagroso capaz de curar as feridas sociais – violência, conflitos sociais de toda ordem, inclusive os de classe - e restaurar o bom convívio, a paz social. A boa lei, quer dizer, aquela que é minuciosa, que reflete anseios da vontade geral da sociedade, que é atualizada e que recebe garantias do Estado de que será exigido seu cumprimento, é um instrumento poderosíssimo de que dispõe a sociedade para direcionar condutas coletivas, para corrigir desvios de comportamento, etc.

Assim, o fenômeno de criminalidade, crê-se que, se ela aumenta a cada dia, se assume proporções que comprometem a vida social, é porque, primeiro, há falhas nas regras de conduta, nos valores morais com os quais os indivíduos vêm organizando suas condutas. Há então um problema de ordem moral, que precisa ser corrigido. E, em segundo lugar, porque as leis e os órgãos que regulamentam o combate ao crime estão falhando, ou, por serem as leis mal formuladas ou pelo fato de o Estado não conseguir aplicá-las.

Frente a tais considerações, buscaremos compreender a violência além das concepções psicologizantes que explicam o ato violento a partir da psique do indivíduo ou que naturalizam os processos violentos de forma biológica, sem desconsiderar a violência presente na própria estrutura da sociedade, ou seja, é parte constitutiva das instituições sociais, originando assim, todas as outras formas de violência, inclusive a do oprimido, que tem sempre suas raízes nas condições estruturais de injustiça e desigualdade.

Assim, se concebemos uma violência estrutural originária, cuja intencionalidade do indivíduo se faz desnecessária para caracterizar o ato violento, qual seria a causa originária? O que propicia sua continuidade? Seríamos bons ou maus em nosso estado natural? Seria a violência derivada socialmente construída mediada psicossocialmente através das relações entre a consciência psicológica individual e social? Ou ainda haveria uma relação de

causalidade entre as condições socioeconômicas e a violência tomada como uma luta de classes?

Por conseguinte, tal concepção deve ser analisada no contexto mediado, a partir de uma análise orientada para os detalhes das ações, interações e cenários socioculturais, para o estabelecimento de relações de microeventos e condições macrossociais, o que nos conduz às contribuições de Vigotsky (1981) sobre o desenvolvimento humano, cuja análise minuciosa de um processo, de modo a configurar sua gênese social e as transformações do curso de eventos, denominada análise microgenética, em que buscaremos informes e interrogatórios verbais do sujeito. Utilizando-se do relato verbal enquanto técnica de coleta de dados, no intuito de conhecer a consciência dos indivíduos, permitindo o estudo dos processos subjetivos a que somente o sujeito tem acesso. Daí a necessidade do mapeamento psicossocial comunitário sob o método dialógico-vivencial, a fim de conhecer a realidade concreta da comunidade* precedida de qualquer inserção, de modo a mergulhar profundamente no modo de vida, histórias, angústias, cultura, sentidos, significados e processos sociais.

*Schilling (1974), em sua obra *História das ideias, sociais, indivíduo, comunidade e sociedade pontua*: Comunidade designa qualquer corpo social mais ou menos importantes (matrimônio, família, parentesco, tribo, povo, Estado, associação, Igreja, seita e até mesmo uma fábrica ou uma empresa) somente quando os vínculos entre seus membros, uns em relação aos outros, são de tal forma primordiais e sólidos que qualquer litígio que a vida possa ocasionar entre seus membros se eleva além desse vínculo, que nunca é posto em dúvida (p. 53).

3 PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA: ENFOQUES TEÓRICOS

O grande desafio em analisar o fenômeno da violência consiste primeiramente em considerar a complexidade do seu significado, cujas alterações encontram justificativas nas características das diferentes sociedades e períodos históricos. Tal análise perpassa pelas múltiplas formas de expressão e conseqüentemente pelas diferentes formas de interpretação que constituirão as representações sociais individuais e coletivas, que decorrem ou embasam diferentes pontos de vista.

Estes entendimentos enfatizam alguns elementos próprios que se considerem constitutivos da violência, sem tornar suas perspectivas absolutas, permitindo que uma mesma linha teórica apresente enfoques distintos para uma melhor compreensão do contexto social. Por isso, existe atualmente uma ampla variedade de visões sobre violência, que são baseadas em diferentes disciplinas. Cada um desses pontos de vista enfatiza alguns dos aspectos da violência, sem alcançar a descrição completa, o que impede que qualquer uma dessas perspectivas seja definitiva. Mesmo dentro de uma disciplina, como a psicologia social, há abordagens e modelos muito diferentes.

Portanto, optamos por apresentarmos uma análise baseada nos estudos de Martin-Baró (1990) sobre os principais modelos psicossociais, agrupados em três enfoques: o enfoque inato ou instintivo, o enfoque comportamental e o enfoque sócio histórico.

3.1 Violência Inata ou Instintiva

Ao longo da história da humanidade o tema violência sempre foi objeto de debates entre estudiosos, originando não só teorias, mas também especulações empiristas, que ao perpassarem as gerações criaram um entendimento majoritário que identifica a violência à agressão, explicando ambas como expressões de forças instintivas, independentemente de suas características e funções. Sendo as manifestações de violência expressões filogenéticas, o ser humano é reduzido a um animal, com suas peculiaridades, mas como parte e produto da evolução natural das espécies e, portanto, sujeito as mesmas leis básicas que regem a respectiva evolução espontânea.

O pensamento hobbesiano será o primeiro que abordaremos neste enfoque. Suas explicações dos comportamentos violentos encontram-se centrada no estudo dos comportamentos dos animais, destacando-se os de Hobbes (1558-1679), Rousseau (1712-1778), Girard (1923-2015), Lombroso (1835-1909), Freud (1856-1939), Dadoun (1998-), até Lorenz (1903-1989), o criador da ciência que estuda o comportamento animal comparado - Etologia que reformulou experimentalmente o conceito de instinto.

3.1.1. Do pensamento hobbesiano ao etológico

Hobbes (1588-1679) temia a violência das guerras civis, consideradas por ele o maior dos males, desde que lutou em uma delas na Inglaterra, no século XVII. Desde então, sua preocupação maior era a defesa do absolutismo, que contrapôs ao Estado de natureza, que seria a condição em que o homem, para sua segurança, dependeria somente de sua própria força e astúcia e por isso, temeria durante toda a sua existência sofrer com uma morte violenta. Por isso desenvolveu em sua obra uma sociedade organizada na forma de um Estado, a partir da ideia de um Contrato Social.

A função do Estado ou Leviatã seria a de obrigar a todos a cumprirem o Contrato Social. Ou seja, todos deveriam se submeter ao ordenamento do que foi contrato para poderem conviver e se protegerem na sociedade. As leis, regras e normas, mesmo quando elas impedissem o atendimento das suas necessidades, para Hobbes, eliminaria o que afirmou: “todo homem é inimigo de todo homem” (HOBBS, 1983, p. 46), pois no Estado de natureza os homens podem todas as coisas e utiliza-se de todos os meios para atingi-las. Sendo assim, os homens são maus por natureza e possuem uma violência ilimitada e, como são iguais, no Estado de natureza vivem em guerras e disputas. Em outras palavras, o homem vive em constante estado preventivo, o que o leva a contínuas disputas. Esse medo constante dos outros homens, segundo ele, mostra que “[...] a vida do homem é solitária, miserável, sórdida, brutal e curta.” (HOBBS, 1983, p. 46).

Dessa forma, orientado pela justiça comum, o Leviatã, chamado de homem artificial, prima pelo equilíbrio diante da guerra de todos, isto é, o homem artificial em defesa do homem natural (Hobbes, 1983, p. 68). Entretanto, o próprio Hobbes considera que o Estado deve fazer uso exclusivo da violência, que seria considerada justa e legítima em virtude da soberania conferida ao Estado.

Por conseguinte, este projeto consiste na organização dos homens de forma a inviabilizar o regresso ao estado natural, por meio da gestão da sociedade no controle do crime, cuja etiologia é identificada tal como a violência, dentro da própria natureza humana.

Como dantes, o estado de natureza, é marcado pela constante insegurança e não é dotado da ideia de justiça ou propriedade privada, uma vez que você só esta na posse de algo na medida em que tem a capacidade mantê-lo. Dessa forma, em segundo momento, o principal motivo para que os indivíduos pactuem para a formação do Estado seria sua função básica de segurança, embora cite outras funções do estado, este é o meio necessário para que se crie uma unidade soberana, indivisível e irredutível.

Para Foucault (1975), o pensamento de Hobbes merece destaque em sua época por ter inserido a guerra como importante instrumento de análise das relações de poder, cabe dizer, a guerra como ameaça permanente das relações. Frente a essa ameaça impõe-se o Leviatã, aquele imbuído da justiça, responsável por conter *homo violens*, de forma que o discurso hobbesiano nada mais é do que aquele contrato, da soberania, do Estado.

Sobre isso é importante não perder de vista a distinção entre selvagens e bárbaros, para o qual a contribuição de Foucault (1975) também é propícia: o selvagem sobre o fundo da natureza a qual pertence, enquanto o fundo que dá consistência ao bárbaro é aquele da civilização, nem que seja para indicar o que desta escapa.

ROUSSEAU

Diferentemente, Rousseau, (1985) nos mostra que:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: isto é me, e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não se poupariam ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado a seus semelhantes: “Livrai-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes de que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém! (p.91, destaques no original).

De acordo com essa distinção, a piedade - aproximada do selvagem na perspectiva de Rousseau (1985) - faria parte da essência humana, um sentimento natural capaz de assegurar a conservação da espécie, e não algo decorrente de uma lei exterior imposta para sancionar a violência entre os homens, coordenada essencial ao entendimento de Hobbes (1983).

GIRARD

Girard (1923-2015) credita aos desejos, que perpassam por toda a história, uma intuição fundadora intrínseca à natureza humana, chamada por ele de desejos miméticos. Assim, muda a gênese da violência para a esfera psicológica, e não mais nas necessidades biológicas ou econômicas e, por essa condição indica que é a cultura que irá controlar as suas manifestações.

Os desejos miméticos tendem a gerar rivalidades miméticas que se evidenciam nos atos violentos que permeiam a sociedade. São sensações que mudam de significado conforme e o espaço e o tempo. E explicam porque a vingança e o ressentimento são formas humanas de formalizar a violência potencial do desejo mimético, que relaciona o sujeito com seu modelo. Essa relação sempre ocorre num grupo social, portanto é coletiva. Primeiro se limita ao indivíduo, mas num segundo momento dissemina-se contagiando todo o grupo proliferando as rivalidades e conflitos ameaçando a agregação social.

A escalada da violência do desejo mimético, não relaciona o desejo a nenhum objeto determinado. O desejo é orientado para a própria violência, pois, considerando a vítima expiatória uma vítima substitutiva, sobre a qual os carrascos dos sacrifícios deslocam todo o ódio e a sede de violência irracional que carregam. Assim mitigavam as violências interna social.

Sendo assim, Girard (1923-2015) tece a ideia de que o ato violento se torna interminável, formando um espiral, isto é, sempre haverá uma resposta a violência sofrida, inclusive no mecanismo do bode expiatório, quando se exerce o controle do desejo mimético como um mecanismo civilizador. Ou seja, ele propicia o aparecimento da cultura e conseqüentemente formaliza o controle da violência para que a cultura humana tenha base sólida, enquanto não há formação estatal para manter a violência mimética sobre o controle.

Havendo a formação do estado, estabelece-se o universo da mediação externa. Criada essa instância, impunha-se uma hierarquia em função da distância social e simbólica que havia entre sujeitos e modelos. A rigidez hierárquica deveria manter sob controle a possibilidade de conflitos e, portanto, a explosão de crises de violência mesmo. Enquanto o universo da mediação interna, pelo contrário com base no ideal igualitário revolucionário, estimula a multiplicação de rivalidades miméticas agendadas em virtude de iguais tornarem-se rivais na disputa pelos mesmos objetos, posições.

Nestes termos, a violência é considerada inata, constitutiva do ser humano, interna, engendrada pelos desdobramentos do desejo mimético. Um gesto de caráter pessoal, um conflito interindividual, resolvido no mesmo plano, implicando numa transformação pessoal, já que se converter significa aceitar os limites da mediação externa renunciando ao desejo de se apoderar do objeto desejado, centro da peleja. Dessa forma, há um contágio mimético no grupo, e então o controle deixa de ser individual e passa para a esfera interindividual.

LOMBROSO

Uma vez que a violência já havia sido explicada tanto biológica quanto psicologicamente como inerente aos homens, mas as soluções sociais ou culturais propostas não alcançaram resolvê-las, Lombroso (2001) procura explicar o crime, uma violência já civilizada e codificada. Para tanto, invoca uma natureza ontológica, considerando a violência como uma característica comum inerente a todos os degraus da escala evolutiva, das plantas aos animais assim como dos homínídeos aos civilizados. Característica esta que para Lombroso, faz do crime brutal, violento e passional natural nos níveis inferiores dessas escalas, mas entendeu que a incidência generalizada do crime entre aqueles mais evoluídos, seria uma incidência dentre os que ele chamou de selvagens ou povos primitivos.

Dentro desta visão evolucionista explicada na passagem física ou psíquica do organismo menos evoluído para o mais complexo, a origem da loucura moral e do crime está na existência de uma predisposição natural ao crime desde a infância. Que segundo Lombroso (2001), analogamente a fase da vida instintiva da criança, através da qual se observa a precocidade da cólera, expressa quando a criança quebra algo, maltrata animais, externa ciúme, predisposição a obscenidade, vingança, desejo, mentira, destruição, estão as atitudes comparáveis ao comportamento violento criminoso.

E nesta confusão sobre a identificação dos atos violentos à criminalidade, não obstante, a natureza do crime também ser entendida como inata é que se destaca Lombroso (2001) um homem polifacético; médico, psiquiatra, antropólogo e político, cuja extensa obra abarca temas médicos: a Medicina Legal; psiquiátricos: os avanços da Psiquiatria; psicológicos: O gênio e a loucura; demográficos: Geografia Médica; criminológicos: L'uomo delinquente. Seu trabalho mostra que entendia o crime como fato real, natural e não como uma fictícia abstração jurídica, que perpassa todas as épocas históricas. Sobre as suas causas como fenômeno indicou a hipótese de que haveria certas afinidades entre o criminoso, os animais e principalmente o homem primitivo, considerados psicológica e fisicamente diferentes do homem dos nossos tempos. Sendo assim, haveria um modo de se poder combatê-lo em sua própria raiz.

Lombroso (2001) parte da ideia da completa desigualdade fundamental dos homens honestos e criminosos. Preocupado em encontrar no organismo humano traços diferenciais que separassem e singularizasse o criminoso, ele vai extrair da autópsia de criminosos uma grande série de anomalias atávicas, sobretudo uma enorme fosseta occipital média e uma hipertrofia do lóbulo cerebeloso mediano análoga a que se encontra nos seres inferiores.

Em outras palavras, num entendimento da origem da criminalidade, como ontologia, nas fases primitivas da humanidade, Lombroso entende que o criminoso é fruto de uma regressão atávica a essas fases primitivas e, portanto, nasce criminoso, como nascem os loucos ou doentes. Assim o delinquente é por natureza um degenerado, atávico, marcado pela transmissão genética do mal, e por isso apresentaria uma série de estigmas degenerativos, comportamentais, psicológicos e sociais, caracterizada fenotipicamente, por exemplo, como assimetria craniana, zigomas, lóbulos occipitais e arcadas, superciliares salientes etc.

Sobre os estigmas psicológicos seriam a atrofia do senso moral e a vaidade de muitos criminosos, que explicaria os desvios psíquicos e sentimentais do criminoso quando na ausência de temor e remorso, geralmente dominados pelas paixões inferiores.

FREUD

Neste sentido Hobbes (1983) concebe o entendimento de os homens correrem o risco de se naturalizar como feras exclusivamente domesticáveis pela assunção do poder em determinados moldes de soberania, que perpetra a violência por meio de justificativas e legitimação outorgada ao Estado, a fim de permitir a vida em sociedade como disposto:

O estado natural do homem é a guerra um a vez que não existe um governo que estabeleça ordem. Neste sentido, sendo todos os homens iguais em seu egoísmo, a ação de um só encontra limite pela força do outro, o homem é o lobo do próprio homem e é por isso que abrimos não de parte de nossas liberdades para que passamos ter um governo que nos ajude sobreviver a nós mesmos (HOBBS, 1983, p. 67).

Consequentemente, tal entendimento sobre a natureza humana essencialmente má e egoísta justificaria todo o processo civilizatório e a formação social como uma necessidade de manutenção da espécie, mediante uma disputa entre a democracia da civilização e os instintos humanos identificados em sua forma primitiva na expressão da maldade, que perpassa os tempos, como assegura Freud:

A maldade é a vingança do homem contra a sociedade, pelas restrições que ela impõe. As mais desagradáveis características do homem são geradas por esse ajustamento precário a uma civilização complicada. É o resultado do conflito entre nossos instintos e nossa cultura (FREUD, 1974b, p. 124).

Para Freud (1974b), há um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pelo uso da violência, tal como se passa em todo o reino animal, no início, numa pequena horda humana em que a força muscular decidia quem fazia prevalecer sua vontade. A força muscular foi substituída pelos instrumentos rudimentares e em seguida estes por melhores armas, definindo os vencedores pela habilidade.

Com as armas veio a superioridade intelectual, a civilização e a brutalidade perdem a importância, embora o objetivo ainda fosse a conquista do alvo da disputa. Assim, quanto mais letal fosse a violência, maior probabilidade de hegemonia definitiva teria o vencedor, já que o morto não tentaria retomar o litígio, satisfazendo uma inclinação instintual.

Com o tempo esse final evoluiu para a utilidade do vencido, subjugando-o a condição de escravo, sob um está de intimidação, o que marca a transição da violência bruta pela violência apoiada no intelecto, que conduzia ao caminho que se estendia da violência do direito ou à lei. Assim, há um reconhecimento do fato de que a força superior de um único indivíduo podia ser denotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, a lei, em contraposição à violência individual. Então, o que prevalece é a violência da comunidade, está por sua vez representada por uma unidade maior, que se mantém unida por laços emocionais.

No entanto, em virtude da realidade desigual de força entre os membros desde o início da civilização em virtude das conquistas e da organização social diferenciando homens, mulheres, senhores, escravos, vencidos e vencedores, a justiça tende a graus desiguais de poder de forma que quem o detém tenta se colocar acima das regras por meio da força e violência.

Os oprimidos por sua vez procuram obter mais poder e pressionam uma mudança no reconhecimento das leis e as respectivas modificações para se obter igualdade de justiça pra todos. Que pode ocorrer com a reorganização do poder e a respectiva adaptação da justiça ou pode haver uma guerra civil face à recusa de mudança pela classe dominante. Ou pode haver mudança pela transformação cultural dos membros da comunidade.

Faz-se necessário a presença do Estado para manter em um nível adequado ao convívio social o indivíduo por meio de uma repressão as pulsões individuais, já que destruir e praticar o mal tem suas raízes na própria natureza da mente humana, e, portanto, a necessidade do controle dos instintos por unidade superior.

Segundo Freud (1969), na violência humana insere-se a seguinte hipótese: instintos humanos são de apenas dois tipos:

Aqueles que tendem a preservar e que denominamos ‘eróticos’, exatamente no mesmo sentido em que Platão usa a palavra ‘Eros’ em seu *Symposium*, ou ‘sexuais’, com uma deliberada ampliação da concepção popular de sexualidade, e aqueles que tendem a destruir e matar, os quais agrupamos como instinto agressivo ou destrutivo. Entretanto, não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e mal. Nenhum desses dois instintos é menos essencial do que o outro, os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária de ambos. Ora, é como se um instinto de um tipo de dificilmente pudesse operar isolado; está sempre acompanhado ou, como dizemos, amalgamado, por determinada quantidade de outro lado, que modifica o seu objetivo, ou, um determinado caso, possibilita a consecução desse objetivo (FREUD, 1969, p.252, destaques no original).

Nesta teoria mitológica, o desejo violento é um efeito do instinto de morte que se torna instinto destrutivo, sendo projetado para o objeto, aliviando o organismo que preserva sua própria vida em detrimento da vida alheia.

De forma que para tornar possível uma ação faz se necessário a combinação dos impulsos instintuais tanto de preservação e alto o de destruição, além do desejo de fazê-la ou deixar de fazê-la idealizado de acordo com as modificações psíquicas que acompanham o processo de evolução cultural, que consistem num progressivo deslocamento dos fins instintuais e numa limitação imposta, aos impulsos instintuais.

Enquanto para Freud, a instância do *eu* busca se conformar a um modelo, representado no ideal do eu, uma modificação de parte do em decorrência de identificações abandonadas. Em outras palavras, o ideal do *eu* é fruto do narcisismo do casal parental, tomado como

referência para o eu, irrevogavelmente constituída pela alteridade. “A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram” (FREUD, 1974b, p.108).

Sobre isso, ao investigar a relação entre o *eu* e as massas, Freud apresenta o livre trânsito entre o que seria ordem na psicologia individual e aquela social, na medida em que afirma a substituição do ideal do eu pela figura do líder, tomado então como modelo para o eu dos membros da massa. É como se o ideal do eu conservasse a característica de uma dupla face que se dirige tanto para o social, possibilitando as derivações de um campo ao outro ou, para ser mais fiel ao posicionamento freudiano, subvertendo a lógica que entende esses campos como categorias estanques e impermeáveis, uma vez que o pensamento freudiano externa um deslocamento de uma perspectiva centrada na possibilidade de expurgar o mal da violência para outra, de caráter mais trágico, que destaca o imponderável em jogo quando se pensa sobre a inclinação agressiva dos sujeitos.

DADOUN

Enquanto Dadoun (1998) propõe o reconhecimento de uma característica inata primordial, essencial, e até constitutiva do seu ser, a violência. Para ele o *Homo violens*, é um ser humano definido, estruturado, intrínseca e fundamentalmente pela violência. Para além de uma concepção eruptiva da violência como algo que explode, de forma repentina e imprevisível, e que se coloca do lado do desvario, do absurdo, da loucura, ou que se imagina como encarnação do mal e do pecado, Dadoun (1998) formula a hipótese de uma função estruturante essencial da violência, pois, para ele, não há qualquer aspecto da realidade humana que não esteja a ela associado, e segundo reforça com a definição:

A etimologia latina poderia ser aqui evocadora, e servi, quando necessário caução. “Violência vem do latim *vis* que significa “violência”, mas também “força”, “vigor”, “potência”; *vis* designa mais precisamente o “emprego da força”, as “vias de fato”, assim como a “força das armas”. Muito esclarecedor para nós é o fato de que *vis* serve para marcar “o caráter essencial”, a “essência” de um ser que o solidifica nossa hipótese da violência, como essência do homem (essência bem singular, na verdade, posto que “autodestrutiva” por vocação (DADOUN, 1998. p. 10, destaques no original).

Dadoun (1998) sustenta a origem da humanidade na violência, quando citando o livro Bíblico de Gênesis, descreve o que entende como *façanha divina* numa sucessão de episódios em que o próprio Deus fez surgir do caos o mundo e os seres, dentre as quais os homens.

Neste contexto o autor narra o caminho da violência *cega*, que se inaugura como assassinato de Abel por seu irmão Caim. Atendo-se a este crime primordial, inaugural que não somente expressa uma violência bruta, mas é na verdade, algo perpetuado sem razão suficiente. Ou, como diz o texto bíblico, por *grande cólera*, que é a própria manifestação da violência, a vertente interna, psicológica do ato, mera explicação tautológica.

E continua, afirmando que a origem desta violência inaugural está no próprio Deus, quando lança a terrível maldição a Adão e Eva, culpados por comerem o fruto do conhecimento e numa ferocidade exemplar sentencia Eva a parir com doares e Adão ao trabalho árduo expulsando-os do paraíso, já que nas palavras de Jeová o homem conhecedor do bem e do mal era como ele desde então, sua *imagem e semelhança* desenhando assim os espirais originários da violência.

É este o projeto da criação do homem, em que Deus prescreve à humanidade:

Preencham a terra e subjuguem-na; dominem os peixes do mar, os pássaros do céu, as bestas, todos os animais selvagens e todos os répteis que rastejam sobre a terra, etc. “Dominem”, “subjuguem”: como não perceber, nestas espremidas injunções, uma espécie de incitação a violência, ao menos uma violência em potencial à qual não faltarão ocasiões para passar a ato (DADOUN, 1998, p. 18, destaques no original).

Este pensamento propõe uma figura humana aos moldes divinos marcada pela arbitrariedade, inflexibilidade impossibilitando a apreensão de algo como violência antológica, que fixa no homem um status de submissão, mas pelo contrário percebem-se os terríveis e desmesurados esforços da humanidade da humanidade em habitar o lugar designado por Deus tal qual é a sua vocação violenta originária.

Desde então, a violência é uma resposta a outra violência. É assim que é percebida, ou seja, sempre parte dos outros as ameaças, agressões e hostilidades. O que segundo Dadoun (1998), essa transferência de culpa ao outro talvez seja necessária para da coerência ao próprio eu, declarar o outro detentor da violência como se fosse uma simples medida de higiene identificadora: a identidade pessoal só é possível quando se evacua no outro o mal, violento, que cada um traz em si.

Trata-se de uma definição de não violência da violência; ela é aquilo que não fazemos outra coisa senão replicar. Inocente humanidade: só existiria contra violência e jamais violência. Isto segundo Dadoun (1998) só reforça o entendimento esclarecedor sobre a estrutura do *Homo Violens*, iluminam sua face de agressão, revelando desta maneira que o homem é fundamentalmente um ser violento, cuja consciência é atormentada com interdições, ordens, e os assaltos de um inconsciente fortalecido por toda energia pulsional. Considerando estes conflitos psicológicos frequentemente ferozes e que conduzem as perdas e fracassos – que alimentam toda uma patologia mental e uma psicopatologia da vida cotidiana – compreende-se que o eu, para resistir, para aguentar o golpe, para tentar manter-se, segundo a expressão de Freud, Chefe dentro da própria casa, inevitavelmente, ele mesmo deve ser uma estrutura violenta, uma espécie de força permanente de ser do sujeito.

Essa interpretação aproxima-se dos postulados partilhados por Hobbes (1983), segundo os quais o homem é o lobo do próprio homem, *homo violens*, nos termos de Dadoun (1998), cuja ferocidade deve ser domesticada-pelo Leviatã – o Estado. Como dizia Freud (1969) pulsões de morte, já que geneticamente regredido a horda primitiva dos primeiros hominídeos, dirigidos pela mesma conjuração e onipotência da força pulsional anunciados por Freud (1974a) em *Totem e Tabu*, salvo suas retificações, ao longo da sua vida sobre a sexualidade, assim como postulado que versa sobre a existência de uma pulsão de morte Freud (1976b), cujo impulso agressivo seria apenas parte dela, ou seja, há outra e/ou outras partes que integrarão o impulso. O que e não muda muita coisa, pois em todo ou em partes pulsão remete ao inato, a essência do *Homo Violens* de Dadoun (1998), ou como explicam Leplanche e Pontalis (1971) uma pulsão é: um processo dinâmico que consiste em originar o impulso (carga de energia, fator de motilidade) que propicia ao organismo alcançar um fim. Fim este graças ao objeto que a absorveu e permitiu a supressão da tensão que prevalecia na força pulsional do sujeito.

LORENZ

Embora etologia é definida como o estudo do comportamento dos animais em seu ambiente natural, para Martin-Baró (1990) uma série de etólogos alargou a sua análise e reflexões seres humanos. Especificamente, Konrad Lorenz, considerado por muitos como o pai da etologia moderna tem escrito um livro inteiro para analisar o fenômeno desta agressão, os resultados se aplicam aos seres humanos (Lorenz, 1971).

Segundo Lorenz (1971), a agressão é esse "instinto que leva o homem e o animal a lutar contra membros de sua própria espécie" (LORENZ, 1971, p. 3). Agressão, como qualquer outro instinto, é em si um mecanismo evolutivo que ajuda no processo de conservação do indivíduo e seleção de espécies. Agressão entre as espécies, segundo Lorenz, não é, portanto, um fenômeno mal, mas um fenômeno natural, inclusive necessário para a vida.

E já que a agressão é uma força instintiva, operaria conforme um modelo tipo hidráulico: cuja energia instintiva se acumula e produz um estado de tensão que, dados os estímulos corretos (estímulos desencadeantes), possibilita um comportamento agressivo. Isso significa que o indivíduo deve sair periodicamente da energia acumulada, caso não queira correr o risco de uma explosão descontrolada. Assim, o instinto agressivo deve ser liberado para quando o indivíduo se sentir submetido a uma pressão excessiva, não procure estímulos ou situações desencadeantes para depois tentar justificar sua ação.

Segundo Lorenz (1971), convém oferecer saídas construtivas às tendências agressivas, e não deixar o instinto transbordar. Precisamente porque o instinto constitui uma estrutura aberta a determinações finais, é possível ganhar energia agressiva para atividades construtivas. Assim, "o desvio e a reorientação do ataque é provavelmente os meios mais brilhantes inventados pela evolução para encarrilhar agressão por forma inofensiva" (Lorenz, 1971, p. 68), cujo rito tanto simbólico quanto pacífico de certos comportamentos originalmente destrutivos, tais como a reorientação dos processos agressivos para os objetos inócuos podendo se converter em motivações independentes.

Sendo assim o problema com o instinto agressivo do ser humano engana, quando se entende que sua evolução não incorporou as diretrizes rituais e redirecionadoras ou as normas de controle (normas e valores morais), que são transmitidas através da aprendizagem individual. Daí os equilíbrios e desajustes desse, assim como a possibilidade de que a força instintiva de um indivíduo ou grupo não esteja sendo compensada suficientemente por orientações construtivas ou mecanismos inibidores.

Neste sentido Lorenz (1971) assegura que a sócio biologia constitui uma força instintiva herdeira contemporânea da etologia, de grande importância ao assunto da agressão. Que nos seres humanos, é a natureza adaptativa, o que não significa que todas as culturas tenham que ser agressivo "é suficiente que os processos agressivos sejam evocados em determinadas condições de pressão, como acontece quando n produz escassez de alimentos ou épocas de alta densidade populacional" (WILSON, 1978, pp. 254-255), sendo a maioria dos comportamentos dos comportamentos agressivos entre membros da mesma espécie pode ser entendida como um recurso competitivo".

E que dentre tantas formas de agressão expressa desde os homínídeos à atualidade por motivo litigante territorial, predatória, anti-predatória, soberania, sexual, disciplinar, moralista e cultural, a agressão territorial é talvez uma das formas favoritas para explicar processos de agressão individuais e coletivos. Cujas ideias centrais da territorialidade é que cada indivíduo ou grupo exigem um espaço territorial necessário para obter os recursos vitais. Então, esse território é investido de significados simbólicos, que consagram sua inviolabilidade e o direito à sua defesa. Portanto, a invasão desse território por outro animal ou grupo provoca uma agressão defensiva. Assim, como defende em sua tese da territorialidade Robert Ardrey (1966), que considera a territorialidade humana como um instinto que leva o indivíduo a alcançar e defender a propriedade territorial. (MARTIN-BARÓ, 1990)

Neste contexto, já se percebe uma confusão entre os conceitos de violência e agressão, sob o pretexto da ameaça da territorialidade provocada em tese pela densidade demográfica dos habitantes de um território, ou dos habitantes de um território vizinho.

Não obstante, para Wynne-Edwards (1962), a territorialidade é uma ligação entre comportamento social e controle da população: quando uma população animal começa a crescer e ameaça também a esgotar os recursos necessários para a sua sobrevivência, o instinto para manter o controle sobre um mínimo de território conduz os indivíduos, geralmente os machos a competirem uns com os outros, e se necessários eliminar-se para alcançar um equilíbrio entre os indivíduos e território disponível (Brown, 1972). O que segundo Paul Leyhausen (1971, p. 108), o em sua forma física "é essencial para a saúde biológica e de maneira especial anímica e mental do homem em uma sociedade humana". O perigo de excesso de população irá estar não só na dificuldade de se conseguir meios de subsistência, mas a tensão produzida pela contínua ansiedade entre os indivíduos dentro de um espaço limitado.

Para Martín-Baró (1990) é a passagem territorialidade dos animais para territorialidade humana que estes teóricos supõem um salto metafórico que cria um monte de confusão (Edney, 1974), cuja ambiguidade está em aplicar o conceito de territorialidade para os humanos e seus fenômenos, incluindo a superlotação, que dependem de aspectos culturais diversos. O espaço entre os seres humanos não é apenas uma condição determinada a priori por exigências biológicas ou instintivas, mas é, sobretudo, um produto social. Como Hacker (1973, p. 128) afirma: "a delimitação de espaço vital, no qual os imperativos são automaticamente justificados, é determinado por regras arbitrárias de propriedade (individual, social e nacional), apresentado como naturais".

Isto posto, nos remete ao posicionamento crítico sobre tais abordagens adeptas da etologia e inatismo no entendimento do fenômeno da violência, primeiro pelo erro semântico cometido ao igualá-la à agressão, e segundo ao ignorar a especificidade da violência compartilhada por seres humanos, reduzindo-a a ontogênese. Trata-se basicamente de uma visão de natureza biológica, de modo que a cultura e o caráter social da violência humana constituem vicissitudes de forças biológicas primordiais, sem representar processos qualitativamente diferentes.

Outro aspecto, observado por Martín-Baró (1990) com bastante propriedade, é o modelo hidráulico, de acordo com que funcionariam as forças instintivas. Para ele, segundo essas abordagens, a agressão é uma das formas pelas quais o organismo busca restabelecer seu equilíbrio, saindo da energia instintiva originada no indivíduo. O modelo hidráulico sobre a

violência protege a ideia da inevitabilidade que periodicamente os indivíduos têm para dar vazão às forças nascidas do instinto ou do impulso agressivo.

Um terceiro ponto, e em relação às duas críticas anteriores, a visão instintiva da violência constitui uma visão ahistórica: a inevitabilidade das forças instintivas ou instintivas, sua recorrência periódica, caráter individual - embora comum às espécies - permite a violência é analisada sem levar em conta os processos históricos, ocultando seu caráter de classe. Seriam forças que brotam no ser humano, independentemente de suas circunstâncias, embora fatores circunstanciais forneçam a estrutura para que forças instintivas sejam implantadas de uma forma ou de outra.

Por outro lado, as abordagens instintuais também têm seu aspecto positivo. É inegável que a história humana não nos permite ser muito otimistas quanto à eliminação da violência na vida das sociedades. Os inatistas se aproximam de nos lembrar de que a violência desempenhou e continua a desempenhar um papel importante na história, e fatalismo arrastando consideram a violência como um elemento instintivo serve como um antídoto para o otimismo ingênuo de quem acha que superar a violência É uma questão de tempo e boa vontade.

Assim, lembrando-nos da força primária de impulsos agressivos ou instintos, esta abordagem nos obriga a prestar atenção a todos os mecanismos que permitem a orientação e o controle da violência. Se o ser humano não tem em seus mecanismos de amor instintivos que lhe permitem canalizar de forma construtiva seus canais correspondentes às tendências agressivas e buscar formas pacíficas de resolver os conflitos de interesses, tanto pessoais como grupais.

3.2 Violência Comportamental

A partir de um entendimento sobre o fato observável de que os organismos, tanto humanos como animais, adequam-se ao meio ambiente seja em virtude da carga genética ou pelo hábito individual, cujos estímulos o instigam, ou mediante fatores situacionais que determinam os atos dos indivíduos, tais pressupostos, traz em seu bojo uma negação do instinto e os aspectos do comportamento que parecem impulsivos, outrora assegurados pelos inatistas, são na verdade para os behavioristas, resposta socialmente condicionadas, em negação a existência de capacidades, ou habilidades hereditárias, mas conforme Martin-Baró (1990), há sim a influência irresistível do ambiente sobre o indivíduo, como declara Scott: "os resultados de todas as investigações apontam para o fato de que não há evidência fisiológica de qualquer necessidade interna ou de qualquer impulso espontâneo para toda a luta. o

estímulo à agressão vem das forças presentes no ambiente externo” (citado por Hacker, 1973, p. 142).

Nesta visão mecanicista e em oposição à ideia do livre-arbítrio, para os adeptos dessa teoria, as emoções não passam de respostas corporais aos estímulos específicos, de forma que cada emoção corresponde há uma determinada mudança no organismo humano. Em outras palavras, é compreendida como situação objetiva do estímulo, em resposta corporal manifesta e mudanças intestinas, rejeitando-se assim os processos conscientes e o estado de sentimento do indivíduo, tal como aborda Watson (1913) em sua *Teoria periférica do pensamento*, que reduz este a um comportamento motor implícito.

E, se o pensamento é reduzido a um motor implícito, o medo, amor e a cólera, são as três emoções fundamentais, portanto não aprendidas, das quais se derivam todas as outras respostas emocionais aprendidas por meio do condicionamento, como nos lembra Schultz (1990) sobre os estudos de Watson. Este acreditava que as respostas emocionais básicas podem ligar-se, através do condicionamento, a vários estímulos ambientais que originalmente não eram capazes de suscitá-las.

Ideário este, proposto por Watson (1913), que sem dúvida expressa os princípios metodológicos do behaviorismo, posteriormente aperfeiçoados para o behaviorismo radical, desenvolvido por Skinner (1904-1990), que procurando desenvolver uma tecnologia do comportamento, pretendeu formular um programa de controle de comportamento, transpondo resultados do laboratório para o ambiente social e as respectivas técnicas de modificação de comportamentos cuja proposição principal: um reflexo correlato entre estímulo e resposta, defendendo a possibilidade de controle do comportamento humano considerando o efeito do ambiente social:

Se quisermos desfrutar das vantagens da ciência no campo dos assuntos humanos, devemos estar preparados para adotar o modelo de comportamento (...) devemos pressupor que o comportamento é ordenado e determinado. Devemos esperar descobrir que aquilo que o homem faz é resultado de condições que podem ser especificadas e que, uma vez determinadas, poderemos prever e até certo ponto determinar suas ações (SKINNER, 2003, p.45).

Trata-se de uma visão determinista do comportamento e que rejeita o livre arbítrio do indivíduo, sobretudo em que o entendimento está centrado não só na descrição do comportamento humano, mas em permitir uma previsão mediante a disposição do estímulo-resposta. Assim, seriam os atos humanos previsíveis, desde que conhecidas as variáveis envolvidas no processo, de forma que a antiga relação de causa e efeito transforma-se em uma relação funcional:

Estamos interessados, então, nas causas do comportamento humano. Queremos saber porque os homens se comportam da maneira como o fazem. Qualquer

condição ou evento que tenha algum efeito demonstrável sobre o comportamento deve ser considerado. Descobrimos e analisando estas causas poderemos prever o comportamento; poderemos controlar o comportamento na medida em que o possamos manipular (SKINNER, 1953, p. 24).

No entanto, não se trata de vidência cuja previsão dos comportamentos desconsidera as condições ambientais relevantes que podem ser modificadas, ou de algum modo manipuladas. Mas estas circunstâncias não conduzem a entendimento do livre arbítrio, tão pouco remete a um comportamento espontâneo sem precedentes, como dantes em uma determinação interior (impulsiva), ainda que incompleta, dando a impressão da irrelevância do indivíduo.

E nesta tentativa de explicar as motivações dos comportamentos violentos, alguns estudiosos cedem à tentação de supor que os traços físicos proeminentes, psicológicos, genéticos e instintuais explicam o comportamento do homem social como um todo. Isso quando não se atribui ao comportamento do homem, o vínculo direto com um agente interior sem dimensões físicas como assegura Skinner, 1953:

(...) já se sustentou que um único organismo é controlado por vários agentes psíquicos e que seu comportamento é resultante de várias tendências. Os conceitos freudianos do ego, superego e id são muitas vezes usados dessa maneira. (p. 31); (...) mas qualquer evento mental que seja inconsciente é necessariamente inferido, e por isso a explicação não se baseia em observações independentes de uma causa válida (p.32).

Para ele, o hábito de buscar dentro do organismo uma explicação do comportamento tende a obscurecer as variáveis que estão ao alcance de uma análise científica. Estas variáveis estão fora do organismo, em seu ambiente imediato e em sua história ambiental, cuja seleção pelas consequências e os múltiplos determinantes do comportamento humano, em sua opinião refuta o mentalismo e a conotação mental dada à consciência por abordagens mentalistas que segundo ele não se sustenta, dada a lógica subjacente, exigida e necessária, ao caráter objetivamente observável que deveria assumir o objeto de estudo da psicologia científica.

Neste entendimento, Skinner (1984) propõe um modelo explicativo geral para o comportamento humano que não explicaria apenas as relações entre organismo e ambiente, mas as raízes de um problema que os afeta, e potencialmente apontar os caminhos a serem seguidos para uma solução. Para tanto, faz-se necessário primeiro entender que o comportamento humano consiste basicamente de dois processos complementares, variação e seleção, que atuam em três níveis distintos (filogênese, ontogênese e práticas culturais): 1) variação: consiste numa tendência à não repetição, à mutação e à consequente coexistência de inúmeros padrões (sejam eles caracteres de uma dada espécie, classe de respostas operantes ou práticas culturais, respectivamente); 2) seleção: promovido pelo ambiente, envolve a retenção diferencial de certos padrões surgidos na variação, enquanto outros declinariam gradualmente de frequência (consequências de sobrevivência, no caso da filogênese e das

práticas culturais, e de reforço, no caso da ontogênese). Este modelo causal aparece também em outras obras de Skinner, como, por exemplo, em 1953/1990 (de forma embrionária e diluída). Tal modelo segundo Catania & Harnard (1988), estenderia a noção de causalidade contida na seleção natural de Darwin para os níveis ontogenético e cultural. Apesar das especificidades de cada nível, o mecanismo geral seria similar em cada um deles.

Assim, o homem produziria seu comportamento, então, sob atuação conjunta dos três níveis de contingências (o nível filogenético, o ontogenético e o cultural). O behaviorista argumenta, ainda, que o fenômeno comportamental só será conhecido em todas as suas dimensões, com a reunião dos saberes produzido pela Etologia, pela Análise do Comportamento e por uma parte da Antropologia (encarregadas dos acima citados três níveis de contingências, respectivamente) e pela fisiologia (encarregada do organismo que se comporta) (SKINNER, 1990).

E foi a partir desse modelo da dinâmica do comportamento humano, que ele estende a proposta ao ambiente social, partindo do princípio do controle do comportamento por meio de reforçadores e punidores, que nas palavras de Vásquez (1989), caracteriza o controle ético, o qual leva em conta a sobrevivência da cultura como um bem dela mesma, na medida em que o controle toma, como sua referência, as normas reguladoras do comportamento, que por sua vez remetem aos costumes de um determinado grupo social.

Mas o que de fato seria a violência para os behavioristas? Como entendem a origem do comportamento violento? Seria a violência sinônimo de agressão tal como para os inatistas? Ou permanece a definição do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa independente da teoria ou abordagem? Em que influencia o entendimento sobre o fenômeno da violência na construção da consciência humana? Seria a violência uma ausência de suposta força motriz moral interna, chamada de consciência, que regularia as ações humanas, direcionando-as para o bem comum, e na ausência desta, prevaleceria um padrão egoísta que resultaria em crimes como assegura Freitas (2000)?

Ao que consta o conceito semântico do termo é o mesmo independente de teoria. O que difere é o sentido dado por determinada abordagem, ou seja, a interpretação própria do significado. E, neste caso, para os behavioristas no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a violência tem como definições: "Constrangimento físico ou moral; Uso da força; Coação" (Ferreira, 2000, p. 476). O termo coação encontra-se também no mesmo dicionário como sendo um dos possíveis significados da palavra coerção (Ferreira, 2000, p. 496). A violência poderia ser vista assim como um sinônimo de coerção. Para Sidman (1995), como uso de punição, ameaça de punição e reforço negativo na interação entre pessoas e destas com

o ambiente físico não social. Usada para eliminar comportamentos indesejáveis, um castigo para uma conduta considerada má para Skinner (1953/1990).

Em outras palavras, Sidman (1995) entende a violência como uma resposta a um ato reprovável anterior, de forma que a origem do ciclo violento seria encontrada presente nas relações dos seres humanos com a própria natureza, expressas como consequências aversivas naturais por meio de enchentes, secas, incêndios, escassez de alimentos entre outros. De modo que a mesma relação coercitiva entre os homens e a natureza se estende ao ambiente social, podendo ser observada em diversos segmentos sociais como família, trabalho, escolas, religião e leis, que viabiliza sua aceitação como prática natural e eficiente de controle comportamental utilizadas em quase todas as sociedades contemporâneas, e inclusive em sociedades concebidas como primitivas como discute Durkheim (1997), produzindo os efeitos colaterais como a agressão.

Esta mesma agressão segundo os analistas do comportamento, seria também um respondente à privação, extinção (frustração) como assegura Sidman (1995), assim como o reforçamento positivo (a chance de atacar como um reforçador positivo incondicional e condicional), produzindo um comportamento agressivo sob o controle direto das contingências atuantes ou pode ser aprendido via ambiente social por meio de mecanismos como a imitação e o controle das regras (BANDURA & IÑESTA, 1978; CATANIA, 1999).

Neste contexto, Martin-Baró (1990) aponta os dois modelos comportamentais que orientam a abordagem behaviorista para o entendimento da violência: 1) o modelo de frustração-agressão, o meio caminho entre a visão instintiva e comportamental; 2) o modelo contemporâneo de aprendizagem social da violência.

3.2.1 Modelo frustração-agressão

Em 1939 um grupo de psicólogos da Universidade de Yale publicou uma das obras que mais repercutiram na análise psicológica da violência e agressão. O objetivo do grupo de estudo consistia em alcançar uma síntese entre a teoria psicanalítica e a experimentação empírica, no sentido de verificar as relações operativas entre ambas, por meio do modelo de aprendizagem proposto por Clark L. Hull. Que segundo Martin-Baró (1990), traduziu os conceitos de Freud em variáveis observáveis e proposições hipotéticas, verificadas por meio de experiências laboratoriais, partindo de um princípio básico: “A agressão é sempre uma consequência da frustração” (p.387). Em outras palavras, o comportamento violento pressupõe sempre a existência de uma frustração.

Em tempo, o sentido das emoções e sentimentos para os behavioristas: são respostas corporais aos estímulos específicos, de forma que cada emoção corresponde há um padrão

próprio de mudanças no organismo humano (...) *ibid* (p. 45). A frustração por sua vez, corresponde ao estado ou condição que se produz quando se impede um indivíduo de realizar uma resposta como objetivo, enquanto a agressão objetiva causar dano a alguém, variando esta agressão proporcionalmente ao grau de frustração.

Este modelo, chamado de agressão-frustração apresentado por este grupo de psicólogos, a princípio apresentaram para a tendência à agressão, a explicação sob a determinação de três fatores: (1) a força com que se tendia à resposta frustrada; (2) o grau de interferência experimentado; (3) o número de frustrações sofridas, definindo assim um vínculo universal e genérico entre frustração e agressão. Mas posteriormente, após o grupo identificar tal generalização, um deles, Miller (1941), reduziu tal amplitude da hipótese fundamental a termos moderados: “A frustração produz tendências para diferentes respostas, uma das quais é a tendência para alguma forma de agressão” (Martin-Baró, 1990, p. 388). Assim, com esta reformulação, sempre que uma agressão ocorre, deve-se procurar algum tipo de frustração antecedente. Frustração esta compreendida a partir da perspectiva psicológica constituída pela visão freudiana em que a agressão pode ter uma consequência direta e irracional (instintiva) diante do bloqueio dos desejos.

Dessas explicações que se acham fácil reflexão na experiência pessoal de quase todas as pessoas. Sem dúvida, cada um de nós pode mencionar várias ocasiões em que pequenas frustrações nos exasperaram até que nos obrigaram a nos comportar violentamente. A não obtenção do objetivo pretendido, repreendendo o chefe no trabalho, o tráfego inesperado bem no momento mais rapidamente que tínhamos tudo isso nos irritou e levou-nos a lutar com o colega de trabalho, para repreender nossas crianças ou gritar para qualquer outro motorista que ficar no nosso caminho. Apesar da frustração que a multa nos impôs a polícia, o mais provável é que não aplicamos nossa agressão.

Além disso, a experiência atual na nossa sociedade que, diante da autoridade, é melhor engolir o orgulho e até mesmo a dignidade humana à qualquer sinal de resistência ou defesa contra humilhações que nos leve o suficiente para ser acusado de resistência à autoridade, se não subversivo e ser preso opor desacato como motivo. E isso já foi previsto, segundo Martin-Baró (1990), quando inclusive escreveu sobre a situação salvadorenha, fazendo inferências sobre essa teoria, afirmou que a tendência à agressão seria inibida se a pessoa que provocou a frustração tinha poder para se defender e até mesmo para punir o agressor citando Dollard *et al*, 1939, p. 33. Nas palavras dele, sem dúvida, se a pessoa que causa a frustração é uma autoridade ou alguém com poder sobre o frustrado, a tendência de atacá-lo raramente progride. Isto significa não só que a possível conexão entre frustração e agressão não é

mecânica e é menos irracional do que às vezes se pensa, mas essa conexão pode depender de fatores estritamente sociais.

Dollard *et al* (1939) de fato acreditam que os atos de agressão oferecem ao indivíduo uma satisfação equivalente, no sentido de que qualquer um deles dá vazão à instigação desencadeada pela frustração. Isso permite que eles aceitem o mecanismo de catarse, segundo o qual qualquer ato agressivo reduz a tendência à agressão. Assim, a agressão inibida contra a autoridade iria manifestar-se em assunto de frente, e a hostilidade contra os fracos são mais suaves contra os poderosos.

Por isso, muitas vezes, se compensa uma frustração machista no mundo do trabalho convertendo-a em tirania dentro de casa, de forma que a agressão que o indivíduo não ousa dirigir contra o empregador desloca para sua esposa e filhos (BUSTOS, 1976). Isto lembra que o psicólogo chamou de efeito de ciclista, segundo a qual as pessoas inclinam-se para cima, mas eles pedalam para baixo. Apesar de seu inegável apelo e evidência aparente da hipótese que relaciona a agressão à frustração, a pesquisa empírica não levou a uma clara confirmação de seu postulado fundamental. A razão para isso deve ser buscada em parte na mesma imprecisão teórica da formulação original. O conceito de agressão utilizado é muito amplo e não distingue entre agressão final ou instrumental, ou entre ataque e defesa.

O mesmo é verdade para o conceito de frustração: nem toda interferência para um alvo é frustrante, mas a experiência de frustração depende de outros fatores, tais como a expectativa do indivíduo ou o grau de justificação para interferência. Uma interferência justificada e razoável não é o mesmo que uma interferência injustificada e não razoável, já que a interferência causada por causas acidentais não é o mesmo que a interferência intencionalmente intencionada por outros.

Além disso, é claro que devemos distinguir entre a interferência nos atos que buscam a satisfação das necessidades básicas da pessoa, o que constitui uma violação real de seus direitos, que Existe interferência que bloqueia atividades secundárias. O último pode ser irritante para a pessoa, mas é geralmente aceito como uma exigência inevitável do bem comum. Finalmente, a reformulação de Miller não só faz com que seja quase impossível prever quando uma frustração conduz para a agressão e, quando não, torna-se muito difícil dizer se os atos subsequentes a uma frustração constituem um comportamento agressivo ou de outra natureza.

A tese sobre a relação entre frustração e agressão é ainda mais problemática quando se tenta ir do nível individual ao coletivo. Nada mais simples do que o desenvolvimento de uma longa lista das frustrações sofrida pelo povo da Venezuela nos últimos anos, a partir da

insatisfação de suas necessidades mais básicas para a sistemática bloqueando suas reivindicações sangrentas feira à manipulação e prestidigitação suas reivindicações políticas tanto nas urnas quanto nas ruas.

Talvez a dificuldade fundamental esteja no salto entre o psicológico e o social, perigo que cai em uma forma de psicologismo. Transferido para o nível coletivo, o fenômeno da frustração tem um caráter diferente. Não é possível afirmar, por exemplo, que o sujeito coletivo experimenta o bloqueio no resto do seu objetivo da mesma forma que ele pode ser afirmado no nível individual. Os mesmos autores afirmam que "toda frustração ocorre dentro dos indivíduos" (DOLLARD *et al*, 1939, p. 170).

Frequentemente, os indivíduos mais ativos nos movimentos de protesto ou no confronto bélico não experimentaram em suas vidas pessoais as frustrações que são a base das reivindicações. Isso não nega a possibilidade de que experiências coletivas de frustração estejam entre as causas que levam a um motim ou a uma insurreição; O que se duvida é que essas experiências possam ser entendidas como a soma das frustrações individuais dos membros da comunidade.

Em entendimento similar, Leonard Berkowitz (1965/1976) propôs uma hipótese revisada de frustração-agressão enfatizando a relação entre o estado emocional interno da pessoa e os estímulos do ambiente em que ela se encontra. A tese segundo Berkowitz (p. 268) tem a reduzir os fenômenos que busca explicar, porque "sabemos hoje que é necessário que uma pessoa esteja frustrada para executar uma ação agressiva."

A mudança proposta por Berkowitz (1965/1976) se concentra em três pontos: 1) a abordagem aceita que a frustração gera uma predisposição para atos agressivos. Embora, sustenta-se que essa predisposição também pode surgir de outras fontes, por exemplo, através da aquisição de hábitos agressivos; 2) estímulos externos desempenham um papel essencial como sinais para a execução de atos agressivos. Isto é, a predisposição à agressão não se materializa em comportamentos agressivos, a menos que os sinais apropriados que o agressivo possa executar corram no meio; 3) a capacidade explicativa da frustração como origem da agressão é limitada, uma vez que muitos comportamentos agressivos são devidos a outras causas (BERKOWITZ. 1965/1976, p 272). Logo, enfatiza o papel de fatores ambientais, que funcionam como sinais, símbolos que dão forma ou não ato agressivo.

Assim, de acordo com Berkowitz (1965/1976), a força de resposta agressiva que se dá para o sinal apropriado pode ser considerada como uma função de: (1) valor agressivo relacionado ao estímulo cuja força se associa ao estímulo evocador passados ou presentes

determinantes da agressão; (2) o grau de predisposição agressiva: a intensidade da raiva ou hábitos agressivos força.

Em suma, Berkowitz propõe a socialização de tendências agressivas, que precisam se filtrar pelas situações sociais em que ocorrem. Não é uma questão de adicionar um fator situacional à tendência da pulsão; os elementos essenciais dos sinais ambientais não refletem a materialidade dos estímulos em si, mas no sentido que esses estímulos evocam na pessoa (Berkowitz, 1974). A ocorrência de comportamento agressivo não é o resultado de uma tendência que é desencadeada pelos estímulos apropriados, mesmo que surja uma tendência agressiva, a agressão comportamental requer um contexto social favorável, pelo menos na interpretação perceptiva do agressor.

3.2.2 Aprendizagem social

Ainda nesta teoria, entre outros modelos, sobressai um bem aceito na psicologia social nas últimas décadas: o aprendizado social. Que segundo Bandura (1977) é uma tentativa de associar fatores cognitivos do sujeito ao quadro do entendimento comportamental. De forma que ainda que esteja centrado no aprendizado, os processos binários, simbólicos e autorregulatórios no funcionamento psicológico desempenham um papel muito significativo.

Em confronto com a teoria inatista, a aprendizagem social aceita que a forma direta de aprendizagem é a mais eficaz, já que se reforçam os comportamentos agressivos do próprio indivíduo. De forma que a prática do ato violento reforçada positivamente, aumenta a probabilidade de que este comportamento seja repetido novamente.

No entanto, segundo Bandura (1977), o aprendizado social é mais enfatizado na modalidade indireta de aprendizagem, assegurando que a forma direta só explica o reforço de comportamentos já realizados pela própria pessoa, enquanto que a indireta permite a aprendizagem nova, ou seja, comportamentos inéditos do indivíduo através de símbolos ou modelos.

Este entendimento nos transporta ao ambiente social e pressupõe que o ser social não precisa realizar um ato violento e este ser reforçado positivamente para que haja um aprendizado, mas basta que em sua comunidade observe condutas violentas ou agressivas para que produza o aprendizado e assim adquira um hábito similar.

Entretanto, os efeitos da aprendizagem direta e indireta não se limitam à modelagem de novos comportamentos, mas remetem à lembrança das circunstâncias vivenciadas durante o aprendizado, identificando as emoções vinculadas à resposta, que em situações similares acionarão os *elos* e obviamente as respostas correspondentes se repetirão. Estas, uma vez repetidas e recompensadas, consistem segundo Bandura (1977 p.183): “na melhor maneira de

manter os hábitos agressivos, sendo, portanto fator determinante em sua persistência, embora seja o auto reforço a principal fonte de controle do comportamento humano, que também é aprendido e depende do *feedback* social”. Que coincidência ou não também é aprendido mecanicamente.

Como se observa, a ideia behaviorista pressupõe que as raízes da violência não são encontradas no interno do indivíduo, mas no ambiente, sob o argumento de que o sujeito que aprendeu lidar de alguma forma com contingência determinante da resposta violenta, mediante o uso desta, em qualquer dos casos a origem estará fora do sujeito, por se tratar de um mecanismo de variáveis ambientais/sociais e não de uma força motriz moral interna chamada *consciência* que regula todas as ações humanas, direcionando-as para o bem social. E assim ratifica Bandura (1977), a resposta estaria no ambiente social que produz circunstâncias cuja inexigibilidade de comportamento diverso do violento para que se alcance o sucesso social.

Um tanto controverso. Pois ao mesmo tempo em que a consciência passa a ser refutada em virtude de sua conotação mental e sua lógica subjacente, Skinner posiciona-se no sentido de refutar não só a consciência, mas também os eventos mentais, dando a ela uma interpretação material a partir do entendimento em sua relação com o ambiente. De forma que se vislumbra um indivíduo desprovido de consciência psicológica e muito menos capacidades psicológicas superiores. Aqui temos um sujeito condicionado mecanicamente de acordo com os estímulos do ambiente social, ou seja, os comportamentos são produtos e subprodutos físicos e materiais de estímulos-respostas anteriores, uma contra agressão.

Em suma, a violência está como produto de uma cadeia longa e complexa, cuja origem estaria nos ambientes coercitivos, assim o indivíduo só responde ao estímulo coercitivo sofrido no contexto em que está inserido.

Todavia, como considera Martin-Baró (1990), a importância desses fatores ambientais não se fia tanto em seu poder de inibir ou desinibir os comportamentos violentos, já que na realidade concreta servem aos interesses sociais diversos, direcionando o significado social da violência e seu respectivo controle, não consistindo num processo mecânico como entende os behavioristas, mas trata-se de uma facilitação social em que se aprende ou não agir violentamente, inibindo ou desinibindo comportamentos censurados pela opinião pública, e cujos fatores sociais entram em jogo, fazendo-se necessário examinar não só como se aprende ou se desencadeia a violência, mas o tipo de violência originária e aprendida, dirigida a quem e ao quê, e quais os efeitos na realidade concreta de uma sociedade.

Realidade social esta que segundo Vigotski (1925[2003]), não se alcança por meio desse método direto, tal qual o apresentado nesta corrente teórica, seja por Pavlov e Bekhterev, que encontra correspondência nos argumentos metodológicos de Watson (1878-1958), cuja consideração dos fatos psíquicos como comportamentos implica em pelo menos dois desdobramentos: 1) os fatos psíquicos são identificados à atos de respostas à estímulos externos; 2) nega-se a existência de uma causa mental do comportamento, ou seja, não se admite a existência de fenômenos psíquicos sob outra forma que não seja a originada do comportamento exterior ou interior, neste caso dos sistemas fisiológicos, embasando a teoria na condição de fatos diretamente perceptíveis, apontando para um caráter positivo e determinista.

Refutando assim o psiquismo/consciência defendidos por Vigotski (1925/2003), que por sua vez assegura que nossos sentidos nos dão acesso a priori, na forma de segmentos, e permite-nos ver partes da realidade que nos interessa para o momento. Pois, não se percebe tudo só pela percepção sensorial, como adverte Vigotski (1925/2003): “um olho que visse tudo, não veria nada”(p.167). Tal qual a consciência: isola, separa, abstrai e faz escolhas dos fatos da realidade por meio da relação do sujeito com o mundo que é mediatizada pelo psiquismo, a percepção e o conhecimento do mundo participam da transformação psíquica, dada como finita, em uma série infinita. Assim, o psiquismo, só pode ser definido por métodos indiretos, de construção de hipóteses, de reconstrução e interpretação de traços apreendidos.

Para tanto se faz necessária uma análise do processo de mediação social proposta por Vigotski (1925/2003) desta relação entre consciência coletiva e individual, e destas com o significado do fenômeno violência, e cujo social engloba um conjunto de crenças e sentimentos comuns dos membros de uma sociedade como sustenta Durkheim (1997, p. 50):“refletida em atividades de vida social como funções jurídicas, governamentais, científicas, industriais”. Ou seja, o comportamento social revela significados, sentidos, representações e conseqüentemente a consciência social e individual, contra mão de um determinismo mecanicista comportamental, visto que o homem não prevê o mundo, mas trabalha-o, transformando o ambiente ao passo que é transformado por ele. Trata-se de uma transferência das relações sociais para o mundo psíquico. Que por sua vez conduzirá as atividades do homem na sua vida cotidiana.

Contudo, o estudo do comportamento, pode ajudar a entender a dinâmica do ciclo da violência, quando remete à violência a ideia de resposta a outra violência prévia. Isto se entender a violência originária no poder social, que estabelecido provoca a contínua frustração

das aspirações fundamentais e ensina a todos como alcançar os objetivos perseguidos por cada um. Em outras palavras, a violência, que procura eliminar oposição, é uma fonte de crescente tendência agressiva quando provoca frustração, e oferece modelos de comportamentos violentos cuja aprovação e justificação social reforça o significado da trilha do sucesso social.

3.3 Violência Sociológica Positivista e Histórica

Em contraste com as abordagens instintiva e behaviorista, existe outro entendimento sobre o fenômeno da violência sob uma visão sociológica positivista que toma como ponto de partida as questões sociais e socioeconômicas da França na década de 80 do século XIX, então expressadas por um quadro de anomia jurídica e moral, segundo Durkheim (1997), tratava-se de um contexto social comprometido no que se refere a ordem e paz social, em virtude das leis ultrapassadas e ineficazes, bem como pela fraqueza das regras morais presentes na orientação das condutas individuais e sociais.

Isto porque neste momento histórico havia uma sensação de incapacidade do novo governo republicano comandado por trabalhadores, a Comuna de Paris, em março de 1871, que apesar da superação à influência política das forças do Império (Aristocracia e Igreja), não solucionavam o caos que se encontrava o país, no que se refere a onda de desordem moral e barbáries após guerras e revoluções internas e externas.

Logo, a burguesia com o apoio de outras classes, propôs uma unificação moral em torno do ideário republicano sob os valores liberais da Revolução Francesa em oposição ao código moral de influência clériga e, portanto exigiam reformas legais e o estabelecimento do sistema educacional para difusão destas respectivas normas, destacando-se o laicismo como aponta Torre, 1982, p.12: “uma moral sem deus”.

Este novo regramento social consiste em preceitos racionais cuja coluna vertebral é o respeito à autonomia individual, identificado no ideário liberal, na soberania nacional e exaltação dos direitos humanos do homem. Trata-se de uma questão social representada no enfrentamento entre o trabalho e o capital, que arrasta transformações sociais inerentes a esta nova ordem econômica já estabelecida identificando: lutas de classes, sindicatos e partidos políticos. Estes por sua vez avançam com o movimento operário em busca de reformas econômico-sociais mais próximas dos ideais socialistas clássicos, e cujo contexto sócio histórico dá suporte a construção teórica de Durkheim (1997) da sociologia positivista da questão moral, o centro da explicação do fenômeno violência como fato social.

Imerso neste contexto histórico e social francês e sob reflexões de uma desordem social derivada das modificações no modo de produção e a respectiva necessidade de regeneração moral, Durkheim (2007) preocupa especialmente com fenômenos que envolvem

a manutenção social, já que para ele a sociedade é formada por um sistema de relações, em que a coesão só se estabelecem a comunhão de valores morais, ou seja, a moral é o cimento da vida coletiva.

Neste entendimento, Durkheim (1997) aponta à dispersão moral e ao individualismo como causa do caos social, e que o homem livre do controle social seria egoísta, impulsivo, movido por desejos e paixões imediatas, constituindo-se uma ameaça aos outros homens. Além disso, o homem não se limita, mas segundo Durkheim: “As paixões humanas só se detém diante de uma força moral que elas respeitam” (1997,p. VII).

Essa força moral externa está representada pela própria sociedade, colocada na condição de autoridade moral e legal, moderadora dos conflitos da natureza humana. Segundo Durkheim (2007), o objetivo da sociedade é suprimir a guerra entre os homens, subordinando a lei física do mais forte a uma força mais alta.

Desta forma, os fenômenos sociais, estão limitados pelas normas morais, que não é apenas uma maneira habitual de agir, mas sim obrigatória, pois não mais cabe o arbítrio individual. Ela repousa na coisa coletiva em detrimento ao individual em prol da ordem, estabilidade, harmonia e coesão social.

Esta entidade abstrata segundo Durkheim (1983) promoverá a integração social por meio da comunhão de ideais coletivos que penetram nas consciências individuais, e se estendem as instituições sociais que quando consensuais e respeitados garantem a normatização da vida em sociedade.

Tais ideais coletivos serão filtrados conforme o momento histórico em uma determinada sociedade, e seus elementos, comporá aquele fenômeno social conceituado, como consciência coletiva, que “traduz a ideia do que seja psiquismo social, (...) a “consciência” constituída pelas ideias comuns e que estão presentes em todas as consciências individuais de uma sociedade” (MEKSENAS, 1994, p.65). Esta comunhão de ideias constitui o psiquismo social, que direciona os atos do indivíduo na sociedade, quando difunde entre os indivíduos, os valores, as normas e os costumes como cita Durkheim (2007) ao falar da influência da consciência coletiva sobre a ação de cada ser social:

Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contraí, prático deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. (...) Estamos, pois, diante de maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam a propriedade marcante de existir fora das consciências individuais (DURKHEIM, 1975, p.301).

Neste sentido, a nossa consciência não é o que pensamos, mas o que a sociedade em que estamos inseridos, pensa. Ainda que os ideais divulgados pela consciência coletiva e que se associam a vida individual, ao fazê-lo acaba por relacioná-los a outras representações

individualizando-os, ou seja, cada sujeito dá um sentido pessoal aos seus conceitos. E como diz Durkheim (1975, p. 301-302): embora “sendo nossos, os ideais sociais, coletivos, exprimem em nós num tom totalmente diferente do resto dos estados de consciência ordenam-nos, impõe-nos o respeito, não nos sentimos no mesmo plano que eles”.

No caso da violência, um fenômeno social, a questão moral é o eixo explicador estando para esta teoria sociológica a questão social, da luta de classes, justiça social e igualdade social como secundária e subordinada à primeira.

Assim, se a questão moral for bem resolvida, isto é, a promoção adequada dos conjuntos de valores, até mesmo as sociedades socialmente desiguais, marcadas por contrastes sócios econômicos, e por profundas diferenças entre classes sociais, materializadas na convivência entre opulência e miséria, inclusão e marginalização, privilégios e abandono, realização e exploração podem ser transformados pelo poder da moral.

Diante desses pressupostos, por analogia, a violência como um fenômeno social, poderia ser superada através da difusão efetiva de uma moral consensual. Moral esta que tornaria consensual através da educação moral, intervindo no sistema educacional para que o ensino funcione como cimento promovendo coesão entre diferentes, por meio de uma educação socializadora com juízos coletivos. Além do cuidado com a reformulação das leis, com correção dos casos patológicos sociais, fatos antinaturais, evitando a situação de anomia.

Para Durkheim (2007), o estado de anomia consiste na condição em que as normas sociais e morais são confundidas, pouco esclarecidas ou simplesmente ausentes. Isto porque, segundo este autor (2007) mudanças bruscas e repentinas na sociedade fazem com que as normas, antes já estabelecidas e satisfatórias, tornem-se ultrapassadas.

Assim, sob a pressão dessas mudanças inesperadas, as regras sociais deixam de manter a uniformidade das atitudes e expectativas, agravada pelo desprezo de todas as outras regras quando estabelecidas de forma equivocada. Deste modo, a frustração e a ansiedade desenvolvem-se no homem enquanto o mesmo procura satisfação. Um descontentamento espalha-se pela sociedade e produz um estado geral de anomia, isto é: ausência de clareza, crueldade e desorientação pessoal.

Neste sentido, a lei aparece como a solução para a violência, e restaurar a paz social. Por meio da lei, que reflete os anseios da vontade social, há um direcionamento das condutas coletivas, e para correção de desvios comportamentais.

Esta compreensão positivista da violência defende sua manifestação no meio social em virtude de falhas nas regras de conduta, ou seja, na difusão ineficaz dos valores morais com os quais os indivíduos organizam seus comportamentos. Em outras palavras, a violência só se

manifesta em sociedades desprovida de ordem moral, e em que as leis são falhas, mal formuladas ou ultrapassadas inviabilizando a sua aplicação e a respectiva manutenção da ordem moral e consequentemente redução e controle do ato violento.

Como se observa este entendimento permanece em um nível bastante abstrato que não da razão suficiente para formas específicas em que cada pessoa apreende as demandas sociais. Isto é, não abrange uma compreensão sobre as mediações psicossociais que estendem da estrutura social à individual, e das pessoas às suas atividades concretas no cotidiano.

Para tanto, propomos trabalhar este entendimento sociológico numa perspectiva histórico-cultural, sem desconsiderar abordagem sociológica proposta por Durkheim, mas seguir o processo psicossocial que medeia o desenvolvimento das consciências e respectivamente os atos violentos independentemente de intencionalidade. Assim, tomando como ponto de partida a história psicossocial da violência, tal como proposto por Martin-Baró (1990), entendeu como essencial para a compreensão do ciclo violento nos dias atuais, como descrevemos a seguir.

3.3.1. História psicossocial da violência.

Uma boa compreensão da violência a partir da perspectiva psicossocial requer andamos a sua história particular, integrando os elementos e processos enfatizados sob vários enfoques, mas que só recebem o seu sentido na totalidade do contexto social. Assim, divide a história de violência em cinco etapas: (1) abertura humana à violência e agressão; (2) o contexto social, (3) o desenvolvimento social da violência; (4) as causas imediatas; e (5) a institucionalização. Este último, aprofundaremos um pouco mais, pois mostra as muitas faces da violência sem a qual não entenderemos o grande avanço do ciclo violento cuja origem encontra-se abrigada em regimes legais.

3.3.2 A abertura humana à violência e agressão

Se os seres humanos usam a violência para atingir os seus objetivos, se na verdade nós vamos atacar uns aos outros, com uma frequência e intensidade que não diminui ao longo dos séculos, certamente significa que há algo em nós, em nossa própria constituição, o que nos converte em sujeitos de violência. Para alguns, este algo é um força instintiva, filogeneticamente enraizada em nosso corpo e permite a preservação do indivíduo e da espécie na luta pela vida. Para outros, esse algo é uma maleabilidade original cuja conformação última está sujeita aos determinismos circunstanciais pelos quais cada indivíduo convive. Em qualquer caso, é uma abertura radical que faz com que a violência constitui uma das possíveis formas como pessoa humana desenvolve seu potencial e se relaciona com seus semelhantes.

No sentido estrito do termo, como defendido por etólogos na teoria inatista, em concordância com Martin-Baró (1990), nós não pensamos que podemos falar de um instinto agressivo no ser humano. Inclusive é bem difícil aceitar a existência de um instinto de morte como postulado por Freud, a menos que seu significado seja interpretado mais em nível de ordem metafísico que psicológico. Por outro lado, parece inegável que todo ser vivo tem uma tendência a preservar a vida, e que essa tendência pode ser traduzida em comportamento violento diante de ameaças. E pelo menos nesse nível básico, diante dessas ameaças há uma distinção entre defesa e ataque, cujo entendimento claro é essencialmente importante. Embora, esta clareza desapareça assim que o ato violento é colocado em um contexto histórico, onde existem muitas distorções que influenciam sua realização.

Neste contexto, surge ao longo dos séculos interrogações sobre tal tendência à violência ter raízes genéticas. E oportunamente, as alegações de Cesare Lombroso (1835-1909)vêm a calhar, como já mencionado no capítulo anterior, cujos postulados sobre o criminoso nascido são bem conhecidos, que poderiam ser reconhecidos por seus estigmas atávicos, seus traços primitivos. Lombroso (1835-1909) afirmava que o criminoso era a meio caminho entre o idiota e selvagem e foi gradualmente expandindo a sua teia de ideias para incluir nessa categoria todos os tipos pessoas defeituosas, e se seus defeitos poderiam ser considerados traços naturais ou não.

Mas se a doutrina do século XIX de Lombroso (1835-1909) caiu há muito tempo em desuso, ainda há quem pensa que certas combinações genéticas, como por exemplo, a presença de um segundo cromossomo Y nas dotações sexuais do macho- estariam na raiz de certas tendências agressivas, o que é confrontado por Hacker, 1973 p.195, quando relata “a incapacidade de relacionar cromossomos XYY e tensões agressivas”, segundo investigações mais recentes.

Apesar disso, os comportamentos violentos ainda são analisados com base na estrutura neurofisiológica do corpo humano, como assegura Delgado (1972, p.146), a violência é *radicalizada*, isto é, mesmo que as causas desencadeadoras da agressão sejam encontradas em circunstâncias externas ao organismo teoricamente, "mecanismos essenciais estão necessariamente relacionados a processos intracerebrais de atividade neuronal". Em seus estudos, Delgado (1972) demonstrou em vários animais que, embora estimule artificialmente um ato agressivo, o animal só irá executar agressão quando é contra um membro de sua espécie que ocupa a mesma ou mais baixa do que a sua posição, mas não contra um membro da hierarquia social superior.

Em suma, o ser humano é um ser aberto à violência e à agressão como possibilidades comportamentais que se baseiam na configuração de seu próprio organismo. Se essas possibilidades se materializam depende das circunstâncias sócio históricas em que os indivíduos se encontram e das exigências particulares que cada pessoa tem de enfrentar em suas próprias vidas, ou seja, diz respeito aos mediadores psicossociais que constituíram a consciência individual e coletiva.

3.3.3 O contexto social: a luta de classes

Como vimos, não dá pra falar de violência sem situar sua emergência em um contexto concreto, pois depende essencialmente da definição do que é considerado benéfico ou não para uma determinada sociedade. A necessidade de se referir ao contexto social é essencial na análise do fenômeno, principalmente para entender o significado de sua justificação, se é que existe, e, conseqüentemente, para determinar seu caráter.

Por isso ao abordar sobre a violência Martin-Baró (1990) assegura que sociedade salvadorenha, como o resto das sociedades latino-americanas, está profundamente dividida em grupos cujos interesses são irreconciliáveis. Irreconciliabilidade esta dos interesses sociais, cuja raiz da oposição objetiva se expressa entre os dois principais grupos - burguesia versus proletariado, num sentido amplo - que é conhecida como luta de classes. Em cada momento, a ordem social existente é o produto do equilíbrio das forças sociais. Assim, para ele, a ordem social mantida na sociedade é o produto da dominação de uma pequena minoria capitalista sobre as grandes massas populares e reflete em todas as suas articulações os interesses de classe dessa minoria. Isso significa que a própria configuração da organização social em determinada comunidade já constitui um estado de violência que domina os poucos sobre os muitos poderosos sobre os impotentes. Esta situação é aquela que foi qualificada como violência estrutural e denunciada como desordem estabelecida.

Sobre isso, nem é preciso aprofundar a análise para revelar a violência estrutural tal como está posta por Martin-Baró (1990), e que se destaca na América Latina, pois desde a destruição desigual dos recursos econômicos, expressa na insatisfação das necessidades básica da maioria da população, perpassando por desnutrição, analfabetismo, desemprego ao descaso com a saúde pública.

No entanto, esta violência estrutural não se reduz a essa falta de estrutura social, mas sobretudo um ordenamento jurídico que sustenta um sistema desigual opressivo, ou seja, que não só distribui de forma desigual a riqueza, mas o uso de uma força estatal coercitiva que institucionaliza e se faz respeitar mediante o uso da força.

Trata-se de um sistema que abre e fecha o ciclo violento, justificando e protegendo as estruturas que protegem uma minoria em detrimento da maioria. Além de controlar as instituições para atender os interesses da classe dominante, que ditam a organização social direcionando objetivos, ideais e estilos de vida que lhe atendam. Sendo, portanto, a ordem social um produto dessa dominação e reflexo de uma classe em destaque sobre o resto, constituindo em si a violência estrutural originária.

Essa violência de que falamos, não é entre indivíduos, mas sim social como um todo, não sendo, portanto necessária, a intencionalidade e consciência sobre ela. Pelo contrário, como diz Martin-Baró (1990), trata-se de uma violência não durante crises, mas que se impõe com naturalidade do que não é consciente em forma reflexa. Mas, que a violência instalada supõe uma contínua coerção imposta pelo sistema, que é dirigido pela classe dominante às classes dominadas, que muitas vezes durante a história da humanidade expressou sua resistência por meio de movimentos civis e rejeição às regras, ainda que de forma pacífica, o simples fato de se opor ao sistema ideológico vigente é confrontado pelo braço forte do Estado com armas.

Assim, como a existência de ordem social classista se torna definição de interesses dominantes de um sistema estabelecido, são igualmente definidas como não violentas as forças do sistema, já que tais forças são institucionalizadas para a manutenção e preservação da própria ordem social. De forma que a violência encontra uma definição ideológica justificada em si mesma, ainda que se repita tudo que é condenado ao dominado.

Este pano de fundo que estrutura a sociedade como um todo, permite interpretar qualquer outra forma de violência que se produza socialmente. Isto não porque, a violência estrutural explique os comportamentos violentos individuais, mas porque sem esta compreensão não é possível entender os atos violentos que se desencadeiam no contexto social concreto, ou seja, em estruturas sociais diferentes não se pode obter o mesmo significado do fenômeno em questão. Como assegura Martin-Baró (1990) p.407:

Ni puede tener La misma significación la violencia ejercida por quien se mueve em un contexto de desempleo, miséria y hambre que La quien se mueve em un contexto de abundancia y saciedade. Es posible que La explicación fundamental de ciertos actos de violencia- muchos o pocos- resida em La misma persona y em sus características peculiares; com todo incluso es os mismos factores individuales deben ser interpretados a la luz de la totalidad social em la que esa persona se há formado.

A existência deste estado de violência estrutural consiste num aporte muito importante para a análise psicossocial do ciclo violento em determinada sociedade, pois se trata de uma violência originária. Em outras palavras, as violências individuais não são originárias, mas

derivadas. Isto é, uma continuação, um reflexo do ciclo violento estrutural, social. Como entende Paulo Freire (1970), é a violência do opressor, a que instaura uma situação opressiva, sem que o oprimido consiga se libertar desta situação sem recorrer também à violência.

E embora o Estado desconsidere esta violência originária social e institucionalizada, não deixa de responsabilizar os indivíduos pelo estado de violência. Ainda que esta não seja iniciada pelo indivíduo, ela multiplica-se no meio social sob forma de espiral, originada na estrutura institucionalizada e justificada na manutenção da ordem pública, e derivada em formas diversas no contexto social concreto.

3.3.4. A elaboração social da violência.

Diante deste quadro social apresentado, e desta desordem estabelecida, cada pessoa vai elaborando sua identidade, constituindo-se como sujeito. Processo esse em que os indivíduos tornam-se membros de uma sociedade, apropriando-se das exigências do sistema imperante, ou seja, se adéquam a ele.

Tem-se o controle social. Há uma internalização da violência por cada ser social que o conduz por este caminho sob a coerção administrada, para que sua constituição não seja envolvida por idealismo abstrato, e descarte definitivamente outras possibilidades. Assim o problema não é a lógica coercitiva da constituição do sujeito, mas o caráter da coerção imposta na medida em que as regras são internalizadas.

Diante disso, Martin-Baró (1990), afirma que a medida que o ordenamento é internalizado, as exigências sociais apropriadas requerem submissão das pessoas a uma ordem opressiva que os aliena e desumaniza. Nessa medida o processo de socialização constitui um mecanismo de violência institucional. E, quando a maioria da população aceita este destino de bom grado, ou se acostuma, é uma clara indicação psicossocial de uma violência estrutural internalizada.

Neste mesmo entendimento, esses processos de socialização podem ser desagregados de acordo com a aprendizagem que nos ocorre diferentes estágios do desenvolvimento humano e nas diferentes áreas da personalidade e da vida de cada pessoa. Aprendizagem esta mediante os modelos sociais pré-existentes que direcionam o surgimento de novos comportamentos de acordo com o *feedback* social. Em outras palavras, o que se quer dizer, é que a criança aprende os comportamentos que vê em seu ambiente, especialmente aqueles realizados pelas figuras mais significativas de sua vida, que levam ao alcance dos objetivos perseguidos.

Para Martin-Baró (1990), é oportuno questionar mais concretamente quais modelos são oferecidos pelos pais, pessoas influentes, mídias sociais. É preciso indagar, em particular,

se esses modelos não oferecem continuamente o espetáculo do comportamento violento. Então, por analogia, perguntamos sobre a situação atual em nossa sociedade, sobre o significado de *autoridade*, como é entendido socialmente, e se é sinônimo de violência arbitrária ou não, onde os principais mantenedores da ordem social lançam mão de um recurso que deveria ser remoto, como principal: a força violenta, deixando pouca dúvida sobre quais exemplos estão dispostos as crianças ou a variedade de comportamentos violentos e agressivos, que é dado a contemplar a cada dia.

Através dos modelos dispostos socialmente e a regulação de condutas similares e novas adquiridas mediante a observação dos comportamentos dos outros. E em outras palavras, o indivíduo aprende aqueles comportamentos que se realiza em seu meio, sobretudo as condutas realizadas por aquelas figuras significativas em sua vida e que conduzem ao alcance dos objetivos desejados.

Igualmente se dá o processo dos comportamentos violentos, considerando as figuras de autoridade seja ela mediata ou imediata, o uso da violência como recurso de conquista e dominação direciona a socialização num sentido análogo.

Além disso, há comportamentos mantidos historicamente por gerações enquanto outros só se perpetuam quando suficientemente reforçados, ou seja, quando recebe o *feedback* social através dos valores que regem a vida cotidiana. Valores esses que se encerram no individualismo privilegiando as necessidades e interesses individuais em detrimento do coletivo, e da totalidade social, e a violência é estimulada como forma de alcance da satisfação individual, o homem como lobo do seu igual.

A este individualismo soma-se a competição, o interesse pelo seu sucesso que derroga o sucesso dos outros, e, portanto, faz-se necessário de modo conatural o uso da força, violência estratégica contra possíveis ameaças. E a este se soma o valor dos bens, da propriedade privada, e o acúmulo de capitais que alimentam a ociosidade de uma minoria com a miséria de muito, de forma que o sistema estabelecido tende a transmitir e reforçar padrões de violência e como diz Martin-Baró (1990), também semeia as sementes da sua própria destruição. Isto porque aquelas maiorias oprimidas, precisam internalizar uma violência que os desumanizam; precisam aceitar a imposição de esquemas e modos de vida que os impedem de satisfazer adequadamente até mesmo as necessidades básicas de subsistência; que aprendem que os mesmos comportamentos que levam os ricos ao sucesso levam os pobres a ruína, e embora se sintam em posição de reverter essa violência, aqueles valores de interesses privados e aqueles comportamentos aprendidos voltam-se contra seus opressores, graças a um processo afetivo que torna isso possível, o ressentimento.

Ressentimento este cujo significado aqui aplicado não retrata um ódio social gratuito como costuma ser pregado, por assim ideologizar a desvalorização de tudo que se põe no caminho dos interesses sociais dominantes. Mas pelo contrário, para Martin-Baró (1990), o ressentimento retrata a vontade daqueles de mudar o estado das coisas em que sofreu situações sociais desfavoráveis por meio do alcance ao poder político, o que indica a consciência dos próprios sentimentos ou a avaliação da opressão e da justiça, principalmente dos comportamentos destrutivos de ordem estabelecidos um reconhecimento do próprio fracasso existencial. E, somente a medida que ressentem as situações de opressão e injustiça será possível superá-las.

Em outras palavras, a presença de uma consciência ética superior, dificilmente é alcançada sem a sensibilização moral causada pela própria situação de sofrimento. É a consciência dessa dor que dar lugar a justa reivindicação, a busca pela ordem social, sem violência repressão e assédio, em que os corpos policiais sirvam ao bem comum, e não a exigências opressivas de uns poucos.

3.3.5 As causas imediatas da violência.

Diante da elaboração social da violência apresentada anteriormente, estão as causas imediatas dos comportamentos violentos, tanto pelos valores que os justificam e amparam como pelas práticas que se transmitem e reforçam.

No entanto, é importante considerar as causas imediatas, os elementos que desencadeiam o comportamento violento, sobre os quais Martin-Baró (1990) sugere algumas contribuições teóricas:

Primeiro, parece razoável que certos comportamentos violentos sejam desencadeados por raiva ou ressentimento causados pela frustração de objetivos e aspirações específicos. Em uma escala imediata, a repressão policial a uma manifestação pacífica, por exemplo, pode desencadear certos atos de violência destrutiva contra objetos simbólicos como patrimônios ou contra policiais. Em uma escala mais ampla, a repetida impossibilidade comprovada de satisfazer pacificamente as necessidades da família pode levar a formas mais radicais de lidar com a situação, seja colocando a violência pessoal a serviço do regime estabelecido ou colando-a contra ele. Contudo, sempre pode ser esclarecedor a frustração como raiz de certas formas de violência, embora não se vincule frustração à agressão, mas, sobretudo tem um caráter reivindicativo social e que denotam consciência sobre uma privação injusta da pessoa ou a violação de algum dos seus direitos fundamentais.

Segundo, os atos violentos são determinados pelos estímulos ambientais. Em que o poder estimulador da violência de certos objetos não depende tanto o que eles materialmente

são, mas do que esses objetos significam para indivíduos e grupos dentro de uma sociedade acabada. Por isso, é necessário examinar as situações propensas a estimular comportamentos violentos, não como a soma de estímulos, mas como cenários comportamentais como afirma Martin-Baró (1990) apud Barker (1968), socialmente configurados estes cenários não devem ser concebidos estaticamente como uma estrutura prefigurada que reclama formalmente a execução de atos agressivos, mas devem ser concebidos como situações geradas continuamente por uma mistura dinâmica que envolve todo o contexto social, entre eles sujeitos, objetos e signos. Para Martin-Baró (1990), sobrepõe a qualquer outro fator como precipitador de comportamento violentos, a possibilidade de realizá-los.

Com certeza, não há situação mais estimulante que a configuração de situações de poder, real e simbólico, é uma das principais fontes de violência social. O indivíduo que se encontra em um momento dado a frente de uma instituição poderosa ou de um forte organismo pode sentir-se movido a utilizar a força a sua disposição para seu benefício particular de sua própria classe, tanto quanto se a violência exercida por essa instituição ou organismo pode contar de antemão com a justificação social.

Outro fator importante desencadeante que podemos apontar é a influência ou pressão de um determinado grupo em que o indivíduo está inserido. Pois, os grupos podem entrar em certa dinâmica viciosa que distorce a perspectiva global e impõe a emulação mútua de seus membros até graus inconcebíveis a nível individual. De forma que o ato violento não é mais realizado pelo que se consegue produzindo dano ao outro, mas pelo valor que ele concede ao seu executor dentro do grupo a qual pertence.

Neste sentido, Baró (1990) assegura a probabilidade de muitos atos violentos e agressões mais brutais realizados por delinquentes comuns e por grupos paramilitares devam referir-se a esta pressão grupal e a esta dinâmica viciada, alimentada em ambos os casos pela estrutura que os possibilita e potencia. E o desencadeamento da violência constitui na maioria das vezes um processo assumido em forma consciente e racional como instrumento para alcançar algum fim.

Por fim, a violência delitiva pode ser entendida como uma derivação, ao menos no início no sentido de objetivos socialmente ansiados, apresentada como consequência de uma decisão racional de promover mudanças sociais uma vez que não restam outras opções além da certeza que os caminhos pacíficos não constituem uma alternativa que pode competir com a violência institucionalizada estabelecida.

3.3.6 A institucionalização da violência.

A violência apresenta-se como uma possibilidade ao ser humano, assumida e desenvolvida através dos processos de socialização, encontra sua institucionalização em sua justificação. Pois esta faz avançar o que se quer negar e esconder, pois tem o *feedback* social e precisa deste para se estabelecer dentro dos preceitos morais estabelecidos socialmente.

Isto porque cada contrato social determina as formas de violência tolerável numa determinada sociedade, ao passo que como indica Martín-Baró (1990) citando Harber & Seidenberg (1978), há quatro elementos determinantes dessa violência socialmente aceitável: 1) quem pode realizá-la; 2) contra quem se realiza; 3) em quais circunstâncias se realiza; 4) em que medida se realiza. Em outras palavras, embora o regramento social em questão não represente o consenso de toda a sociedade, mas o entendimento unilateral de uma classe que por hora esta no poder, sendo, portanto, a violência justificada segundo os interesses dessa minoria, que diante de uma ameaça ao seu *status quo*, os quatro elementos podem ser ignorados, definindo desta feita posições antagônicas e discrepâncias de entendimento sobre o fenômeno violência, do direito natural, da autodefesa dentre outros objetivos inerentes ao convívio social, já que nestas circunstâncias: o pau que bate em chico, não bate em Francisco, pois o caráter da violência não é determinado pela formalidade, mas pelo produto. Isto é, não importa a forma, mas a que interesse ela atende.

Entretanto, à luz da definição esta constatação parece um tanto insurreta ou que caracteriza estratégias de movimentos de cunho ideológico cujas razões se opõem à ordem estabelecida.

Mas esta análise objetiva sobre a violência institucionalizada encontra respaldo nas estratégias utilizadas pelas ditaduras e tiranias para manutenção do poder, sustentando a opressão vertical de cima para baixo, expressa através do terror social e justificada mediante a proteção política que aproveita a experiência da situação de injustiça remediável como mediação para a instalação do sistema de terror social.

Este terror objetiva a inquestionabilidade da ordem estabelecida, sob uma *razão ideológica*, que serve de justificativa para atender ao poder, e embora propague uma *proteção* dos princípios sociais determinados, na verdade liberta e legitima a violência, não respeitando nada, nem ninguém.

Neste sentido, todas as possibilidades de liberdade, expressão e realização pessoal são tolhidas, enquanto a violência sem limites ao serviço do poder estabelecido é estimulada e gratificada. Para tanto, é necessário sustentar a existência de inimigos cruéis, ou bodes

expiatórios para manter a justificativa do uso impiedoso da violência. Há todo um aparato de convencimento que procura explicar tudo, mas não esclarece nada.

Assim, cria-se uma linguagem própria, signos, significados e sentidos são inspirados e influenciados por meio de representações sociais que envolvem a massa, e aos poucos as regras sociais dissolvem-se. As pessoas desaparecem como sujeitos, a tortura, atentados, assédios à vida privada, ataques, sequestros, assassinatos coletivos e macabros tornam-se naturais. É o exemplo extremo da institucionalização da violência, outrora incorporado pelas instituições, e agora internalizado pelas pessoas cujos efeitos conscientes estão em níveis inacessíveis nesta ordem de entendimento.

Para Martin-Baró (1990) *apud* Stanley Milgram (1974), neste contexto social violento, em que a destruição ordinária e a violência são executadas naturalmente e nestes termos internalizada de forma a mudar linguagem, o pensamento e conseqüentemente a consciência, que é constituída sob estes e outros mediadores psicossociais, Sabini (1978) afirma ser paradoxal, já que a consciência da maioria das pessoas repudia a violência que nos vêm diante dos olhos, mas que quando a violência é internalizada e faz parte de uma ordem, nosso sentido de responsabilidade e a consciência coletiva, prevalece sobre a individual.

Dai derivam outras formas de violência, o caráter institucionalizado e burocrático leva a uma maior escala, e diferentemente do que se imagina ser de ordem patológica ou inata, esta violência originária é estrutural, em um procedimento frio, no montante burocrático e intranscedente de atos por milhares ou milhões de cidadãos, realizando sua atividade e cumprindo o seu dever, como nos lembra Hannah Arendt (1994), ao falar de burocratização da violência e dos ataques maciços deste século.

Sobre isso, o psicólogo Social Stanley Milgram (1980) realizou uma experiência científica que buscava responder à questão de como os participantes observados tendem a obedecer às autoridades, mesmo que as ordens contradigam seus princípios individuais. Tratava-se basicamente de uma pesquisa sobre a punição como método de aprendizagem. Então, os participantes foram dispostos em duplas, de modo que um atuava como *professor* enquanto outro fazia o papel de *aluno*. Este era um ator, mas o participante *professor* desconhecia essa informação. Assim, cada vez que o *aluno* errasse um exercício de memorização, o *professor* deveria lhe aplicar choques, que começavam de 15 volts e iam progressivamente a 450 volts. Durante a experiência, à medida que os choques eram aplicados, o *aluno*, que era um ator, gritava de dor, pedia para sair do experimento ou se silenciava. Porém, os *professores* invariavelmente eram ordenados a seguir com a pesquisa. Nesta, porém, apenas uma pequena porcentagem interrompeu o experimento e deixou a sala.

E, uma grande maioria de 2/3, continuou e chegou ao choque máximo, para a surpresa de Milgram (1933-1984), que esperava a desistência dos professores como resposta recorrente, mas o que testemunhou foi uma relação de obediência a qualquer custo.

Diante disso, Milgram (1980) na tentativa de explicar os requisitos psicossociais da violência apresenta as seguintes situações sociais identificadas constantes: 1) as pessoas realizam suas tarefas com o sentido administrativo mais que moral; 2) os indivíduos estabelecem uma distinção entre matar os outros como cumprimento do dever e fazê-lo como frutos de sentimento pessoais; 3) o que as pessoas experimentam como exigências morais de lealdade, responsabilidade e disciplina não é a realidade cotidiana, mas exigências técnicas para a manutenção do sistema; 4) com frequência se modifica a linguagem de maneira que as ações não entrem em conflito, ao menos a nível verbal, com os conceitos morais inculcados na educação das pessoas normais; 5) em forma invariável, os subordinados passam a responsabilidade aos níveis superiores; 6) As ações são quase sempre justificadas com intenções construtivas e chegam a ser vistas como nobres a luz de um objetivo ideológico.

Em suma, o mais importante é justificar o exercício da violência dentro dos parâmetros conscientes do ambiente social, ou seja, desumanizando a vítima, negando seu caráter como pessoa, pois não é como outro ser social, mas trata-se de um subversivo, e se é assim, só será bom se estiver morto. Além da confiança cega nas instituições estatais para construção social, há uma submissão às regras da organização que assume todas as responsabilidades e isentam os indivíduos de culpa, já que a justificativa é motivada por um interesse nacional, para segurança de todos.

Por fim, entre o crime de paixão e o terrorismo de Estado, entre o assassinato do ladrão inexperiente e o massacre executado por um exército profissional e altamente técnico há abismos quantitativos e qualitativos. Traços de personalidade podem até explicar a violência desencadeada pela raiva ou pelo ódio, mas somente a natureza das instituições opressivas, colocadas a serviço dos interesses da classe dominante em cada situação histórica, explica a agressão massiva contra populações inteiras e a participação das pessoas nessas ações, não como um reflexo de seus problemas pessoais, mas como desempenho frio e responsável por suas obrigações diárias, a serviço de um ciclo violento estrutural originado e justificado em si mesmo, que independe de intencionalidade e levanta questionamentos sobre seus aspectos e mediadores psicossociais que os determinam e precipitam esta cadeia de atos sociais cuja ordem intersíquica e intrapsíquica da consciência humana certamente guarda a explicação.

4 MÉTODO E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO DA VERDADE: TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE MEDIAÇÃO

Neste capítulo recomposemos a trajetória da construção do conceito de mediação, fundamento essencial para o entendimento do psiquismo humano, pois é a partir dela que compreendemos o movimento da constituição da consciência, objeto de nossa análise.

Em termos genéricos, segundo Oliveira (2002), mediação é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento.

Para a teoria psicológica Sócio Histórica, base teórica de nossa pesquisa, mediação se caracteriza, por analogia com as ferramentas materiais, pela inserção de meios simbólicos, entre sujeito e objeto para possibilitar as relações sociais, tendo como fim a realização de uma atividade, tanto para a modificação da natureza como para a apropriação da cultura.

Desse modo, a importância da mediação para o psiquismo é que ela possibilita o que Vigotski (1991) denominou de internalização, que consiste na reconstrução interna da operação externa mediada por ferramentas e signos. Assim o indivíduo utiliza mediadores para a execução dos atos voluntários e essas atividades encontram no tônus volitivo-afetivo já interiorizado, a força para o sujeito a autodeterminar suas ações.

Assim, se toda ação humana supõe uma mediação, do mesmo modo a internalização de um conceito se faz pela mediação semiótica ou pela interação com seu semelhante, na interação social, gerando a consciência.

E se hoje entendemos a mediação como um processo que possibilita a internalização de um conceito por meio da mediação semiótica ou pela interação com seu semelhante, na interação social, gerando a consciência, nem sempre foi assim. Pois, embora tenha sido objeto de preocupação entre autores que tratam do conhecimento, desde os pré-socráticos até os atuais, o entendimento sobre mediação que antecede o período pré-socrático era envolto em mitos, superstições e em certa religiosidade.

Para Heráclito (540 a.C. - 470 a.C), o pensamento ou o conhecimento vinha da iluminação de um *Logos único*. Platão (426 - 348 a. C) fala da reminiscência (*anamnesis*). Aristóteles (384 – 322 a. C) trata da formação dos conceitos a partir das percepções de onde o intelecto extrai tais conceitos. Os empiristas, como Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776), defenderam que as ideias e os conceitos surgiam dos dados ou das impressões dos sentidos.

O próprio método de Sócrates (469- 399 a. C), a maiêutica, como ente social, exigia de cada um o autoconhecimento, que só poderia ser descoberto através do diálogo constante e da troca de ideias.

Na Idade Média (séculos V-XV), momento histórico caracterizado pelo predomínio da versão de verdade da Igreja Católica sobre todas as áreas humanas, sociais e econômicas, possibilitou a vinculação das ideias a uma vida basicamente espiritual do homem, e neste mesmo sentido supunha o seu destino, em um viés de justificação do cristianismo. Isto é, houve a subordinação do campo intelectual a vida religiosa, expressa numa relação dialética entre fé e razão, sempre na busca de justificar a concepção cristã.

Neste trabalho de justificar as doutrinas cristãs, muitos pensadores daquela época retornaram à filosofia grega, basicamente às de Platão e Aristóteles, buscando conciliar suas ideias com os princípios teológicos. Os seus principais teólogos que assim agiram foram Agostinho e Tomás de Aquino, que sem oporem teologia e filosofia propuseram que o conhecimento da verdade proviria da iluminação divina, ou seja, Deus revelaria as verdades, com a mediação da alma, da glândula Pineal ou dos anjos, pois, em tal ser supremo encerrava-se numa fonte eterna e imutável, a quem não havia sombra de dúvida.

Para Agostinho (354-430), Deus está presente em todas as formas da vida humana. Deus tem o poder de decidir sobre a salvação do homem mediante a graça divina e tem também domínio sobre a possibilidade do conhecimento mediante a iluminação. Assim, ele insere pela primeira vez na história o conceito de mediação, sob o entendimento de iluminação divina, como um elemento metafísico, ou seja, algo sobrenatural. Isto é, o homem só conhece a realidade por intermédio da graça divina que ilumina os seus sentidos possibilitando acesso à verdade.

Para este bispo de Hipona, tal conhecimento pode se referir às coisas sensíveis (sentidos) e as inteligíveis (razão), cujos processos geralmente se iniciam pelos sentidos do corpo e são conduzidos à memória, organizadas interiormente pelo indivíduo. No entanto, existem coisas que são percebidas apenas pela mente humana através de um processo de reflexão interior, onde tudo que pensamos já está alojado sem confusão para se recordar e refletir quando necessário.

Este entendimento se deu mediante a busca na filosofia de Platão para justificar os dogmas da religião cristã e colocar Deus como fundamento das verdades reveladas e da razão humana. E apesar de aceitar a visão platônica de que o *logos* é o fundamento de cada verdade, recolocou a noção de reminiscência sob a ideia de que os sentidos funcionam como estimuladores da autorreflexão, isto é, incita noções já existentes na memória que não foram aí colocadas pelos sentidos. Em outras palavras, nega a teoria que a alma (presente no *logos* ou Deus) existisse antes do corpo. E que na verdade, este conhecimento é revelado pela luz

interior na alma, através do intelecto e da razão. Isto é, através da iluminação divina eterna e imutável que a alma do homem, por um processo interior medeia a verdade.

Neste sentido, a mediação para que o homem possa obter o conhecimento está como iluminação divina, como um elemento metafísico, e a alma além de imortal, é o próprio elemento mediador que ilumina possibilitando o conhecimento do homem, ainda que sem influência direta dos sentidos, pois são esferas distintas tal como em Platão.

Em Tomás de Aquino (1225-1274), a alma continua sendo o elemento mediador que medeia o conhecimento, mas nesta concepção está unida substancialmente ao corpo e, portanto, sofre influências das sensações. Logo, o conhecimento acontece por meio da abstração, função do intelecto ativo, que imprime a sensação no intelecto passivo, e o conhecimento passa a ser uma adequação do objeto com o intelecto na alma humana.

Por um lado, este dominicano acreditava que alguns conhecimentos só poderiam ser obtidos pela revelação divina, por se tratar de verdades inerentes a fé e, portanto, não sofreriam qualquer interferência da razão ou dos sentidos. Por outro lado, além das verdades reveladas sobrenaturalmente, Aquino admitia ser possível chegar as verdades físicas através do uso da razão e dos sentidos. Neste caso, um conhecimento empírico e racional, cuja elaboração pelo homem apreende a substância do objeto, e elabora o respectivo conceito de forma mediada envolvendo dois momentos: o sensível e o intelectual como explicam Andery *et al* (1994):

O primeiro momento de elaboração do conhecimento conceitual é a obtenção dos dados através dos sentidos; como não possui ideias inatas, o homem só pode chegar ao conhecimento se tiver “matéria-prima” para sua atuação e esta “matéria-prima” são os dados fornecidos pelos sentidos. O segundo momento é o intelectual, isto é, o momento em que o homem chega às essências, abstrai as coisas, entende conceitos, julga e raciocina (p.149, 150, destaques do original).

Essas novas ideias que caracterizam o processo de conhecimento como a relação entre sentidos e inteligência, consiste em uma verdade postulada devida a correspondência ou concordância entre intelecto e objeto, tal qual no materialismo. É isto que demonstra a veracidade e concretiza o conceito de verdade, neste contexto escolástico, eucarístico e litúrgico.

A clareza desta construção de verdade está primeiramente direcionada ao intelecto, apesar de ter como fonte os sentidos, que permite correspondência entre psíquico e real, é a razão a categoria mais elevada da alma humana, que distingue os homens dos outros animais, permitindo àqueles chegar às substâncias das coisas e orientá-los à produção do conhecimento. Além da vontade e do livre arbítrio, que confronta a ideia de predestinação, e explica as ações humanas em potencial a partir de elementos que a própria mente fornece.

Assim, a ideia de que o conhecimento provinha dos sentidos e não da graça divina efervescia, principalmente nas universidades, e começaram a causar danos ao edifício teológico da Igreja Católica, quando Tomás de Aquino cristianiza as ideias aristotélicas e coloca a filosofia a serviço da teologia cristã. Assim, fortaleceu a ideia de um conhecimento oriundo dos sentidos e não da graça divina, sob a proposta de mediação implícita na abstração, entendimento dos conceitos, julgamento e raciocínio, e chega à noção de verdade postulada numa identidade da proposição com o real.

Naquele momento histórico, estas novas ideias não só abalaram o edifício teológico da Igreja, mas também motivaram o rompimento entre religião, filosofia e ciência. Estabeleceu-se uma nova ciência desinteressada pelos assuntos religiosos e monárquicos, e voltada para a busca do verdadeiro conhecimento científico, cuja expressão ficou bem caracterizada durante o Renascimento.

É nesta ânsia por novidades científicas, que Descartes (1596 -1650), busca um novo método para conduzir a razão à verdade e o descobre na Dúvida Metódica no *cogito ergo sum*. Partindo da regra de que não se deve aceitar por certo nada que não seja claro e distinto, Descartes, duvida da existência de todas as coisas, particularmente do que advém dos sentidos.

Para ele, esta dúvida, só não atinge o pensamento, cuja existência evidencia-se mediante a ocorrência da dúvida. Em “penso, logo existo”, Descartes conclui que apenas e que por isso existe. Logo a primeira verdade incontestável é a existência do pensamento humano.

Assim, as regras metodológicas de Descartes colocam em dúvida o conhecimento sensível, excluindo da ciência tudo que não é ideia clara, o que quer dizer, qualquer ideia abstrata do sensível. Assim, só é claro, inteiramente acessível ao espírito, àquilo que a inteligência concebe sem nenhum concurso da imaginação e dos sentidos, ou seja, só é claro o que é matemático. Trata-se de um mecanismo que não se estende apenas ao pensamento, por isso o entendimento que corpo e alma são esferas distintas, dando origem ao dualismo cartesiano que perpassará toda a história da filosofia posterior.

Com esta distinção entre corpo e alma, Descartes caracteriza o corpo humano como extenso e explicado mecanicamente como os demais corpos do universo. A alma então consiste na essência inextensa. De forma que as experiências humanas acontecem com a junção de corpo e alma, como sensações, emoções, vontades e nestas explicam-se mecanicamente. Por outro lado, a alma cabe pensar, responsável pelo conhecimento, pela vontade, desejo, negação e dúvida. Isto é, a função da alma na produção do conhecimento é desvendar em que as coisas consistem. E isto acontece, segundo Descartes (1596 -1650), por

intermédio da razão, único elemento metódico capaz de chegar às leis ou princípios gerais das coisas, de onde deduz efeitos, que constituem novas verdades claras.

Verdades estas não podem ser percebidas pelos sentidos porque os principais atributos da matéria, extensão e movimento, ao contrário das suas propriedades, como as cores, por exemplo, que precisam destes para ser identificadas. Assim, para tentar resolver esta questão da distinção entre os conhecimentos material e espiritual, postula que ele se dá do corpo para alma, por meio de reflexos sensíveis conduzidos pelos espíritos *animalis* até a glândula pineal no cérebro, e da alma para o corpo, também por intervenção desta glândula e conduzidos pelos espíritos *animalis*.

Desse modo a glândula pineal é apresentada como o elemento mediador entre as duas realidades distintas do homem: corpo e alma. E, assim a mediação torna-se uma condição natural, dada biologicamente pela estrutura do cérebro. Portanto, a proposição central do seu pensamento fica ligada à ideia de inato.

É a esse problema do dualismo cartesiano que Kant (1724-1804) buscou dar uma resposta na sua epistemologia transcendental das categorias *a priori*.

Para Kant (1983) os objetos nos aparecem em função do modo como afetam nossos sentidos, ou seja, da forma como os objetos são captados pelos seres humanos segundo as condições de sensibilidade, espaço e tempo. Assim o homem não intui as coisas tais como elas são em si mesmas, mas sim do modo como ele a conhece. Dessa forma, o homem não é capaz de conhecer as coisas em si, *noumeno*, mas somente tal como se apresenta aos sentidos, como fenômenos.

Na explicação kantiana o homem não é capaz de pensar sobre o objeto, mas somente emitir juízos sobre ele. Os juízos são sustentados pelas categorias *a priori*, que são conceitos universais. Esses conceitos universais, que existem *a priori*, são definições dadas desde o princípio, antes dos indivíduos, é que são os mediadores entre sujeito e objeto, com a função de classificar os dados dos sentidos em categorias. Assim, segundo Andery *et al* (1994) em Kant (1983) o objeto é necessariamente submetido ao sujeito, pois (...) “o fenômeno é aquilo que de algum modo pode encontrar-se no objeto em si mesmo, mas sempre na sua relação com o sujeito, sendo inseparável da representação do primeiro” (KANT 1983, p. 70).

Deste modo, o entendimento exige que o múltiplo das representações* dado pela sensibilidade seja mediado pelos conceitos *a priori* para que haja conhecimento, que se dá na síntese realizada pela imaginação. E esta, portanto realiza a compreensão, a composição da multiplicidade que nos é dada pela intuição.

Para Kant (1983), a produção do conhecimento envolve: 1) a sensibilidade que possibilita que o conhecimento inicie através de intuições; 2) a imaginação que produz as sínteses das intuições e dos esquemas dos conceitos; 3) o entendimento que permite pensar, julgar e que dá unidade aos fenômenos; 4) a razão que se pretende mediante regras, a unidade total e definitiva agindo sobre os conceitos do entendimento, possibilitando a unidade das leis empíricas, ou seja, a razão é a faculdade da unidade das regras do entendimento sobre princípios. Tal como afirma Kant (1983): (...) “a razão jamais se refere ao objeto, mas ao entendimento, para dar aos seus múltiplos conhecimentos a unidade *a priori* mediante conceitos, a qual pode denominar-se unidade da razão e é natureza completamente diferente da que pode ser produzida pelo entendimento” (KANT, 1983, p. 358- 359).

Neste sentido que Kant mantém a separação entre sujeito e objeto, justificando essa relação na própria capacidade racional do sujeito e não na glândula pineal tal qual afirmava Descartes.

Para Kant (1983), o elemento mediador da razão (sujeito) com o objeto (conhecimento sensível) serão as categorias *a priori*, que possibilitarão ao sujeito estabelecer o processo do conhecimento, cujo limite se fia na luz do conhecimento racional, sem presunção e de forma crítica reflete o mais puro espírito iluminista do século XVIII.

E, embora o entendimento de Kant (1983) tenha influenciado o desenvolvimento do conhecimento no século XIX, Hegel (1770-1831) toma como tarefa primordial restaurar a unidade do sujeito e do objeto. Seu pensamento reflete a sua crença em ter encontrado na Revolução Francesa a resposta à antítese da situação social e política em que se encontrava a Alemanha nos séculos XVIII E XIX: “A nação alemã era formada pela Prússia e Áustria,

* Em Kant (1983), para que se forme uma imagem a partir de um múltiplo recebido passivamente pelos sentidos, é necessário, primeiramente, que a imaginação, enquanto faculdade ativa exerça sua ação imediatamente sobre este múltiplo, ao percorrer cada uma de suas partes constitutivas. Isto é, a apreensão ato a partir do qual cada uma das partes componentes do objeto é internalizada pelo sujeito. Assim, sendo imediato o ato de apreensão, ele só pode se exercer sobre as representações que estejam da mesma forma, imediatamente presentes na sensibilidade. Tratando-se, porém, da apreensão de um múltiplo de representações, cada uma delas deixa de estar imediatamente presente à medida que se passa à representação seguinte. É necessário, portanto, que as representações apreendidas sejam conectadas àquelas que não estão mais presentes, o que é feito pelo ato de reprodução. Kant descreve a necessidade desse ato afirmando que não se pode produzir uma imagem nem um encadeamento de impressões a menos que haja em nós uma faculdade reprodutiva da imaginação capaz de evocar uma percepção, da qual o ânimo passa para a outra, depois para a seguinte, e assim é capaz de representar séries inteiras dessas percepções.

pelos "príncipes eleitores e 94 príncipes eclesiásticos, por 103 barões, quarenta prelados e 51 cidades imperiais, o país compunha-se de aproximadamente 300 territórios independentes". (Hegel. Os Pensadores. Volume 30. Nova Cultural. 1988 p. VII). Portanto, o seu pensamento é a busca pelo modelo de liberdade perfeito, da harmonia entre o indivíduo e a sociedade e, conseqüentemente, da harmonia interior do indivíduo entre sua razão e suas paixões.

Com uma compreensão oposta à defesa da supremacia da experiência sobre a razão, Hegel (1770-1831), enfatiza que a razão coloca o homem livre e capaz de se desenvolver, se estiver dominado por uma vontade racional. Portanto, pensa ter encontrado a possibilidade da transformação da realidade de acordo com critérios racionais.

Para ele, no que se refere à impossibilidade de se conhecer a coisa em si, o *noumeno* de Kant, seria uma limitação da razão enquanto a coisa em si estiver fora do seu alcance. Por isso, a razão permanecerá como mero princípio subjetivo privado de poder sobre a estrutura objetiva da realidade, além de um mundo separado em: subjetividade e objetividade. E, enquanto permanecesse esta desintegração geral, haveria frustração, daí a necessidade de restaurar a unidade, a totalidade.

Entre tantas influências que Hegel (1770-1831) recebeu e considerou, na sua obra ele une a herança de Heráclito de Éfeso, com a ideia da dialética como estrutura da realidade e o pensamento de Aristóteles sobre o movimento do movimento e ainda o princípio do *vir-a-ser*, como passagem da potência para o ato. Considerou ainda, além das relações entre a razão e a experiência, como uma necessidade interna que deve ser revelada pelo pensamento, na medida em que é a dialética se expressa no movimento constante e complexo da realidade.

Segundo Andery *et al* (1994), para Hegel a apreensão o movimento do mundo, exige que o pensamento se submeta aos procedimentos que orientam o desenvolvimento das coisas, sendo o próprio pensamento também dialético. A dialética, portanto, está nas coisas e no pensamento constituindo-se em uma unidade indissolúvel, submetida à lei universal da contradição.

Em suma, a dialética hegeliana decorre da negatividade do próprio homem, o que explica ao colocar em oposição aquilo que são os seres e suas potencialidades, sugerindo-lhes um estado de limitação que precisa ser superado. Assim, esta negatividade seria a matriz do processo de transformação expressa num movimento constante e contraditório em três fases: *em si* (tese), *para si* (antítese) e *em si-para-si* (síntese).

Para Hegel (1770-1831), há uma lei de desenvolvimento histórico válida para todos os seres que regula o movimento de transformação do mundo, num processo contínuo em que

cada coisa se transforma em outra. Trata-se de um ser em processo sem anular sua identidade no processo contraditório que orienta o desenvolvimento do referido ser.

Em outras palavras, para Hegel, mediação é a passagem de uma situação para outra, uma reflexão sobre si mesmo. E o que permite esta passagem à outra proposição é esta reflexão sobre si, por se apossar de dado objeto imediato pela consciência e a mediação “seria sinal de que não está de posse do objeto mesmo, mas algo que sofreu alguma influência por parte da consciência” (GABOARDI, 2013, p. 43)

Então, Hegel (2019) concebe o elemento mediador como a consciência do sujeito, entendendo que a mediação não é outra coisa senão a igualdade consigo mesmo, ou a reflexão sobre si mesmo, o momento do Eu *para-si-essente*, quer dizer, concita o homem a fazer a sua própria essência, a negatividade pura reduzida a pura abstração, o simples *vir-a-ser*. O Eu, ou o *vir-a-ser* em geral. Essa mediação, justamente por causa de sua simplicidade, é a imediatez que vem-a-ser, o imediato.

Nesta perspectiva, o ser imediato somente supera sua animalidade em um processo contínuo de conhecimento, mediado por sua consciência. Inerente ao homem, a capacidade de compreensão advém do uso da razão, assim como conhecer suas potencialidades e ser livre para realizá-las atestam que o homem adquiriu a autoconsciência, processo que segundo Hegel (2019), só se realiza pelo confronto entre indivíduos em sua relação de trabalho.

Em outras palavras, o trabalho desempenha um importante papel na medida em que funciona como um elemento integrador entre indivíduos oriundos de diferentes posições e com diferentes necessidades numa dada sociedade. Essa relação entre indivíduos antagônicos é intermediada pelos objetos produzidos pelo homem, passam a fazer parte desse homem, que neles se reconhece.

Para Hegel (2019), esta relação de trabalho permite a superação da oposição sujeito e objeto, assim como, através da autoconsciência, supera-se a oposição entre pensamento e mundo exterior. Isto significa que na relação dialética com o objeto, realizada pelo processo de confronto ideativo entre Tese e Antítese que promove uma Síntese, que se torna a nova tese, se chega a autoconsciência, ao verdadeiro conhecimento. O que torna o homem capaz de apreender o mundo em sua totalidade, não mais expresso numa dicotomia de pensamento.

Assim, a consciência, como elemento mediador, determina a realidade sensível, pois cabe a ela a função de, não só emitir juízos sobre dados sensíveis, como em Kant, mas de, pela razão, unificar o singular e o universal, a ideia e o conceito, que é ela mesma. Então, no princípio o homem é um ser *essente*, simples e imediato; posteriormente, após as sucessivas

mediações, com a reflexão que é capaz de realizar se torna o ser mediatizado, superior e diferente da versão anterior de si mesmo.

Ao se fazer um ser mediatizado, que se concretiza no produto do seu trabalho, o homem não apenas lida com as coisas, ele transforma-se ao refletir conscientemente, isto é, aplica-se às operações de entendimento produzindo outro nível de consciência para si. E isto não é apenas chegar ao pensamento da coisa, mas chegar com rigor e profundidade de defendê-la ou refutá-la com razões, captando sua plenitude concreta.

Sobre esse pensamento, Marx fez várias críticas contundentes, e embora não negue a mediação como simples reflexão sobre si mesmo, critica o entendimento de exclusiva atividade cerebral separada do mundo real. Para Marx (1974), o que diferencia os homens da melhor abelha é a figuração na mente daquilo que será transformado em realidade, tal como um projeto anterior a atividade propriamente dita. E, este projeto em termos mentais que se trata do processo de mediação, exclusivo do homem, que o permite criar e recriar sua existência.

Nas palavras do próprio Marx:

O trabalho é, antes de mais, um processo entre homem e Natureza, um processo em que o homem media, regula e controla a sua troca material com a Natureza através da sua própria ação (...). Ao atuar, por este movimento, sobre a Natureza fora dele e ao transformá-la transforma simultaneamente a própria natureza (O Capital, I, 1, seção III, Cap. VII).

Em sua crítica, Marx (1974) entende a mediação hegeliana apenas como um simples exercício da mente encerrado nela mesma. Uma abstração produzida como pura ideia de vontade que mistifica a realidade. Confere “ao real uma mediação aparente (...) deixando-o intocado em seu conteúdo” (MARX, 2010, p. 29).

Por entender que Hegel não percebeu que as mudanças exigem a alteração das condições materiais, o que não é dado só pelo movimento das ideias, Marx inverte o processo dialético hegeliano e constrói a sua doutrina: o materialismo histórico Dialético. Nessa, a mediação deve ocorrer para colocar em relação o mundo material e concreto e as suas manifestações ideais, o que se opõe ao mundo idealizado de Hegel.

Isto porque, devido ao contexto em que viveu na França pós-revolução política e na Inglaterra em plena Revolução Industrial, conseguiu entender que as mudanças sociais não são resultados da ação do espírito na história, mas que estas resultam das lutas entre as classes sociais por seus interesses opostos. Pois para Marx, os homens têm processos de vida concretos e desenvolvem reflexos [reflexe] e egos ideológicos deste processo de vida (MARX e ENGELS, 1982). Assim, as mediações não são mais apenas aparentes, mas são reais e ontológicas.

Por ter conhecido e participado dos contextos que estavam mudando a Europa, Marx percebe que o movimento dialético verdadeiro não é o das relações entre as ideias sobre a realidade. Entende que a dialética real é a da atividade humana que enfrenta a natureza, mesmo a social, e que a mediação efetiva é a transformação do velho em algo novo, assim a dialética se torna materialista e, ao mesmo tempo, uma teoria sobre como o trabalho para a transformação da natureza social determina as relações materiais e sociais entre os homens.

Portanto para Marx (1974), é o trabalho o elemento mediador entre o sujeito e a realidade, de forma que postula que o homem por meio do trabalho organiza e transforma a realidade social, constituindo-a como resultado de uma prática efetiva dos indivíduos em sociedade.

Assim, a ideia da razão, do espírito absoluto criador da realidade, dá lugar a teoria em que os homens são os protagonistas da sua própria história. Além disso, é em meio a efervescência da Revolução Industrial Inglesa, e seus impactos sociais que Marx traça o entendimento do movimento de oposição entre o singular e o universal, que passa a ser a luta de classes entre a minoria capitalista que subjuga uma maioria predominantemente de trabalhadores, dispostos numa realidade da indústria mecanizada.

Em outras palavras, Marx (1974), recupera e propõe a dialética de Hegel de forma invertida, como perspectiva para a compreensão do real e assim propiciar a construção do conhecimento:

(...) Por isso confessei-me abertamente discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre o valor, até andei namorando aqui e acolá os seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la para descobrir o cerne racional do invólucro místico (...) (MARX, 1974, p. 20, 21).

Para ele, a base da constituição da sociedade, bem como das instituições nela inserida e as respectivas regras de manutenção das suas ideias, dos seus valores são as condições materiais. É a partir desta que se constrói a sociedade, e possibilita sua compreensão e transformação, numa análise que inclua contradições, antagonismos e conflitos.

Nesta concepção materialista de Marx, embasa-se um entendimento de natureza e da relação do homem com esta, sob a concepção que o homem é parte dela, embora não se confunda com ela, pois se diferencia à medida que a transforma conscientemente segundo suas necessidades e, neste processo faz história e se constitui humano.

Para Andery *et al* (1994), este homem que através da sua atividade consciente transforma a natureza e a si mesmo não é compreendido por Marx como sujeito ou como indivíduo não comparável com os seus iguais. Mas é compreendido como ser genérico, como

ser que opera sobre o mundo, sobre os outros homens e sobre si mesmo enquanto gênero, enquanto espécie que busca sua sobrevivência. De forma que o homem não busca apenas sua sobrevivência, busca a transformação de si mesmo e da natureza, e é capaz de fazê-lo porque se reconhece e reconhece ao outro neste processo.

Esses processos levaram Marx (1974) a concluir que aquilo que origina a consciência é o ser social, e não o contrário, e, portanto o presente e as condições materiais são o seu ponto de partida, e não o de chegada como propôs Hegel, mas que o conhecimento é determinado pela matéria, pelo mundo independentemente das ideias do homem, constituindo uma antítese à dialética hegeliana. Pois enquanto para Hegel, o processo de pensamento transforma o homem em um sujeito autônomo e organizador do real, o real constitui apenas a sua manifestação externa. Para Marx, o ideal é o material transposto e representado na mente humana, devido a atividade prática e consciente que lhe permite construir um mundo objetivo e construir a si mesmo, além de satisfazer suas necessidades.

E, é por meio desta atividade prática que o homem medeia, regula, controla e conhece o mundo que o circunda. Sendo assim, os fundamentos para compreensão deste homem, e a sua relação com a realidade natural, material e social devem ser buscado na análise da atividade. Por isso, não apenas o material da minha atividade, como a linguagem, me é dado como produto social, mas a própria existência humana é atividade social, porque o que se faz, faz-se pelo e para o social e conscientemente como parte dele.

Para Andery *et al* (1994), ao homem só é possível essa mediação, num movimento histórico transformando-se, alterando inclusive suas necessidades ao se reconhecer no coletivo. Deste modo, sociedade e homem, se constituem como unidade e produzem-se reciprocamente, no processo sócio histórico, ainda que cada necessidade individual imediata não advenha de uma exteriorização coletiva, ainda assim ela se caracteriza como social. Seja pelas condições de realização da atividade para produtos sociais, seja porque a própria existência do homem é social, ou porque o objetivo da atividade humana é sempre social.

Nas palavras de Marx e Engels:

O homem é um ser social e histórico, e o que leva o homem a transformar a natureza, e neste processo a si mesmo, é a satisfação de suas necessidades. (...) A satisfação desta primeira necessidade (a necessidade de comer, vestir, ter um teto, etc.), a ação de satisfazê-la e a aquisição do instrumento necessário para isto, conduz as novas necessidades, e esta criação de necessidades novas constitui o primeiro fato histórico (1982, p.28, 29).

Neste processo de busca de satisfação de suas necessidades materiais o homem trabalha, transformando a natureza, produzindo conhecimento e criando a si mesmo. Isto porque, as necessidades do indivíduo também são históricas, transformam-se, alteram-se e são

substituídas por outras durante o processo histórico, num contínuo movimento de transformação não linear, mas que podem até ter direções opostas num mesmo momento, conduzindo alguns ao refinamento e outros a brutalização. Então, este movimento expressará condições objetivas de um determinado momento histórico, e, nesta medida, as contradições deste momento.

Destaca-se, portanto, a ideia de que as ações do homem como relações humanas com o mundo são relações que constroem o próprio homem, quer seja no sentido biológico (percepção/sentidos), quer seja no sentido prático e espiritual (ato volitivo, afetivo e psicológico). Logo, rechaça-se o entendimento de uma natureza humana pronta, inata e imutável, como condição independente do homem. Mas ao contrário, entendemos o homem como um ser ativo na sua constituição, na construção do mundo a sua volta ou de sua história, cujo processo se caracteriza pela continuidade e infinitude do seu processo como sujeito consciente.

Neste sentido, no que se refere à formação da consciência e do conhecimento humano, seu caráter específico, pode ser entendido tão somente sobre a base da natureza particular própria da atividade vital do homem, ou seja, do trabalho.

Na sua concepção, o trabalho é uma atividade de mediação que se dirige para a satisfação da necessidade não de um modo imediato. “O trabalho, em primeiro lugar, é um processo que se desenvolve entre o homem e a natureza, no qual o homem – através da sua própria ação – mediatiza, regula e controla o intercâmbio orgânico entre ele mesmo e a natureza” (MARX, 1987, p. 187).

No entanto, essa mediação deve ser entendida em dois sentidos: primeiro como o instrumento de trabalho que o homem insere entre ele e o objeto de sua necessidade; segundo, como a atividade de mediação, o próprio trabalho, que antecede e torna possível a utilização do objeto.

[...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já no início deste existia na imaginação do trabalhador [...]. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham é exigida a vontade orientada a um fim que se manifesta como atenção durante o tempo do trabalho [...]. Os elementos simples do processo de trabalho são atividades orientadas a um fim ou ao trabalho mesmo, seu objeto e seus meios (MARX, O Capital, I, 1, seção III, Cap. V).

Desse modo, antes do homem executar a sua ação ele planeja a sua forma de execução, seleciona o material e consegue, hipoteticamente, saber o resultado final. Faz isso por meio da imaginação e, por conseguinte, consegue determinar o modo da sua atividade submetendo-se à sua própria vontade. Isso caracteriza a intencionalidade das suas ações, e estas carregam intrinsecamente um motivo e um objetivo determinado e controlado pelo homem.

Por isso, a atividade produtiva do homem se diferencia da do animal. Porque, enquanto para o animal a atividade reside numa relação direta com o objeto de consumo, no homem a relação pressupõe um planejamento prévio e um instrumento de trabalho. Este último, não deve ser um objeto qualquer encontrado já pronto na natureza, mas algo elaborado. Esse algo elaborado, o instrumento, é que caracteriza o aspecto social e histórico da atividade humana. Pois, para o homem o ambiente natural se apresenta como civilizado, ou seja, um ambiente no qual se objetivaram as necessidades e capacidades do homem.

Por isso, ao nascer, o homem já encontra objetivadas aquelas necessidades e capacidades que se manifestaram no passado, podendo dispor materialmente dos resultados de todo o desenvolvimento social que lhe antecedeu. Isso lhe garante que não seja obrigado a recomençar o processo de transformação da natureza desde o início, mas possa partir do ponto em que se deteve a atividade das gerações anteriores. Isso configura, de modo geral, a possibilidade da história.

Todavia, esse ambiente civilizado exige do homem, no curso da sua ontogênese, um processo de apropriação desses elementos históricos.

Para a criança, o ambiente humano é algo dado, mas não os objetos em sua qualidade humana: esses, enquanto objetos humanos são apenas indicados como uma tarefa a realizar. Para que o menino possa entrar em relação com esses objetos enquanto objetivação das forças essenciais do homem, para que possa, portanto, utilizá-los de um modo humano, deve desenvolver também em si próprio as mesmas faculdades e as mesmas forças. Naturalmente, nesse caso, ocorre um processo que já não é mais espontâneo, pois se realiza apenas através da mediação dos adultos e, por conseguinte, da sociedade: o que explicará o tempo inacreditavelmente breve no qual esse processo pode ocorrer (MARKUS, 1974, p. 54).

Para Marx, o que diferencia o homem do animal é a atividade vital de ambos. O animal se limita a aquisição direta e, em geral, ao simples consumo dos objetos que lhes são necessários, o que faz com que ela seja essencialmente determinada pela constituição biológica do organismo dos animais e se limite aos objetos dados no seu meio natural. A satisfação das necessidades humanas, por sua vez, não se faz pela posse do objeto natural, mas por sua transformação material preliminar, pela modificação de sua forma natural, no

sentido de que, em sua atividade visando à valorização e a necessidade de um objeto, o homem utiliza, enquanto agente ativo, outros objetos, instrumentos, meios de produção que se revelam, como produtos de um trabalho precedente.

Ainda, quanto aos instrumentos, é importante observar que eles não estão dados de uma vez por toda na realidade social, mas que são criados constantemente para atender aos objetivos da atividade que o homem pretende executar. Neste sentido, a produção de instrumentos, ferramentas, está vinculada diretamente ao tipo de atividade que o homem executa, bem como, às condições do objeto que ele pretende transformar para atender uma necessidade particular ou social.

Dessa forma, os instrumentos não fazem parte de uma realidade metateórica ou transcendental, mas é algo que se origina no decorrer do processo da atividade humana; que sofre transformações constantes, no intuito de ampliar sua utilidade prática, tornando-o cada vez mais complexo, possuidor de uma técnica mais apurada. Isso garante a sua existência às futuras gerações, que deverão utilizá-los e transformá-los de acordo com o contexto histórico e às necessidades do meio social.

Em Marx, a transformação da natureza por meio de instrumentos, não é unilateral, mas bilateral, ou seja, na medida em que o homem transforma o meio natural buscando a satisfação de suas necessidades, ele também se transforma. Isso garante que a relação entre o homem e seu ambiente, que Marx chama de *humanização da natureza*, não seja uma mera atividade da consciência. “Enquanto transformação da natureza através do trabalho, ela é ao mesmo tempo transformação do homem, esse só é capaz de humanizar a natureza na medida em que ele mesmo se naturaliza [...]” (MARKUS, 1974, p. 57).

Desse modo, a natureza não passa a ser o corpo inorgânico do homem; e o homem pode referir-se a si como natureza universal ou genérica e assumir a consciência de si, não tanto como indivíduo, mas como espécie da natureza universal.

De fato, enquanto o animal produz apenas imediatamente e sob o domínio da necessidade, o homem produz mesmo quando é livre de tal necessidade. Enquanto o animal produz apenas segundo a medida e a necessidade da espécie a que pertence, o homem sabe produzir segundo a medida de todas as espécies e, sobretudo sabe conferir ao objeto a medida inerente e criar também segundo as leis da beleza (ABBAGNANO, 1978).

O trabalho é, portanto, segundo Marx, uma manifestação, a única manifestação da liberdade humana, da capacidade humana de criar a própria forma de existência específica. A satisfação das necessidades constitui a condição *sinequa non* da história.

No entanto, diferentemente dos animais, que para viverem também devem satisfazer as suas necessidades, os homens constroem meios, ferramentas e técnicas, que lhes permitem realizar esse fim que, uma vez atingido, modifica a própria natureza. Se por um lado a história não obedece a nenhum plano preestabelecido e se dá segundo circunstâncias que são modificadas pelo trabalho humano, esse, ao modificar a natureza, modifica o próprio homem. Essa relação dialética homem-trabalho é designada por Marx com o termo Práxis, que é o trabalho produtivo.

No processo de trabalho, a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, a transformação do objeto de trabalho, desejada desde o início. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante a transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto, trabalhado. [...] considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção e o trabalho mesmo como trabalho produtivo (MARX, 1987. I, seção III, cap. V).

Para Marx, o homem, num primeiro momento, se apropria da realidade objetiva material humanizada por meio dos sentidos, ou seja, ele vê, ouve, cheira, prova, toca a realidade como ela é objetivamente, porque é assim que age como espécie. Num segundo momento, pode apropriar-se subjetivamente da experiência histórica da sociedade, comum a todos os homens em seus traços essenciais, mas apenas na medida em que exista um meio de comunicarem reciprocamente as próprias experiências e a do seu meio social. O primeiro processo caracteriza a história da filogênese humana e, o segundo, a ontogênese.

Mas o fato de alguns atributos biológicos, como os sentidos, por exemplo, estarem implicitamente na espécie humana, não dispensa o homem de ter que aprender a usar os seus órgãos sensoriais de forma adequada. Ele precisa aprender a usar a sua sensibilidade de forma consciente e isso denota o seu caráter ativo na natureza. Ou seja, o homem, diferentemente do animal, tem consciência das suas ações, não se confunde com o objeto; é capaz de selecionar os estímulos que atingem seus órgãos sensoriais de acordo com aquilo que busca. Como todo outro tipo de atividade humana, também essa é de origem social.

A forma como essa consciência encontra-se materializada na sociedade é a linguagem, por meio dela o homem consegue expressar aquilo que chega aos seus órgãos sensoriais, articulando esse fenômeno com a sua atividade prática. Com isso, o homem inicia o seu domínio intelectual sobre o mundo das coisas, ou seja, a partir do momento em que dispõe dos meios com os quais pode organizar o mundo e expressar em palavras essa organização, o homem passa a ter diante si um mundo construído e diferenciado: não mais segundo uma ordem natural, mas segundo uma organização elaborada pela necessidade prática de se

orientar e entender o ambiente. Logo, o homem deve se apropriar do mundo não apenas em sua atividade material, mas também em sua atividade intelectual.

Desse modo a consciência humana consegue dispor de uma dupla mediação: por um lado, a sociedade que medeia a sua relação com o objeto, pela condição em que a consciência social já chegou, bem como pelo conhecimento que deve ser apropriado; por outro lado, seu desenvolvimento individual é mediado pelos instrumentos, ferramentas e linguagem, da atividade humana, como na atividade do trabalho.

Por conseguinte, por meio do trabalho e da relação ativa com a natureza, o homem é, de certo modo, criador de si próprio. Criador não apenas de sua *existência material*, mas também do seu modo de ser; da sua existência específica, como capacidade de expressão e de realização de si.

Esse modo de produção não se deve julgar esse modo de produção apenas enquanto reprodução da existência física do indivíduo, ele é também um modo determinado da atividade de certo indivíduo, um modo determinado de tornar extrínseca a sua vida, um modo de vida determinado. Como os indivíduos exteriorizam a sua vida, assim são (MARX, 1987, p.17).

Portanto, para Marx o homem é o que é na sua exterioridade, na relação ativa com a natureza e com a sociedade, que é o trabalho, ou a produção de bens materiais; e não a sua interioridade ou consciência. A produção e o trabalho não são, segundo ele, uma condenação que recai sobre o homem: é o próprio homem no seu modo específico de ser ou de fazer-se homem. Neste sentido, o modo de produção da vida material é que condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas é, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência” (ABBAGNANO, 1978, p. 50)

Enfim, o sujeito epistemológico de Marx, conhece a realidade porque é um ser capaz de executar ações de trabalho. É esta capacidade que o diferencia de todas as outras espécies animais. É por meio da sua atividade laborativa que o sujeito constitui a sua consciência. Para ele, o conhecimento do mundo começa pelos sentidos, que num primeiro momento são naturais, fazem parte da história filogenética da espécie humana; mas que, depois, são transformados em instrumentos de apropriação da realidade social, tornam-se produtos da ontogênese.

Marx insiste continuamente no fato de que são os próprios homens que estabelecem as relações sociais, de acordo com a sua inserção no processo de produção material, e nessas produzem também os princípios, as ideias e as categorias, são produtos históricos e transitórios. Isto porque, o homem abstrai do elemento material as leis que regem o seu

funcionamento, transformando-os em conceitos. Nisto, deveria ocorrer a práxis que promove a consciência da sua atividade como um todo.

O sujeito, em Marx, se constitui nas relações de trabalho na sociedade, exigidas para a transformação da natureza e, conseqüentemente, para a sua transformação. Isto denota que o sujeito não mais é determinado por um elemento sobrenatural (metafísico) na constituição da sua consciência, mas que isso acontece na realidade natural e social. Nesse contexto, as relações que se estabelecem entre os sujeitos e a realidade (social e natural) acontecem de forma mediada: com a natureza, por meio dos instrumentos e da técnica, e na sociedade por meio das relações de trabalho entre os homens. O homem conhece a realidade a partir do momento em que os elementos construídos e estabelecidos historicamente, que denominamos cultura, são mediados pelas relações sociais nas condições históricas profícuas.

Em suma, para Marx, o sujeito conhece a realidade de forma mediada. E essa mediação é feita na atividade do trabalho, na qual se utiliza instrumentos, como as ferramentas e a linguagem, que são culturalmente desenvolvidos para facilitar as relações entre os sujeitos e a natureza. É no contexto de trabalho para transformação do natural em social que o homem constrói cultura, que é definida como conhecimentos, técnicas e instrumentos elaborados e preservados por um determinado grupo social, e transmitidas para as gerações futuras, que as apreendem e aperfeiçoam.

A transmissão cultural utiliza-se a linguagem para comunicar e ensinar o modo de pensar, agir e sentir de uma determinada sociedade. Todo esse processo acontece dentro de um contexto social determinado, onde os sujeitos devem, necessariamente, entrar em relação com outros sujeitos, pois de outra forma não seria possível a eles conhecerem nem apreenderem o modo de agir e pensar do seu grupo social. Portanto, o sujeito epistemológico em Marx, só pode ser entendido como resultado de um processo dinâmico e dialético das relações sociais mediadas.

Em síntese, o conceito de mediação mostra-se fundamental quando se considera a existência do mundo material independentemente da subjetividade do homem, e desde Agostinho vem-se buscando seu entendimento conforme as condições possibilitadas sócio historicamente.

4.1 Mediação para a Psicologia Sócio Histórica

Entendendo como pressuposto o materialismo histórico e dialético, Vigostky (1930) introduziu o conceito de sistemas psicológicos para explicar as complexas relações existentes entre as funções psicológicas no processo do desenvolvimento humano. Para ele, esses sistemas se formam pela utilização dos signos que medeiam a atividade das funções psíquicas.

Logo, é possível entender que cada função não existe isoladamente, mas se relaciona umas com as outras, dependendo das necessidades das atividades sociais e as da estrutura do próprio psiquismo e impulsionadas pela dialeticidade das contradições que promovem o processo de constituição da consciência.

Para essa explicação, Vygotsky se apoia no processo de mediação, que se torna uma das categorias mais importante da sua teoria sobre o funcionamento do **psiquismo** humano. Isso porque, segundo ele a “Mediação, em termos genéricos, é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação que deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento” (OLIVEIRA, 2002, p. 26)

Além disso,

O processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possíveis as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo(OLIVEIRA, 2002, p. 33).

Então, na atividade sobre o mundo para transformá-lo, o homem usa instrumentos. Desde a mais simples tarefa até a atividade complexa, quando o psiquismo humano aprende um conceito, amplia as possibilidades de mediação pela intervenção das palavras ou de outras linguagens. Sem estas não é possível pensar, pois pensamos com as palavras, que substituem as imagens próprias do pensamento infantil. Por isso, inicia-se a mediação semiótica.

A mediação constitui-se fundamento essencial para o entendimento do psiquismo humano, pois é a partir dela que compreendemos o movimento de constituição da consciência humana. Neste, criam-se as funções psicológicas superiores, que decorrem da relação dialética estabelecida entre cada sujeito e o meio, consubstancialmente mediada pela atividade, pela linguagem e pela afetividade.

A linguagem foi inicialmente constituída para a comunicação na organização da execução do trabalho em grupos. Seu uso amplia sua função e passa a representar a objetividade e assim, constitui e organiza as consciências individuais. Com o desenvolvimento social os signos e as atividades coletivas tornam-se responsáveis pela elaboração das funções psicológicas superiores, como o pensamento, a atenção voluntária, a memória lógica, as emoções, etc. Estas funções se influenciam mutuamente e não consistem em simples atividades neuronais, mas sim em atividades que interiorizam significados, através das atividades sociais mediadas pelos signos (LUCCI, 2006).

Sendo assim, o acúmulo da cultura possibilitou a linguagem e essa transmissão de conhecimento. Desde então, é através da transformação do meio em que vivemos e dos legados deixados pelos que nos precederam que a humanidade foi se constituindo e se

desenvolvendo. Constantemente os indivíduos continuam a transformar seu meio e, conseqüentemente, são transformados pelas mudanças que concebem. A busca pela realização de suas atividades para a satisfação de suas necessidades é contínua e é através dela que o processo de transformar e desenvolver-se prossegue. Por tais peculiaridades é que a constituição psíquica vai se sofisticando na mesma proporção que as construções sociais, ou seja,

A consciência não é o pensamento, nem as representações ou os conceitos. Os componentes da estrutura interna da consciência humana são os seus conteúdos sensíveis: sensações, imagens de percepção e as representações, que criam sua base e a tornam possível; e a relação entre o sentido e o significado das suas representações. Ela tem também suas próprias características psicológicas (LEÃO, 1999, p.19).

A consciência, portanto, é entendida como um conjunto de sensações, representações e outros componentes sensíveis os quais possibilitam que os sujeitos diferenciem o mundo objetivo do subjetivo. Sua estrutura é a da linguagem, mais especificamente, a relação entre sentido e significado. Este é social. O sentido é um aspecto individual acrescido à palavra para caracterizar a experiência individual com aquilo que o significado mostra comum a todos. E isso só é possível por meio da linguagem, cujo desenvolvimento sistemático permite que os indivíduos formem conceitos, por meio do significado da palavra, uma vez que este permite a generalização.

No entanto, a formação de conceitos não se inicia com a educação institucionalizada, pois o indivíduo os forma em sua atividade prática e experiências quando se estabelece a comunicação mediada com os outros indivíduos ao seu redor, ou seja, nas situações informais de aprendizagem, que se aprendem os conceitos cotidianos. No entanto, para formarem aos conceitos científicos ou generalizações de segunda ordem, os indivíduos dependem da mediação de outros conceitos. Pois, como demonstrou Vigostki (2004), para se entender o conceito tem que se considerar o significado da palavra e o seu movimento no pensamento discursivo.

Além disso, essas orientações, quando interiorizadas e transformadas em signos também determinarão a forma como cada indivíduo irá pensar, mas, esses pensamentos nunca serão exclusivamente individuais, pois carregam conteúdos sociais passados pelo seu coletivo. Dessa forma, a interiorização da cultura e a sua representação por meio de signos no pensamento também determinam a consciência.

No entanto, nem tudo que é passado ao indivíduo é interiorizado, mas apenas aquilo que é carregado de conteúdo afetivo-volitivo que direcionará suas atividades para alcançar determinado objetivo. Esses conteúdos da afetividade são apreendidos nas relações com os

outros indivíduos ao seu redor; o indivíduo apreenderá os significados sociais e com eles desenvolverão algo que é mais deles do que do social, mas que ainda assim, é carregada das prerrogativas da sociedade.

Assim, como a consciência funciona através de sistemas funcionais, sendo estes interligados, entendemos que o pensamento depende a linguagem, assim como as emoções, e ambas dependem das atividades, num movimento constante.

Pela execução da atividade que o sujeito realiza a transformação do mundo e, de si mesmo, e torna-se consciente das modificações que produz no meio ao se apropriar dos significados sociais e construir os sentidos individuais.

Quanto ao inconsciente, pode ser entendido segundo Vigotsky (1930), como a contraposição da consciência, afirmando ser aquele o estado original dos homens, que antecede a apreensão da cultura, e por isso ressalta que a psique pode adquirir características conscientes, mas mantendo conteúdos, processos e sistemas inconscientes. Nesta proposição, o inconsciente não é absoluto e possui relação dialética com a consciência, de forma que o que é inconsciente pode vir a ser consciente e vice-versa, conforme a necessidade do sujeito, ainda que não material e intangível.

Logo, compreendemos que o inconsciente decorre da impossibilidade de verbalização, isto é, o sujeito fica impossibilitado de representar e compreender como realidade está afetando-o, não sendo capaz de nomeá-la (SANTOS e LEÃO, 2012). Isto porque o inconsciente é aquilo que ainda não foi organizado. Todavia, o sujeito através da sua atividade e da elaboração dos seus sentimentos em emoções e de uma maior apropriação da cultura pode vir a desenvolver a consciência, sem censuras do inconsciente.

Neste sentido, tanto consciência como inconsciente são compreendidos pela expressão no comportamento, mas, o sujeito não terá o controle deste, devido ao fato de não entender o que faz. Sobre isso Vigotsky (2004) explica: “Pode parecer que fazemos algo por uma causa determinada, mas na realidade a causa é outra. Podemos supor, com toda a convicção que nos dá a vivência direta, que gozamos de liberdade de vontade e nos equivocarmos cruelmente a esse respeito”(p.151).

Percebemos então, a presença da afetividade nesta relação com o inconsciente. Já que dela decorre três momentos: afeto, o sentimento e a emoção, os quais dependem da intensidade do tônus afetivo do inconsciente, que ainda que não reconhecido, no cotidiano influenciará o indivíduo na realização de suas ações e decisões.

No entanto, é na palavra que está o coroamento da ação, e embora esta preceda aquela, é na palavra que o pensamento lógico verbal se realiza, e este possibilita considerar o significado social e o sentido pessoal na construção das operações psíquicas. Mas, o pensamento depende da motivação e da emoção. Ou seja,

O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último "por que" de nossa análise do pensamento. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva (VIGOSTKY, 1998, p. 129, destaques no original).

Deste modo, destacamos a importância dos aspectos afetivos do ser humano e como estes influenciam no desenvolvimento psicológico deste, na medida em que o homem direciona suas atividades conforme suas necessidades, que também se manifesta como seus interesses afetivos. Tal como aponta Vigotski (2004), o homem vive no mundo de forma inteira, não podendo ser entendido de forma isolada do contexto social: “Quando uma pessoa dança, será que de um lado se encontra a soma dos movimentos musculares e do outro a alegria e o entusiasmo? Um e outro estão estruturalmente próximos” (VIGOTSKI, 2004, p. 356)

Assim, os afetos, os sentimentos se desenvolvem e se tornam as emoções, e se imbricam ao longo da história e da cultura e não podem ser separados da consciência, por serem elementos dela têm que ser analisados concomitantemente, haja vista que uma exerce influência sobre a outra. Isto é, as emoções são funções psicológicas superiores e são constituídas durante o processo de apropriação da cultura de cada contexto social, e por isso sofrem transformações, já que são produtos das relações sociais.

Nas relações sociais, há um aspecto importante que pode causar impacto nos sujeitos de diversas formas, inclusive afetivamente. Falamos da palavra, a unidade básica da linguagem, especificamente a linguagem verbal oral é a principal forma de comunicação e nos permite representar os conceitos, as formas de organizações do real, realizando a mediação entre sujeito e o objeto do conhecimento. Logo, a organização do comportamento está na emoção, que por sua vez são incitadas pela palavra.

Para Vigotsky (1991) a principal função da fala é o contato social, a comunicação, ou seja, o desenvolvimento da linguagem é impulsionado pela necessidade de comunicação. Desta forma, mesmo a fala mais primitiva da criança é social. Assim, as formas conscientes do homem aparecem impulsionadas e moldadas pela mediação da linguagem: não pensamos sem palavras, nem as traduzimos sem significados. Destacando também, o papel da função semiótica para a estruturação da vida mental, para a construção do conhecimento.

E essa interação é possibilitada pela linguagem, em um processo mediado, fundamental na formação do conhecimento e da própria consciência. Esta é, portanto, a faculdade que distingue os humanos dos animais, e essa conscientização se dá por meio de uma internalização do que ocorre nas interações sociais. De modo que a dimensão cultural não deve ser descartada, mas sim considerada, portanto, como condicionante fundamental na internalização consciente.

A linguagem é, portanto uma ferramenta simbólica, assim como a atividade é um sistema mediador para os homens promoverem a transformação do meio e da consciência, quando as utilizam como instrumentos. Estas duas categorias de mediação, de forma dialética, mantêm as relações sociais e o desenvolvimento da consciência.

Isto porque para que a autoconsciência e a comunicação sejam eficazes é necessário compreender o sentido dado a um evento, que pode diferir do significado. Para tal pode-se observar o contexto da comunicação, que permite a categorização das palavras, bem como os significados sócio culturais e os fragmentos semânticos (LEÃO, 1999). Destacando, porém, que a linguagem é o único instrumento de mediação que permite a contextualização. Então é a linguagem contextualizada que estabelece o sentido da atividade.

Além disso, é no reconhecimento das relações entre sentido e significado, que se estabelece a relação destes com a atividade que o sujeito realiza e, então, de acordo com Leão (1999, p. 20), a consciência desse sentido ocorre quando “este sentido consciente se manifesta na apreensão da relação entre motivo e o fim”. Como explica esta autora, o motivo é sempre “[...] aquilo em que a necessidade individual se concretiza de forma objetiva, nas condições consideradas e para as quais a atividade se orienta, o que a estimula. O sentido pessoal traduz a relação do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados” (LEÃO, 1999, p.20).

Dessa forma, esse meio de atividade psicossocial desenvolve-se continuamente, a medida que as necessidades assim o exige. Já que a capacidade do homem em gerar sua consciência, se dá por sua ação, interferindo e modificando o meio, estabelecendo novas significações no contexto social.

Porém, a atividade sempre será polimotivada, pois pode ter inúmeros motivos que leva o sujeito a realizá-la.

A atividade é um sistema mediador estruturantes do psiquismo, principalmente porque é ela que realiza as transformações da realidade. A atividade é o trabalho pleno. Sua manifestação decorre da necessidade que cria um motivo e; nesse processo também participam componentes afetivos-volitivos que serão responsáveis pelo direcionamento do motivo das necessidades. Isto é: “[...] para se realizar uma atividade, é preciso que,

individualmente, ela se torne necessária para quem a executa. Ainda que o sujeito não tenha interesse direto na execução ou nos seus resultados, ela deve proporcionar-lhe alguma satisfação ou recompensa (LEÃO, 1999, p. XII).

Deste modo percebe-se a relação entre a afetividade e intelecto no fato de nomearmos sentimentos como raiva, alegria, ciúmes, com isso nota-se sua relação com o pensamento. Porém, até mesmo estes sentimentos podem mudar, pois podemos nos tornar cada vez mais conscientes, e, portanto, novas conexões conceituais serem estabelecidas (VIGOTSKY, 1991).

E esta relação acontece em três momentos: a) afeto: que diz respeito à afetação que pode ocorrer no sujeito, de forma externa ou interna, podendo o indivíduo ter ou não consciência do afeto, já que isso depende da relação que a afetação tem com suas experiências e sentidos atribuídos a elas durante a vida; b) sentimentos: que podem ser o segundo momento do processo, quando esse afeto, por não ter registro consciente para o sujeito, gera alterações biológicas decorrentes da quebra de homeostase fisiológica e desequilíbrio psicológica, o que faz com que o indivíduo as sinta, em seu corpo, como por exemplo: palpitações e angústia.

O sentimento sempre será consciente, já que o indivíduo saberá que sente algo, ainda que não o explique. Além disso, o sentimento é responsável por desenvolver o tônus emocional, ou seja, a força afetiva que direcionará a pessoa para determinado objeto. A emoção: está relacionada com a cultura e o momento histórico em que se vive e que dá significados específicos para os sentimentos. Assim, ela se torna consciente quando é conceituada, recebe nome, função e a determinação do comportamento a ser emitido, de acordo com cada cultura.

Então, o sujeito é capaz de apreender o sentido e o significado e compreender a dinâmica de todo o processo da afetividade, desde que foi afetado por algo, ou pode ter a apreensão de apenas um destes e ainda não ser suficiente para a compreensão do processo.

Dado o processo afetivo-emocional, a partir do momento em que a afetividade passa a ser expressa pelas palavras ela torna-se emoções.

A Análise Gráfica do Discurso, criada por Lane (1989) nos permite apreender tal processo, pois quando fazemos uma pergunta, esta afeta o sujeito. Deste modo, ainda que ele não esteja consciente desse processo, será afetado mobilizando elementos que possibilitem a compreensão das significações e sentidos do fenômeno em estudo e as relações entre os processos psicológicos que constituem sua consciência. Logo, as emoções e afetos estão

relacionados com o pensamento, já que não é possível realizar uma análise do pensamento sem entender as necessidades, os motivos, interesses que o orientam.

A emoção como aponta Leão (1999), específica para cada sujeito, a sua vivência e, esta função individualizante, promovida pela atividade, é chamada de sentido pessoal do vivido, cuja construção desses sentidos busca responder a inúmeros interesses e estados sentimentais do sujeito. E, estes lhes indicam qual é o objeto do seu interesse, para o qual é dirigido pelo seu motivo: os movimentos que deve realizar para alcançá-lo.

E, apesar de nem sempre existir consciência da motivação, ainda assim os interesses estarão presentes nos processos psíquicos, uma vez que se manifestam como tónus emocional da sua representação psicológica do objeto (LEÃO, 1999). Assim, o motivo é essencialmente emocional, e são nos sentidos que os sujeitos atribuem aos diversos objetos e acontecimentos que encontramos os seus motivos, ou seja, a necessidade que o levou a determinada situação.

Em sua atividade, quando o sujeito é obrigado a estabelecer novas relações com o seu ambiente, o sentido passará também por uma transformação, o que implicará em uma reorganização de sua consciência. O sentido é pessoal e têm componentes emocionais e afetivos, ele é essencial para essa transmutação, porque está ligado aos motivos que direcionarão os interesses do sujeito, possibilitando compreender essa reorganização de sua consciência e também a transposição de consciente para inconsciente, que decorre de quando essa relação entre a atividade e o sentido não é realizada.

Então, podemos indagar se é esse o processo que acontece com as manifestações de violência, quando a violência social, pela mediação de elementos psicossociais, se torna característica psicológica individual. Esta transformação depende das mediações a que está exposto cada indivíduo, pois os mediadores interferem na síntese das relações entre a consciência psicológica individual e social.

Esta mediação para a teoria psicológica Sócio Histórica se caracteriza pela necessidade de se interpor um terceiro elemento entre os dois pólos em oposição para promover uma relação entre eles; o que exige que o elemento mediador tenha características dos dois pólos e, por elas os interligue. Por coerência epistêmica com tais exigências para a mediação, Vigotsky, em sua teoria psicológica Sócio Histórica, demonstra que a relação entre o sujeito e o meio social também exige a mediação e as localizam no processo de interiorização, pelo uso de ferramentas, materiais e simbólicas. Assim, explica que essas que são interpostas entre o sujeito e o objeto por meio da cultura, tendo como fim a realização de uma atividade, tanto para a modificação da natureza como para a apropriação da cultura.

De acordo com Vigotski (1991)

[...] Da mesma forma como o primeiro uso de instrumentos refuta a noção de que o desenvolvimento representa um mero desdobrar de um sistema de atividade organicamente predeterminado da criança, o primeiro uso de signos demonstra que não pode existir, para cada função psicológica, um único sistema interno de atividade organicamente predeterminado. O uso de meios artificiais – a transição para a atividade mediada – muda fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar. Nesse contexto, podemos usar o termo função psicológica *superior*, ou *comportamento superior* com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica (VIGOTSKI, 1991, p. 63, destaques no original).

A importância da mediação para o psiquismo é que ela possibilita o que Vigotski (1991) denominou de internalização, que consiste na reconstrução interna da operação externa mediada por ferramentas e signos. Assim a cultura medeia o ato voluntário do sujeito para realizar a atividade, o que encontra no tônus afetivo-volitivo, oriundo da necessidade que a atividade busca atender, o motivo que confere ao sujeito a autodeterminação de suas ações.

Isto porque, uma operação que representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente. Assim, “Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (*interpsicológica*), e, depois, no *interior* da criança (*intrapsicológica*).” (VYGOTSKY, 1991, p. 64, destaques do original). “Para nós, falar sobre processo *externo* significa falar social. Qualquer função psicológica superior foi externa - significa que ela foi social; antes de se tornar função, ela foi uma relação social entre duas pessoas” (VIGOTSKI, 2000, p. 24).

Portanto,

O desenvolvimento psíquico é o resultado da ação da sociedade sobre os indivíduos para integrá-los na complexa rede de relações sociais e culturais que constituem uma formação social. As funções psicológicas são efeito/causa da atividade social dos homens, resultado de um processo histórico de organização da atividade social. Para tornar-se um ser ‘humano’, a criança terá de ‘reconstituir’ nela (não simplesmente reproduzir) o que já é aquisição da espécie. Isso supõe processos de interação e inter-comunicação sociais que só são possíveis graças a sistemas de mediação altamente complexos, produzidos socialmente” (Pino, 1991, p. 34-35, destaques no original).

E isto só é possível por meio da linguagem, cujo desenvolvimento sistemático permite que os indivíduos formem conceitos, por meio do significado da palavra, uma vez que este permite a generalização.

No entanto, a formação de conceitos não se inicia com a educação institucionalizada, pois o indivíduo os forma em sua atividade prática e experiências quando se estabelece a comunicação mediada com os outros indivíduos ao seu redor, ou seja, nas situações informais de aprendizagem, que se aprendem os conceitos cotidianos. No entanto, para formarem aos conceitos científicos ou generalizações de segunda ordem, os indivíduos dependem da

mediação de outros conceitos. Pois, como demonstrou Vigostki (2004), para se entender o conceito tem que se considerar o significado da palavra e o seu movimento no pensamento discursivo.

Para ele (2009) o pensamento não se expressa, mas se realiza na palavra.

A função psicossocial das palavras não se reduz à expressão e compreensão do pensado e das emoções, pois é com elas que o pensamento e as emoções representam o mundo e quando estão assim materializados, se pode operar os seus processos. Por isso, pensamento e linguagem só se apresentam como dois processos independentes no início do desenvolvimento. Ou seja, existe uma fase pré-verbal do pensamento, nela antes de dominarmos a linguagem, já temos um pensamento prático: a capacidade de resolvermos problemas práticos, de utilizarmos instrumentos e meios para atingirmos nossos objetivos.

Já a fase pré-intelectual da linguagem é apreensível ao observamos que mesmo sem o domínio da linguagem como um sistema simbólico, é possível as manifestações verbais, tais como o choro e o riso que têm a função de alívio emocional e meios para o contato social e de comunicação.

Quando o pensamento e a linguagem se fundem a fala passa desempenhar uma função simbólica, generalizante e torna-se intelectual, enquanto o pensamento passa a ser mediado por conceitos relacionados à linguagem e assim, torna-se verbal.

As transformações que criam o pensamento verbal são promovidas pelo Significado Social das palavras. É por ele que o pensamento e a linguagem se unem, uma vez que os significados carregam em si dois componentes: a capacidade de fornecer os conceitos e suas formas de organização básicas, já o sentido, é aquilo que a palavra representa para cada indivíduo e é dado pela vivência pessoal. O sentido também depende do intercâmbio social, pois, a transformação do significado não se dá apenas pela experiência vivida, mas por definições, ordenações e referências já consolidadas em sua cultura.

Portanto, é o pensamento verbal que nos permite ter consciência da realidade, e tanto que, no conceito cotidiano o último estágio é a definição verbal. Ou seja, mesmo que haja o conhecimento, mas não se pode dizer o que ele representa, ao contrário do conceito científico que se inicia na definição verbal, por meio da conscientização da palavra. Por isso, o processo de formação do pensamento através da linguagem é descrito por Vigotsky por meio do conceito de mediação:

Não apenas o pensamento é mediatizado exteriormente pelos signos, mas ele o é interiormente pelas significações (...). Não se pode conseguir fazê-lo, a não ser por uma via indireta, mediada, ou seja, graças a mediatização interna de pensamento, primeiramente pelas significações, em seguida pelas palavras. É por isso que o pensamento nunca equivale à significação literal das palavras. A significação serve

de mediação entre o pensamento e a expressão verbal, ou seja, a via que vai do pensamento a palavra é indireta, interiormente mediada (VYGOTSKY, (1934/1937), p. 493).

Neste sentido, os significados nos permitem conhecer melhor as determinações sociais sofridas pelo homem, já nos sentidos mostram seus aspectos subjetivos. Tecnicamente, para apropriação dos significados e sentidos que permitem compreender melhor o fenômeno social tido como violência, assim como se dá a mediação para que a violência social se manifeste como característica psicológica individual, recorreremos à coleta de dados empíricos. Os quais ainda nos permitirão conhecer o modo como os mediadores psicossociais interferem na síntese das relações entre a consciência psicológica individual e social, e na relação dialética que a consciência estabelece com o inconsciente.

Por isso, até então apresentamos a filosofia, a Psicologia Social proposta por Martin-Baró e a teoria psicológica que orientam nossa pesquisa, mas para que possa chegar a essência do fenômeno psicológico em estudo é necessário obtermos dados empíricos que concretizem a subjetividade e permitam a análise. Assim, desconsideramos a ideia da neutralidade do dado e do pesquisador, e os reconhecemos como produtos históricos (LEÃO, 2007). Para tanto, tomamos a epistemologia histórico-dialética se propõe a alcançar o concreto por meio da superação da divisão entre teoria e empiria, uma vez que os indivíduos devem ser vistos pela ciência como manifestação de uma totalidade (LANE, 1989).

Para este estudo, compreendemos fenômeno da violência na perspectiva psicossocial, integrando sua história, elementos e processos, destacando a função dos mediadores psicossociais, para que a violência sócio estrutural se manifeste como característica psicológica individual. A partir da hipótese de que tal transformação decorre das mediações a que está exposto cada indivíduo, pois os mediadores interferem na síntese das relações entre as consciências psicológica individual e social.

Além disso, entendemos que nessas interações ocorre, simultaneamente, um conjunto de processos e funções, como afetividade, emoção, voluntariedade, que motiva e direciona os comportamentos humanos. Essa psicodinâmica proporciona mudanças não só no psiquismo, como na consciência da realidade, e assim os sucessivos processos com as suas necessárias mediações, promovem contínuas transformações. Assim, podemos entender como se formamos sistemas que integram todos os processos e funções que constituem o sujeito social, que se devem tanto ao nível externo, a realidade objetiva, quanto interno, psíquica.

Porém, os fenômenos internalizados podem permanecer inconscientes por só terem alcançado uma realização sentimental. Esses fenômenos só poderão se tornar conscientes quando o sujeito os tornarem emoções e, assim serem expressos como conceitos

socioculturais, passíveis de serem entendidos. É que deste modo expressam a cultura dos grupos da sua classe social e como conceitos podem ser apreendidos e ordenados socialmente, podem também manter as estruturas e comportamentos justificados pela forma como esses coletivos conseguem compreender e ensinar os seus significados.

Assim,

O desenvolvimento segue não para a socialização, mas para a *individualização* de funções sociais (transformação das relações sociais em funções psicológicas [...]). Toda a psicologia do coletivo no desenvolvimento infantil está sob nova luz: geralmente perguntam, como esta ou aquela criança se comporta no coletivo. Nós perguntamos: como o coletivo cria nesta ou aquela criança as funções superiores? Antes era pressuposto: a função existe no indivíduo em forma pronta, semi-pronta, ou embrionária - no coletivo ela exercita-se, desenvolve-se, torna-se mais complexa, eleva-se, enriquece-se, freia-se, reprime-se, etc. Agora: a função primeiro constrói-se no coletivo, na forma de relação entre as crianças, - depois constitui-se como função psicológica da personalidade (VIGOTSKI, 2000, p. 28-29).

Por este entendimento, buscamos a compreensão dos movimentos da consciência dos sujeitos, pelos quais podemos localizar as suas motivações e orientados pelos conhecimentos teóricos, desvelamos os conteúdos e processos psíquicos correspondentes às categorias fundamentais do psiquismo, como a emoções, linguagens, representações, pensamentos, atividades, consciência e inconsciente. Esses são expressos nos discursos, que ao serem elaborados com palavras, compostas pelos significados e sentidos, com as quais o pensamento funciona até gerar a ideia. Ainda que a ideia seja inconsciente para o pensante, a análise do discurso pode mostrar a forma como o interlocutor o afetou e quais os mediadores psicossociais constitutivos da sua consciência vão atuar para que expresse os significados e sentidos que o contexto lhe proporciona. O que no nosso caso é sobre a violência estrutural, cíclica e multifacetada a que está exposto na vida cotidiana.

Sobre este desvelamento de processos e conteúdo da consciência, Lane destaca que não se trata apenas de simples coleta e descrição de dados, mas requer uma análise que identifique “[...] o indivíduo no contexto histórico e social que o produziu: idade, sexo, educação, profissão, etc. Dessa forma podemos inserir o nosso empírico na histórica individual, que por sua vez se insere na história social [...]” (LANE, 1989, p. 151). Daí a necessidade da coleta de dados se dá por meio de uma entrevista semiestruturada e como reafirma Luria, (1991), a importância dos estudos da linguagem aduz ao propósito de que por ela:

[...] penetra em todos os campos da atividade consciente do homem [...] por isto a análise da linguagem e do discurso (da forma de transmissão da informação que emprega meios de linguagem) não pode ser vista apenas como capítulo especial da Psicologia, mas deve ser considerada também como atos de construção de todo o conjunto da vida consciente do homem [...] A linguagem reorganiza

substancialmente os processos de percepção do mundo exterior e cria novas leis dessa percepção (LURIA, 1991, p.82).

Essa explicação corrobora a ideia de que por intermédio do discurso podemos identificar os mediadores psicossociais que participam na constituição da consciência, pois a linguagem materializa os conteúdos subjetivos decorrentes de suas atividades. Isto é, o pensamento não se expressa na palavra, mas se realiza nela.

Assim, ao localizarmos os conteúdos relacionados com a violência social, temos que nos valer das categorias obtidas no próprio discurso, esgotando todos os significados possíveis, considerando, como diz Lane (1989, p. 46): “o que foi dito e o não dito”.

Todavia, antes de procedermos ao desvelamento de desvelamento dos conteúdos e processos subjetivos, a fim de explicarmos como se dá a mediação para que a violência social/estrutural se manifeste como característica psicológica individual, a partir da hipótese de que tal transformação decorre da potência dos mediadores a que está exposto cada indivíduo, pois os mediadores interferem na síntese das relações entre a consciência psicológica individual e social, abordaremos os mediadores psicossociais a fim de um melhor entendimento sobre tais pressupostos que orientarão nossa pesquisa.

5 MEDIADORES PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA

O conceito de violência foi definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) como o “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”. Por outro lado, a agressão é definida como o ato que intenciona ferir ou causar dano a alguém. Assim, a agressão consiste em uma expressão extrema da violência, na qual intenta contra outra pessoa intencionando prejudicá-la.

Para nós, tal como para Martín-Baró (1985/2012), violência é definida como processo histórico, pois o ato violento é efetivado pelo ser humano, cuja natureza é histórica e, portanto, aberta a diversas e contraditórias possibilidades. Cada pessoa expressa os marcos e a possibilidade de uma sociedade concreta. A sua atividade é parte expressão das forças sociais que facilitam ou não a expressão e a configuração da violência. Assim a violência é um produto das relações sociais de uma dada sociedade, em um determinado momento que expressa e canaliza forças e interesses sociais concretos em um marco estrutural que é determinado por conflitos de classes.

Nesta perspectiva, todo ato ao que se aplique uma dose de força excessiva, contra algo ou alguém, pode ser considerado como violento. Ou seja, o conceito de violência é mais amplo que o de agressão. Esta é “uma forma de violência: aquela que aplica a força contra alguém de maneira intencional, isto é, aquela ação pela qual se pretende causar dano em outra pessoa” (MARTÍN-BARÓ, 1985-2012, p. 365-366). Portanto, para uma ação ser violenta não é necessário existir intencionalidade e, por isso, é possível falar, por exemplo, de uma estrutura social que é violenta, isto é, que cria condições sociais que forcem as pessoas a agirem de uma dada maneira (MARTÍN-BARÓ, 1988a).

Então, a violência é caracterizada pela multiplicidade de formas e manifestações. Além das diversas possibilidades, como destaca Martín-Baró (1985/2012; 1988a; 1988b) ao falar das formas de violência que interferem e produzem outras formas de violência, como a violência estrutural, que para este autor é, a causa primeira de qualquer outra modalidade de violência nas sociedades capitalistas. Para ele, a cisão da sociedade em grupos com interesses objetivos irreconciliáveis cria uma situação constante de luta que só pode resultar na manutenção de uma ordem social sustentada pelo recurso permanente à violência. A violência estrutural então: é, precisamente, a configuração de uma ordem social em que uma minoria comanda uma maioria por meio de um estado de violência dominadora.

Nesta discussão, tais concepções ganham particularidades e suscitam outros questionamentos sobre as ocorrências e a continuidade dos atos violentos diante da ausência de exigibilidade de intencionalidade na ação violenta, pois como assegura Martin-Baró (2003): se por um lado sob o argumento que só é possível falar em estrutura social violenta, quando esta cria condições sociais que conduzem as pessoas a agirem de uma dada maneira, por outro não explica o porquê da sua manifestação e continuidade se os indivíduos não têm essa intencionalidade.

Assim, se concebemos uma violência estrutural originária, cuja intencionalidade do indivíduo se faz desnecessária para caracterizar o ato violento, qual seria a causa originária? O que propicia sua continuidade? Seríamos bons ou maus em nosso estado natural? Seria a violência derivada socialmente construída mediada psicossocialmente através das relações entre a consciência psicológica individual e social? Ou ainda haveria uma relação de causalidade entre as condições socioeconômicas e a violência tomada como uma luta de classes?

É diante destes questionamentos, que uma releitura em Martin-Baró (2003), tomando como principal referencial teórico a Psicologia Sócio Histórica, com base metodológica histórico-dialética, entendemos a violência como processo psicossocial, cujo espaço de desenvolvimento é a vida em sociedade, compreendendo a origem e o desenvolvimento dos processos sociais e entendendo a cultura como parte da natureza humana moldando o funcionamento psicológico ao longo do processo histórico, ressaltando o caráter socialmente construído da subjetividade dos homens.

Assim, a partir da hipótese de que a violência sócio estrutural se manifesta como característica psicológica individual, considerando os processos sociais em curso e as circunstâncias históricas específicas da sociedade capitalista que permitem uma visão integral-sistêmica da violência, tal como Martín-Baró (2003), tomamos os pressupostos da violência e os aspectos comuns constitutivos do ato violento, respectivamente e ressignificamo-los como mediadores psicossociais, que são: a) caráter multifacetado da violência: apresenta-se de várias formas e tipos, generalizando significados; b) Disposição humana para a violência: conforme as condições histórico-sociais o homem encontra-se aberto para executá-la; c) Caráter Histórico da violência: não se pode entender a violência fora do contexto e tempo em que se produz; d) Incerteza dos limites da violência: um ato violento leva a outro como efeito constituindo um ciclo violento mediado socialmente o que é chamado de espiral da violência; e) Estrutura formal: que pode ser instrumental ou final a sua operacionalização; f) aspecto pessoal: que são marcas pessoais ou grupais em determinados

comportamentos violentos; g) contexto possibilitador: que pode ser mediado (social) ou imediato (situacional); h) fundo ideológico: justificção da violência, por também exercerem função mediadora nas relações sociais.

Além dos mediadores psicossociais já mencionados e das instituições, os demais mediadores considerados são a linguagem, as atividades e as emoções, que constituem a consciência e o inconsciente, os quais podem ser concretizados pelo discurso individual, quando são detectados os significados sociais e os sentidos individuais com os quais o pensamento foi elaborado, até gerar uma ideia que mostra a forma como cada sujeito é afetado devido aos respectivos, mediadores psicossociais constitutivos da consciência em um contexto de violência estrutural, cíclica e multifacetada a que está exposto na vida cotidiana.

Isto porque essas relações sociais humanas são mediadas por aspectos concretos que se tornam mediadores psicossociais como: caráter multifacetado da violência, disposição humana, condição histórica, incerteza dos limites, estrutura formal, aspecto pessoal, contexto possibilitador e fundo ideológico, porque constituem o conteúdo e as próprias funções psicológicas ao longo do processo histórico de uma sociedade e da ontogênese e sociogênese da vida de um sujeito, ressaltando o caráter socialmente construído da subjetividade dos homens. Logo, a violência é hipoteticamente, expressa individualmente após a interiorização da violência social e suas formas de expressão.

Sendo assim, a fim de explicar como se dá a mediação para que a violência social/estrutural se manifeste como característica psicológica individual, a partir da hipótese de que tal transformação decorre da potência dos mediadores a que está exposto cada indivíduo, pois os mediadores interferem na síntese das relações entre a consciência psicológica individual e as características sociais. Isso porque, pressupomos que um dos aspectos sociais que exercem a função mediadora são os significados, as explicações que cada sociedade constrói sobre a sua realidade, e que integram os conteúdos da linguagem: sistema de signos reversíveis, organizado segundo os princípios de multifuncionalidade, comunicação e generalização.

E como aponta Pino (1991), o caráter generalizante do significado das palavras permite as duas funções principais da linguagem que a articulam com o pensamento: a comunicativa e a representativa. Ambas interligadas. Logo, a mediação da violência social ganha sentidos diferentes promovendo comportamentos contrários às leis que regem a sociedade por meio dos mediadores psicossociais da violência internalizados que interferem na constituição psíquica dos sujeitos.

Pois, como nos aponta Vygotsky, os níveis de generalização do significado das palavras e dos correspondentes níveis de desenvolvimento de interação social está relacionada com dois usos diferentes dos signos linguísticos: o de função indexal (objeto presente, significação concreta e particular) e o de função simbólica (objeto ausente, ou presente através do signo, generalizado). Que segundo Pino (1991), estas funções relacionam-se com os processos de contextualização e descontextualização, onde a primeira confere as palavras uma significação particularizada, dando-lhe sentido e valor e a segunda, torna os significados representantes abstratos de totalidades genéricas, expressão da história de cada língua.

Assim, partindo do entendimento que a função significativa do significado das palavras em Vygotsky varia em razão da sua contextualização e, ainda, que a relação entre os elementos do signo linguístico não é fixa, que tomamos os pressupostos da violência e concebemo-los como mediadores psicossociais da violência, cujos pressupostos interferem na função significativa e são:

a) caráter multifacetado: segundo a organização Mundial de Saúde (2003), a violência se apresenta de diferentes formas e tipos: autoinfligida, interpessoal e estrutural coletiva, cada uma com naturezas diferentes: física, psicológica, sexual ou por negligência, abandono e omissão, como por exemplo, lesões, homicídios, estupros, torturas, genocídios, terroristas, entre outras;

b) Disposição Humana: a natureza histórica do homem proporciona a transformação de algumas características em outras e a eliminação de outras, ou seja, o desenvolvimento é sempre a construção de sínteses provisórias da relação dialética entre o indivíduo biológico e as condições sociais. Para Fromm (1975), o homem desenvolve potencialidades, podendo ser ou não agressivo, conforme suas condições históricas em que se constituiu como sujeito. De modo que o fazer ou não será determinado necessariamente conforme as condições histórico-sociais em que se constitui como sujeito;

c) Caráter Histórico: para entender a violência é necessário analisar seu contexto e o tempo em que ocorre. Cada cultura é diferente, o que torna cada ato violento específico. Assim para analisar a violência, importa os antecedentes histórico-culturais, bem como todo o ciclo desde os desencadeantes aos seus efeitos finais. Já que cada conflito não se resume apenas em determinantes imediatos, mas apresenta raízes originárias com seus próprios determinantes históricos;

d) Incerteza dos limites: geralmente, um ato violento leva a outro como efeito, o que é chamado de espiral da violência, porque aumenta significativamente sua propagação não permitindo estabelecer seus limites. Segundo Theidon (2004), isso pode ser explicado nos

países que sofreram muitas guerras, cujas consequências se expressam nas pessoas e estas as transmitem por mediação social.

Neste seguimento, ao considerar os processos sociais em curso e as circunstâncias históricas específicas que permitem uma visão integral-sistêmica da violência, Martin-Baró (2003) chama de aspectos comuns constitutivos do ato violento, quando ao considerar a questão semiótica em Vygotsky, e consideramos também mediadores psicossociais por igualmente interferirem na função significativa da palavra, mas nesta medida, a palavra adquire sentido no contexto do discurso, ou seja, a variação do contexto, implica na variação do sentido, que são:

a) Estrutura formal; possibilita identificar se a violência é usada de modo instrumental ou como um fim em si mesmo e, assim, revelar se um ato violento é agressivo ou não. Quando usada como instrumento, é porque é eficaz. Sua escolha se dá por motivos distintos: por falta de alternativas comportamentais, por expressão grupal ou por razões ideológicas que servem a interesses pessoais;

b) aspecto pessoal; característica singular do agressor que se reflete na ação violenta. Que pode ser eliminado por meio de mecanismos que possibilitam a despersonalização do ato violento, ou seja, quando há um desmembramento da execução do ato violento, cada sujeito da estrutura efetiva expressa uma parte da totalidade do ato, fazendo com que a responsabilidade pessoal se limite aos trâmites técnicos. Então, a violência só é enxergada pelo encadeamento de diferentes atos específicos cuja relação não é imediatamente visível, fazendo com que nenhum dos executores se sinta agente do ato;

c) contexto possibilitador: é constituído tanto pelo ambiente imediato, quanto pelas mediações históricas de uma dada situação social que pode propiciar ou não, facilitar ou não, o desencadeamento e a execução da violência. Trata-se do contexto social, incluindo valores e normas (formais ou informais), que aceitam ou não a violência. No caso da nossa sociedade capitalista, constitui um contexto possibilitador da violência em virtude da estrutura injusta e reforçar valores diretamente relacionados com a violência.

d) fundo ideológico: valores, processos de racionalização e interesses sociais constitutivos do ato violento em uma realidade social configurada por conflitos de classes. De forma que certas ações violentas podem ser justificadas sendo consideradas aceitáveis ou legítimas.

Isto porque, segundo Pino (1991), a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. A significação real de um enunciado está determinada

pela interação de vozes ou perspectivas ideológicas múltiplas, representações de diferentes posições sociais na estrutura da sociedade.

Frente a tais considerações é que entendemos a violência para além das concepções psicologizantes, que explicam o ato violento a partir da psique do indivíduo ou que naturalizam os processos violentos de forma biológica. Tal como abordado por Martin-Baró (1985/2012), concebemos que a violência está presente na própria estrutura da sociedade, ou seja, é parte constitutiva das instituições sociais, originando assim, todas as outras formas de violência, inclusive a do oprimido, que tem sempre suas raízes nas condições estruturais de injustiça e desigualdade.

Deste modo, entendemos que a constituição do homem se dá a partir das relações sociais que este estabelece de acordo com o modo de produção da vida no momento histórico em que vive. Por isso fez-se necessário o entendimento das funções psicológicas que vão possibilitar a constituição da consciência, inconsciente, linguagem, atividade e afetividade neste processo mediado, bem como os mediadores psicossociais determinam esta estruturação psíquica como um todo.

Para então analisarmos como a mediação da violência social ganha sentidos diferentes promovendo comportamentos contrários às leis que regem a sociedade por meio dos mediadores psicossociais da violência internalizados que interferem na constituição psíquica dos sujeitos, consideramos a história da violência, as teorias inatista, comportamental, sociológica e histórica sobre os sujeitos violentos a partir da *Psicologia social desde a Centroamérica* de Ignacio Martin-Baró (1990), já apresentados nos capítulos anteriores. Assim como o entendimento do conceito de mediação durante o desenvolvimento da humanidade.

Isto posto, por meio de um discurso verbal elaborado pelo sujeito inserido no contexto social reconhecido atualmente como violento, obtido por meio da entrevista semiestruturada, enquanto técnica de coleta de dados, a análise do discurso se dará organizando esses dados e atribuindo-lhes significados no intuito de conhecer a consciência dos indivíduos, permitindo o estudo de processos subjetivos, analisando os fenômenos conscientes, cuja análise assim nos permitiu identificar o discurso desdobrado na fala do entrevistado.

Nesta análise investigaremos os aspectos psicológicos dos indivíduos que se encontram sob a condição de *violento*, ou seja, que em algum momento manifestou esta característica psicológica individual. Buscamos explicar as consequências para a consciência e o inconsciente devido à exposição em que está submetido durante a formação dos processos psíquicos.

Para tanto, nos orientamos na hipótese que isto se dá de forma mediada por aspectos psicossociais inerentes ao contexto de violência social, mais precisamente estrutural, cíclica e multifacetada. E, que na construção de conceitos cotidianos, as emoções corroboram para as mudanças de sentidos e significados sobre cada indivíduo.

A história, parte dinâmica deste trabalho, como processo explicativo de qualquer fenômeno exige que se oportunize como se deu todo o desenvolvimento do fenômeno em questão. E, tecnicamente isso se torna possível quando nos situamos na realidade histórica e circunstâncias em que se promoveu o fenômeno, assim como os pensamentos pessoais decorrentes que poderão ser reapresentados em uma determinada sociedade.

E como assevera Leão (1999), a importância de considerarmos o contexto histórico de um evento é esquivar-se de análises e conclusões futuras limitadas. Isso porque, a análise histórica permite-nos superar a aparência e atingir a essência do fenômeno estudado a partir da delimitação do contexto histórico, apropriando da sua gênese e abordá-lo em sua totalidade. E, assim conhecer a verdade sobre os diferentes aspectos do evento, em virtude das diferentes sínteses das condições diferentes em cada período histórico.

As condições materiais, produzidas pela atividade humana, e que se mostram na situação ou estado das pessoas ou coisas em certo período: seria a conjuntura do fenômeno violência, e foram abordadas neste trabalho por meio da dialética marxista, em que tais condições materiais de existência são determinantes de como os homens se organizam, criam leis e costumes estabelecendo relações sociais em torno da noção de trabalho.

Relações sociais essas que na perspectiva Sócio Histórica possibilitarão a constituição da consciência, objeto de nossa análise gráfica do discurso simplificada - técnica para o desvelamento do movimento intrapsicológico para o interpsicológico - que nos permitirá a análise da consciência do sujeito sobre tais condições materiais a partir das representações, sentidos, significados e funções usadas para lidar com as condições materiais.

Devido às características e exigências desta técnica, torna-se viável a realização deste estudo com apenas um participante. Ainda subsidiaram a nossa escolha de buscarmos os dados com uma pessoa apenas os estudos da Estatística e da Psicologia Social, que fundamentam tal possibilidade desde que abordemos com um mediano, aquele que carrega as características psicossociais da média do grupo que participa e pode representar. Portanto, nos preocupamos que ele seja um Sujeito Representativo do grupo submetido as condições que tomamos como prováveis promotoras da violência individual. E embora consideramos a totalidade marxista de realidade concreta, não concebemos uma generalização, e por isso estudamos as partes do todo, considerando os critérios significativos para o momento.

Esta análise permite-nos que tomemos os homens como constituídos pelas suas relações sociais e pelo caráter histórico dessas relações. Trata-se de um sujeito constituído pelos aspectos sociais e psicológicos de um determinado grupo, porque assim o é: resultado da relação entre o indivíduo e a sociedade, portanto capaz de representar um grupo como ente deste.

Para Cordioli (2009) *apud* Caramalac (2015), devemos nos basear na relação universal com o singular, pois é no segundo que o primeiro se materializa. Assim, o singular guarda uma parte ou aspecto do universal, isto é, a relação entre os singulares faz que possuam características comuns, portanto universais.

Então, submetemos o nosso projeto de pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul, a fim de obter parecer consubstanciado aprovado (anexo II), para o procedimento da pesquisa, inclusive da entrevista semiestruturada. Tão logo aprovado, marcamos a data da entrevista para o dia 02/05/2019, no endereço descrito no Termo de Consentimento Livre Esclarecido TCLE (anexo I), e cujo roteiro da respectiva entrevista não consiste apenas na coleta de dados, mas também localiza o indivíduo no contexto histórico e social em que se produziu como: idade, sexo, educação e profissão.

O roteiro da entrevista propriamente dita (anexo III) foi realizada buscando alcançar as informações com uma pergunta geradora: 1) O que você entende por violência? Essa indagação, técnica e teoricamente deve ser apreendida pelo entrevistado como um afeto, que o desequilibre para que entre em atividade psíquica e construa o discurso que nos apresentou. Como é o próprio da entrevista semiestruturada, pudemos apresentar outros questionamentos, mesmo que não contassem no roteiro previamente elaborado, a fim de esclarecer dúvidas.

Conforme previsto, não houve nenhuma dificuldade para a realização da entrevista, que foi iniciada após a leitura e a assinatura voluntária do TCLE. Foram assinadas duas vias por mim e pelo entrevistado, ficando cada um com uma cópia para arquivamento. Ato contínuo a esta realização, dediquei-me aos procedimentos de aplicação da técnica: entrevista do sujeito A (anexo IV), Corpus da análise normalizado (anexo V).

Todavia, antes de procedermos à análise e apresentarmos o resultado desta, revisitaremos as funções da linguagem e a sua importância para a constituição da consciência humana, detalhe imprescindível para utilizarmos a Análise Gráfica do Discurso Simplificada como proposta por Leão (2007).

A linguagem exerce suma importância na passagem para a atividade consciente do homem. Em sua estrutura, a palavra é o elemento fundamental, pois, ela “designa coisas,

individualiza suas características” (LURIA, 1986, p. 27), em outras palavras, codifica nossa experiência. Paulatinamente a palavra vai se desprendendo dessa relação direta com o objeto e adquirindo um caráter semiótico, que é a estrutura psicológica da palavra.

Assim, como já mencionamos, as palavras carregam diferentes significados, e portanto, o que determinará o seu real significado será o contexto em que está sendo usada.

Dessa forma entendemos que à palavra não se atribui apenas a função designativa, mas também a de comunicação e, para tal, é necessário abstrair e também generalizar os objetos; o que faz com que a palavra seja um instrumento do pensamento. Todavia, uma palavra sozinha não expressa uma ideia integral, para tanto, temos as frases que, por mais simples que sejam, são capazes de comunicar algo, de expressar pensamento.

Logo, no discurso verbal, a fala, é possível apreender a ideia expressa, ou seja, o pensamento que foi desdobrado em palavras e exposto exteriormente para o meio social. Esta possibilidade decorre da estrutura do pensamento ser a mesma da língua usada pelo falante e, então, o ouvinte, que conhecer esta mesma estrutura vai assim apreendê-lo.

Destarte, para que ocorra a alocação verbal, ela tem que ser necessária, isto é, decorrer de uma necessidade do falante de expressar um determinado conteúdo. Essa necessidade pode ser provocada por um afeto externo, como foi o caso da pergunta desencadeadora que utilizamos na entrevista, que foi: O que você entende por violência? Com ela produzimos uma afetação no sujeito, que o levou a entrar em atividade e elaborar o pensamento que apresentou como o seu discurso.

Ao ser desencadeado esse processo, a elaboração do pensamento que visa a responder à pergunta inicia-se. Primeiramente, ele pode ser um diálogo do sujeito consigo mesmo ou já ter início como um monólogo. Mas, à medida que o sujeito domina a linguagem conceitual e outros aspectos da cultura envolvidos na elaboração do pensamento, como o significado social e os sentidos que se atribui às palavras ele realiza o seu pensamento baseado em operações semânticas e sintáticas como um monólogo condensado. Essa atividade constrói a ideia que elaborará o afeto.

Portanto, trata-se de processos subjetivos, de processos e funções que são próprios do sujeito por pertencer ao domínio de sua consciência. Mas, cabe ressaltar que as subjetividades, como condição radical para a constituição dos sujeitos psicológicos, para a teoria psicológica Sócio Histórica está intimamente relacionado ao sujeito político. Aquele capaz de ter consciência da realidade da sociedade, suas consequências para os indivíduos, por essas ser afetado e, tal como transforma a natureza para atender às suas necessidades, também entre em atividade para transformar a sociedade para torná-la mais favorável à sua

existência a ponto de causar mudanças. O sujeito cuja subjetividade se constitui integrada à consciência é um sujeito político, e, portanto, um sujeito ativo.

Para Luria (1986) o sujeito, se for consciente do mundo e de si, conhece o que pretende formular para enunciar, porém a dificuldade está justamente em transformar o sentido subjetivo em significações que podem ser compreendidas pelos outros sujeitos. Além de que a ideia formulada é desconhecida para o sujeito, pois ela é elaborada sob a forma condensada: não é mais um processo dialógico nem monológico, porque temos a ciência de que somos quem está pensando e sobre o que estamos pensando. Mas, a ideia terá que ser desdobrada para a comunicação e, é neste processo preparatório para o discurso que a ideia deve ser tornar consciente para o falante. Porque agora ele terá que considerar o ouvinte e as determinações sociais que regem a comunicação a cada situação específica. Ou seja, para comunicarmos os nossos pensamentos temos que agir como sujeitos políticos: considerar o outro como sujeito social, que tem as suas especificidades devidas a sua inserção social. Para tanto, é necessário termos consciência da realidade e das suas implicações para nós e para o outro.

Posteriormente o sujeito prepara a exteriorização do pensamento ao transformá-lo de uma linguagem interior, condensada para a forma desdobrada, conhecida como fala ou linguagem verbal oral ou discurso. Aqui, o sentido traduzido em um sistema de significados verbais desdobrados, sintaticamente organizados (LURIA, 1986). É um processo complexo e diferencia-se da linguagem interna, na medida em que esta possui característica puramente funcional, sendo marcada por abreviações e palavras isoladas. Já a linguagem falada exige a transformação da representação ideativa, a vocalização dos significados e o controle do contexto social: não se usa qualquer palavra, nem qualquer entonação em diferentes ambientes nem para diferentes interlocutores.

Foram as características da Língua que permitiram a criação da Análise Gráfica do Discurso, de cujos resultados que alcançamos nessa pesquisa apresentaremos, posteriormente, a interpretação. Em síntese, podemos afirmar que “pensamos com a língua que falamos e, por isso, nosso pensamento pode desvelar as falas” (LEÃO, 2007, s/p). Também, devemos ressaltar que a linguagem interior é o que permite a elaboração das ideias, seus desdobramentos e organizações até os enunciados comunicativos. Portanto, ela é fundamental no processo de pensamento porque ele é realizado com os recursos linguísticos; desde a representação da realidade pelas palavras até o ordenamento metódico oferecido pela sintática e a semântica.

A linguagem é, portanto uma ferramenta simbólica. Assim como a atividade é um sistema mediador para os homens promoverem a transformação do meio e da consciência, quando as utilizam como instrumentos. Estas duas categorias de mediação, de forma dialética, mantêm as relações sociais e o desenvolvimento da consciência.

Assim, partimos para a realização da nossa entrevista com o sujeito da pesquisa, cujo roteiro (anexo III), tem o objetivo de analisar a interferência dos mediadores psicossociais da violência social na constituição consciente e conseqüentemente nas atividades das demais situações da sua vida.

5.1 Análise Gráfica do discurso simplificada: técnica para o desvelamento do movimento intrapsicológico para o interpsicológico

A técnica da análise gráfica do discurso foi elaborada por Lane*, e está exposta em seu texto intitulado Uma análise gráfica do discurso, publicado na Revista Psicologia e Sociedade (ano IV, n. 7) em 1989, no qual declara a sua fundamentação metodológica no materialismo histórico dialético.

Então, considero que antes de explicar pormenorizadamente a técnica é necessário retornarmos estes princípios metodológicos que fundamentam a referida técnica e orientam este nosso trabalho, ou seja, o materialismo histórico e dialético.

Marx (1818-1883) nunca escreveu uma obra que tratasse especificamente do seu método. Por isso, explicar o método marxista é difícil, haja vista ser necessário trilhar um caminho em suas principais obras, onde ele oferece explicações sobre a sua metodologia. Devido aos seus compromissos políticos e revolucionários, sua obra se centrou nas ações da classe operária, analisadas como as de uma classe transformadora e revolucionária. Com isso, os estudos de Marx (2010) voltaram-se para a análise do modo de produção capitalista, e de toda a sua dinâmica e organização desta sociedade.

O seu método dialético está embasado na materialidade dos contextos sociais e pressupõe a realidade em constante movimento, devido ao enfrentamento das classes sociais para obter o atendimento das suas necessidades. Por isso, o conhecimento de qualquer fenômeno social ou individual só pode se dar por uma abordagem histórica, ou seja, estudá-lo no processo de mudança (VIGOTSKI, 1988). Isso porque, deve-se considerar o movimento de mudança que promove reconfigurações e transformações e assim, temos que lidar com a

*Silvia pesquisou e ensinou Psicologia Social, a partir de uma perspectiva sócio histórica de influência soviética, com ênfase na busca de uma psicologia que fosse capaz de ler a realidade latino-americana. Fundou a Associação Brasileira de Psicologia Social, da qual foi a primeira presidente. Publicou livros em Psicologia Social e foi uma referência importante nesta área e na Psicologia Social Comunitária, que se desenvolveu no Brasil a partir da década de 80. (*Site Psicolatina*).

aparência, como se mostra o fenômeno aos órgãos sensoriais e, com a análise pelo pensamento, atingirmos a sua essência. Também devemos considerar a necessidade de abordar o fenômeno em sua totalidade, como um todo circunscrito pela gênese e a manifestação mais desenvolvida do que pretendemos conhecer.

Assim, ao sabermos da origem e considerarmos as forças em oposição no processo de desenvolvimento podemos entender porque um fenômeno social ou individual se manifesta como está no momento em que o abordamos.

Diferentemente da teoria psicológica Sócio Histórica, baseada na dialética materialista histórica, as teorias psicológicas tradicionais não reconhecem a materialidade dos processos e fenômenos psíquicos. Por isso, quando buscam analisar dialeticamente os aspectos psicológicos dos homens, os fazem pela dialética idealista hegeliana. Cabe, então, ressaltar que são métodos dialéticos diferentes.

Segundo Mattos (2018), para Hegel, a dialética consiste em abordar o problema a ser analisado como opostos presentes, como tese e antítese, para chegar-se a transcendência de ambas, na síntese, que seria uma terceira tese. Assim sendo, o objetivo desta dialética não é interpretar a realidade, mas apenas refleti-la.

Pois,

A dialética Fichteana/Hegeliana é baseada em quatro conceitos:

1. Tudo existe em um tempo médio, ou seja, tudo é finito e transitório.
2. Tudo é composto de contradições – a palavra "contradição" é por vezes reinterpretada pelos alguns estudiosos como "forças opositoras".
3. Mudanças graduais levam a crises, [...] “a ideia é que mudanças quantitativas levam a mudanças qualitativas.
4. A mudança é espiral (sobreposição) e não circular, se trata apenas de um caso de negação da negação, mas a sublimação (WILLYANS MACIEL s/d, s/p, destaques no original).

Mattos (2018) aponta Hegel como idealista sob a ideia central de que este tinha a Razão como determinante da realidade objetiva, enquanto Marx era materialista e pensava ao contrário: que era o mundo material que condicionava as ideias que fazíamos dele. A originalidade de Marx está na análise dialética materialista das relações sociais e econômicas, que são as estruturas materiais e concretas da sociedade, capazes de elucidar os fatos históricos e culturais. Esses condicionantes determinaram as quatro leis fundamentais da dialética materialista são:

1. ação recíproca, unidade polar ou —tudo se relacional;
2. mudança dialética, negação da negação ou —tudo se transformal;
3. passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa;
4. interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 147).

Esta crítica à concepção dialética idealista de Hegel decorre dela atribuir ao espírito, uma entidade mística, o desenvolvimento da história humana e fazia tudo derivar da Ideia Absoluta. Já o materialismo histórico dialético de Marx defende que a consciência, o pensamento, a ideia são reflexos da realidade material. Por isso, a sua tese é o homem, que objetiva sua essência no trabalho; a antítese é representada pela alienação da essência do homem no trabalho e, finalmente, o comunismo seria a síntese unificando tese e antítese.

Então, a técnica da Análise Gráfica do Discurso (Lane, 1989) e a Análise Gráfica do Discurso Simplificada (Leão, 2007) se mostram coerentes com a proposição metodológica marxista e vigotskiana porque obedecem às quatro leis do pensamento metódico do materialismo histórico dialético: (a) a ação recíproca em que tudo se relaciona, principalmente, o social, o cultural e as características psicológicas individuais; (b) demonstra a mudança dialética onde tudo se transforma como é o caso da passagem do pensamento para o comportamento social; c) a passagem da quantidade à qualidade como se manifesta na transformação da ideia em palavras expressas. Assim, demonstramos as influências da realidade social na constituição da consciência dos sujeitos e que podemos observar através do pensamento expresso em linguagem que é justamente o que procuramos identificar na análise. Isso porque através dela:

Relatos de histórias de vida, nos quais o discurso livre reflete as representações conscientes que o indivíduo faz de si e do mundo que o cerca, constituem o dado empírico a partir do qual podemos detectar os componentes ideológicos, emocionais, as contradições e o próprio movimento do pensamento que engendra o discurso (LANE, 1989, p.7).

Sendo assim, partimos dos dados empíricos obtidos nos discursos do sujeito A para buscarmos alcançar a essência do fenômeno psicológico, a consciência e o inconsciente. Mas, para tanto, após a realização das entrevistas, realizamos as transcrições das mesmas. Os dados brutos foram, então, preparados para se transformarem em um *corpus* de análise. Esse processo exige a normalização do texto, quando tentamos aproximá-lo da sua forma original de produção, incluindo palavras e pontuações que foram omitidas durante o discurso do sujeito, tais como conjunções e preposições. As omissões se devem a que o ambiente comum em que nos encontrávamos contextualizava os discursos e não exigia a declaração do que experimentávamos e, também, porque, como vimos, durante o processo de elaboração de seu discurso, o indivíduo encontra-se em um monólogo interno e que, portanto não necessita de complementos, pois ele já é entendido pelo indivíduo.

Posteriormente foi realizada a marcação e a contagem das palavras iguais repetidas ao longo de todo o discurso; de acordo com a classe gramatical a que pertencem. Por exemplo: a palavra trabalho, decorrente do verbo, conta-se separadamente de trabalho quando é

substantivo. No *corpus* de análise utilizamos como forma de destaque a pintura das palavras repetidas com as mesmas cores como observado no anexo V ao fim deste trabalho. Após esse processo, pudemos contar as repetições de cada palavra e construirmos o quadro com os núcleos do Discurso. Nesse quadro completo foram contabilizadas as palavras que têm até duas ou três incidências e partir deste quadro, elaboramos o respectivo gráfico da Análise Gráfica do Discurso do Sujeito A, dispostos a seguir. Então, realizamos um recorte deste para a presente pesquisa e elaboramos nosso enunciado até a primeira palavra com três e duas incidências.

Registramos nos quadros abaixo as palavras e as suas incidências que utilizamos para a construção do enunciado deste estudo referente ao sujeito A. As incidências referem-se aos núcleos do pensamento, demonstrando sobre quais assuntos seu pensamento mais esteve fixo enquanto desdobrava seu discurso em palavras.

QUADRO COM OS NÚCLEOS DO DISCURSO

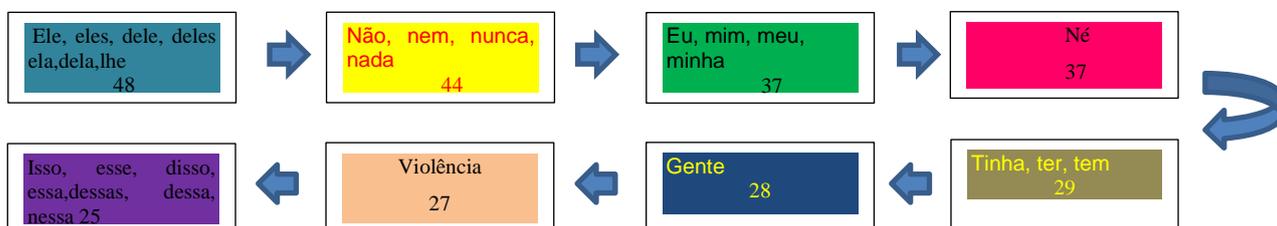
PALAVRAS	INCIDÊNCIAS
Ele, eles, dele, deles ela, dela, lhe +9+19+1+7 +6 +1+ 5	48
Não, nem, nunca, nada 29+1 +7 + 7	44
Eu, mim, meu, minha +21+2+5 +9	37
Né	37
Tinha, ter, tem 7 +10+12	29
Gente	28
Violência	27
Isso, esse, esses disso, essa, dessas, dessa, nessa, +8 +2 +2 +1 +6 +4 +1 +1	25
É, era, são 15 +8+1	24
Porque, por causa que 20 +3	23
Vai, ir, ia, foi, vou, foram 1 +1 +1 +11+1+1 +1 +2	19
Está, estaria, tá, tava, tavam +1 +1+ 10+ 5+ 1	18
Pessoa, pessoas 6 +10	16
Muitas, muito, mais 1 +12+ 2	15
Ficou, ficar, fica, ficava, fiquei + 5 +2 +3 +2 + 1	13
assim	13

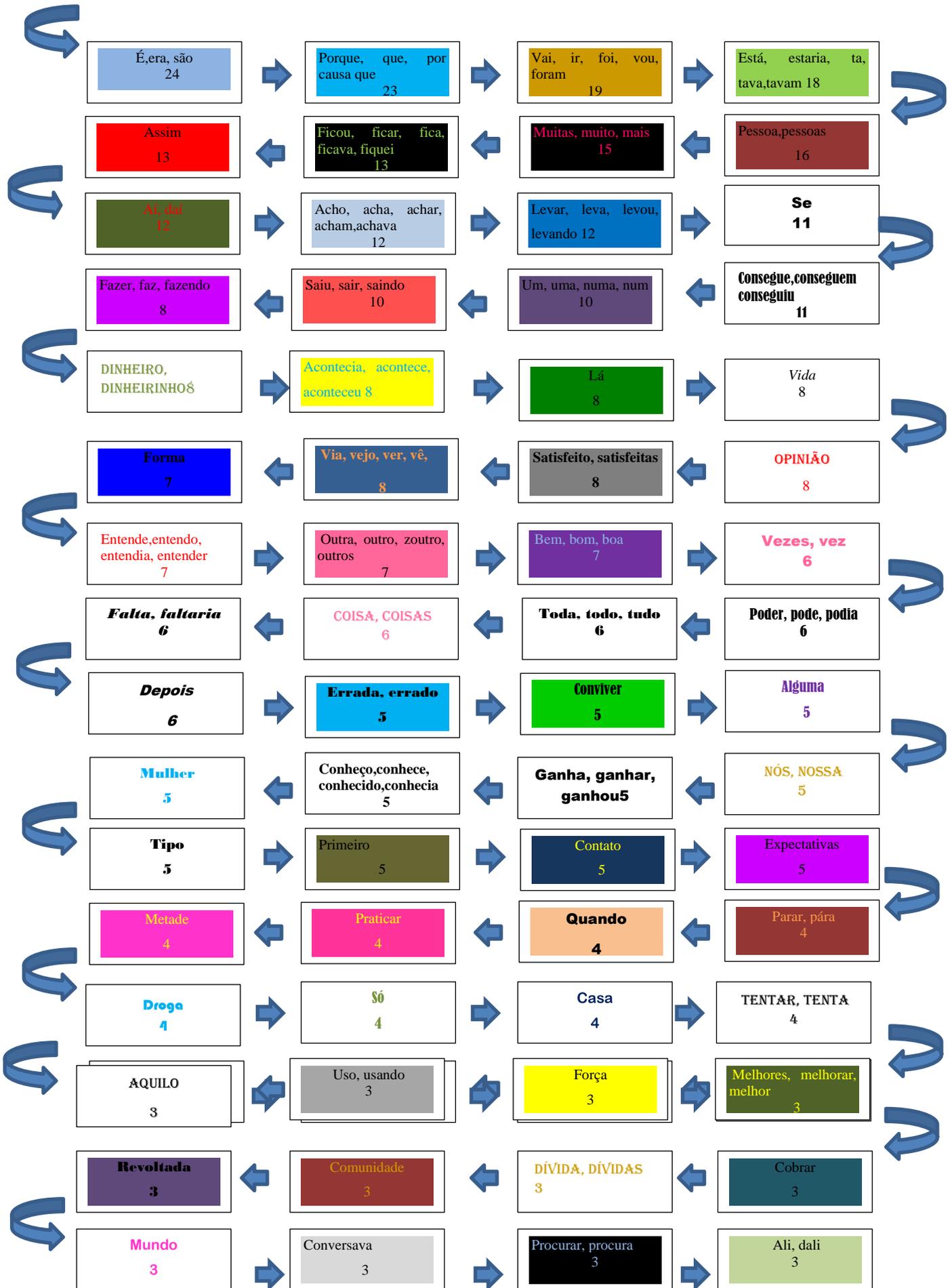
PALAVRAS	INCIDÊNCIAS
Aí, daí +9 +3	12
Acho, acha, achar, acham, achava +8 +1 +1 +1 +1	12
Levar, leva, levou, levando +1 +9 +1 +1	12
Se +11	11
Consegue, conseguem, consegui 4 +5 +2	11
Um, uma, numa, num +5 +3+1+1	10
Saiu, sair, saindo +1 +8 +1	10
Fazer, faz, fazendo +4 +2 +2	8
Dinheiro, dinheirinho +7 +1	8
Acontecia, acontece, aconteceu +2 +3 +3	8
lá	8
vida	8
Opinião	8
Satisfeito, satisfeitas +3 +5	8
Via, vejo, ver, vê, +1 +1+3+1 +2	8
Forma	7
Entende, entendo, entendia, entender +2 +4 +1 +1	7
Outra, outro, zoutro, outros 3+1 +2+1	7
Bem, bom, boa +1 +5+1	7
Vezes, vez +5 +1	6
Poder, pode, podia +4 +1 +1	6
Toda, todo, tudo +1 +2 +3	6
Coisa, coisas +5 +1	6
Falta, faltaria +5 +1	6
Depois	6
Errada, errado +3 +2	5
Conviver	5
Alguma	5
Nós, nossa +3 +2	5

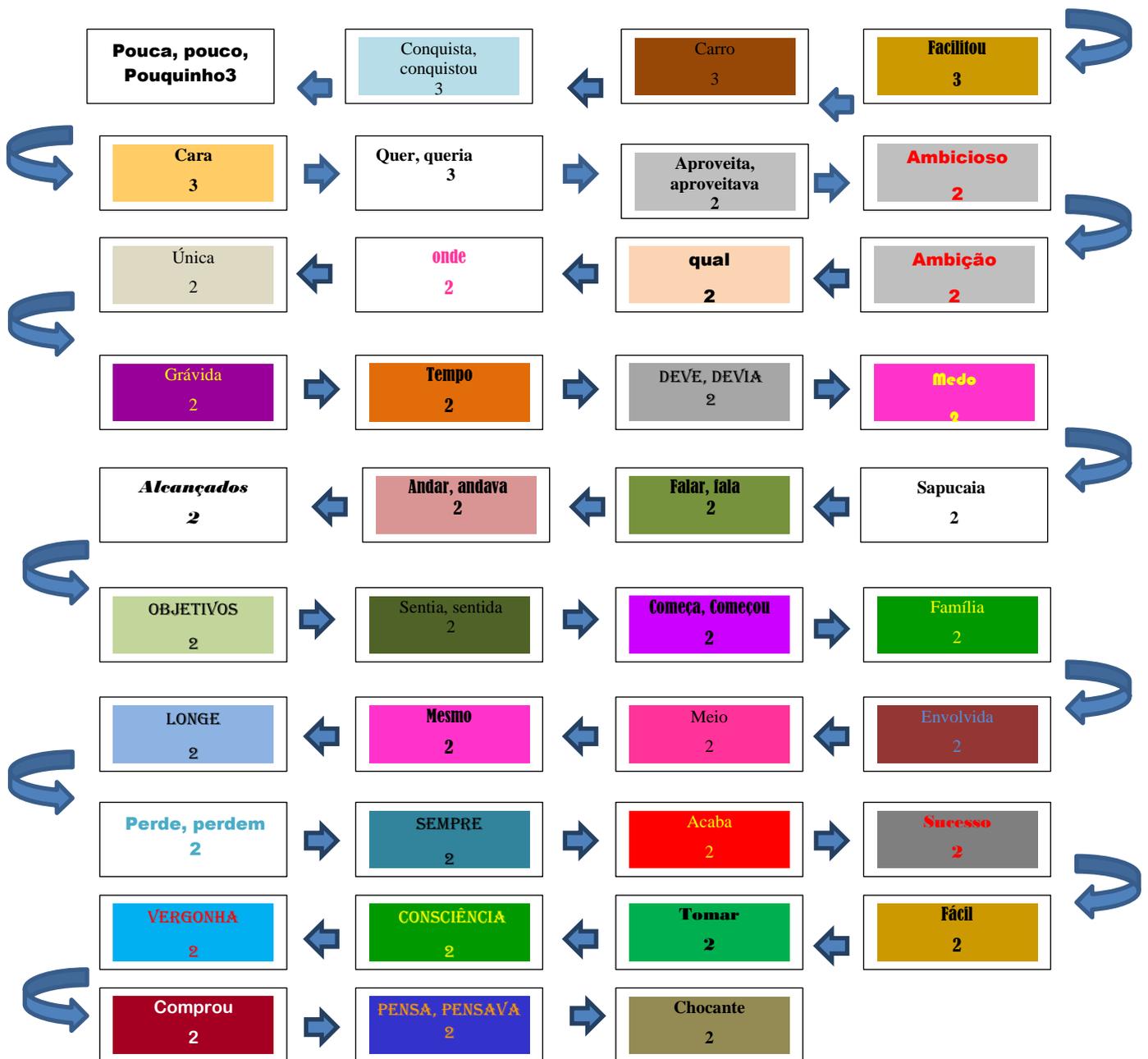
PALAVRAS	INCIDÊNCIAS
Ganha, ganhar, ganhou +3 +1 +1	5
Conheço, conhece, conhecido, conhecia +2 +1 +1 +1	5
Mulher	5
Tipo	5
Primeiro	5
Contato	5
Expectativas	5
Parar, pára +3 +1	4
Quando	4
Praticar	4
Metade	4
Droga	4
Só	4
Casa	4
Tentar, tenta 2 +2	4
Mudou	4
Armada, armado, 1 +2	3
Papel/função	3
vive	3
Aquilo	3
Uso, usando +2 +1	3
Força	3
Melhores, melhorar, melhor +1 +1 +1	3
cobrar	3
Dívida, dívidas +2 +1	3
comunidade	3
Revoltada	3
Mundo	3
Conversava	3
Procurar, Procura +2 +1	3
Ali, dali +1+2	3
Facilitou	3
Carro	3
Conquista, conquistou +1 +2	3
Pouca, pouco, pouquinho +1 +1 +1	3
Cara	3
Quer, queria +1 +2	3

PALAVRAS	INCIDÊNCIAS
Aproveita, aproveitava +1 +1	2
ambicioso	2
ambição	2
qual	2
onde	2
Única	2
Grávida	2
Tempo	2
Deve, devia +1 +1	2
Medo	2
Sapucaia	2
Falar, fala +1 +1	2
Andar, andava +1 +1	2
alcançados	2
objetivos	2
Sentia, sentida +1 +1	2
Começa, Começou +1 +1	2
família	2
Envolvida	2
Meio	2
Mesmo	2
longe	2
Perde, perdem +1 +1	2
Sempre	2
Acaba	2
Sucesso	2
fácil	2
tomar	2
Consciência	2
Vergonha	2
Comprou	2
Pensa, pensava +1 +1	2
chocante	2

GRÁFICO DA ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO A







Após a Análise Gráfica chegamos ao enunciado que expressa a ideia desvelada pelos núcleos de pensamento do Sujeito A durante a elaboração de seu discurso. Deste modo, mesmo neste Gráfico que oferece uma análise mais simplificada, é possível apreender o enunciado seguinte:

Ela não. Eu, né!?, tinha gente (da) violência. Isso é porque estava (uma) pessoa, (mas) foram muitos (e) ficou assim. Aí acham de levar (e) conseguem se sair numa (de) fazer dinheiro. Aconteceu (na) vida lá. (De) opinião via satisfeita outra forma, entendia bem: (que) podia tudo. Depois, (as) vezes alguma coisa faltaria. (Mas ao) conviver (com o) errado, alguma mulher nossa ganhou expectativas (de) conhece, tipo, (o) primeiro contato. Só metade

tenta parar (de) praticar (com a) droga quando casa. Mudou, tenta! (Mas) vive armada usando a força (para) cobrar dívidas. Procura melhor função (na) comunidade conversava revoltada (com o) mundo, (sobre) aquilo ali. Queria conquista (um) pouquinho, um carro. (Mas) cara ambicioso aproveitava. Facilitava a ambição. Andava meio envolvida em Sapucaia. (mas) grávida, sentia medo (de) falar qual objetivos alcançados, onde devia. Sempre começou (na) família. Longe perde (a) vergonha (do) sucesso fácil. (mas), acaba (por) tomar consciência (e) pensa (o) que comprou. Chocante!

É importante salientar que as palavras entre parênteses foram inseridas para aproximar o ordenamento dos núcleos às frases como são expressas na língua portuguesa. Para tanto nos apoiamos na lógica sintática e semântica dessa língua, principalmente, quanto ao uso de conectivos como conjunções e preposições.

Com o discurso já analisado, cabe-nos realizar uma interpretação dos dados oferecidos.

5.2 A Interpretação sócio histórica do movimento intrapsicológico para interpsicológico

A entrevistada, identificada como Sujeito A, trata-se de uma mulher de 42 anos, que possui Ensino Médio Completo, empregada doméstica, participante ativa das reuniões do Conselho Comunitário de Segurança Pública, que reside em um bairro situado na região do Anhaduzinho, região periférica de Campo Grande-MS. E, foi em uma dessas reuniões comunitárias, que conhecemos o Sujeito A, e convidamo-lo para participar de nossa pesquisa. Assim que aceito o convite, marcamos a data da entrevista e iniciamos os trabalhos relativos à coleta e tratamento dos dados e interpretação de acordo com a técnica eleita: Análise Gráfica Simplificada.

A interpretação é a determinação precisa do sentido dos movimentos da consciência. No caso específico da psicologia é uma explicação sobre conteúdos não expressos que existem nos dados psicológicos, sustentada pela lógica de uma teoria.

Iniciamos destacando que conforme a Teoria Sócio Histórica, os processos presentes na consciência têm como seus estruturantes e mediadores as emoções, a atividade, a linguagem e o pensamento, como já apresentado anteriormente nesse trabalho. Portanto, um enunciado demonstra o funcionamento desses processos na consciência e são apreendidos porque existem características específicas nos processos psicológicos da cultura de um grupo, em uma determinada atividade.

A partir do entendimento que o grupo social é o espaço onde os seus membros estabelecem as suas relações sociais e, em geral essas são mediadas pelas suas atividades, se constrói traços comuns nas suas subjetividades. Pois, segundo Góis (2008), tal espaço consiste

no lugar cujas dimensões individuais e coletivas das relações sociais interagem constantemente, refletindo o possível diálogo entre o micro e macrosocial.

Nessa vivência, consideramos a singularidades de cada indivíduo no contexto social, devido aos dados e informações coleados na entrevista semiestruturada, de modo a permitir o conhecimento dos mediadores psicossociais relacionados à violência. Cujo fim é explicar como se dá a mediação para que a violência social se manifeste como característica psicológica individual.

Como as perguntas, que são os afetos que visavam criar os motivos para que a entrevistada elaborasse o discurso foram dirigidas a ela, enquanto um sujeito individualizado, as suas respostas expressam os processos guiados pelo sentido pessoal, da sua própria vivência no meio social, que carrega o maior tônus afetivo-emocional. Por isso, ela não se refere ao lugar onde vive atualmente, mas a cidade de onde é oriunda e onde exercia a sua atividade. Que é socioeconomicamente marcada pelo tráfico de drogas e as formas de violência a ele atribuídas. Portanto, como é inerente aos movimentos da consciência, um afeto é sempre causador de motivos e objetivos que, necessariamente, não coincidem com o interesse do pesquisador.

É esperado que ao tomar o afeto um motivo para o seu discurso, o tenha orientado por núcleos da sua consciência relativos à sua autoconsciência e, por isso, o primeiro enunciado desvelado na análise gráfica seja sobre ela própria.

Assim, quando o Sujeito A expressa: *Ela não. Eu, né!?, tinha gente (da) violência. Isso é porque estava (uma) pessoa, (mas) foram muitos (e) ficou assim. Aí acham de levar (e) conseguem se sair numa (de) fazer dinheiro. Aconteceu (na) vida lá.(De) opinião via satisfeita outra forma, entendia bem: (que) podia tudo*, apreendemos que nega a violência como modo de viver criado por outras pessoas e a remete a si mesma, às condições nas quais se sentia participante quando diz: *Eu, né!? Tinha gente (da) violência*, indica que, ao lhe afetarmos com uma pergunta que lhe autorizava falar, tomou consciência que os membros da sua família são violentos. São pessoas que considera como as suas, porém, são representadas nas consciências dos outros e na sua como violentos o suficiente para estuprar uma mulher que lhes era conhecida, estava grávida e ainda era membro de uma família com a qual mantinham relações sociais. E como consequência, para ela mesma e para outros da sua família, foram condenados por parte da sociedade.

Ela mostra ainda, que há uma contradição entre o sujeito interdito socialmente e as vivências individuais, e que tem consciência que as características das suas atividades são condenadas socialmente, ainda que negadas pela instituição familiar, quando percebidas, são

generalizadas para todos os que estão vinculados a quem as pratica. Ela foi condenada. Passou a ser identificada assim por causa das condições sociais que partilhava.

O que indica que a mediação da atividade que exerciam foi fundamental para que apresente a si e a sua gente como violentas, desde quando o que era a atividade de um, conquistou outros: *Isso é porque estava (uma) pessoa, (mas) foram muitos (e) ficou assim.*

Outro aspecto psicológico da identidade atribuída a si mesma pode ser explicada, conforme a teoria psicológica Sócio Histórica, como decorrente da mediação intrapsicológica da linguagem que estabelece um sistema psíquico, no qual a relação com a emoção no processo de pensamento, permitiu a realização desse movimento da consciência. O grupo ao qual pertence tem as características que ela indicou como violentas e são responsáveis pela violência. Então, conclui que ficou assim.

Pudemos confirmar esse mesmo entendimento, pelo recurso técnico da Análise Gráfica Simplificada, que mostra esse mesmo sentido quando lemos o gráfico dos núcleos de pensamento dispostos nas quatro colunas formadas no sentido vertical quando em quatro arranjos diferentes o sujeito confirma a mesma ideia.

Assim:

1. na enunciação formada na primeira coluna vertical, podemos constatar: *Eles disso são; assim, daí faz dinheiro. (De) outra forma (as) coisas faltaria. (As) expectativas conheço (de) praticar. Droga uso. (Por) força, conversava, revoltada, (sobre) o carro (do) cara. (E), envolvida (em) Sapucaia, (consequentemente) alcançados. Onde, mesmo longe a consciência pensava;*
2. na enunciação formada na segunda coluna vertical temos: *Não violência. Porque ficou, acho. Saindo, aconteceu. Via outra coisa errada. Conhece primeiro. Praticar (é) só (um) papel. Aquilo, revoltada (com o) mundo. Pouca cara. (A)única grávida perdem. Objetivos alcançados. Longe (da) vergonha, comprou;*
3. na enunciação formada na terceira coluna vertical verificamos: *Eu gente, vou muito levar uma lá. Bem satisfeito. Todo conviver ganha contato quando (em) casa armada força (a) dívida. Procura (um) carro (e) aproveita. Qual, devia falar. Começa meio, acaba (por) tomar. Chocante;*
4. na enunciação formada na quarta coluna vertical constatamos: *Tem né. Está pessoa se consegue vida. Opinião vez poder alguma (de) nossas expectativas. Pára tentar mudou (pra) melhorar. Cobra ali. Facilitou ambicioso, (a) ambição. (O) medo (em) Sapucaia (da) família envolvida (no) sucesso fácil.*

Destarte, pode-se apreender que anunciam essencialmente a mesma mensagem, confirmando não apenas a aplicação correta da técnica, como esclarecendo que não existe uma separação entre as instâncias do psiquismo. E, nem dessas com as relações estabelecidas com as condições sociais.

Em outras palavras, estes enunciados expressam que há uma ordem estabelecida socialmente. E que em confronto com ela, a pessoa vai elaborando sua identidade, constituindo sua autoconsciência. Processo pelo qual o sujeito tomou consciência que a atividade a identificava como uma daquele grupo e por essa autoconsciência reconhece que negou as exigências do sistema imperante.

Destarte, o enunciado: *Ela não. Eu, né!? tinha gente (da) violência. Isso é porque estava (uma) pessoa, (mas) foram muitos (e) ficou assim. Aí acham de levar (e) conseguem se sair numa (de) fazer dinheiro. Aconteceu (na) vida lá. (De) opinião via satisfeita outra forma, entendia bem: (que) podia tudo*, expressa, ainda, que pode ter internalizado a condenação à violência, conforme com a elaboração social da violência devida aos mediadores psicossociais dispostos na lógica coercitiva da sociedade e que passa a participar da constituição desse sujeito. É que a coerção imposta é mediada pelas as regras que são internalizadas. Em outras palavras, há uma dupla mediação na constituição do sujeito: 1) a internalização do ordenamento social; 2). A internalização das regras paralelas apropriadas que submetem as pessoas a uma ordem opressiva que os aliena e os desumaniza. E nessa medida, o processo de socialização constitui um mecanismo de violência institucionalizada e aceita pela sociedade, o que constitui uma clara indicação psicossocial de uma violência estrutural internalizada.

A internalização da violência estrutural fica evidente quando ao prosseguirmos com interpretação do enunciado nos deparamos com sua explicação que: *porque estava (uma) pessoa, (mas) foram muitos (e) ficou assim*. Se nos atermos aos dados mostrados pela análise na leitura vertical do gráfico entendemos que em sua consciência elaborava que: *(Da) minha gente tavam muitos levando. (Ao) sair (daquela) vida vejo bem, depois, (o) errado. Nós, primeiro, metade casa armada (para) cobrar melhor (do) mundo. Queria aproveitar. [...]*. A avaliação que a sua consciência expressa é mediada pelo tônus emocional que inicialmente promoveu uma avaliação positiva da atividade e foi mediada pelas relações com a sua gente, que praticava as ações proibidas socialmente, mas eram muitos e conseguiram sucesso. Por isso, construiu um sentido pessoal que a levou a minimizar as consequências.

A ausência dos mediadores da atividade, do grupo e das relações afetivas podem ter modificado o tônus emocional que mediava na sua consciência a avaliação de si, dos seus e das suas atividades. O que é indicado pela nova síntese que dialeticamente elaborou: *(Ao) sair*

(daquela) vida vejo bem, depois, (o) errado. Esse enunciado pode ser entendido como uma crítica a mediação do grupo e uma valorização do individualismo. Mas, ao darmos ênfase na análise histórica, mostrada acima para várias das abordagens dos processos psicossociais e da defesa de uma concepção dialética e crítica da sociedade, proposta por Martín-Baró (1985/2012) que ao apropriar-se do Marxismo, nos reporta neste primeiro momento a violência estrutural e institucionalizada internalizada pelo sujeito A.

Ela não reduziu a violência à distribuição inadequada dos recursos disponíveis que impedem a satisfação das necessidades básicas da maioria, mas sim, a atribuiu a uma motivação direcionadora para além do individualismo, que mostra que o seu sucesso a sobrepôs aos outros e, portanto, faz-se necessário de modo conatural uma violência derivada estratégica contra possíveis ameaças que de alguma forma visam impedir a agregação de capital e poder.

Observa-se neste contexto não mais uma satisfação de necessidade biológica, embora esta ainda se faça presente no organismo, mas sim uma necessidade social consciente constituída sobre o próprio sentimento de poder e de um juízo crítico da situação histórica sobre as ações que praticava e que, ao ser enfrentada violentamente pelo sujeito, cria em si processos de emancipação.

Sendo assim, a interpretação passa a exigir a contribuição da Psicologia Social e adotamos a da teoria da Libertação de Martín-Baró, segundo quem, os diferentes sentidos dados a violência, como no caso da entrevistada, que a avalia de modo a ter em si sentidos que a levam conviver com pólos antagônicos devido a sua própria experiência e pela mediação das relações sociais que se tornaram mediadores psicossociais da violência como: caráter histórico, disposição humana, caráter multifacetado, incerteza de limites, estrutura formal, aspecto pessoal, contexto possibilitador e fundo ideológico. Além disso, há uma significação social, neste contexto, além da significação social como violência, há um sentido pessoal de aceitação por parte do sujeito A, desde que levou ao dinheiro e poder.

Nesta perspectiva, a violência ganha contornos particulares em cada sociedade específica. Logo, na sociedade em que a entrevistada está inserida, a desumanização é estruturalmente produzida, de modo que a superação da violência demanda medidas de supressão de estruturas injustas, e por isso talvez até então a violência tenha sido explicada a partir do interior do indivíduo ou que naturalizem processos violentos que justificam aquelas estruturas.

Assim, cotidianamente a sociedade capitalista produz um:

[...] tipo de violência contra a população majoritária que está incorporada na ordem social, que é mantida pelas instituições sociais e que é justificada e ainda legalizada na ordem normativa do regime imperante. A exploração de trabalhadores, a repressão de seus esforços organizativos, o impedimento à satisfação de suas necessidades básicas, tudo isso é parte do funcionamento normal das estruturas sociais. Trata-se de uma situação em que a violência contra as pessoas está incorporada à natureza da ordem social, uma desordem organizada (MARTIN-BARÓ, 1985/2012, p. 375).

Além disso, há comportamentos mantidos historicamente por gerações, enquanto outros só se perpetuam quando recebem o *feedback* social, através desses valores como poder e dinheiro que regem a vida cotidiana. Valores esses que se completam no individualismo privilegiando as necessidades e interesses individuais em detrimento do coletivo, e da totalidade social. A violência é estimulada como forma de alcance da satisfação individual, “o homem como lobo do próprio homem” como a célebre frase de Hobbes em 1651.

Isto porque, o processo de socialização por meio do qual os indivíduos se tornam pessoas humanas e membros de uma sociedade, pressupõe a apropriação das exigências do sistema prevalecente. O controle social, portanto é a violência interiorizada por cada pessoa, o que conduz para um caminho e não por outros. É importante não incorrer em idealismos abstratos de que toda formação humana implica em certa dose de coerção e que o crescimento pessoal requer escolhas. E, que a escolha de um caminho implica sempre em descartar outras possibilidades.

Pois, o problema não é nessa lógica de doses formativas de coerção, tão pouco no caráter da coerção imposta. Mas, na medida em que o ordenamento social é internalizado, e as exigências sociais requisitam um posicionamento das pessoas para uma ordem opressiva que as alienam e desumanizam, e nesta medida o processo de socialização constitui o mecanismo de violência institucionalizada. Isto é, uma violência estrutural internalizada.

Corroborando com este entendimento a orientação de Vigostki (1989e), em que a atividade da consciência implica um processo autorreflexivo, de modo que ao tratar a questão da consciência na ontogênese propõem que não é possível nos tornarmos conscientes de funções das quais ainda não nos apropriamos. Destarte, a consciência de qualquer função mental só pode surgir num estágio tardio de seu desenvolvimento, após: “ter sido utilizada e praticada inconscientemente e espontaneamente. Para submeter uma função ao controle da volição e do intelecto, temos primeiro que nos apropriar dela”(p.78).

Para vigotski (1991c, 1991d) a consciência é o reflexo de reflexos, reflexo da realidade, que refrata através dos prismas e das significações e dos conceitos linguísticos elaborados socialmente. Assim, atua na interação social, compreendendo que o

desenvolvimento do psiquismo do homem tem como escopo a relação que estabelece com o mundo, mediada pela comunicação.

Neste sentido, Delari Júnior (2013) traz a concepção de que a função da consciência não existe senão como função da atividade vital de um ser humano real, implicando um movimento pelo qual tomamos conhecimento dos nossos próprios conhecimentos. E pelo qual tomamos conhecimento das nossas próprias ações e emoções. Um movimento que também nos permite diferenciar o conteúdo daquilo que sabemos do próprio ato de sabermos algo sobre este mesmo conteúdo, como fica claro quando exemplifica Vigotski ao falar sobre a consciência humana em:

[...] queremos esclarecer o termo consciência, no sentido em que o empregamos ao falar das funções não conscientes ‘que se tornam conscientes (Empregamos o termo não consciente para distinguir o que ainda não é consciente do inconsciente’ freudiano, resultante da repressão, que é um desenvolvimento posterior, um feito de uma diferenciação relativamente elevada da consciência). Atividade da consciência pode seguir rumos diferentes; pode explicar apenas alguns aspectos de um pensamento ou de um ato. Acabei de dar um nó- fiz isso conscientemente, mas não sei explicar como o fiz, porque minha consciência estava concentrada mais no nó do que nos meus próprios movimentos, e como de minha ação. Quando este último tornar-se objeto de minha consciência, já terei me tornado plenamente consciente. Utilizamos a palavra consciência para indicar a percepção da atividade da mente – a consciência de estar consciente. Uma criança em idade pré-escolar que, em resposta a pergunta ‘Você sabe seu nome?’ diz como se chama, não possui essa percepção autoreflexiva: ela sabe o seu nome, mas não está consciente de que sabe (VIGOTSKI, 1989e, p. 78-79, destaques no original).

Deste modo, Delari Júnior (2013) pontua que o fluxo da consciência implica vários modos móveis de se estar consciente: o ato de dar um nó não pode ser considerado não consciente no mesmo sentido que o é a dilatação ou contração da pupila frente à maior ou menor intensidade da luz no ambiente. Para ele (2013), quando fazemos o nó, temos consciência de que o estamos fazendo, no sentido de que o ato de fazer o nó nos é presente, e de que podemos nos sentir presentes neste mesmo ato, no entanto, não necessariamente temos o domínio ou a compreensão de como o fazemos. Isto é, na compreensão desse *como*, emerge outro plano, e/ou outro modo, de consciência.

Assim, o psiquismo humano com suas faculdades e aptidão se estrutura a partir da atividade histórica e social dos indivíduos, pela apropriação da cultura material, simbólica e histórica culturalmente produzida e acumulada, ao longo da história da humanidade. Os objetos dessa apropriação condensam-se e constituem uma síntese da própria história, estando, assim, a consciência humana condicionada pela estrutura da atividade social.

Nesta atividade do ser social, uma determinada estrutura objetiva, corresponde a uma dada estrutura subjetiva, ou seja, conforme a realidade material e social forma-se a consciência e a personalidade. Desta maneira, relacionam-se dialeticamente atividade,

consciência e operação, assim como a diferença entre sentido e significado quando se analisa a consciência. Tal diferenciação segue o entendimento de que a apropriação da cultura pelo homem se dá de forma mediada pelos indivíduos e, necessariamente, em um processo social.

Em outras palavras, para Vigostki (1989e) esta compreensão e domínio de como o fazemos identifica-se com o movimento de nos tornarmos conscientes daquele ato. Trata-se de conceber a consciência como um movimento cognoscitivo e, em última análise, autocognoscitivo. Movimento pelo qual conhecemos o mundo e nos tornamos conscientes, isto é, tornamos conhecidos, passíveis de explicação e também, em certo sentido, passíveis de planejamento e controle, determinados aspectos de nossa relação com o mundo que estavam não conscientes para nós.

Este movimento cognoscitivo do qual fala vigostki (1989e) fica claro na parte do enunciado: *Aconteceu (na) vida lá. (De) opinião via satisfeita outra forma, entendia bem: (que) podia tudo. Depois, (as) vezes alguma coisa faltaria. (Mas ao) conviver (com o) errado, alguma mulher nossa ganhou expectativas (de) conhece, tipo, (o) primeiro contato. Só metade tenta parar (de) praticar (com a) droga quando casa. Mudou, tenta! (Mas) vive armada usando a força (para) cobrar dívidas. Procura melhor função (na) comunidade conversava revoltada (com o) mundo, (sobre) aquilo ali.*

Certamente neste movimento cognoscitivo os diferentes aspectos de nossas relações com o mundo são inesgotáveis e é impossível termos sequer uma pequena parte deles plenamente presente em nós. Tal como Vigotski (1989e, p. 78) pontua: “isto pode estar relacionado ao fato de que a atividade da consciência pode seguir rumos diferentes; pode explicar apenas alguns aspectos de um pensamento ou de um ato”. Mesmo assim, é da cognição que se fala, ou seja, menciona um movimento de afastamento e de aproximação da própria situação que permite ao mesmo tempo apreendê-la de um modo mais completo e mais consciente. Deste modo, a consciência autorreflexiva implica uma distinção entre a consciência do mundo objetivo e a própria experiência singular desse mesmo mundo. Isto é, como pontua Delari Júnior (2013), a consciência constitui-se num distanciamento e discernimento entre o que imaginamos e o que compõe a realidade objetiva tornamo-nos capazes de diferenciar nossas impressões interiores daquilo que se passa independente delas.

Isto porque mediante o desenvolvimento de suas relações sociais, o humano vai saindo de uma relação de indiferença com relação ao mundo para uma condição de se reconhecer como destacado dele tanto quanto relacionado com ele. Destarte, em certo sentido, a atividade humana parece rumar, nas relações sociais, para uma crescente possibilidade de diferenciação e também, indissocialmente, de novas formas (mediadas) de integração, entre o que sentimos

quanto ao mundo e a nós mesmos e aquilo que sabemos sobre ele e sobre nossa vida dentro dele.

Neste sentido, complementamos com o entendimento marxista que a constituição da consciência está relacionada com as próprias relações sociais práticas, na vida concreta, que levam ao desenvolvimento desse reflexo num contexto que compõe sentidos e significados. Isto porque, como pontua Oliveira (2005), tais relações sociais são compreendidas no sentido de que a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade tendo a particularidade como mediação. Nessa direção, a singularidade e a universalidade se instituem como unidade contraditória que move o contínuo processo de formação e transformação de ambos.

Assim, como assevera Pasqualini e Martins (2015), Considerar que o singular e o universal coexistem no fenômeno significa afirmar que “o homem é, ao mesmo tempo, portador de uma singularidade, que o distingue de todos os outros seres, e de uma generalidade, que o torna um ser semelhante a qualquer outro” (ALMEIDA, 2001, P. 71). Trata-se, então de revelar como a universalidade do gênero humano se expressa e se concretiza na singularidade do indivíduo.

Isto é, diferentemente dessa perspectiva bastante difundida, como apresenta Almeida (2001), em que se compreende mediação como resultado ou produto de uma relação entre dois termos que se reduz a uma soma de ambos, ou seja: se “concebe a mediação como resultado da aproximação entre dois termos que, embora distintos no início, quando totalmente separados, tendem a igualar-se à medida que se aproximam um do outro” (p. 50).

Mas, como assevera com Pasqualini e Martins (2015), na lógica dialética, a mediação não é pensada como produto ou resultado, nem como soma, homogeneização ou equilíbrio. A mediação deve ser pensada como processo, que tem por referência, ao contrário, a diferença, a heterogeneidade e o desequilíbrio (Almeida, 2001). A mediação viabiliza a relação entre dois pólos opostos; ela o faz na medida em que preserva e ao mesmo tempo modifica as coisas.

Assim, podemos exemplificar tal assertiva dentro da compreensão marxiana de que o trabalho é a mediação entre o homem e a natureza, em que ambos os pólos se preservam e ao mesmo tempo se transformam pela mediação da atividade produtiva. O trabalho realiza a mediação entre homem e natureza, ocorrendo historicamente sob dadas condições particulares.

Neste contexto, pontua Martín-Baró (1990), que na elaboração social da violência, os processos de socialização podem ser desagregados de acordo com a aprendizagem que se realiza nas diversas etapas do desenvolvimento humano, e nos diversos âmbitos de

personalidade e da vida de cada um. Assim, ainda que diversos indivíduos vivenciem a mesma situação violenta, as respostas e consequências psíquicas não são idênticas, pois dependem de processos subjetivos e objetivos.

Deste modo, por meio dos modelos dispostos socialmente derivam outras condutas similares e novas mediante a relação mediada por outros indivíduos. Ou seja, o processo de aprendizagem do homem, quando é fruto da interação com o meio, ocorre de maneira não elaborada, com base não apenas nas experiências histórico-culturais vivenciadas cotidianamente, conformando uma consciência estruturada apenas na interação homem-mundo e sem a mediação da moral e dos valores mais desenvolvidos no processo civilizatório.

Essas relações se dão sem mediações da mediação¹, primeiramente através dos instrumentos externos, concretos e presentes no meio; em seguida, ocorrem à medida que o sujeito se desenvolve, por meio dos instrumentos psicológicos e dos signos que possibilitaram os avanços da espécie humana em comparação com os outros animais. Estes instrumentos surgem através do processo de interiorização, caracterizado por Vigotski (2004, p. 04) como “a reconstrução interna de uma operação externa”.

Por isso, Vigotski (1996, p.150) postulou o que chamou de “lei genética geral do desenvolvimento psíquico”, com a qual explica que toda função psíquica acontece em dois planos: 1) Interpessoal e intersíquico; e 2) Intrapessoal e intrapsíquico. Sendo que os primeiros se convertem nos segundos, por meio do mecanismo de interiorização dos signos, representantes semióticos da cultura humana que se convertem em instrumentos psíquicos, cujas operações mediadas são constituintes basilares do psiquismo humano.

Desse processo de internalização, segundo Vigotski (2002), surgem as funções psicológicas superiores², com as quais o homem adquire a principal característica humana: a voluntariedade, que lhe permite controlar a si mesmo e não ter que ser controlado social e coercitivamente. Tal exercício de liberdade depende de funções psíquicas como a memória, pensamento e linguagem terem se tornados, também voluntários. E essas funções se desenvolvem “a partir da relação da pessoa com as demais, com os objetos e com o legado

¹ Oliveira (1998, p. 26) define mediação como “o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação”. A concepção da atividade mediada, na obra de Vigotski, compreende a relação entre o homem e o meio como uma forma mais complexa.

² Vigotski (2001) define as funções elementares como aquelas atreladas à linha biológica do desenvolvimento. Entre elas, pode-se destacar a memória mecânica, a atenção involuntária, a imaginação reprodutora e a vontade impulsiva. As funções psicológicas superiores (FPS) compreendem todo um aparato de funções que constituem a consciência do homem e que refletem no seu modo de agir e de ler o mundo. Dentre elas, a partir das conceituações de Vigotski (2001), podem-se destacar a memória lógica, o pensamento abstrato, a imaginação criativa e a atenção voluntária.

simbólico do seu contexto histórico-cultural” (BARROS, 2007, p.27), sem que as funções elementares (naturais) desapareçam.

Destarte, o psiquismo é um produto histórico-cultural humano que está assim determinado pelas condições materiais e sociais nas quais vivem os indivíduos, sendo que nessas mesmas condições interagem, construindo não apenas uma consciência individual, mas também social, em que são compartilhadas as condições do meio.

Então, o olhar sobre a construção dos signos, sentimentos, significados e sentidos, no âmbito da consciência dos respectivos indivíduos, dá-se pela análise semiótica (GÓIS, 2005), feita por meio da análise gráfica do discurso, ou seja, uma análise do processo de internalização dos respectivos instrumentos psíquicos, cujas significações são estruturadas a partir de fenômenos culturais que refletem a reação do sujeito frente à realidade.

Nesta análise, a linguagem apresenta-se como o ponto-chave a ser deslindado de forma dinâmica, permitindo a análise das representações compartilhadas pelo sujeito, tal como afirmaram Lane e Sawaia (1995), como algo construído historicamente pela sociedade e desempenhando um papel fundamental, tanto no desenvolvimento dos indivíduos como na sua inserção em grupos sociais. Para Luria (1990), a linguagem inclui o significado, o sentido e as unidades fundamentais da consciência, que refletem o mundo exterior.

Neste seguimento das investigações da função da linguagem no processo de compreensão da consciência humana, é a partir da análise gráfica do discurso simplificada de Leão (1999) e que identificamos os mediadores psicossociais da violência que influenciam as relações sociais, considerando para tal não apenas o discurso, mas a dimensão instrumental e prática sobre a matéria. Assim, alcançam-se outros produtos das condições materiais e sociais, como a violência que se revela no plano da linguagem e das representações, como enunciação dos conflitos vivenciados no cotidiano, adquirindo um papel constitutivo, estruturador ou fundamentador de novas expressões sociais.

Neste sentido, ao entender as representações sociais como possibilidade de compreensão do fenômeno da violência, reconhecemos maior possibilidade de intervenção, explorando os sentidos, os significados, os valores e as crenças que estruturam e presidem a vida social, e que são os conteúdos das representações sociais. Entendemos, ainda, que as condições materiais e sociais que constituem a violência, por meio das representações sociais interiorizadas, compõem a base de orientação de condutor dos atores sociais, suscitando que tais elementos sejam partes constitutivas do fenômeno violência.

Para tanto, os procedimentos técnicos devem permitir o desvendamento dos processos psicológicos comumente encobertos pela atividade cotidiana e o acesso aos conteúdos e seus

movimentos no curso real da consciência, considerando os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, que assevera que “as formas mais complexas da vida consciente do homem [...] têm suas origens [...] não nas profundezas do cérebro, nem nas profundezas da alma, mas nas condições externas da vida e, em primeiro lugar, da vida social.” (LURIA, 1992, p. 21).

Neste sentido, entendemos o processo de elaboração dos comportamentos violentos se dão a partir dessa relação social-individual, cuja manifestação individual acontece como recurso de conquista e dominação ou direcionamento social análogo. Tal como fica claro no trecho do enunciado: *(De) opinião via satisfeita outra forma, entendia bem: (que) podia tudo*, cuja expressão simbólica dessa conquista está no acúmulo de capitais que alimentam a ociosidade de uma minoria com a miséria de muitos, de forma que o sistema estabelecido tende a motivar e direcionar padrões de violência em um determinado território, conforme as sementes sociais outrora semeadas.

Isto porque aquelas minorias oprimidas, necessitam internalizar uma violência que os desumaniza. Necessitam aceitar a imposição de esquemas e modos de vida que impedem de satisfazer adequadamente até mesmo as necessidades básicas de subsistências, mas que medeiam nas respectivas relações a ideia de que um mesmo comportamento que levam os ricos ao sucesso leva os pobres à ruína, e embora se sintam em posição de reverter essa violência, como identificamos noutro trecho do enunciado: *Mudou, tenta! (Mas) vive armada usando a força (para) cobrar dívidas. Procura melhor função (na) comunidade conversava revoltada (com o) mundo, (sobre) aquilo ali*, tais valores e comportamentos de interesses privados e voltam-se contra seus opressores em forma de ressentimentos, ou seja, demonstra uma tomada de consciência sobre o próprio sentimento e de um juízo crítico de determinada situação histórica, que ao ser enfrentada violentamente pelo oprimido, cria processos de emancipação. Que neste caso, o processo de emancipação produz um processo humanizador, em forma de ressentimentos, como percebermos no trecho do enunciado:

Mudou, tenta! (Mas) vive armada usando a força (para) cobrar dívidas. Procura melhor função (na) comunidade conversava revoltada (com o) mundo, (sobre) aquilo ali. Queria conquista (um) pouquinho, um carro. (Mas) cara ambicioso aproveitava. Facilitava a ambição. Andava meio envolvida em Sapucaia. (mas) grávida, sentia medo (de) falar qual objetivos alcançados, onde devia. Sempre começou (na) família. Longe perde (a) vergonha (do) sucesso fácil. (mas), acaba (por) tomar consciência (e) pensa (o) que comprou. Chocante!

Ressentimento este, que se trata de um processo afetivo do ser humano que torna isso possível, cujo significado colocado nestas circunstâncias sociais de violência estrutural e institucionalizada, não equivale a um ódio social gratuito como costuma ideologizar o sistema

imperante, no intuito de desvalorizar tudo que se põe em seu caminho, mas pelo contrário como propõe Martin-Baró (1990), retrata a vontade daqueles de mudar o estado das coisas em que sofreu situações sociais desfavoráveis por meio do alcance ao poder e/ ou ao dinheiro, o que indica a consciência dos próprios sentimentos ou a avaliação da opressão e da justiça, principalmente dos comportamentos destrutivos de ordem estabelecidos, ou até mesmo o reconhecimento do fracasso existencial, como no último trecho da entrevista: *Sempre começou (na) família. Longe perde (a) vergonha (do) sucesso fácil. (mas), acaba (por) tomar consciência (e) pensa (o) que comprou. Chocante!* E, somente na medida em que ressentem as situações de opressão e injustiça, ou seja, que tem consciência dos seus sentimentos, ainda que não saibam nomeá-los, acreditamos que o tônus emocional permanece como uma força que insiste em lembrar-lhe do acontecido, mas que o sujeito ainda não consegue elaborar e expressar em palavras.

E, somente na medida em que ressentem as situações de opressão e injustiça, ou seja, que tem consciência dos seus sentimentos, ainda que não saibam nomeá-los, acreditamos que o tônus emocional permanece como uma força que insiste em lembrar-lhe do acontecido, mas que o sujeito ainda não consegue elaborar e expressar em palavras.

No entanto, são as emoções que permitem uma atuação mais elaborada dos indivíduos, constituindo uma consciência mais organizada. Isso porque quando as ações são dirigidas pelas emoções elas apresentam explicações cognitivas, logo, há uma integralidade entre afetivo e cognição. Por outro lado, por não conter essa característica relacionada ao racional, o sentimento não tem um ordenamento suficiente para que ações sejam dirigidas a fim de satisfazer o motivo das atividades (SANTOS, 2010).

Neste sentido, apreendemos que toda emoção resulta de uma atividade e está diretamente relacionada diretamente a satisfação ou não do motivo direcionador, mesmo que este possa mudar no decorrer do tempo e espaço, dado o constante movimento que o indivíduo está inserido. Ou seja, a atividade sendo polimotivada e composta por inúmeras ações pode ocorrer durante o processo de busca de satisfação do motivo constituindo que algo não ocorra de forma a satisfazer o sujeito, podendo ser alguma mudança no contexto ou até mesmo o resultado de alguma ação que o distancia desse motivo principal. Santos (2010) entende que desse modo:

[...] é compreensível afirmar que o homem busca a felicidade. Mas fato da atividade criar a felicidade faz com que não seja uma abstração o que ele busca, as formas de alcançar seu objetivo, responder ao motivo que desencadeou a atividade. Portanto, as ações podem obter sucesso, mas por contrariar o motivo trazer tristeza. E essa tristeza pode servir como mais um elemento de busca de satisfação do motivo,

porque é um indicativo que as ações que estão sendo desenvolvidas distanciam o sujeito do motivo principal. (p. 107).

A autora (2010) continua essa linha de raciocínio retomando Espinosa e sua explicação acerca da felicidade:

[...] a felicidade aumenta o tônus emocional e a tristeza diminui, e o indivíduo tende a procurar a primeira e fugir da segunda. Ao diminuir o tônus determinada ação tende a ser ignorada ou modificada, para que possa haver um aumento do tônus que direcione o indivíduo para a satisfação do motivo (SANTOS, 2010, p. 108).

Sendo assim, a busca por *conquista*, motivo das ações violentas para o sujeito A, permanece com o tônus emocional que direciona a alcançá-lo. Afinal, mesmo sentindo-se confusa quanto a sua identidade constituída naquele contexto social, entende bem os resultados almejados dessa atividade: dinheiro e poder, como identificamos no trecho: *Queria conquista (um) pouquinho, um carro. (Mas) cara ambicioso aproveitava. Facilitava a ambição. Andava meio envolvida em Sapucaia. (mas) grávida, sentia medo (de) falar qual objetivos alcançados, onde devia. Sempre começou (na) família. Longe perde (a) vergonha (do) sucesso fácil. (mas), acaba (por) tomar consciência (e) pensa (o) que comprou. Chocante!* Isso se mantém inconsciente, ou seja, ela não sabe ou não sabe que sabe. O que é aceitável, quando uma pessoa em processo de mudanças, de constituição de nova identidade sintá-se em algum momento perdida. E, embora poder e dinheiro aconteça na vida lá, e de algo que não foi experiência do por ela, mas conhecido. Assim como o conhecimento de que há uma satisfação não de subsistência, mas de poder tudo. E esse poder tudo, vai desde uma vida melhor economicamente ao subjugar outros homens, inclusive tirando-lhes a vida se necessário.

Neste entendimento, apreendemos também no trecho do enunciado: [...] *Longe perde (a) vergonha (do) sucesso fácil. (mas), acaba (por) tomar consciência (e) pensa (o) que comprou. Chocante!*[...], que o sujeito A, identifica-se com as mesmas características dos demais membros com os quais se relaciona. Isto porque, concernente ao pensamento de Ciampa (1989) e Lane (2006) acerca da identidade, isto é, ela é desenvolvida nas relações e nos grupos aos quais as pessoas pertencem. Além do mais, os indivíduos que exercem o mesmo tipo de atividade, seja qual for, tendem a ter características em comum, como demonstrado por Leão (1999).

Deste modo, o contexto social afeta os que se relacionam com eles, como demonstrado no enunciado do discurso à forma como este sujeito se sente, mesmo muitas vezes este não estar consciente disso. Lane (2006) entende esse fenômeno consciência-de-si e a firma que apenas a partir do momento em que os indivíduos forem capazes de compreender os aspectos históricos da sociedade, dos grupos aos quais pertencem e consequentemente das relações de

exploração e dominação que existem ente si e que terão de fato, consciência-de-si. E dessa forma, se constituirão como agentes de mudança social.

No entanto,

[...] este processo não é simples, pois os grupos e os papéis que o definem são cristalizados e mantidos por instituições que, pelo seu próprio caráter, estão bem aparelhadas para anular ou amenizar os questionamentos e ações de grupos, em nome da “preservação social” (LANE, 2006, p. 24, destaques no original).

Destarte, ao considerar a influência dos mediadores psicossociais nestas relações mediadas, e as respectivas consequências psíquicas e respostas derivadas da violência originária e institucionalizada, concordamos com Martin-Baró (1990) no que diz respeito as causas imediatas da violência que nos parece razoável revisitá-las:

Primeiro, parece razoável que certos comportamentos violentos sejam desencadeados por raiva ou ressentimento causados pela frustração de objetivos e aspirações específicos. Em uma escala imediata, a repressão policial a uma manifestação pacífica, por exemplo, pode desencadear certos atos de violência destrutiva contra objetos simbólicos (patrimônios) ou contra policiais. Em uma escala mais ampla, a repetida impossibilidade comprovada de satisfazer pacificamente as necessidades da família pode levar a formas mais radicais de lidar com a situação, seja colocando a violência pessoal a serviço do regime estabelecido ou colando-a contra ele.

Contudo, sempre pode ser esclarecedor a frustração como raiz de certas formas de violência, embora não se vincule frustração à agressão, mas, sobretudo tem um caráter reivindicativo social e que denotam consciência sobre uma privação injusta da pessoa ou a violação de algum dos seus direitos fundamentais.

Segundo, os atos violentos são determinados pelos estímulos ambientais. Em que o poder estimulador da violência de certos objetos não depende tanto o que eles materialmente são, mas do que esses objetos significam para indivíduos e grupos dentro de uma sociedade acabada. Por isso, é necessário examinar as situações propensas a estimular comportamentos violentos, não como a soma de estímulos, mas como cenários comportamentais como afirma Martin-Baró (1990) apud Barker (1968), socialmente configurados estes cenários não devem ser concebidos estaticamente como uma estrutura prefigurada que reclama formalmente a execução de atos agressivos, mas devem ser concebidos como situações geradas continuamente por uma mistura dinâmica que envolve todo o contexto social, entre eles sujeitos, objetos e signos. Para Martin-Baró (1990), sobrepõe a qualquer outro fator como precipitador de comportamento violentos, a possibilidade de realizá-los.

Com certeza, não há situação mais estimulante que a configuração de situações de poder, real e simbólico, é uma das principais fontes de violência social. O indivíduo que se encontra em um momento dado a frente de uma instituição poderosa ou de um forte organismo pode sentir-se movido a utilizar a força a sua disposição para seu benefício particular de sua própria classe, tanto quanto se a violência exercida por essa instituição ou organismo pode contar de antemão com a justificação social.

Outro fator importante desencadeante que podemos apontar é a influência ou pressão de um determinado grupo em que o indivíduo está inserido. Pois, os grupos podem entrar em certa dinâmica viciosa que distorce a perspectiva global e impõe a emulação mútua de seus membros até graus inconcebíveis a nível individual. De forma que o ato violento não é mais realizado pelo que se consegue produzindo dano ao outro, mas pelo valor que ele concede ao seu executor dentro do grupo a qual pertence.

Neste sentido, Martín-Baró (1990) assegura a probabilidade de muitos atos violentos e agressões mais brutais realizados por delinquentes comuns e por grupos paramilitares devam referir-se a esta pressão grupal e a esta dinâmica viciada, alimentada em ambos casos pela estrutura que os possibilita e potencia. E o desencadeamento da violência constitui na maioria das vezes um processo assumido em forma consciente e racional como instrumento para alcançar algum fim.

Já, a violência delitiva pode ser entendida como uma derivação, ao menos no início no sentido de objetivos socialmente ansiados, apresentada como consequência de uma decisão racional de promover mudanças sociais uma vez que não resta outras opções além da certeza que os caminhos pacíficos não constituem uma alternativa que pode competir com a violência institucionalizada estabelecida.

Por fim, diante de sua institucionalização, a violência apresenta-se como uma possibilidade ao ser humano, assumida e desenvolvida através dos processos de socialização, encontra sua institucionalização em sua justificação. Pois esta faz avançar o que se quer negar e esconder, pois tem o *feedback* social e precisa deste para se estabelecer dentro dos preceitos morais estabelecidos socialmente.

Isto porque cada contrato social determina as formas de violência tolerável numa determinada sociedade, ao passo que como indica Martín-Baró (1990) citando Harber & Seidenberg (1978), há quatro elementos determinantes dessa violência socialmente aceitável: 1) quem pode realizá-la; 2) contra quem se realiza; 3) em quais circunstâncias se realiza; 4) em que medida se realiza. Em outras palavras, embora o regramento social em questão não represente o consenso de toda a sociedade, mas o entendimento unilateral de uma classe que

por hora esta no poder, sendo, portanto, a violência justificada segundo os interesses dessa minoria, que diante de uma ameaça ao seu *status quo*, os quatro elementos podem ser ignorados, definindo desta feita posições antagônicas e discrepâncias de entendimento sobre o fenômeno violência, do direito natural, da autodefesa dentre outros objetivos inerentes ao convívio social, já que nestas circunstâncias: o pau que bate em chico, não bate em Francisco, pois o caráter da violência não é determinado pela formalidade, mas pelo produto. Isto é, não importa a forma, mas a que interesse ela atende.

Entretanto, à luz da definição esta constatação parece um tanto insurreta ou que caracteriza estratégias de movimentos de cunho ideológico cujas razões se opõem à ordem estabelecida.

Mas esta análise objetiva sobre a violência institucionalizada encontra respaldo nas estratégias utilizadas pelas ditaduras e tiranias para manutenção do poder, sustentando a opressão vertical de cima para baixo, expressa através do terror social e justificada mediante a proteção política que aproveita a experiência da situação de injustiça remediável como mediação para a instalação do sistema de terror social.

Este terror objetiva a inquestionabilidade da ordem estabelecida, sob uma razão ideológica, que serve de justificativa para atender ao poder, e embora propague uma proteção dos princípios sociais determinados, na verdade liberta e legitima a violência, não respeitando nada, nem ninguém.

Neste sentido, todas as possibilidades de liberdade, expressão e realização pessoal são tolhidas, enquanto a violência sem limites ao serviço do poder estabelecido é estimulada e gratificada. Para tanto, é necessário sustentar a existência de inimigos cruéis, ou bodes expiatórios para manter a justificativa do uso impiedoso da violência. Há todo um aparato de convencimento que procura explicar tudo, mas não esclarece nada.

Assim, cria-se uma linguagem própria, signos, significados e sentidos são inspirados e influenciados por meio de representações sociais que envolvem a massa, e aos poucos as regras sociais dissolvem-se. As pessoas desaparecem como sujeitos. A tortura, atentados, assédios à vida privada, ataques, sequestros, assassinatos coletivos e macabros tornam-se naturais. É o exemplo extremo da institucionalização da violência, outrora incorporado pelas instituições, e agora internalizado pelas pessoas cujos efeitos conscientes estão em níveis inacessíveis nesta ordem de entendimento.

Para Martin-Baró (1990) citando Stanley Milgram (1974), neste contexto social violento, em que a destruição ordinária e a violência são executadas naturalmente e nestes termos internalizada de forma a mudar linguagem, o pensamento e conseqüentemente a

consciência, que é constituída sob estes e outros mediadores psicossociais, Sabini (1978) afirma ser paradoxal, já que a consciência da maioria das pessoas repudia a violência que nos vêm diante dos olhos, mas que quando a violência é internalizada e faz parte de uma ordem, nosso sentido de responsabilidade e a consciência coletiva, prevalece sobre a individual.

Dai derivam outras formas de violência, o caráter institucionalizado e burocrático leva a uma maior escala, e diferentemente do que se imagina ser de ordem patológica ou inata, esta violência originária é estrutural, em um procedimento frio, no montante burocrático e intranscedente de atos por milhares ou milhões de cidadãos, realizando sua atividade e cumprindo o seu dever, como nos lembra Hannah Arendt (1963), ao falar de burocratização da violência e dos ataques maciços deste século.

Além disso, cabe ressaltar que, como um fenômeno social e individual, ainda que diversos indivíduos vivenciem a mesma situação violenta, as respostas e consequências psíquicas não são idênticas, pois dependem de processos subjetivos e objetivos. Como aponta Martín-Baró (1984):

Primeiro, os efeitos psicossociais da violência são analisados de acordo com a posição ocupada pelos agentes envolvidos no ciclo: 1) o executor; 2) o objeto da violência; 3) o expectador.

- 1) O executor pode sentir um mal-estar, mas isto pode ser evitado por mecanismos como a adoção de crenças que naturalizam o processo violento ou que criam uma distância entre quem violenta e quem é violentado. O mecanismo mais comum é a elaboração de conhecimentos (como a criação da imagem de *inimigo*) que reduzem o mal-estar psíquico produzido pela situação de violência. Além disso, por conta do convívio com a violência, é possível que o executor naturalize a sua existência e desumanize a vítima, possibilitando maior afastamento em relação àquele que sofre com o ato violento. Tal afastamento, por sua vez, facilita a justificação da violência. O convívio prolongado com a violência pode, ainda, converter a sua execução em um hábito e em uma resposta privilegiada para a resolução de conflitos interpessoais e sociais na vida cotidiana do executor (MARTÍN-BARÓ, 1975; 1984).
- 2) O objeto do ato violento, a pessoa vítima, pode-se criar passividade ou incitação à violência. A frustração gera agressão e quando o reprimido sofre com a violência, principalmente a violência repressiva, há uma incitação à agressão, pois o reprimido pode internalizar a violência como padrão de relação social (MARTÍN-BARÓ, 1975).

- 3) O espectador pode reagir de diferentes maneiras. Quando ele se identifica com a vítima ele pode se sentir frustrado por ver suas aspirações frustradas em outrem, o que aumenta a agressividade ou resulta em intimidação provocada pela consciência da repressão. No caso de ausência de identificação com a vítima, o espectador tende a desvalorizá-la e a se distanciar, podendo, até mesmo, sentir bem-estar. O espectador também pode aprender a valorizar a violência, passando a vê-la como útil para a resolução dos problemas. Em casos de violência repressiva, os espectadores são os agentes mais visados pelos opressores, isto é, comete-se a violência para servir de exemplo para os espectadores (MARTÍN-BARÓ, 1975).

A diferenciação dos efeitos nos agentes da violência é importante por mostrar como a violência produz diferentes efeitos a partir das diferentes posições ocupadas pelos sujeitos. Além disso, apresenta problemáticas subjetivas envolvidas na violência, o que justifica nossa análise gráfica simplificada. Em que ao analisar os processos psíquicos, não estamos produzindo reducionismos objetivistas que anulam o sujeito ou reducionismos subjetivistas que convertem uma totalidade complexa em questão de interioridade psíquica, como também se preocupa Martín-Baró (1984) ao indicar três coordenadas que complementam esta análise dos efeitos psicossociais da violência: 1) a classe social; 2) o envolvimento no conflito violento; 3) a temporalidade:

- 1) Sobre a classe social, Martín-Baró (1984) destaca que os setores mais pobres são os mais afetados direta e indiretamente pela violência, especialmente em uma situação de guerra, já que são os que sofrem mais intensamente com problemas como assassinatos, separação dos parentes, impactos de conflitos militares, entre outros.

Já os setores abastados da sociedade também sofrem com a violência, ainda que em menor intensidade. Diante de conflitos violentos, as elites sociais podem sentir angústia e agir de forma a negar a realidade, respondendo com outras ações violentas ou com a construção de espaços artificiais que assegurem segurança e diversão.

Acima de tudo, a classe social. A guerra não afeta, direta ou indiretamente, da mesma maneira os diversos setores que compõem nossa sociedade. Aqueles que, dia após dia, morrem nas frentes de batalha pertencem, em sua maioria, aos setores mais humildes de nossa sociedade, principal fonte do discriminatório recrutamento militar. São também os setores mais pobres, sobretudo os camponeses, os que mais sofrem o impacto direto do conflito bélico, o qual destrói suas habitações e arrasa seus plantios. Também são os camponeses os mais afetados pelos mecanismos de repressão, pela ação dos “esquadrões da morte” ou dos operativos militares de todos os tipos. E, novamente, são os setores inferiores os que são mais brutalmente golpeados pelo aumento no custo de vida, pelo crescente desemprego e pela piora no

saneamento básico, deficiências que se somam a uma situação socioeconômica que já é muito crítica (MARTÍN-BARÓ, 1984, p.509, destaques no original).

- 2) Quanto ao envolvimento no conflito, os efeitos produzidos em quem foi diretamente afetado pelos confrontos violentos e quem não viveu ou pouco viveu os confrontos sociais são bem diferentes. Alguns dos efeitos entre aqueles que vivenciam a violência cotidianamente são: estresse pós-traumático; dificuldade de readaptação à vida cotidiana e medo. Já entre os que pouco viveram ou não viveram há uma intensificação da angústia, isto é, um sentimento negativo frente a algo desconhecido (MARTÍN-BARÓ, 1984).
- 3) Por fim, há a temporalidade. A exposição à violência gera efeitos imediatos e efeitos que podem se manifestar em médio e longo prazo. Quanto mais a convivência com a violência se estende maior é a incidência de efeitos mediatos. Em longo prazo pode ocorrer adaptação à situação de violência, naturalizando-a. Assim, emerge “uma anormal normalidade, misturada com vínculos alienadores e despersionalizantes” (MARTÍN-BARÓ, 1984, p. 510).

Destarte, endossamos o entendimento desse autor que embora haja as especificidades das vivências de cada um, em última instância os efeitos psíquicos da violência são generalizados, como significado social. Pois, a exposição a uma situação violenta, produz danos à saúde mental de todos os indivíduos que de alguma forma estão expostos à ela e assim envolvidos, principalmente em situações totalizadoras da violência, como no enfrentamento a uma guerra. E daí, o conceito de guerra se amplia em diversos significados, diante do contexto social do nosso país.

Isto porque, atualmente, a violência estrutural e institucionalizada originária (social), desencadeia o ciclo violento, donde derivam as demais violências manifestas (individuais), vitimizam muito mais indivíduos que as grandes guerras mundiais.

Para Martín-Baró (1984, p. 504) a saúde psíquica é o “caráter básico das relações humanas que define as possibilidades de humanização disponíveis para os membros de cada sociedade e grupo”. Uma situação desumanizadora de violência deteriora diretamente esta integridade dos processos psíquicos, deixando marcas negativas na saúde mental dos indivíduos e nas relações sociais destes.

Por fim, comungamos o mesmo entendimento a respeito do efeito psicossocial da violência destacado por Martín-Baró que é o trauma psicossocial, isto é, “a cristalização concreta nos indivíduos de uma relação social disforme e desumanizadora” (MARTÍN-BARÓ, 1988/2000, p. 236).

Isto porque, na opinião deste autor (1988/2000), a exposição prolongada à violência existente cria feridas psíquicas presentes em amplos grupos populacionais. Estando este trauma psicossocial enraizado em condições sociais específicas, que só pode ser compreendido pela análise de mediações sociais, institucionais e grupais. Em outras palavras: o trauma psicossocial é uma expressão psíquica de relações alienantes. Já como essas relações atingem as pessoas depende da circunstância específica, como desvelamos na nossa análise gráfica do discurso simplificada. No entanto, é certo que situações desumanizadoras deixam marcas psíquicas negativas (MARTÍN-BARÓ, 1988b; 1988/2000).

Similarmente ao autor (1988), identificamos alguns sintomas específicos do trauma psicossocial da região analisada, como internalização da violência estrutural, perda de identidade, inquestionabilidade, vínculos alienantes e despersonalizantes, justificativa ideológica e prevalência da consciência coletiva sobre a individual – que só podem ser compreendidos por meio de uma análise específica de cada espaço e território. Especialmente os processos de polarização social, institucionalização da mentira e generalização da violência (MARTÍN-BARÓ, 1988b).

Por estes fundamentos, as investigações e compreensão do fenômeno violência como produto das condições materiais e sociais, encontradas na constituição das funções psicológicas propriamente humanas e construídas pela mediação semiótica, terão resultados fiáveis quando mantida na perspectiva dialética (matéria/ideia) e considerados os pressupostos com base na metodologia instrumental, histórico e cultural. Buscando-se, assim, a partir da linguagem socialmente dada e de uso público, imbricada em formas de vida em que se constrói a subjetividade, o autoconhecimento exultante do entendimento de outros aspectos da realidade, que por meio da análise gráfica do discurso simplificada de Leão (1999), possibilitou a imersão na realidade da comunidade, para assim compreender os processos de formação da consciência coletiva local, responsável pela formação da consciência individual e conseqüentemente do comportamento violento manifesto pelos indivíduos como síntese das relações entre as consciências psicológicas social e individual.

Isto porque estas relações são mediadas por aspectos concretos que se tornam mediadores psicossociais como o caráter multifacetado da violência, a incerteza dos limites, a estrutura formal do ato violento, o aspecto social, o contexto possibilitador e o fundo ideológico apresentados e discutidos neste capítulo como constituintes do conteúdo e das próprias funções psicológicas ao longo do processo histórico de uma sociedade e da ontogênese e sociogênese da vida de um sujeito, ressaltando o caráter socialmente construído

da subjetividade dos homens. Logo, a violência é expressa individualmente após a interiorização da violência social e suas formas de expressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GUIA DE CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou apreender, analisar e conceituar os mediadores que promovem a violência manifesta pelos sujeitos como síntese das relações entre consciências psicológicas social e individual, considerando a condição histórica, já que o fenômeno estudado manifesta-se diferentemente conforme cada período histórico, quando para atender o modo de produção vigente, determinadas condições sociais são estabelecidas, e nestas se produzem a violência como produto em consonância em cada época.

Isto é, a relação do homem com a história da coletividade à qual pertence e, a relação da sua própria singularidade dentro dela. De modo que a consciência não é coisa, nem instância, e tão pouco tem vida própria. Não existe aparte da materialidade do ser, numa perspectiva marxiana: a consciência é o ser humano consciente.

A consciência social aqui foi abordada como a capacidade do sujeito em reconhecer-se enquanto membro pertencente a uma classe social que mantenha relações antagônicas com outras classes. A consciência social manifesta-se através da ideologia, da política, da religião, da arte, da filosofia, da ciência, e, inclusive, da estrutura jurídica de uma sociedade.

A consciência não é um movimento que surge individualmente, mas que só se realiza no indivíduo à medida que ele se relaciona consigo do mesmo modo que se relaciona com os outros no contexto de uma dada cultura.

A consciência é, portanto, socialmente mediada de alguma coisa: é a própria relação da criança com o meio e, de modo mais tardio da pessoa consigo própria. A consciência não é um sistema estático e mecanicista, mas relaciona-se ao desenvolvimento da conduta voluntária.

Assim, a partir da hipótese de que a violência sócio estrutural se manifesta como característica psicológica individual, considerando os processos sociais em curso e as circunstâncias históricas específicas da sociedade capitalista que permitem uma visão integral-sistêmica da violência, conforme explicamos neste trabalho, tomamos os pressupostos da violência e os aspectos comuns constitutivos do ato violento, respectivamente e ressignificamo-los como mediadores psicossociais, que são: a) caráter multifacetado da violência: apresenta-se de várias formas e tipos, generalizando significados; b) Disposição humana para a violência: conforme as condições histórico-sociais o homem encontra-se aberto para executá-la; c) Caráter Histórico da violência: não se pode entender a violência fora do contexto e tempo em que se produz; d) Incerteza dos limites da violência: um ato violento leva a outro como efeito constituindo um ciclo violento mediado socialmente o que é chamado de espiral da violência;

e) Estrutura formal: que pode ser instrumental ou final a sua operacionalização; f) aspecto pessoal: que são marcas pessoais ou grupais em determinados comportamentos violentos; g) contexto possibilitador: que pode ser mediado (social) ou imediato (situacional); h) fundo ideológico: justificação da violência, por também exercerem função mediadora nas relações sociais.

Além desses mediadores psicossociais e das instituições, os demais mediadores considerados são a linguagem, as atividades e as emoções, que constituem a consciência e o inconsciente, os quais podem ser concretizados pelo discurso individual, quando são detectados os significados sociais e os sentidos individuais com os quais o pensamento foi elaborado, até gerar uma ideia que mostra a forma como cada sujeito é afetado devido aos respectivos, mediadores psicossociais constitutivos da consciência em um contexto de violência estrutural, cíclica e multifacetada a que está exposto na vida cotidiana.

Isto porque as relações sociais são mediadas por aspectos concretos que se tornam mediadores psicossociais como: o caráter multifacetado da violência, a incerteza dos limites, a estrutura formal do ato violento, o aspecto social, o contexto possibilitador e o fundo ideológico, porque constituem do conteúdo e das próprias funções psicológicas ao longo do processo histórico de uma sociedade e da ontogênese e sociogênese da vida de um sujeito, ressaltando o caráter socialmente construído da subjetividade dos homens. Logo, a violência é expressa individualmente após a interiorização da violência social e suas formas de expressão.

Deste modo, como concebemos a violência, ainda que manifesta constantemente, tem características inerentes ao período histórico da sociedade em que se mostra. E que nos indivíduos as suas formas de manifestações são diferentes das suas características, o que nos permitiu conceber a violência como produto das relações sociais mediadas pela linguagem, que constituem o funcionamento psicológico ao longo do processo histórico, ressaltando o caráter social construído da subjetividade dos homens.

Sendo assim, a fim de explicar como se dá a mediação para que a violência social/estrutural se manifeste como característica psicológica individual partimos da hipótese que tal transformação decorre da potência dos mediadores a que está exposto cada indivíduo, pois os mediadores interferem na síntese das relações entre a consciência psicológica individual e as características sociais.

Isso porque, pressupomos que um dos aspectos sociais que exercem a função mediadora são os significados, as explicações que cada sociedade constrói sobre a sua realidade, e que integram os conteúdos da linguagem: sistema de signos reversíveis, organizado segundo os princípios de multifuncionalidade, comunicação e generalização.

E o caráter generalizante do significado das palavras permite as duas funções principais da linguagem que a articulam com o pensamento: a comunicativa e a representativa. Ambas interligadas. Logo, a mediação da violência social ganha sentidos diferentes promovendo comportamentos contrários às leis que regem a sociedade por meio dos mediadores psicossociais da violência internalizados que interferem na constituição psíquica dos sujeitos.

Isto porque, como discutimos neste trabalho uma operação que representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente. Assim, todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas e, depois, no interior da criança.

Logo, o desenvolvimento psíquico é o resultado da ação da sociedade sobre os indivíduos para integrá-los na complexa rede de relações sociais e culturais que constituem uma formação social. As funções psicológicas são efeito/causa da atividade social dos homens, resultado de um processo histórico de organização da atividade social. Para tornar-se um ser ‘humano’, a criança terá de reconstituir nela, e não simplesmente reproduzir o que já é aquisição da espécie. Isso supõe processos de interação e intercomunicação sociais que só são possíveis graças a sistemas de mediação altamente complexos, produzidos socialmente.

E isto só é possível por meio da linguagem, cujo desenvolvimento sistemático permite que os indivíduos formem conceitos, por meio do significado da palavra, uma vez que este permite a generalização.

Neste sentido, os significados nos permitem conhecer melhor as determinações sociais sofridas pelo homem, já nos sentidos mostram seus aspectos subjetivos. Tecnicamente, para apropriação dos significados e sentidos que permitem compreender melhor o fenômeno social tido como violência, assim como se dá a mediação para que a violência social se manifeste como característica psicológica individual, recorreremos à coleta de dados empíricos. Os quais ainda nos permitiram conhecer o modo como os mediadores psicossociais interferem na síntese das relações entre a consciência psicológica individual e social, e na relação dialética que a consciência estabelece com o inconsciente.

Além disso, é no reconhecimento das relações entre sentido e significado, que se estabelece a relação destes com a atividade que o sujeito realiza e, então, a consciência desse sentido ocorre quando este sentido consciente se manifesta na apreensão da relação entre motivo e o fim. Como explicamos, o motivo é sempre aquilo em que a necessidade individual se concretiza de forma objetiva, nas condições consideradas e para as quais a atividade se

orienta, o que a estimula. O sentido pessoal traduz a relação do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados.

Dessa forma, esse meio de atividade psicossocial desenvolve-se continuamente, à medida que a necessidade assim o exige. Já que a capacidade do homem em gerar sua consciência, se dá por sua ação, interferindo e modificando o meio, estabelecendo novas significações no contexto social.

Porém, a atividade sempre será polimotivada, pois pode ter inúmeros motivos que leva o sujeito a realizá-la.

A atividade então é um sistema mediador estruturantes do psiquismo, principalmente porque é ela que realiza as transformações da realidade. A atividade é o trabalho pleno. Sua manifestação decorre da necessidade que cria um motivo e; nesse processo também participam componentes afetivos-volitivos que serão responsáveis pelo direcionamento do motivo das necessidades.

Nessa atividade, consideramos a singularidades de cada indivíduo no contexto social, coletando os dados e informações por meio de entrevista semiestruturada, de modo a permitir o conhecimento dos mediadores psicossociais relacionados à violência, cujo fim se propõe explicar como se dá a mediação para que a violência social se manifeste como característica psicológica individual.

Assim, quando o Sujeito A expressa: *Ela não. Eu né! Tinha gente (da) violência. Isso é porque está pessoa, (mas) foi muito (e) ficou assim.* Sabemos que a negação da violência quando diz: *Ela não* e as condições da qual a entrevistada sente-se ente quando diz: *Eu né*, pode ter permanecido inconsciente, devido principalmente à censura social. Entretanto, ao lhe afetarmos com uma pergunta que lhe autorizava falar, tornou consciente de si mesma e dos demais a sua volta que ficaram assim por causa das condições sociais a que estão expostos.

Isto porque conforme a Teoria Sócio Histórica a linguagem mantém relação com a emoção no processo de pensamento, permitindo a realização desse movimento do inconsciente para a consciência e, então, se mostrasse a passagem do intrapsicológico para o interpsicológico.

Em outras palavras, este primeiro trecho expressa que há uma ordem estabelecida socialmente. E que diante desta ordem, a pessoa vai elaborando sua identidade, constituindo sua consciência. Processo este em que os indivíduos se tornam membros daquela comunidade, apropriando-se das exigências do sistema imperante.

O enunciado expressa uma internalização da elaboração social da violência sob influência dos mediadores psicossociais dispostos numa lógica coercitiva da constituição do

sujeito quando o caráter da coerção imposta se dá na mesma forma mediada em que as regras são internalizadas. Em outras palavras, há uma dupla mediação na constituição do sujeito: 1) a internalização do ordenamento social; 2) a internalização das regras paralelas apropriadas que submetem as pessoas a uma ordem opressiva que os aliena e os desumaniza. E nessa medida, o processo de socialização constitui um mecanismo de violência institucionalizada e aceita pela sociedade, o que constitui uma clara indicação psicossocial de uma violência estrutural internalizada.

Isso fica evidente ao prosseguirmos com a análise do enunciado e neste trecho, que diz: *Isso é porque está pessoa, (mas) foi muito (e) ficou assim. Aí acham de levar se consegue sair numa fazenda dinheiro*, quando o entendemos a partir da crítica ao individualismo, que ao apropriar-se do marxismo, fica claro neste primeiro momento uma violência estrutural e institucionalizada internalizada pelo sujeito A, que não se reduz à distribuição inadequada dos recursos disponíveis que impedem a satisfação das necessidades básicas da maioria, mas sim uma motivação direcionadora para além do individualismo, que se soma seu sucesso que sobrepõe aos outros e, portanto, faz-se necessário de modo conatural uma violência derivada estratégica contra possíveis ameaças que de alguma forma visam impedir a agregação de capital e poder.

Observa-se neste contexto não mais uma satisfação de necessidade biológica, embora esta ainda se faça presente no organismo, mas sim uma necessidade *consciente* constituída sobre o próprio sentimento e de um juízo crítico de determinada situação histórica que, ao ser enfrentada violentamente pelo sujeito, cria em si processos de emancipação.

E isto se dá pela mediação das relações sociais sobre a influência dos mediadores psicossociais da violência como: caráter histórico, disposição humana, caráter multifacetado, incerteza de limites, estrutura formal, aspecto pessoal, contexto possibilitador e fundo ideológico. Além disso, há uma significação social, há neste contexto, além da significação social da violência, um sentido pessoal de aceitação por parte do sujeito A, desde que leve dinheiro e poder.

Nesta perspectiva, a violência ganha contornos particulares em uma sociedade específica. Logo, na sociedade em que a entrevistada está inserida, a desumanização é estruturalmente produzida, de modo que a superação da violência demanda medidas de supressão de estruturas injustas, e por isso talvez até então a violência tenha sido explicada a partir do interior do indivíduo ou que naturalizam processos violentos que justificam aquelas estruturas.

Além disso, há comportamentos mantidos historicamente por gerações, enquanto outros só se perpetuam quando recebem o *feedback* social, através desses valores como poder e dinheiro que regem a vida cotidiana. Valores esses que se completam no individualismo privilegiando as necessidades e interesses individuais em detrimento do coletivo, e da totalidade social. A violência é estimulada como forma de alcance da satisfação individual, o homem como lobo do próprio homem como disse Hobbes em 1651.

Isto porque, o processo de socialização por meio do qual os indivíduos se tornam pessoas humanas e membros de uma sociedade, pressupõe a apropriação das exigências do sistema prevalecente. O controle social, portanto é a violência internalizada por cada pessoa, o que leva ao canal de desenvolvimento para um caminho e não por outros. É importante não incorrer em idealismos abstratos de que toda formação humana implica em certa dose de coerção e que o crescimento pessoal requer escolhas. E, que a escolha de um caminho implica sempre em descartar outras possibilidades.

Pois, o problema não é nessa lógica de doses formativas de coerção, tão pouco no caráter da coerção imposta. Mas, na medida em que o ordenamento social é internalizado, e as exigências sociais requisitam um posicionamento das pessoas para uma ordem opressiva que as alienam e desumanizam, e nesta medida o processo de socialização constitui o mecanismo de violência institucionalizada. Isto é, uma violência estrutural internalizada.

Deste modo, por meio dos modelos dispostos socialmente deriva outras condutas similares e novas mediante a relação mediada com outros indivíduos. Ou seja, o processo de aprendizagem do homem, fruto da interação com o meio, ocorre de maneira elaborada com base na experiência histórico-cultural vivenciada cotidianamente, compreendendo a consciência humana estruturada a partir da interação homem-mundo.

Este interacionismo se dá pela mediação, primeira mente através dos instrumentos externos, concretos e presentes no meio; em seguida, ocorrem à medida que o sujeito se desenvolve, por meio dos instrumentos psicológicos e dos signos que possibilitam um avanço da espécie humana em relação aos outros animais. Estes instrumentos surgem através do processo de internalização, coma reconstrução interna de uma operação externa.

Com esse processo de internalização, segundo Vigostki (2002), surgem as funções psicológicas superiores das quais o homem adquire capacidades como memória, pensamento e linguagem. E essas funções se desenvolvem a partir da relação da pessoa com as demais, com os objetos e com o legado simbólico do seu contexto histórico-cultural, sem que as funções elementares (naturais) desapareçam.

Destarte, o psiquismo é um produto histórico-cultural humano que está assim determinado pelas condições materiais e sociais nas quais vivem os indivíduos, sendo que nessas mesmas condições interagem, construindo não apenas uma consciência individual, mas também social, em que são compartilhadas as condições do meio.

Então, o olhar sobre a construção dos signos, sentimentos, significados e sentidos, no âmbito da consciência dos respectivos indivíduos, dá-se pela análise semiótica, feita por meio da análise gráfica do discurso, ou seja, uma análise do processo de internalização dos respectivos instrumentos psíquicos, cujas significações são estruturadas a partir de fenômenos culturais que refletem a reação do sujeito frente à realidade.

Nesta análise, a linguagem apresenta-se como o ponto-chave a ser deslindado de forma dinâmica, permitindo a análise das representações compartilhadas pelo sujeito, isto é, como algo construído historicamente pela sociedade e desempenhando um papel fundamental, tanto no desenvolvimento dos indivíduos como na sua inserção em grupos sociais.

Neste seguimento das investigações da função da linguagem no processo de compreensão da consciência humana, é a partir da análise gráfica do discurso simplificada de e da vivência cotidiana que destacamos a contribuição da Teoria das Representações Sociais, que identificamos os mediadores psicossociais da violência que influenciam as relações sociais, considerando para tal não apenas o discurso, mas a dimensão instrumental e prática sobre a matéria.

Assim, alcançam-se outros produtos das condições materiais e sociais, como a violência que se revela no plano da linguagem e das representações, como enunciação dos conflitos vivenciados no cotidiano, adquirindo um papel constitutivo, estruturador ou fundamentador de novas expressões sociais.

Neste sentido, ao entender as representações sociais como possibilidade de compreensão do fenômeno da violência, reconhecemos maior possibilidade de intervenção, explorando os sentidos, os significados, os valores e as crenças que estruturam e presidem a vida social, e que são os conteúdos das representações sociais.

Para tanto, os procedimentos técnicos realizados permitiram o desvendamento dos processos psicológicos comumente encobertos pela atividade cotidiana e o acesso aos conteúdos e seus movimentos no curso real da consciência, considerando os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, que assevera que as formas mais complexas da vida consciente do homem têm suas origens não nas profundezas do cérebro, nem nas profundezas da alma, mas nas condições externas da vida e, em primeiro lugar, da vida social.

Neste sentido que entendemos o processo de elaboração dos comportamentos violentos, que se dão a partir dessa relação social-individual, cuja manifestação individual acontece como recurso de conquista e dominação ou direcionamento social análogo. Tal como fica claro no trecho do enunciado: *(De) opinião via satisfeita outra forma, entendia bem: (que) podia tudo*, cuja expressão simbólica está no acúmulo de capitais que alimentam a ociosidade de uma minoria com a miséria de muitos, de forma que o sistema estabelecido tende a motivar e direcionar padrões de violência em um determinado território, conforme as sementes sociais outrora semeadas.

Isto porque aquelas maiorias oprimidas, necessitam internalizar uma violência que os desumaniza. E precisam aceitar a imposição de esquemas e modos de vida que impedem de satisfazer adequadamente até mesmo as necessidades básicas de subsistências, mas que medeiam nas respectivas relações da ideia de que um mesmo comportamento que levam os ricos ao sucesso leva os pobres à ruína, e embora se sintam em posição de reverter essa violência quando momentaneamente empoderados, tais valores e comportamentos de interesses privados voltam-se contra seus opressores em forma de ressentimentos, ou seja, demonstra uma tomada de consciência sobre o próprio sentimento de poder e de um juízo crítico de determinada situação histórica, que ao ser enfrentada violentamente pelo oprimido, cria processos de emancipação. Que neste caso, o processo de emancipação produz um processo humanizador, em forma de ressentimentos.

Ressentimento este, que se trata de um processo afetivo do ser humano que torna isso possível, cujo significado colocado nestas circunstâncias sociais de violência estrutural e institucionalizada, não equivale a um ódio social gratuito como costuma ideologizar o sistema imperante, no intuito de desvalorizar tudo que se põe em seu caminho, mas pelo contrário, retrata a vontade daqueles de mudar o estado das coisas em que sofreu situações sociais desfavoráveis por meio do alcance ao poder e/ ou ao dinheiro, o que indica a consciência dos próprios sentimentos ou a avaliação da opressão e da justiça, principalmente dos comportamentos destrutivos de ordem estabelecidos, ou até mesmo o reconhecimento do fracasso existencial, quando diante do controle social, sentem-se impotentes.

E, somente na medida em que ressentem as situações de opressão e injustiça, ou seja, que tem consciência dos seus sentimentos, ainda que não saibam nomeá-los, acreditamos que o tônus emocional permanece como uma força que insiste em lembrar-lhe do acontecido, mas que o sujeito ainda não consegue elaborar e expressar em palavras. E que, portanto constitui em inconsciente.

No entanto, como esclarecemos nesta pesquisa, são as emoções que permitem uma atuação mais elaborada dos indivíduos, constituindo uma consciência mais organizada. Isso porque quando as ações são dirigidas pelas emoções elas apresentam explicações cognitivas, logo, há uma integralidade entre afetivo e cognição. Por outro lado, por não conter essa característica relacionada ao racional, o sentimento não tem um ordenamento suficiente para que ações sejam dirigidas a fim de satisfazer o motivo das atividades.

Neste sentido, apreendemos que toda emoção resulta de uma atividade e está diretamente relacionada diretamente a satisfação ou não do motivo direcionador, mesmo que este possa mudar no decorrer do tempo e espaço, dado o constante movimento que o indivíduo está inserido. Ou seja, a atividade sendo polimotivada e composta por inúmeras ações pode ocorrer durante o processo de busca de satisfação do motivo constituindo que algo não ocorra de forma a satisfazer o sujeito, podendo ser alguma mudança no contexto ou até mesmo o resultado de alguma ação que o distancia desse motivo principal.

Sendo assim, a busca por *conquista*, motivo das ações violentas para o sujeito A, permanece com o tônus emocional que direciona a alcançá-lo. Afinal, mesmo sentindo-se confusa quanto a sua identidade constituída naquele contexto social, entende bem os resultados almejados dessa atividade: dinheiro e poder, como identificamos no trecho: *Queria conquista (um) pouquinho, um carro. (Mas) cara ambicioso aproveitava. Facilitava a ambição. Andava meio envolvida em Sapucaia. (mas) grávida, sentia medo (de) falar qual objetivos alcançados, onde devia. Sempre começou (na) família. Longe perde (a) vergonha (do) sucesso fácil. (mas), acaba (por) tomar consciência (e) pensa (o) que comprou. Chocante!* Isso se mantém inconsciente, ou seja, ela não sabe ou não sabe que sabe. O que é aceitável, quando uma pessoa em processo de mudanças, de constituição de nova identidade sinta-se em algum momento perdida. E, embora poder e dinheiro aconteça na vida lá, e de algo que não foi experiência do por ela, mas conhecido. Assim como o conhecimento de que há uma satisfação não de subsistência, mas de poder tudo. E esse poder tudo, vai desde uma vida melhor economicamente ao subjugar outros homens, inclusive tirando-lhes a vida se necessário.

Neste entendimento, apreendemos também no trecho do enunciado: [...] *Longe perde (a) vergonha (do) sucesso fácil. (mas), acaba (por) tomar consciência (e) pensa (o) que comprou. Chocante!* [...], que o sujeito A identifica-se com as mesmas características dos demais membros com os quais se relaciona. Isto porque, concernente ao que apresentamos acerca da identidade, entendemos que ela é desenvolvida nas relações e nos grupos aos quais

as pessoas pertencem. Além do mais, os indivíduos que exercem o mesmo tipo de atividade, seja qual for, tendem a ter características em comum.

Deste modo, o contexto social afeta os que se relacionam com eles, como demonstrado no enunciado do discurso à forma como este sujeito se sente, mesmo muitas vezes este não estar consciente disso. Assim, como destacamos no quinto capítulo, o fenômeno consciência-de-si se dá apenas a partir do momento em que os indivíduos forem capazes de compreender os aspectos históricos da sociedade, dos grupos aos quais pertencem e conseqüentemente das relações de exploração e dominação que existem ente si e que terão de fato, consciência-de-si. E dessa forma, se constituirão como agentes de mudança social.

Destarte, ao considerar a influência dos mediadores psicossociais nestas relações mediadas, e as respectivas conseqüências psíquicas e respostas derivadas da violência originária e institucionalizada, no que diz respeito às causas imediatas da violência convém revisitá-las:

Primeiro, parece razoável que certos comportamentos violentos sejam desencadeados por raiva ou ressentimento causados pela frustração de objetivos e aspirações específicos. Em uma escala imediata, a repressão policial a uma manifestação pacífica, por exemplo, pode desencadear certos atos de violência destrutiva contra objetos simbólicos (patrimônios) ou contra policiais. Em uma escala mais ampla, a repetida impossibilidade comprovada de satisfazer pacificamente as necessidades da família pode levar a formas mais radicais de lidar com a situação, seja colocando a violência pessoal a serviço do regime estabelecido ou colando-a contra ele.

Contudo, sempre pode ser esclarecedor a frustração como raiz de certas formas de violência, embora não se vincule frustração à agressão, mas, sobretudo tem um caráter reivindicativo social e que denotam consciência sobre uma privação injusta da pessoa ou a violação de algum dos seus direitos fundamentais.

Segundo, os atos violentos são determinados pelos estímulos ambientais. Em que o poder estimulador da violência de certos objetos não depende tanto o que eles materialmente são, mas do que esses objetos significam para indivíduos e grupos dentro de uma sociedade acabada. Por isso, é necessário examinar as situações propensas a estimular comportamentos violentos, não como a soma de estímulos, mas como cenários comportamentais, socialmente configurados estes cenários não devem ser concebidos estaticamente como uma estrutura prefigurada que reclama formalmente a execução de atos agressivos, mas devem ser concebidos como situações geradas continuamente por uma mistura dinâmica que envolve todo o contexto social, entre eles sujeitos, objetos e signos, como apresentamos no terceiro

capítulo. Destacando que sobrepõe a qualquer outro fator como precipitador de comportamento violentos, a possibilidade de realizá-los.

Com certeza, não há situação mais estimulante que a configuração de situações de poder, real e simbólico, é uma das principais fontes de violência social. O indivíduo que se encontra em um momento dado a frente de uma instituição poderosa ou de um forte organismo pode sentir-se movido a utilizar- a força a sua disposição para seu benefício particular de sua própria classe, tanto quanto se a violência exercida por essa instituição ou organismo pode contar de antemão com a justificação social.

Outro fator importante desencadeante que podemos apontar é a influência ou pressão de um determinado grupo em que o indivíduo está inserido. Pois, os grupos podem entrar em certa dinâmica viciosa que distorce a perspectiva global e impõe a emulação mútua de seus membros até graus inconcebíveis a nível individual. De forma que o ato violento não é mais realizado pelo que se consegue produzindo dano ao outro, mas pelo valor que ele concede ao seu executor dentro do grupo a qual pertence.

Neste sentido, nossa pesquisa nos conduziu ao entendimento que a probabilidade de muitos atos violentos e agressões mais brutais realizados por delinquentes comuns e por grupos paramilitares devam referir-se a esta pressão grupal e a esta dinâmica viciada, alimentada em ambos casos pela estrutura que os possibilita e potencia. E o desencadeamento da violência constitui na maioria das vezes um processo assumido em forma consciente e racional como instrumento para alcançar algum fim.

Já, a violência delitiva pode ser entendida como uma derivação, ao menos no início no sentido de objetivos socialmente ansiados, apresentada como consequência de uma decisão racional de promover mudanças sociais uma vez que não restam outras opções além da certeza que os caminhos pacíficos não constituem uma alternativa que pode competir com a violência institucionalizada estabelecida.

Por fim, diante de sua institucionalização, a violência apresenta-se como uma possibilidade ao ser humano, assumida e desenvolvida através dos processos de socialização, encontra sua institucionalização em sua justificação. Pois esta faz avançar o que se quer negar e esconder, pois tem o *feedback* social e precisa deste para se estabelecer dentro dos preceitos morais estabelecidos socialmente.

Isto porque cada contrato social determina as formas de violência tolerável numa determinada sociedade, destacando-se quatro elementos determinantes dessa violência socialmente aceitável: 1) quem pode realizá-la; 2) contra quem se realiza; 3) em quais circunstâncias se realiza; 4) em que medida se realiza.

Em outras palavras, embora o regramento social em questão não represente o consenso de toda a sociedade, mas o entendimento unilateral de uma classe que por hora esta no poder, sendo, portanto, a violência justificada segundo os interesses dessa minoria, que diante de uma ameaça ao seu *status quo*, os quatro elementos podem ser ignorados, definindo desta feita posições antagônicas e discrepâncias de entendimento sobre o fenômeno violência, do direito natural, da autodefesa dentre outros objetivos inerentes ao convívio social, já que nestas circunstâncias: o pau que bate em chico, não bate em Francisco, pois o caráter da violência não é determinado pela formalidade, mas pelo produto. Isto é, não importa a forma, mas a que interesse ela atende.

Entretanto, à luz da definição esta constatação parece um tanto insurreta ou que caracteriza estratégias de movimentos de cunho ideológico cujas razões se opõem à ordem estabelecida.

Mas esta análise objetiva sobre a violência institucionalizada encontra respaldo nas estratégias utilizadas pelas ditaduras e tiranias para manutenção do poder, sustentando a opressão vertical de cima para baixo, expressa através do terror social e justificada mediante a proteção política que aproveita a experiência da situação de injustiça remediável como mediação para a instalação do sistema de terror social.

Este terror objetiva a inquestionabilidade da ordem estabelecida, sob uma razão ideológica, que serve de justificativa para atender ao poder, e embora propague uma proteção dos princípios sociais determinados, na verdade liberta e legitima a violência, não respeitando nada, nem ninguém.

Neste sentido, todas as possibilidades de liberdade, expressão e realização pessoal são tolhidas, enquanto a violência sem limites ao serviço do poder estabelecido é estimulada e gratificada. Para tanto, é necessário sustentar a existência de inimigos cruéis, ou bodes expiatórios para manter a justificativa do uso impiedoso da violência. Há todo um aparato de convencimento que procura explicar tudo, mas não esclarece nada.

Assim, cria-se uma linguagem própria, signos, significados e sentidos são inspirados e influenciados por meio de representações sociais que envolvem a massa, e aos poucos as regras sociais dissolvem-se. As pessoas desaparecem como sujeitos. A tortura, atentados e assédios à vida privada, ataques, sequestros, assassinatos coletivos e macabros tornam-se naturais. É o exemplo extremo da institucionalização da violência, outrora incorporado pelas instituições, e agora internalizado pelas pessoas cujos efeitos conscientes estão em níveis inacessíveis nesta ordem de entendimento.

Neste contexto social violento, em que a destruição ordinária e a violência são executadas naturalmente e nestes termos internalizada de forma a mudar linguagem, o pensamento e conseqüentemente a consciência, que é constituída sob estes e outros mediadores psicossociais, entendemos ser paradoxal, já que a consciência da maioria das pessoas repudia a violência que nos vêm diante dos olhos, mas que quando a violência é internalizada e faz parte de uma ordem, nosso sentido de responsabilidade e a consciência coletiva, prevalece sobre a individual.

Dai derivam outras formas de violência, o caráter institucionalizado e burocrático leva a uma maior escala, e diferentemente do que se imagina ser de ordem patológica ou inata, esta violência originária é estrutural, em um procedimento frio, no montante burocrático e intranscedente de atos por milhares ou milhões de cidadãos, realizando sua atividade e cumprindo o seu dever, quando lembramos, ao falar de burocratização da violência e dos ataques maciços deste século.

Destarte, endossamos o entendimento de que embora haja as especificidades das vivências de cada um, em última instância os efeitos psíquicos da violência são generalizados, como significado social. Pois, a exposição a uma situação violenta, produz danos à saúde mental de todos os indivíduos que de alguma forma estão expostos à ela e assim envolvidos, principalmente em situações totalizadoras da violência, como no enfrentamento a uma guerra. E daí, o conceito de guerra se amplia em diversos significados, diante do contexto social do nosso país.

Isto porque, atualmente, a violência estrutural e institucionalizada originária (social), desencadeia o ciclo violento, donde derivam as demais violências manifestas (individuais), vitimizam muito mais indivíduos que as grandes guerras mundiais.

Por fim, comungamos o mesmo entendimento a respeito do efeito psicossocial da violência destacado em nosso trabalho que é o trauma psicossocial, isto é, a cristalização concreta nos indivíduos de uma relação social disforme e desumanizadora.

Isto porque, a exposição prolongada à violência existente cria feridas psíquicas presentes em amplos grupos populacionais. Estando este trauma psicossocial enraizado em condições sociais específicas, que só pode ser compreendido pela análise de mediações sociais, institucionais e grupais. Em outras palavras: o trauma psicossocial é uma expressão psíquica de relações alienantes. Já como essas relações atingem as pessoas depende da circunstância específica, como desvelamos na nossa análise gráfica do discurso simplificada. No entanto, é certo que situações desumanizadoras deixam marcas psíquicas negativas.

Similarmente, identificamos alguns sintomas específicos do trauma psicossocial da região analisada, como internalização da violência estrutural, perda de identidade, inquestionabilidade, vínculos alienantes e despersonalizantes, justificativa ideológica e prevalência da consciência coletiva sobre a individual – que só podem ser compreendidos por meio de uma análise específica de cada espaço e território. Especialmente os processos de polarização social, institucionalização da mentira e generalização da violência.

Por estes fundamentos, as investigações e compreensão do fenômeno violência como produto das condições materiais e sociais, encontradas na constituição das funções psicológicas propriamente humanas e construídas pela mediação semiótica, terão resultados fiáveis quando mantida na perspectiva dialética (matéria/ideia) e considerados os pressupostos com base na metodologia instrumental, histórico e cultural. Buscando-se, assim, a partir da linguagem socialmente dada e de uso público, imbricada em formas de vida em que se constrói a subjetividade, o autoconhecimento exultante do entendimento de outros aspectos da realidade, que por meio da análise gráfica do discurso simplificada de Leão (1999), possibilitou a imersão na realidade da comunidade, para assim compreender os processos de formação da consciência coletiva local, responsável pela formação da consciência individual e consequentemente do comportamento violento manifesto pelos indivíduos como síntese das relações entre as consciências psicológicas social e individual.

Esta síntese das relações entre consciências psicológicas social e individual, deveriam provocar as transformações na sociedade e no sujeito. Mas, as mediações psicossociais não têm permitido as mudanças na sociedade e agem só sobre o sujeito. Logo, a violência individual é expressa individualmente após a interiorização da violência social e suas formas de expressão permitindo a continuidade do ciclo violento.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **História da Filosofia**. Lisboa: Presença, 1978.
- ALMEIDA, J. L. V. **Tá na rua: representações da prática dos educadores de rua**. São Paulo: Xamã. 2001.
- ANDERY, M. A. *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1994.
- ARDREY, R. **The territorial imperative**. New York: Atheneum, 1966.
- ANDRADE, A. L.M. S. **Idade do Ferro**. Info Escola, navegando e aprendendo, 2019. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/idade-do-ferro/>>. Acesso em: 5 de maio de 2019.
- ARENDT, H. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BANDURA, A. **La teoria del aprendizaje social**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977.
- _____; IÑESTA, E. R. **Modificación de conducta: análisis de La agresión y La delincuencia**. México: Trillas, 1978.
- BARROS, J. P. et al. **O conceito de "sentido" em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica**. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 174-181, Aug. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11/12/2018.
- BERKOWITZ, L. **El concepto de pulsión agresiva: algunas consideraciones adicionales**. *In: _____* (Comp.). *Avances en la psicología social experimental*. New York: Academic Press, 1965.
- _____. **Algunos determinantes de la agresión impulsiva: papel de las asociaciones mediadas com los refuerzos a la agresión**. *Psychological Review*, v. 81, p. 165-176, 1974.
- BROWN, R. **Psicologia Social**. México: Siglo XXI, 1972.
- BRIZOTTI, A. **Frutos do espírito**. Campo Grande: Néteser, 2018.
- BUSTOS, J. G. **Feminilidade, machismo: mitos culturais**. *In: MARTIN-BARÓ, I.* (Comp.). *Problemas de Psicologia Social em América Latina*. San Salvador: UCA, 1976.
- CARAMALAC, M. C. **O ensino superior reduzido à formação para o trabalho amplia a consciência ou o inconsciente? Uma avaliação com a Psicologia Sócio Histórica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. HARNARD, S. **The selection of behavior: an operant behaviorism of B. F. Skinner**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S.; BUENO, S.; ALVES, P. P.; REIS, M.; CYPRIANO, O.; ARMSTRONG, K. **Atlas da Violência retratos dos municípios brasileiros**. Fórum de Segurança Pública. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

CERQUEIRA, D. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para discussão, n. 1848).

_____. **Causa e consequências do crime no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2014. Retrato dos Municípios Brasileiros.

CERQUEIRA, D. et al. **Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo pacto nacional pela redução de homicídios**. Brasília: Ipea, 2016. (Nota técnica, n. 18).

CIAMPA, A.C. **Identidade**. In.: *Psicologia Social: o homem em movimento* (Lane, S.T.M; Codo, W – orgs.). 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHAUÍ, M. S. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHAUVAUD, F. **De Pierre Revière à Landru: apprivoisé eau XIX esiècle**. Turnhout: Brepols, 1991.

DADOUN, R.A **violência: ensaio acerca do “homo violens”**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DELARI JÚNIOR, A. **Vigostki: consciência, linguagem e subjetividade**. Campinas: Alinea, 2013.

DELGADO, J. M.R. **Control físico de la mente: hacia una sociedad psicocivilizada**. Madrid: Espasa-Calpe, 1972.

D'CRUZE, S.; WALKLATE, S.; PEGG, S. **Murder: Social and historical approaches to understanding murder and murderers**. Cullompton: Willian, 2006.

DOLLARD, J. *et al.* **Frustration and aggression**. New Haven: Yale University Press, 1939.

DURKHEIM, E. **Curso de ciência social**. In: _____. *A ciência social e a ação*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. **Lições de Sociologia: a moral, o direito e o Estado**. São Paulo: Edusp, 1983.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- _____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- EDNEY, J. J. **La territorialidad humana**. Psychological Bulletin, v. 81, p. 959-973, 1974.
- EINSTEIN, A. **Como eu vejo o mundo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ELIAS, N. **La civilization desmaeurs**. Paris: Calmann-Lévy, 1974.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FREITAS, J. **Descobertos os responsáveis**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18 jun. 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREUD, S. **Por que a guerra?** In: _____. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- _____. **Más Allá del principio del placer**. Madrid: Alianza, 1969.
- _____. **Reflexões para os tempos de guerra e morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1974a.
- _____. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1974b.
- _____. **As neuropsicoses de defesa**. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio Janeiro: Imago, 1976a.
- _____. **Ansiedade e vida instintual: conferência XXXII das Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise**. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio Janeiro: Imago, 1976b.
- _____. **A interpretação dos sonhos**. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio Janeiro: Imago, 1976c.
- FROMM, E. **Anatomía de la destructividad humana**. México: Siglo XXI, 1975.
- GABOARDI, E. A. **A fenomenologia do espírito de Hegel: uma introdução à seção “consciência”**. Porto Velho: EDUFRO, 2013.
- GIRARD, R. **A violência e o sagrado**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1972.
- GLAESER, E. L.; SACERDOTE, B., SCHEINKMAN, J. A. **Crime and social interactions**. Quarterly Journal of Economics, v. 111, n. 2, p. 507-548, 1996.
- GÓIS, C. W. L. **Atividade e consciência**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire, 2005.
- GÓMEZ, J. M. *et al.* **The phylogenetic roots of human lethal violence**. Nature, set. 2016.
- HACKER, F. **Agresión**. Barcelona: Grijalbo, 1973.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito.** Petrópolis: Vozes, 2002.

HEGEL, G. W.F. **Introdução a leitura de Fenomenologia do espírito de Hegel.** Lisboa: Franco Chiareghin, 2019.

HOMERO. **Odisseia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Íliada.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

JAEGER, W. **Paideia.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

KANT, I. **Crítica da razão pura.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LAPLANCHE, J.;PONTALIS J. B. **Vocabulário da Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 1971.

LANE, S. T. M. **Uma Psicologia Social baseada no materialismo dialético: da emoção ao inconsciente.** In: ENCONTRO CIENTÍFICO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, 2, 1989, Gramado. **Anais.** Gramado: ANPPEP, 1989.

_____. **Uma técnica de análise gráfica do discurso.** Psicologia & Sociedade, v. 4, n. 7, p. 37-41, set. 1989.

_____. **O que é Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____.;CODO, W. (Ed.). **Psicologia Social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____.; SAWAIA, B. B. (Ed.). **Novas veredas da Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

LEÃO, I. B. **Processo de consciência-influência na viabilização do Assentamento Fundiário Retirada da Laguna.** 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1994.

_____. **Os professores universitários: a emoção e o pensamento em um trabalho intelectual institucionalizado.** 1999. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Um método para investigar a consciência: do intrapsicológico ao interpsicológico.** Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 67-75, 2007.

LEYHAUSEN, P. **La organización social y la tolerância al exceso del población em los mamíferos.** In: LORENZ, K.; _____. *Biologia comportamental (raízes instintivas de agressão, medo e liberdade).* Madri: Twenty-First Century Publishers, 1971.

LOMBROSO, C. **O homem delinquente**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

LORENZ, K. **Sobre La agresión**: el pretendido mal. México: Siglo XXI, 1971.

LUCCI, M. A. **A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica**. Revista de Currículum y Formación Del Profesorado, v. 10, n. 2, p. 1-11, 2006.

LURIA, A. R. **Pensamento e linguagem**: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

_____. **O desenvolvimento da escrita na criança**. In: LEONTIEV, A. N.; LURIA, A. R.; VIGOTSKI, L. S. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone e Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **Desenvolvimento cognitivo**: seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo: Ícone, 1990.

_____. **Curso de Psicologia geral**. v. 1. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **A construção da mente**. São Paulo: Ícone, 1992.

MARKUS, G. **Teoria do Conhecimento no Jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARTIN-BARÓ, I. **El valor psicológico de la represión política mediante la violencia**. Estudios Centroamericanos, 30(326), 742-752, 1975.

_____. **Guerra y salud mental**. Estudios Centroamericanos, 39(42930), 503-514, 1984.

_____. **La violencia en Centroamérica: una visión psicosocial**. Revista Costarricense de psicología, 12/13, 21-34, 1988a.

_____. **La violència política y la guerra como causas del trauma psicossocial en El Salvador**. Revista de Psicología de El Salvador, 7(28), 123-141, 1988b.

_____. **Sistema, grupo y poder**. Psicología social desde Centroamérica II. 2.^a ed. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA), 1990.

_____. **Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño**. Em Ignacio Martín-Baró (Org.), *Psicología social de la guerra* (3^a ed., pp. 234-247). San Salvador: UCA Editores, 1988/2000.

_____. **Psicología social de la guerra**. San Salvador: UCA, 1990.

_____. **Poder, ideología y violencia**. Madrid: Trotta, 2003.

_____. **Acción e ideología**: Psicología Social desde Centroamérica. 12.ed. San Salvador: UCA, 2012.

MILGRAM, S. **Obediencia a la autoridad**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1980

MARX, K. **O capital**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1974.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1982.

_____. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1987.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTOS, I.J. P. **Eu sou uma (que) tenho nada! Explicitação da consciência e do inconsciente na análise de docentes readaptados funcionalmente**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

MEKSENAS, P. **Aprendendo Sociologia: a paixão de conhecer a vida**. São Paulo: Loyola, 1994.

MEREU, I. **A morte como pena: ensaio sobre a violência legal**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MILLER, N. E. **La hipótesis acerca de la frustración-agresión**. Psychological Review, n. 48, p. 337-342, 1941.

MINAYO, M. C. S. **A violência social sob a perspectiva de saúde pública**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10 (Suplem1), p. 7-18, 1994.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1986.

MUCHEMBLED, R. **História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NUCCI, G. S. **Manual de Direito Penal, Parte Geral e Parte Especial**. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007.

ODÁLIA, N. **O que é violência: primeiros passos**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, B. **A dialética do singular-particular-universal**. In: ABRANTES, A. A.;

SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. (Orgs.). **Método histórico-social na psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 25-51.

OLIVEIRA, E. P. **Curso de Processo Penal**. 9 ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2008.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. 4.ed. São Paulo: Scipione, 2002.

Organización Mundial de la Salud (OMS). **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. Washington, D. C.: OMS, 2003.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. **Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia.** São Paulo/SP: Unesp, 2015.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

PINO, A. **O conceito de mediação semiótica em Vygotsky e seu papel na explicação do psiquismo humano.** In: *Cadernos CEDES*, 24. Campinas: Papyrus, 1991.

QUINTERO, R. **Elementos para uma sociologia do trabalho.** Caracas: UCV, 1963.

SANTOS, L. G; LEÃO, I. B. **O inconsciente sócio histórico: notas sobre uma abordagem dialética da relação consciente–inconsciente.** *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 638-647, 2012.

RAMIRO, K.S.S; SANTANA, I. J. **Aspectos psicossociais da violência: método dialógico-vivencial aplicado à Polícia Comunitária.** Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Ciências Policiais e Gestão em Segurança Pública) - Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII.** Recife: UFPE, 1996.

ROSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e a desigualdade entre os homens.** Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

SABINI, J. **La agresión en el laboratorio.**In: KUTASH, I. L. ;KUTASH, S. B.; SCHLESINGER, L. B. et al. *La violencia. Perspectivas sobre el asesinato y la agresion.* San Francisco: Jossey-Bass, 1978.

SCHILLING, K. **História das ideias sociais, indivíduo, comunidade e sociedade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações.** Campinas: Psy, 1995.

SKINNER, B. F. **About behaviorism.** New York: Vintage books, 1976.

_____. **Contingências de reforço: uma análise teórica.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Selection by consequences.** *The Behavioral and Brain Sciences*, v. 7, n. 4, p. 477-510, 1984.

_____. **Can psychology be a science of mind?** *American Psychologist*, v. 45, n. 11, p. 1206-1210, 1990.

_____. **Ciência e comportamento humano.** Brasília: UnB/ FUNBEC, 1953.

_____. **Selection by consequences.** *Science*, n. 213, p. 501-504, 1981.

_____. **The evolution of behavior.** *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, n. 41, p. 217-221, 1984.

_____. **Can psychology be a science of mind?** *American Psychologist*, n. 45, p. 1206-1210, 1990.

_____. **Ciência e Comportamento Humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SCHULTZ, D. **História da psicologia moderna**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1990.

SILVA, D. **Idade do Bronze**. Estudo Prático, 2014. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/idade-do-bronze-principais-caracteristicas-e-datacao-do-periodo/>. Acesso em 13/05/2019.

THEIDON, K. **Entre prójimos**. Perú: Instituto de Estudios Peruanos, 2004.

TORRE, R. R. **Introdução**. In: DURKHEIM, E. *El socialismo*. Madrid: Nacional, 1982.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Cortez, 1989.

VIGOTSKY, L. S. **A transformação socialista do homem**. *Varnitso*, n. 3, p. 36-44, 1930.

_____. **Pensamiento y lenguaje**: teoría Del desarrollo cultural de las funciones psíquicas. Buenos Aires: La Pléyade, 1973.

_____. **The collected works of L.S. Vygotsky**. New York: Plenum, 1981.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Obras Escogidas I**. Madrid, Espanha: Centro de Publicaciones del MEC y Visor Distribuciones, 1991.

_____. **La consciência como problema de la psicologia del comportamiento**. In: VIGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas – Tomo I*. Madrid: Visor y Ministerio de Educación y Ciencia, 1991c.

_____. **Los métodos de investigacion reflexológicos y psicológicos**. In: _____. *Obras Escogidas – Tomo I*. Madrid: Visor y Ministerio de Educación y Ciencia, 1991d.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas IV**. Madrid: Visor, 1996.

_____. **O problema da Consciência**. In: _____. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

_____. **Sobre os sistemas psicológicos**. In: _____. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

_____. **Psicologia concreta do homem**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n.71, jul. 2000.

_____. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Psicologia da arte**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Teoria e método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **A Construção do pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WATSON, J. B. **Psychology as the behaviorist views it**. *Psychological Review*, v. 20, n. 2, p. 158-177, 1913.

WILSON, E.O. **Sobre la naturaleza humana**. New York: Batam Books, 1995.

WYNNE-EDWARDS, V. C. **La dispersion animal em relación com la conducta social**. Edimburg: Oliver & Boyd, 1962.

ANEXOS

ANEXO I – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O objetivo da presente pesquisa, “Violência: mediadores psicossociais”, realizada na área urbana do Anhaduizinho (Aero Rancho, Los Angeles, Pioneiros, Grande Lageado, Nha-Nhá e Jaci), situado na região sul do município de Campo Grande/MS, consiste em fazer uma análise psicossocial da violência e seus efeitos, distinguindo violência de agressão, abordando a intencionalidade e a avaliação da violência, assim como os pressupostos presentes no desenvolvimento em seu desenvolvimento, por meio de metodologias de facilitação encontradas na área de psicologia comunitária, no sentido de conhecer e aprofundar a leitura da realidade concreta da comunidade a partir do mapeamento participativo e do método dialógico-vivencial, tendo como premissas básicas o diálogo entre os participantes, seus grupos e suas instituições vivenciando o modo de vida da comunidade, sentimentos, sentidos e significados que surgem no dia a dia de determinada comunidade, identificando os problemas de criminalidade e violência, subsidiando o planejamento estratégico da Segurança Pública na prevenção à violência, executando políticas públicas racionais e efetivas que garantam os direitos de cidadania e reflitam a justiça social.

Os dados serão obtidos através de entrevistas dirigidas, com diálogos abertos, isto é, diálogos previamente estruturados, mas que possibilitam ao entrevistador realizar esclarecimentos a respeito das respostas dadas às questões que constam no Instrumento de Coleta de Dados. Esclarecemos também que o processo de entrevista será gravado em áudio.

A respeito dos riscos de dimensões físicas, psíquica, moral, intelectual, cultural, espiritual, ameaças, medos, vergonha ou constrangimentos, em tipos e gradações variados que poderia ocorrer em pesquisas com seres humanos, tais riscos já foram avaliados e analisados sobre as possibilidades de danos imediatos ou posterior, no plano individual ou coletivo, não sendo identificado qualquer risco de participação. Quanto aos riscos relacionados à quebra de sigilo e confidencialidade: foram minimizados devido à entrevista semiestruturada ser realizada sob codificação do participante.

A obtenção das respostas será mediante entrevista semiestruturada sobre o fenômeno da violência dirigida a um sujeito sob a codificação A, pertencente a comunidade local. As respostas consistem em simples emissão de opiniões particulares, que por ser de participação voluntária, cada participante antes de participar será cientificado das perguntas e poderá a qualquer momento eximir-se de responder ou de participar.

_____Assinatura do participante

_____Assinatura do Entrevistador

Nesta pesquisa em específico, os benefícios exclusivamente indiretos serão extensivos não só aos participantes, mas à sociedade em geral, além de consideradas as dimensões físicas, psíquica, moral, intelectual, cultural ou espiritual desses.

Consiste em questionamentos direcionados ao grupo da roda de conversas realizados por profissional da psicologia, com o intuito de processo de mapeamento psicossocial dos mediadores psicossociais da violência a serem trabalhados nesta pesquisa. O que trará ao término benefícios reais em estratégias de políticas públicas e segurança para comunidade local.

Por benefícios está a problematização crítica acerca das políticas de intervenção no ciclo da violência, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento do planejamento estratégico e execução da polícia de aproximação, explorando as possibilidades de alternativas de contenção e controle da violência em uma perspectiva dos direitos humanos, bem como discutir as formas de avaliar o alcance das medidas que visam reduzir a violência e a criminalidade.

A área físico-social escolhida para a coleta de dados será a região do Anhaduizinho (Aero Rancho, Los Angeles, Pioneiros, Grande Lageado, Nha-Nhá e Jaci), situado na região sul do município de Campo Grande no Estado de Mato Grosso do Sul.

A escolha do local se deu pelo fato desta região atender as características do contexto de violência que se pretende pesquisar, além das características sociais mais homogêneas, permitindo melhor observação das relações entre as variáveis a serem estudadas e o ciclo violento.

A área física escolhida para as entrevistas caso o participante não tenha um local apropriado será a sala da Coordenadoria de Polícia Comunitária na Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, situada à Avenida do Poeta Bloco 6, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS. O tempo de duração de cada entrevista será de aproximadamente duas horas.

A participação na pesquisa é absolutamente voluntária, sendo que qualquer participante pode decidir por se retirar do processo a qualquer momento caso se sinta constrangido, não acarretando qualquer consequência, penalizações ou prejuízos. A todos os participantes é garantida a privacidade e o absoluto sigilo quanto a suas identidades.

_____Assinatura do participante

_____Assinatura do Entrevistador

As informações coletadas e analisadas com a conclusão da pesquisa serão utilizadas em futuras publicações científicas, ficando garantido, também nesses casos, o mais absoluto sigilo quanto à identidade dos participantes. A qualquer momento do processo da pesquisa, os participantes podem pedir esclarecimentos aos pesquisadores, inclusive em momentos posteriores a sua aplicação.

Para isso, deixamos disponível o seguinte endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Cidade Universitária, s/n, Caixa Postal 549, CEP 79070-900 Campo Grande-MS, <http://www.propp.ufms.br>; para contato e acompanhamento do participante, observando que nos responsabilizamos por todas as etapas do processo através do presente termo, o qual o participante terá uma cópia.

Tendo ciência do processo a que me submeto, dos objetivos dessa pesquisa e do o Instrumento de Coleta de Dados exposto acima, declaro que participo desta pesquisa de consentimento livre e esclarecido e autorizo a gravação desta em áudio, assim como a utilização dos dados obtidos em futuras publicações científicas, com ciência da garantia à plena liberdade de retirar o se consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem quaisquer penalizações.

Campo Grande/MS, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do participante

Assinatura do Entrevistador



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



**ANEXO II – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS –
CEP/UFMS**

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA: MEDIADORES PSICOSSOCIAIS.

Pesquisador: Kátia Souza Santos Ramiro

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 02628518.3.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.226.534

Apresentação do Projeto:

Este projeto objetiva apreender, conceituar e explicar como se dá a mediação para que a violência social se manifeste como característica psicológica individual. Adotando principalmente o referencial teórico da Psicologia Sócio Histórica de base histórico-dialética, será realizado um mapeamento psicossocial participativo sob o método dialógico-vivencial, que permitirá conhecer a realidade concreta, o modo de vida, histórias, angústias, cultura, sentidos, significados e processos sociais da comunidade residente a região do Anhaduizinho (Aero Rancho, Los Angeles, Pioneiros, Grande Lageado, Nha-Nhá e Jaci), situado na região sul do município de Campo Grande – MS. Também será realizada entrevistas orientadas, por meio de roda de conversas, com o intuito de conhecer a consciência dos indivíduos e o estudo dos processos subjetivos e dos fenômenos conscientes, mediante análise do discurso, organizando os dados e atribuindo-lhes significados. Esta compreenderá uma parte de perguntas e respostas curtas, contendo questões relativas à identificação, variáveis estruturais e variáveis de participação em atividades comunitárias, assim como questões acerca da comunidade, modo de vida, história, relações entre as pessoas, necessidades e rotina dos moradores e festas. Serão participantes da pesquisa os moradores da comunidade, comerciantes,

Endereço: Cidade Universitária - Campo Grande

Bairro: Caixa Postal 549

CEP: 79.070-110

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3345-7187

Fax: (67)3345-7187

E-mail: cepconep.propp@ufms.br

estudantes, líderes comunitários e profissionais de segurança pública e da saúde que atuam na área, brasileiros e maiores de 18 anos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo da Pesquisa: Primário: Apreender, conceituar e explicar como se dá a mediação para que violência social se manifeste como característica psicológica individual.

Objetivo Secundário:

- Analisar os principais conceitos de violência, partindo da visão inatista (naturalista), passando pela visão social (reapresentada individualmente de acordo com as circunstâncias) até visão generalista de causalidade que relaciona miséria e violência, tomando a violência como luta de classes.
- Considerar a temática da violência na atualidade, assim como destacar os diferentes modos de expressão, passando pela materialidade, caráter histórico, determinação social e suas relações com o comportamento violento;
- Discutir sobre os pressupostos e aspectos comuns constitutivos da violência e suas influências no comportamento violento envolvendo os processos sociais, fenômenos grupais, o contexto e a estrutura que cercam os fenômenos conhecidos por violência e crime;
- Realizar o mapeamento psicossocial participativo no Bairro Los Angeles de Campo Grande – MS, por meio do método dialógico-vivencial cuja dimensão analítica e a forma de perceber se as interações entre sujeito e o mundo são influenciadas pelo método microgenético (Vigostki, 2002), proporcionando um ato de construção conjunta, com base na cooperação polícia-comunidade;
- Analisar os dados coletados por meio da análise dos discursos e das estatísticas das variáveis estudadas, a relação da consciência com estas variáveis e destas com a violência na região escolhida, permitindo reflexões sobre a leitura da realidade, durante o período da pesquisa, aprofundando a consciência pessoal, permitindo a análise do desenvolvimento do ciclo da violência no contexto comunitário.

Endereço:	Cidade Universitária - Campo Grande		
Bairro:	Caixa Postal 549	CEP:	79.070-110
UF:	MS	Município:	CAMPO GRANDE
Telefone:	(67)3345-7187	Fax:	(67)3345-7187
		E-mail:	cepconeppropp@ufms.br

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos que constam no projeto cadastrado na Plataforma Brasil: A respeito dos riscos de dimensões físicas, psíquica, moral, intelectual, cultural, espiritual, ameaças, medos, vergonha ou constrangimentos, em tipos e gradações variados que poderia ocorrer em pesquisas com seres humanos, tais riscos já foram avaliados e analisados sobre as possibilidades de danos imediatos ou posterior, no plano individual ou coletivo, não sendo identificado qualquer risco de participação. A obtenção das respostas será mediante roda de conversas realizadas com entrevistas dirigidas a um grupo de pessoas da comunidade sobre o fenômeno da violência local. As respostas consistem em simples emissão de opiniões particulares, que por ser de participação voluntária, cada participante antes de participar será cientificado das perguntas e poderá a qualquer momento eximir-se de responder ou de participar. Nesta pesquisa em específico, os benefícios exclusivamente indiretos serão extensivos não só aos participantes, mas à sociedade em geral, além de consideradas as dimensões físicas, psíquica, moral, intelectual, cultural ou espiritual desses. Consiste em questionamentos direcionados ao grupo da roda de conversas realizados por profissional da psicologia, com o intuito de processo de mapeamento psicossocial dos mediadores psicossociais da violência a serem trabalhados nesta pesquisa. O que trará ao término benefícios reais em estratégias de políticas públicas e segurança para comunidade local.

- Benefícios:

- Problematizar criticamente acerca das políticas de intervenção no ciclo da violência, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento do planejamento estratégico e execução da polícia de aproximação, explorando as possibilidades de alternativas de contenção e controle da violência em uma perspectiva dos direitos humanos, bem como discutir as formas de avaliar o alcance das medidas que visam reduzir a violência e a criminalidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O objetivo da presente pesquisa consiste em fazer uma análise psicossocial da violência e seus efeitos, distinguindo violência de agressão, abordando a intencionalidade e a avaliação da violência, assim como os pressupostos presentes em seu desenvolvimento,

Endereço:	Cidade Universitária - Campo Grande		
Bairro:	Caixa Postal 549	CEP:	79.070-110
UF:	MS	Município:	CAMPO GRANDE
Telefone:	(67)3345-7187	Fax:	(67)3345-7187
		E-mail:	cepconeppropp@ufms.br

por meio de metodologias de facilitação encontradas na área de psicologia comunitária, no sentido de conhecer e aprofundar a leitura da realidade concreta da comunidade a partir do mapeamento participativo e do método dialógico-vivencial, tendo como premissas básicas o diálogo entre os participantes, seus grupos e suas instituições vivenciando o modo de vida da comunidade, sentimentos, sentidos e significados que surgem no dia a dia de determinada comunidade, identificando os problemas de criminalidade e violência, subsidiando o planejamento estratégico da Segurança Pública na prevenção à violência, executando políticas públicas racionais e efetivas que garantam os direitos de cidadania e reflitam a justiça social. Os dados serão obtidos através de entrevistas dirigidas, com diálogos abertos, isto é, diálogos previamente estruturados, mas que possibilitam ao entrevistador realizar esclarecimentos a respeito das respostas dadas às questões que constam no Instrumento de Coleta de Dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou:

- Termo de anuência da polícia para a realização da pesquisa em suas dependências (Coordenador da Polícia Comunitária do Estado de Mato Grosso do Sul e Diretor de Polícia Comunitária e Direitos Humanos);
- cronograma;
- TCLE;
- anuência para realização da pesquisa nas dependências da polícia;
- instrumento para análise dos dados;
- questões norteadoras;
- projeto;
- orçamento na Plataforma Brasil e em anexo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram atendidas, projeto aprovado.

Endereço:	Cidade Universitária - Campo Grande		
Bairro:	Caixa Postal 549	CEP:	79.070-110
UF:	MS	Município:	CAMPO GRANDE
Telefone:	(67)3345-7187	Fax:	(67)3345-7187
		E-mail:	cepconeppropp@ufms.br

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

TipoDocumento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Recurso do Parecer	recurso.pdf	27/03/2019 11:56:28		Aceito
RecursoAnexado peloPesquisador	RECURSO comitê de ética..docx	27/03/2019 11:55:17	Kátia Souza Santos Ramiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	27/03/2019 11:55:04	Kátia Souza Santos Ramiro	Aceito
ProjetoDetalhado / Brochuralnv estigador	Projeto.docx	27/03/2019 11:54:24	Kátia Souza Santos Ramiro	Aceito
BrochuraPesquisa	PESQUISA.docx	27/03/2019 11:54:06	Kátia Souza Santos Ramiro	Aceito
Recurso do Parecer	recurso.pdf	09/03/2019 20:02:21		Aceito
InformaçõesBásicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1251227.pdf	20/12/2018 12:10:48		Aceito
Orçamento	documento.pdf	27/11/2018 14:31:51	Kátia Souza Santos Ramiro	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termodeanuencia.pdf	06/11/2018 13:25:07	Kátia Souza Santos Ramiro	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	doc07319120181106153220.pdf	06/11/2018 13:22:22	Kátia Souza Santos Ramiro	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	06/11/2018 13:06:48	Kátia Souza Santos Ramiro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 27 de Março de 2019.

Assinado por: **Geraldo Vicente Martins**

Coordenador(a)

Endereço:	Cidade Universitária - Campo Grande		
Bairro:	Caixa Postal 549	CEP:	79.070-110
UF:	MS	Município:	CAMPO GRANDE
Telefone:	(67)3345-7187	Fax:	(67)3345-7187
		E-mail:	cepconep.propp@ufms.br

ANEXO III- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

I-Primeira parte (identificação):

Idade: _____ Estado civil: _____ Sexo: () Masculino () Feminino

Escolaridade: _____ Ocupação laboral: _____

Participante das atividades comunitárias: () sim () não

Tempo de participação: _____ Tipo de atividade: _____ Papel que
exerce: _____

II- Segunda Parte: Roteiro para a Entrevista

Pergunta Geradora – Afeto

1. O que você entende por violência?

Perguntas Auxiliares – A serem aplicadas caso o entrevistado não elabore no discurso os dados necessários

2. Qual e quando foi o seu primeiro contato com alguma forma de violência?
3. O que mudou na sua vida depois de conviver a violência?
4. Em sua opinião o que leva alguém a praticar a violência?
5. Qual a importância da participação dessas pessoas na comunidade em que vive?
6. Os seus objetivos foram alcançados?
7. O que facilitou atingi-los?
8. O que falta para ter suas expectativas satisfeitas?

ANEXO IV- ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA-SUJEITO A

I-Primeira parte (identificação):

Idade: 42 Estado civil: separada Sexo: () Masculino (x) Feminino

Escolaridade: Ensino Médio Ocupação laboral: Empregada doméstica

Participante das atividades comunitárias: (x) sim () não

Tempo de participação: 20 anos Tipo de atividade: moradora da região do Anhaduizinho-Campo Grande/MS, Papel que exerce: membro do clube de mães.

Atividade anterior: doméstica

II- Segunda Parte: Roteiro para a Entrevista

Pergunta Geradora – Afeto

1. O que você entende por violência?

A. Eu, pra mim, a violência é uma pessoa fazer(o)uso da força né, porque ela está em melhores condições que a outra, porque ela ta armada né, aí ela vai e faz o uso da força, se aproveita porque a pessoa tá em menor possibilidade de se defender né, eu entendo como violência isso, né...que nem que acontecia lá na fronteira (coronel sapucaia), os traficantes se aproveitava por causa que eles tavam em maior número, armado e os outros não tava armado, tava desarmado e a forma deles cobrar as dívida deles era usando a força, porque era a única forma deles cobrar as dívidas né.

Perguntas Auxiliares – A serem aplicadas caso o entrevistado não elabore no discurso os dados necessários

2. Qual e quando foi o seu primeiro contato com alguma forma de violência?

A. O meu primeiro contato com a violência foi quando eu tinha sete anos o meu padrasto, que era esposo da minha mãe ele assassinou uma mulher. Ela tava grávida né, e ele foi tentar estruprar ela e a mulher não aceitou aí ele pegou e matou a mulher. A mulher tava grávida com nenê na barriga, aí, nossa aquilo foi muito chocante, foi. A população ficou toda revoltada, por causa que não tinha esse tipo de coisa lá né, não acontecia. E quando aconteceu isso foi muito chocante. Ele foi preso, nossa, ficou muito tempo... acho que deve ter... sei lá se não morreu na cadeia, porque a gente nunca ouviu falar que ele saiu, e a gente, a única coisa que a gente sentia era muito medo né, dele sair e voltar. Isso que eu lembro, que a gente tinha muito medo. Foi a, a gente era muito conhecido lá né, porque lá em Sapucaia (fronteira)assim todo mundo conhece todo mundo. Aí a família da mulher conhecia muito a gente né, daí a metade ficou assim revoltada com a gente assim...agente não tinha nada que ver né, mas a metade da família ficou revoltada com nós, a outra metade entendia assim, a outra metade que conversava, até agora pouco tempo, a, os que conversava com a gente conversava, e os que ficou contra, achava acho que a gente era culpado né.

3. O que mudou na sua vida depois de você conviver com essa violência?

A. Pra mim o que mudou, eu, fiquei muito sentida assim né, pelo que aconteceu, mas eu aprendi que as coisas de mau que acontece no mundo, as violência que acontece, o que a gente tem que fazer pra gente ficar longe dela né, pra tentar evitar a violência... que a gente tem que procurar não fazer o mal pro zoutro, procurar não andar com as pessoas errada, pra poder a gente não conviver com a violência né... a violência ela acontece assim é ruim... mas, pra gente que é de bem, a gente começa entender que a gente não pode ficar envolvida no meio dessas pessoas que faz esses tipo de coisa, porque se agente fica envolvida ali, a gente

corre o risco de sofrer o mesmo tipo de violência né ...e daí a gente se afastando é onde a gente fica longe da violência. Que lá em sapucaia mesmo, a gente... quando eu era criança eu andava muito pela rua né, mas depois começou ter esses tipo de violência assim, a gente não ficava saindo... não podia ir numa lanchonete, não ir num jogo assim que tinha na poli, porque as vezes a gente ficava perto das pessoas errada, das pessoas que devia, aí as pessoas que não tinha nada que ver, o outro chegava pra cobrar a dívida, e a gente que não tinha nada que ver, muitas vezes pagava pelos erro do zoutro, né. Aconteceu muito disso lá, da pessoa assim morrer porque tava no lugar errado na hora errada.

4. Em sua opinião o que leva alguém a praticar a violência?

A. Ah... o que a gente vê, o que se fala né... que é a procura de uma melhora de vida né...tipo assim: eu vou levar essa vez, aí tá. leva, aí ganha dinheiro bom, leva droga ganha o dinheiro bom, aí, só que é ambicioso né, nunca ta satisfeito né, é por isso que as vezes eles leva né, pra poder ter uma vida melhor, e as vezes eles consegue né casa, carro, as coisa boa, mas só que depois perde tudo né porque nunca ta satisfeito.

5. Qual o papel/função dessas pessoas violentas na comunidade em que vive?

A. Ah...eles tenta manter a ordem deles né...mas só serve pra eles porque pra nós não tem nada de, não tem nada de bom. Eu não vejo nada de bom pra nós, pra sociedade assim...isso é um meio deles se mostrar que eles são os poderosos né...

6. Na sua opinião os objetivos deles foram alcançados?

A. Olha, conquista né, mas eles perdem tudo por causa que eles nunca, nunca tá bom pra eles né, sempre eles não sair dessa vida, entra nessa vida, e não consegue, não consegue sair... as pessoas que eu via lá, não conheço ninguém que... K. Porque você acha que eles não conseguem sair? A. ambição né, sempre quer mais, ambicioso. Pura ambição, porque eu conheço pessoas que tem fazenda, gente que tem poder né, que assim conseguiu né...porque, que não se contenta com esse...se queria ganhar, ganhou... Então para né de fazer... oque a gente pensava assim né...pensa né... já que conquistou, pára. Fica só com aquilo dali, trabalha com aquilo dali, mas é onde cai, acaba com a empresa e acaba tudo.

7. E o que facilitou atingi-los?

A. Olha... o que leva eles a achar que tem sucesso com isso é o dinheiro fácil, dinheiro fácil que vem da droga né. Que eles vende a droga e ganha muito, muito dinheiro com a droga daí eles investe em casa, aí eles acham que isso é um sucesso pra eles.

8. O que falta para ter suas expectativas satisfeitas?

A. Na minha opinião acho que falta a pessoa ter um pouquinho de consciência e tomar vergonha na cara. Porque a pessoa leva, as vezes tem pouca coisa, tá levou conseguiu dinheiro, comprou a casa, comprou o carro, tá com um dinheirinho guardado, mas nunca ta satisfeito. A pessoa tem é que ter consciência de que o que ele ta fazendo é errado e tomar vergonha na cara pra poder parar, porque nunca pára. Essa é a opinião que eu acho que é o que falta, porque se o cara tem dinheiro, tem a casa, tem o carro e continua fazendo, não faltaria mais nada né, porque ele já conquistou o que ele queria, se era por isso que ele estaria levando

ANEXO V – DISCURSO NORMALIZADO- CORPUS PARA A ANÁLISE

O que **você** entende por violência? Eu *entendo* por *violência*, pra *mim*, a violência é a pessoa fazer uso da **força**, né!? *entendo* por *violência*, **Porque** ela está em **melhores** condições que a *outra*, **porque** ela tá armada, né!? **Aí**, ela vai e faz o uso da **força**, se aproveita **porque** a pessoa tá em menor possibilidade de se defender, né!? Eu *entendo* como violência isso, né!?...*Eu entendo* por *violência*, que **nem** que **acontecia** lá na fronteira, os traficantes se aproveitava **por causa que** eles **tavam** em maior número, **armado** e os **outros não** tava armado, tava **desarmado** e a **forma** deles **cobrar** as dívida deles **era** usando a **força**, **porque** **era** a única **forma** deles **cobrar** as dívidas, né!? Qual e quando foi o **seu primeiro contato** com **alguma** forma de violência? O **meu primeiro contato** com **alguma** forma de violência, com a violência, foi quando eu **tinha** sete anos. O meu padrasto, que **era** esposo da **minha** mãe, **ele** assassinou uma **mulher**. Ela tava **grávida**, né!? E **ele** foi tentar estruprar **ela** e a **mulher não** aceitou, **aí** **ele** pegou e matou a **mulher**. A **mulher** tava **grávida**, com nenê na barriga! **Aí**, foi o **meu primeiro contato** com **alguma** forma de violência, nossa, aquilo foi **muito** chocante, foi... A população **ficou** toda **revoltada**, **por causa que** **não** **tinha** esse tipo de **coisa** lá né!? **Não** **acontecia**. E quando **aconteceu** isso foi **muito** chocante. **Ele** foi preso! Nossa, **ficou** **muito** tempo... Acho que deve **ter**... lá se **não** morreu na cadeia, **porque** a **gente** **nunca** ouviu falar que **ele** **saiu**. **Foi** o **meu primeiro contato** com **alguma** forma de violência, e a **gente**, a única **coisa** que a **gente** sentia **era** **muito** **medo** né!? **Dele** **sair** e **voltar**. Isso que eu lembro, **foi** o **meu primeiro contato** com **alguma** forma de violência: que a **gente** **tinha** **muito** **medo**. Foi, a..., a **gente** **era** **muito** conhecido lá, né!? **Porque** lá em **Sapucaia**, **assim**, todo **mundo** conhece todo **mundo**. **Aí** **afamília** da **mulher** conhecia **muito** a **gente**, né!? **Dai**, a **metade** **ficou**, **assim**, **revoltada** com a **gente**. **Assim**, a **gente** **não** **tinha** **nada** que **ver**, né!? **Mas**, a **metade** da **família** **ficou** **revoltada** com nós, a **outra** **metade** **entendia**, **assim**, a **outra** **metade** que **conversava**, até agora, pouco tempo, a, os que **conversava** com a **gente** **conversava**, e os que **ficou** **contra**, **achava**, **acho** que a **gente** **era** culpado né!? O que **mudou** na **su** **vida** **depois** de **você** **conviver** com **essa** violência? Pra **mim**, o que **mudou** na **minha** **vida** **depois** de **eu** **conviver** com **essa** violência, eu, **fiquei** **muito** **sentida**, **assim**, né!? pelo que **aconteceu**. **Mas**, eu aprendi que as **coisas** de mau que **acontece** no **mundo**, as **violência** que **acontece**, o que a **gente** **tem** que **fazer** pra **gente** **ficar** longe **dela** né!? pra tentar evitar a violência... que a **gente** **tem** que **procurar** **não** fazer o mal pro **zoutro**, **procurar** **não** andar com as pessoas **errada**, pra poder a **gente** **não** **conviver** com a violência, né!?... A violência **ela** **acontece**, **assim**, é ruim... **Mas**, pra **gente** que é de **bem**, a **gente** **começa** **entender** que a **gente** **não** pode **ficar** **envolvida** no **meio** **dessas** pessoas que **faz** **esses** tipo de **coisa**, **porque** se **agente** **fica** **envolvida** ali, a **gente** corre o risco de sofrer o **mesmo** tipo de violência né!? ...E **dai**, a **gente** se afastando, é **onde** a **gente** **fica** longe da violência. Que lá em **Sapucaia** **mesmo**, o que **mudou** na **minha** **vida** **depois** de **eu** **conviver** com **essa** violência, a **gente**... quando eu **era** criança eu **andava** **muito** pela rua né!? **mas**, **depois** **começou** **ter** **esses** tipo de violência, **assim**, o que **mudou** na **minha** **vida** **depois** de **eu** **conviver** com **essa** violência, a **gente** **não** **ficava** **saindo**... **Não** podia **ir** numa lanchonete, **não** **ia** num jogo, **assim**, que **tinha** na poli, **porque**, as **vezes**, a **gente** **ficava** perto das **pessoas** **errada**, das **pessoas** que **devia**... **Aí** as **pessoas** que **não** **tinha** **nada** que **ver**, o **outro** **chegava** pra **cobrar** a dívida, e a **gente** que **não** **tinha** **nada** que **ver**, **muitas** **vezes**, pagava pelos **erro** do **zoutro**, né!? **Aconteceu** **muito** disso lá. Da **pessoa**, **assim**, **morrer** **porque** **tava** no lugar **errado**, na hora **errada**. Em **sua** **opinião**, o que **leva** **alguém** a **praticar** a violência? A, Ah... Em **minha** **opinião**, o que **leva** **alguém** a **praticar** a violência, O que a **gente** **vê**, o que se **fala** né... que é a **procura** de uma **melhora** de **vida** né!?...tipo **assim**: eu vou **levar** **essa** **vez**! **Aí**, tá! **Leva**! **Aí** **ganha** **dinheiro** **bom**! **Leva** a **droga**, **ganha** um **dinheiro** **bom**! **Aí**, na **minha** **opinião**, o que **leva** **alguém** a **praticar** a violência, só que é **ambicioso** né!? **Nunca** tá **satisfeito** né!? É por isso que, às **vezes**, eles **leva** né!? Na **minha** **opinião**, o que **leva** **alguém** a **praticar** a violência, Pra poder **ter** uma **vida** **melhor**. E, às **vezes**, eles **consegue**, né!? **casa**, **carro**, as **coisa** **boa**, **mas** só que **depois**

Perde tudo né!? Porque nunca ta satisfeito. Qual o papel/função dessas pessoas violentas na comunidade em que vive? A, Ah...o papel/função dessas pessoas violentas na comunidade em que vive, Eles tenta manter a ordem deles, né!? ...Mas, só serve pra eles. Porque pra nós não tem nada de..., não tem nada de bom. O papel/função dessas pessoas violentas na comunidade em que vive Eu não vejo nada de bom pra nós, pra sociedade assim. Isso é um meio deles se mostrar, que eles são os poderosos né!?Na sua opinião, os objetivos deles foram alcançados? Olha! Na minha opinião, os objetivos deles foram alcançados, Conquista né!? Mas, eles perdem tudo! Por causa que eles... Nunca... Nunca ta bom pra eles né!?Sempre eles não consegue sair dessa vida. Entra nessa vida e não consegue, não consegue sair... As pessoas que eu via lá, não conheço ninguém que... Por que você acha que eles não conseguem sair? Eu acho que eles não conseguem sair por ambição,né!?Eu acho que eles não conseguem sair porque sempre quer mais! Ambicioso. Eu acho que eles não conseguem sair por Pura ambição! Porque eu conheço pessoas que tem fazenda, gente que tem poder né!? Que assim, conseguiu né!? ...Porque que não se contenta com esse...Se queria ganhar, ganhou! Então, pára, né!?De fazer... Porque a gente pensava assimné!?Pensa, né!?: Já que conquistou, para .Fica só com aquilo dali, trabalha com aquilo dali. Eu acho que eles não conseguem sair, mas é onde cai! Acaba com a empresa e acaba tudo. E o que facilitou atingi-los? Olha!... o que facilitou atingi-los ,O que leva eles a achar que tem sucesso com isso é o dinheiro fácil, dinheiro fácil que vem da droga, né!? Que eles vende a droga e ganha muito, muito dinheiro com a droga! Daí, eles investe em casa. Aí, o que facilitou atingi-los,achamque isso é um sucesso pra eles. O que falta para ter suas expectativas satisfeitas ?Na minha opinião, acho que falta para ter suas expectativas satisfeitas, a pessoa ter um pouquinho de consciência e tomar vergonha na cara. Porque a pessoa leva...As vezes tem pouca coisa, tá! Levou conseguiu dinheiro, comprou a casa, comprou o carro, tá com um dinheirinho guardado. Mas, O que falta para ter suas expectativas satisfeitas, nunca ta satisfeito. O que falta para ter suas expectativas satisfeitas, A pessoa tem é que ter consciência de que o que ele ta fazendo é errado e tomar vergonha na cara pra poder parar! Porque nunca pára. Essa é a opinião que eu acho que é o que falta! Para ter suas expectativas satisfeitas. Porque se o cara tem dinheiro, tem a casa, tem o carro e continua fazendo. Não faltaria mais nada né!?Porque ele já conquistou o que ele queria. Se era por isso que ele estaria levando.